UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

INGRID MATZEMBACHER STOCKER TAFFARELLO

“E FICAMOS AÍ, NESSA VIDA DE CUIDA E DESCUIDA”: NARRATIVAS DA VIDA COTIDIANA DAS MULHERES NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Paulo

2021

INGRID MATZEMBACHER STOCKER TAFFARELLO

“E FICAMOS AÍ, NESSA VIDA DE CUIDA E DESCUIDA”: NARRATIVAS DA VIDA COTIDIANA DAS MULHERES NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Psicologia.

Área de Conhecimento: Psicologia Social.

Orientador: Profº Drº Luis Guilherme Galeão da Silva.

São Paulo

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Matzembacher Stocker Taffarello, Ingrid
"E ficamos aí, nessa vida de cuida e descuida": Narrativas da vida cotidiana das mulheres nas Políticas de Assistência Social. / Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello; orientador Luis Guilherme Galeão da Silva. -- São Paulo, 2021.
201 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. mulheres. 2. reprodução social. 3. políticas de assistência social. 4. cuida. 5. descuida. I. Galeão da Silva, Luis Guilherme, orient. II. Título.

Nome para citação: TAFFARELLO, Ingrid Matzembcher Stocker.

Título: “E ficamos aí, nessa vida de cuida e descuida”: Narrativas da vida cotidiana das mulheres nas Políticas de Assistência Social

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profª. Drª. _____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Profª. Drª. _____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Profª. Drª. _____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Profº. Drº. _____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Profº. Drº. _____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Às mulheres anônimas que ousam sobreviver, mesmo expostas às situações tão desumanas.

Em memória de minhas avós Ivone e Renilda .

AGRADECIMENTOS

Este momento de agradecimento me fez lembrar das situações vivenciadas nos últimos quatro anos. Ao mesmo tempo mãe, pesquisadora e trabalhadora, pude contar com uma rede de apoio de pessoas queridas; sem elas, seguramente não conseguiria finalizar este processo. Interpelados pela inesperada e brutal pandemia do Covid-19, tivemos que, em meio a tantas inseguranças materiais e emocionais, nos organizar em novos modos de vida, de novo, de novo e de novo. Mas permanecemos, lutando para sobreviver, expostos às injustiças e às precariedades, para alguns mais profundas e mortais do que para outros. Neste contexto, gostaria de agradecer ao meu companheiro, Paulo Moraes Taffarello, que promoveu incansavelmente, durante esses quatro anos, a reprodução social da nossa família.

Agradeço aos meus filhos Luara e Raul e à querida Sofia, que participaram ativamente desse longo processo. Agradeço aos meus pais, Betânia Matzembacher e Darcy Stocker, que me ensinaram sobre a dureza da vida e a irremediável luta cotidiana. Aos queridos Maria Cristina Taffarello e Valdir Taffarello, que me acolheram e acompanharam de perto a construção desta trajetória.

Agradeço às mulheres participantes desta pesquisa, que generosamente aceitaram compartilhar comigo suas experiências, seus afetos, seus ensinamentos. Aos profissionais da Assistência Social do Município estudado, fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa, gratidão pelo acolhimento, pela disponibilidade e pelos aprendizados.

Agradeço aos professores Drº Luis Guilherme Galeão e Drº Arthur Bueno os quais fundamentais com suas reflexões e apontamentos, me ensinaram ao longo desse tempo valorosos aprendizados, que transcendem os caminhos acadêmicos.

Agradeço às inspiradoras mulheres: Soraia Ansara, Roberta Stubs Parpinelli, Ana Elisa Penha, Maria Aparecida Ribeiro, Isabela Venturosa, Fernanda Kalianny Martins, Mayra Cotta, Luciana Bittar Taffarello e Killian Cristina, pelas ricas trocas de ideias.

Agradeço aos amigos do grupo de estudo de Psicologia Social Crítica e Direitos Humanos: Carlos Eduardo Mendes, Brisa Bejarano Campos, José Fernando Andrade Costa, Diego Plácido, Valéria Nanci Silva, Rosa Frasão, Rocio Bravo Shuña, Pablo Pamplona, Angélica Gonçalves Garcia, Nathália Machado, Carol Jong, Jan Billand, pelos bons e frutíferos encontros.

Agradeço aos professores Aluísio Lima, Mariana Prioli Cordeiro, Mariana Teixeira, Bernardo Parodi Svartman, Débora Fonseca e Lineu Norio Kohatsu, que teceram fundamentais contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

TAFFARELLO, Ingrid Matzembacher Stocker. ***"E ficamos aí, nessa vida de cuida e descuida": Narrativas da vida cotidiana das mulheres nas Políticas de Assistência Social.*** Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2021.

Esta pesquisa investiga como as questões de gênero atravessam a vida cotidiana das mulheres em situação de vulnerabilidade. Seriam elas consideradas em sua autonomia de gênero? A partir desse questionamento, pretendeu-se analisar, respaldados pelos autores da Psicologia Social Crítica e por uma Epistemologia Feminista, se as demandas das mulheres são consideradas pelos serviços da assistência social. Compreende-se, na verdade, que as violências cotidianas, tanto de gênero quanto de raça, se reproduzem nos diferentes espaços que circunscrevem a vida. Tal fenômeno contribui para a constituição de subjetividades e identidades aprisionadas a concepções dominantes. Pretendeu-se criar um cruzamento entre a percepção das mulheres, suas principais demandas relativas às questões de gênero, o olhar das/dos profissionais e suas práticas no âmbito da Assistência Social. Fundamentada em uma leitura crítica acerca dos documentos normativos das Políticas de Assistência Social, a pesquisa se desdobra em dois momentos. O primeiro momento, composto por uma experiência etnográfica, busca compreender a intersubjetividade das mulheres, com foco nas relações de gênero, memória e território. Tal aproximação contribui para o desenvolvimento de um trabalho de campo que se utiliza de diferentes vozes, da valorização das histórias de vida de mulheres na construção do conhecimento. Para tanto, utilizou-se um diário de campo e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres, de diferentes idades, moradoras de um bairro vulnerável em um Município do interior de São Paulo. No segundo momento, foram realizadas oficinas com os trabalhadores da assistência social. As oficinas contaram com quatro encontros e abordaram as noções das/dos participantes a respeito das concepções de gênero. Esta etapa contribuiu para uma desnaturalização dos papéis sociais e sexuais comumente utilizados nos diferentes espaços, além de propiciar um levantamento das principais demandas sobre as relações de gênero presentes no cotidiano de trabalho da assistência social. Após a sistematização deste levantamento e de sua devolutiva aos profissionais, ampliou-se a análise dos dados. Assim, analisamos que, apesar do sistemático desmonte das políticas de assistência

social no país, elas imprimem processos de subjetivação, presentes cotidianamente nas narrativas das mulheres moradoras da favela. Para além dos processos normativos das políticas públicas, observamos que as mulheres compartilham um conjunto variado de atividades de reprodução social as quais promovem interações e mantêm laços sociais. Dessa forma, as relações de ajuda mútua e de solidariedade entre as moradoras configuram estratégias em lidar com a precariedade da vida na favela. Nesse sentido, representadas como família, as mulheres são convocadas a atender às pressões do Estado, do mercado e do tráfico por meio de relações de cuidados e de descuidados, inerentes ao capitalismo. Tal fenômeno reitera os processos de opressão das mulheres, inscritos nas relações de exploração e expropriação. Há um ocultamento da mulher nos dados oficiais, o qual legitima as assimetrias de poder, hierarquicamente ancoradas nas questões de gênero, que se reproduzem no interior das famílias e ampliam-se a outros contextos. Ressaltamos ainda que os homens estão presentes nas políticas de assistência, mas predominantemente nas Políticas Sociais Especiais, ou seja, quando há violação de direitos.

Palavras-chave: Mulheres. Assistência Social. Reprodução Social. Cuidado. Descuidado.

ABSTRACT

TAFFARELLO, Ingrid Matzembacher Stocker. ***"And we stayed there, in this life of care and carelessness": Narratives of women's daily lives in Social Assistance Policies.*** Doctoral Thesis. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2021.

This research investigates how gender issues are present in the daily lives of women in situations of vulnerability. Is their gender autonomy being taken into consideration? Based on this line of questioning and backed by authors of both Critical Social Psychology and Feminist Epistemology, we intend to analyse whether women's needs are being taken into account by social assistance services. It is understood, in fact, that daily violence, either of gender or race, is reproduced in the different spaces that surround women's lives. This phenomenon contributes to the constitution of subjectivities and identities, and these two aspects remain prisoners to dominant concepts. The aim of this study is to compare and contrast different points of view: the women's perception and their main requirements regarding gender issues, and the other based on the professionals currently working in the field of social assistance and their daily practices. Based on a critical reading of the official normative documents (government guidance) of the social assistance policies, our research unfolds in two stages. The first stage is composed of an ethnographic-inspired experience and seeks to understand the intersubjectivity of women, focusing on relationships based on gender, memory and territory. This approach contributes to the development of a form of fieldwork that uses different voices and the appreciation of women's life stories in the construction of knowledge. For this purpose, a field journal is used and semi-structured interviews are carried out with five women. The women are of different ages, in a vulnerable situation, and living in a poor neighbourhood of a city in the State of São Paulo, Brazil. In the second stage, four workshops are held with social assistance workers, designed to address the participants' notions about concepts of gender. Besides providing a survey of the main demands on gender relations present in the daily work of social assistance, this step also contributes to a denaturalization of the social and sexual roles commonly used in different spaces. After the systematization of this survey and its discussion with the relevant professionals, the data analysis was expanded. Thus, we found that although they have been systematically dismantled in our country, these social assistance policies imprint processes of subjectivation, which are present in the narratives of women who live in the slum. Further than the government guidance of public policies, we observed that the women share a varied set of social reproduction activities that promote interactions and maintain social ties. In this way, the relationships of mutual aid and solidarity among the resident individuals shape strategies to deal with the precariousness of life in the slum. Thus, considered as a family, women are called upon to respond to the pressure from the State, the market, and drug trafficking by developing roles inherent to capitalism, through caring and carelessness relationships. This phenomenon reaffirms the processes of oppression of women, inscribed in the relations of exploitation and expropriation. There is evident concealment of women in the official data, which legitimises the asymmetries of power, hierarchically anchored in gender issues, which are reproduced within families and

expanded to other contexts. Although this study has been developed with women only, we can state that men in need of social assistance are also covered by our current policies, predominantly by the “Special Social Policies”, the ones specialised in cases of human rights violations.

Keywords: Women. Social Care. Social Reproduction. Care. Carelessness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Direcionamentos das Políticas de Assistência Social do Governo Fernando Henrique Cardoso.....41

Figura 2 – Mulheres e Reprodução Social..... 161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos Serviços Socioassistenciais.....33
Quadro 2 – Governo FHC: Estratégias de Desenvolvimento Social.....41
Quadro 3 – Atendimentos Mensais por CRAS em 2018.....138
Quadro 4 – Resposta das participantes da Oficina 4 à pergunta: “Quando descobri que sou homem ou mulher?”.....155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação das Famílias nos CRAS.....139
Gráfico 2 – Pessoas Vitimadas Ingressantes no PAEFI, em 2018.....140
Gráfico 3 – Como os profissionais da Assistência Social ocupam o tempo.....146
Gráfico 4 – Respostas dos profissionais da Assistência Social – Tarefas Cotidianas...147

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BVJ – Benefício Variável Jovem

CADÚNICO – Cadastro Único de Programas Sociais

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CONANDA – Conselho Nacional da Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CEADE - Centro Especializado no Tratamento de Dependência de Álcool e outras Drogas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUMAS – Fundação Municipal de Ação Social

FUNDEBE – Fundo Nacional de Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

NASF BA – Núcleo de Assistência de Saúde a Família Básica

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAEFI – Serviço de Atendimento Integral da Família e do Indivíduo

PAIF – Serviço de Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SAF – Serviço de Atenção às Famílias

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUSAN – Sistema Único de Segurança Alimentar Nutricional

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO 15

1. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL 26

1.1 Um Breve Histórico sobre as Políticas Sociais no Brasil 26

1.2 Princípios da Política de Assistência Social 30

1.3 Sobre a Assistência Social e Gênero: um Levantamento Bibliográfico 34

1.4 Políticas Sociais Brasileiras – de Fernando Henrique a Bolsonaro. 38

1.4.1 Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) 39

1.4.2 Lula (2003 – 2010) 43

1.4.3 Dilma Rousseff (2011 – 2016) 49

1.4.4 Michel Temer (2016-2017) 54

1.4.5 Jair Bolsonaro (2019 –2020) 55

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS 66

2.1 Relações de reprodução da vida 66

2.2 Alienação 73

2.3 Relações de cuidado em tempos de capitalismo financeirizado 79

2.3.1 Família 85

2.4 As Expressões de Gênero na Assistência Social 88

2.4.1 A Associação entre Sexo Biológico e Gênero 90

2.4.2 A Influência do Positivismo na Construção Social de Gênero no Brasil 91

2.4.3 O Debate sobre a Esfera Pública e a Esfera Privada 95

3. (SOBRE) VIVÊNCIAS: AS MULHERES NA FAVELA 102

3.1 O ponto de partida: as experiências históricas 102

3.2 Primeiras estórias com as moradoras da favela 109

3.2.1 As rodas de conversas entre as mulheres 110

3.3 O barraco de Dona Rosa: interfaces da reprodução social 113

3.4 Violeta e Azaleia: ajuda mútua e relações de cuidado 116

3.5 A mediação das mulheres: entre o Estado e o Tráfico de drogas 118

4. OFICINAS SOBRE GÊNERO: PERCEPÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 126

4.1- As Oficinas 128

4.1.1 Oficina 1- A Assistência Social é das Mulheres 128

4.1.1.1 A invisibilidade das mulheres nos dados oficiais 138
4.1.1.2 A prevenção e o cuidado não fazem parte do universo masculino? 141
4.1.1.3 Os profissionais da Assistência e as Relações de Cuidado 143
4.1.2 Oficina 2 – Por que falar sobre gênero? 145
4.1.3 Oficina 3 – Entre fronteiras 148
4.1.3.1 Ser homem é ser uma pessoa no mundo, ser mulher é ser um subindivíduo 153
4.1.4 Oficina 4 – Devolutivas 158
5. SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CRUZAMENTO DE DADOS COLETADOS NO CAMPO DE PESQUISA 160
6. COSIDERAÇÕES FINAIS 167
REFERÊNCIAS 174
APÊNDICES 183
Apêndice – I Questionário a ser realizado com as mulheres atendidas nos equipamentos de CRAS e/ou CREAS. 184
Apêndice II – Oficina com os CRAS e CREAS. 185
Apêndice III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 186
Apêndice IV – Oficina 4 – Figuras escolhidas pelos profissionais da Assistência Social 188
Apêndice V – Aprovação Comitê de Ética 189
ANEXOS 190
Anexo 1 – Formulário de Registro Mensal de Atendimentos – RM 191
Anexo II – Formulário RMA\ CREAS 192
Anexo III – Formulário RMA/CREAS POP 195
Anexo IV - Obras utilizadas nas Oficinas da assistência social. 196

INTRODUÇÃO

Para uma teoria cega, a prática social é invisível;
Para uma prática cega, a teoria social é irrelevante.

(SOUSA SANTOS, 2007, p.20)

Esta pesquisa origina-se de problematizações vivenciadas no âmbito da Assistência Social. Na ocasião, sendo trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por quase uma década, meu objetivo era investigar como as questões de gênero atravessam e impactam a vida cotidiana das mulheres em situação de vulnerabilidade. Pretende-se, portanto, analisar, respaldada pelos autores da Psicologia Social Crítica, da Teoria da Reprodução Social e por uma Epistemologia Feminista, se as demandas das mulheres são consideradas por serviços da assistência social. Questiona-se: elas são consideradas em sua autonomia de gênero? Além disso, pretende-se analisar quando e como as relações institucionais, estabelecidas em equipamentos da Assistência Social, são reprodutoras das relações de dominação de gênero.

Intriga-me a afirmação "*[...] a assistência social é das mulheres"*[sic]. Esta frase foi proferida por uma psicóloga ao descrever quem eram as pessoas atendidas nas políticas de assistência durante minha pesquisa de mestrado.[1] Naquelaocasião, o trabalho objetivava investigar se as práticas comunitárias contribuíam ou não para o desenvolvimento de processos de autonomia e de participação política das famílias nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Enquanto metodologia, uma das estratégias foi a participação de famílias em um grupo focal, para que nos contassem sobre suas experiências, nas práticas psicossociais, desenvolvidas na Proteção Social Básica. Na época, apenas as mulheres compareceram para participar do encontro. Os assuntos versavam sobre como elas haviam se sentido mais "autônomas"[2] ao ingressarem nos cursos de economia solidária[3]. Após a experiência com a incubadora, elas haviam se unido para fazer artesanatos e vender seus produtos, passando a se reconhecerem como "microempresárias". Ao perguntar quais eram os

[1] "A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do Município de Várzea Paulista". (TAFFARELLO, 2015)

[2] Eu havia perguntado ao grupo se elas se sentiam mais autônomas, uma delas perguntou: "au-tô-no-ma, mas o que é isso?"[sic] o próprio grupo respondeu: "é ser dona de si, muié!"[sic], "Ah, isso eu sou!"[sic] respondeu em seguida.

[3] A investigação desenvolveu-se em um Município que optou trabalhar com a metodologia da economia solidária nos equipamentos dos SUAS. Naquele contexto, algumas oficinas de economia solidária eram desenvolvidas nos territórios dentro dos CRAS.

benefícios que essa experiência havia lhes proporcionado, muitas responderam: “não precisamos mais dos maridos”. (TAFFARELLO, 2015)

Pode-se dizer que estas narrativas anunciam uma complexa articulação entre independência financeira e relações de gênero em contextos matrimoniais. Elas denunciam os arranjos de seus casamentos como “parceiras desiguais” (FRASER, 1997) marcadas pela vulnerabilidade que sobrecarrega as mulheres. As concepções atribuídas às feminilidades desempenhadas cotidianamente por meio de papéis como os de trabalhadoras, esposas e mães, revelam configurações que se expressam em uma busca por “libertarem-se” dos companheiros. Para elas, trata-se de mudanças que só são possíveis com a conquista de uma independência financeira. Tais questões, embora não aprofundadas durante a pesquisa de mestrado, já apontavam para experiências que revelam dimensões sobre o que é ser mulher inscrita em um sistema de dominação e opressão.

Observa-se que, em muitos contextos, predominam opiniões que consideram as demandas feministas como “superadas”. Com a inclusão das mulheres na educação, o acesso aos direitos políticos, o pressuposto de uma igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho representam, para muitas pessoas, uma superação das desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo no contexto da Assistência Social, ouço com frequência, ao apresentar o estudo sobre as relações de gênero, que as mulheres conquistaram uma autonomia ao receberem em seu nome o benefício dos programas de transferência de renda. Não discordo totalmente dessa afirmação, mas compreendo que há evidências que apontam para uma manutenção da dominação masculina que se expressa de forma bastante complexa nas relações familiares e institucionais. Cabe acrescentar que, em cada uma das esferas, quer seja educação, lar, trabalho e política, existem avanços, contudo há indícios de que os mecanismos que operam em direção à manutenção de desvantagens das mulheres ainda se perpetuam. Compreende-se que são questões a serem debatidas mais profundamente.

Nesse contexto, enquanto objetivos específicos, busca-se, ao longo dessa pesquisa, identificar como as mulheres, submetidas a um contexto de pobreza, compreendem os trabalhos desenvolvidos pelos CRAS e CREAS. Além disso, pretende-se levantar quais são as principais demandas apresentadas pelas mulheres em situação de pobreza e se estas são atendidas ou não nos equipamentos públicos. Busca-se analisar criticamente as relações (fluidez de fronteiras) entre mulheres, entre trabalhadoras e trabalhadores, em território de vulnerabilidade social e nos equipamentos da Assistência Social.

Ao levantarmos o estado da arte sobre o tema na Assistência Social, identificamos que muitas pesquisas mantêm o foco na família sem se aprofundarem em discussões a respeito das questões de gênero, ignorando que estas estruturam as relações familiares. Algumas delas apontam uma predominância e naturalização na associação entre mulher e maternidade. Nesse sentido, problematizamos: e aquelas que não são mães, são visibilizadas pelas políticas de assistência social? Os trabalhos no âmbito das políticas de assistência conseguem abarcar as múltiplas e complexas configurações familiares contemporâneas? Por que, ao desenvolver um trabalho nos equipamentos de assistência social para as famílias, apenas as mulheres comparecem? E quando elas não comparecem, por que são as únicas a serem responsabilizadas por tal falta? Estas formulações contribuem para desmantelar a naturalização do ser mulher ou da própria experiência enquanto psicóloga da Assistência Social, uma vez que "o olho só deixa entrar o que fui ensinada a ver" (PRATT, 1984, 30).

Elabora-se uma narrativa de avanço feminino e justiça de gênero que se entrelaça à máquina do acúmulo capitalista. Assim, enfatizam-se dois aspectos: por um lado, as mulheres profissionais da "classe média" determinadas a quebrar o "teto de vidro"; por outro lado, trabalhadoras temporárias, de trabalhos parciais, prestadoras de serviço de baixa remuneração, migrantes, domésticas, aquelas que utilizam microcrédito e buscam, para além de uma segurança material, dignidade, autodesenvolvimento e independência em relação à autoridade masculina tradicional. Ambas as estratégias são apropriadas perversamente por um discurso de emancipação a serviço de uma intensificação e valorização do trabalho assalariado do capitalismo. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O cenário que se apresenta na Assistência Social é de lares que predominantemente são chefiados por mulheres. Esta afirmação corrobora as estatísticas levantadas pelo IPEA (2020) que apontam que 37,8% dos lares brasileiros, no contexto urbano, têm as mulheres como responsável pelo domicílio. Além disso, a pesquisa revela que, dentre os domicílios chefiados por mulheres, 51,7% são chefiados por mulheres negras. Outro dado a ser analisado é a categoria que representa as frações do número de filhos descrita como "casal com filhos" e "mulher com filhos", as quais são 52,4% e 55,2%, respectivamente, e representam o total de famílias chefiadas por mulheres negras. (IPEA, 2013)

Em relação à renda familiar brasileira, verificou-se que 95,5% das famílias chefiadas por mulheres recebem em média um valor de até 3 salários mínimos; dentre este grupo, 67,5% apresentam renda menor que um salário mínimo. Ao detalhar a renda a partir de um recorte de raça, o IPEA (2020) levanta que as famílias chefiadas por mulheres negras recebem em média R$ 720,10, enquanto a média de famílias chefiadas por mulheres brancas é quase o dobro: R$

1.370,40. A desigualdade se torna ainda maior quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos, cujo valor do salário em média é de R$ 1.516,10. (IPEA, 2013)

Outros dados que revelam os contornos da desigualdade racial no Brasil são os altos índices de homicídios da população negra. O Atlas da Violência publicado pelo IPEA (2020) aponta que, em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Este número indica uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país. A taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à taxa de não negros, 40,2% e 16% respectivamente. Ao medir o período entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios entre os negros cresceu 23,1%; em contrapartida, o número entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Esta pesquisa descreve que o índice de homicídio de um jovem negro no Brasil é 2,7 vezes maior do que de um jovem branco.

Além disso, ao analisar os dados registrados no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública,* identifica-se que 76,2% das mortes por intervenções policiais são da população negra. Outra análise é o número de feminicídios no país: em 2017, houve um crescimento com cerca de 13 assassinatos por dia, totalizando 4.936 mulheres mortas. Este número representa o maior índice de morte entre as mulheres desde 2007. O estudo aponta que a taxa de homicídios de mulheres negras é 5,6 e das mulheres não negras 3,2. A pesquisa realizada entre os anos 2007 a 2017 indicam um aumento de 29,9% na taxa de homicídios das mulheres negras, enquanto as mulheres não negras apresentam 4,5%. Em números absolutos, a diferença é ainda mais brutal, pois enquanto o crescimento de feminicídios entre as não negras é de 1,7%, entre as mulheres negras é de 60,5%. Além disso, a proporção das mulheres negras vítimas de violência letal é de 66% em todas as mulheres assassinadas no país em 2017. Este dado evidencia a enorme dificuldade do Estado brasileiro em garantir a universalidade de suas políticas públicas. (IPEA, 2020).

Estes indicativos apontam para a brutal desigualdade racial e para a precariedade das condições de vida no país, problemas realçados pela crescente precarização das condições de trabalho, pelo aumento do desemprego e de vagas de trabalhos intermitentes ou de subocupações. Ressalta-se que as experiências femininas não são compreendidas como universais, mas trata-se de experiências diversas, historicamente estruturadas a partir de uma divisão racial e de gênero do trabalho que desdobra complexas relações comunitárias.

Em contrapartida, há um desinvestimento dos Estados para o bem-estar social que reduz a capacidade das famílias em performarem relações de cuidado e sustento em seu núcleo. Para aquelas que têm dinheiro, terceirizam com baixos salários outras mulheres a cuidarem de seus filhos e idosos, mas aquelas que necessitam das políticas sociais ficam à

mercê da precariedade e escassez dos serviços públicos. Neste contexto, em meio às críticas ao paternalismo do Estado de bem-estar social, surgem as ONGs que começam a ocupar lugares para preencher os vazios deixados pelo Estado. Em relação a ONG's, Fraser (2018) debate sobre a possibilidade de cooptação e esvaziamento crítico das ações desenvolvidas no território, geralmente financiadas pelo Estado. As ações das ONGS tornam-se um dilema na medida em que representam um abandono macroestrutural do Estado em combater a pobreza. As ONGs ofertam os cuidados materiais às populações destituídas de serviços públicos, provêm as urgências da escassez cotidiana e complementam/substituem o que se preconiza nas políticas.

No Brasil, um exemplo prático do desinvestimento das políticas sociais foi o congelamento dos gastos públicos, sem alterar a conta de juros e a amortizações da dívida pública. O teto da emenda constitucional destinado à assistência social, saúde, educação, aprovado em 2016 (PEC 241 ou PEC 55), é válido para os próximos 20 anos[4]. Tal desdobramento incidiu diretamente na vida das famílias semiproletarizadas, com a redução dos programas de transferência de renda e o aumento da contrapartida das ONG's, o que inviabiliza a continuidade de projetos e a precariza do Sistema Único de Saúde e da educação pública.

Além disso, houve a aprovação de uma lei que permite a universalização da terceirização e a reforma trabalhista, por meio de muitas mudanças aprovadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), colocando em risco a maioria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros assalariados. Ressalta-se ainda: a generalização do trabalho terceirizado e intermitente, a alteração da função dos sindicatos no país de fiscalizarem os direitos trabalhistas, prevalecendo o princípio do negociado sobre o legislado. Aprovada a lei em 2017, atualizam-se, com incontáveis formas de flexibilização, a jornada de trabalho e as reduções proporcionais de salários.

Em 2019, o Congresso aprovou a reforma da previdência que amplia o tempo de contribuição para a aposentadoria, diminui o valor das pensões e dificulta o acesso aos benefícios sociais pagos pelo sistema de seguridade social. Neste cenário, descumpre-se a promessa da criação e aumento de empregos após a aprovação das reformas trabalhistas e previdenciária. Ao invés disso, a população brasileira se depara com o aumento da

[4] Realizado durante o governo do presidente Michel Temer (MDB).

informalidade dos trabalhos e a alta taxa de subocupação[5]. (BRAGA, 2019 in CAPPELLANO; CARRAMENHA, 2019).

Neste contexto, a presente pesquisa é realizada em um Município do interior do Estado de São Paulo e busca acompanhar o cotidiano da vida de mulheres atendidas nos equipamentos da Assistência Social. Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, respaldada por uma leitura crítica acerca dos documentos normativos das Políticas de Assistência Social, da análise de experiências cotidianas narradas por moradoras de um bairro vulnerável e das narrativas dos profissionais dos CRAS e CREAS.

Esta é pesquisa participante que se fundamenta na relação que se estabelece entre pesquisadora e participantes/interlocutores, ao negociarem os sentidos e os significados produzidos a partir desses encontros. Nesta relação estão presentes o diálogo, as negociações e as interpretações culturais que descrevem as inúmeras possibilidades de articulações presentes no território. (SCHMIDT, 2006)

Compreendidas como parceiras na construção do conhecimento, as participantes são convidadas a atribuir valor social à realidade que as cerca. O caráter participativo da pesquisa/intervenção assume uma dimensão ético-política ao comprometer-se com o fato de retornar os resultados produzidos a todas e a todos os participantes que compõem o desenvolvimento deste estudo. (MONTERO, 2006)

Nessa perspectiva, optamos trabalhar com diferentes tipos de narrativas, sustentadas por diferentes interpretações e significados a respeito dos sujeitos que se constituem discursivamente. As narrativas versam sobre incompletudes que há em todas as tradições culturais e científicas, que ora se reconhecem, ora se afastam em determinados pontos de conexão, articulando, a partir desse movimento, diferentes campos de saber. Cabe descrever nessa apresentação o que se compreende como narrativas: são histórias limitadas a respeito da vida.

A princípio, a expectativa era desenvolver um grupo com mulheres fora dos equipamentos públicos da Assistência Social. Esquecera que os grupos já existiam independentemente da pesquisadora-psicóloga. Neste cenário, foi possível acompanhar a vida cotidiana em seus territórios, levantar com elas suas demandas e necessidades. (MONTERO, 2006). Logrou-se compreendê-las como protagonistas de suas próprias histórias, resgatar a

[5] O presidente Jair Bolsonaro (sem partido), eleito em 2018, apresenta um governo ultra neoliberal que associou o desemprego no país ao "excesso de direitos trabalhistas". Defendeu as reformas: trabalhista e previdenciária, com a seguinte fala: "O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego ou menos direito e mais emprego" (BOLSONARO, 2019).

memória daquelas que historicamente estão submetidas a situações de opressão e violação de direitos. Buscava carregar comigo o que aprendi com as leituras de Demo (2002) ao apontar que a pobreza está para além da carência material ou da escassez de recursos, mas reproduz-se na impossibilidade do exercício de cidadania. O olhar deveria estar atento para o aspecto político da pobreza, que tece a evidente situação de privação coletiva, discriminação e preconceito.

Para tanto, esta pesquisa caracteriza-se por dois momentos. O primeiro momento é composto por uma experiência etnográfica a fim de compreender a intersubjetividade das mulheres, com foco nas relações de gênero, memória e território. Tal aproximação contribui para o desenvolvimento de um trabalho de campo que se utiliza de diferentes vozes, da valorização das memórias e histórias de vida de mulheres na construção do conhecimento. Pode-se dizer que a experiência em si se tornou autorreflexiva para a pesquisadora que redesenhou seu percurso metodológico junto às participantes. Utilizou-se um diário de campo para que fossem registrados os fenômenos, as memórias e os sentimentos da pesquisadora durante a experiência *in loco*. E posteriormente foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 5 moradoras do bairro estudado.

Realizou-se um trabalho de reconhecimento do território, objetivando compreender o cotidiano das participantes e a relação que estabelecem com os equipamentos da assistência social. Era inútil tentar passar despercebida. Meu rosto era como muitos rostos, de muitas outras que subiam o morro para realizar visitas domiciliares. Minhas roupas, meu vocabulário. Eu era a mulher do CRAS[6], a mulher do CREAS[7], a mulher do CEADE[8], a mulher da FUMAS[9], a mulher da Pastoral do Menor, a mulher do CAPS[10], a mulher do Fórum. Mas quem eu era? Mulher, branca, mãe, psicóloga, pesquisadora de uma cidade do interior paulista. Eu era essa estranha familiar[11]. Estranha ao pisar no território pela primeira vez, eu era alguém "de fora" da comunidade. Familiar, ao trazer comigo as instituições internalizadas. Mas era por meio de discursos institucionalizados que se reproduziam e se reeditavam

[6] Centro de Referência da Assistência Social – CRAS
[7] Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
[8] Centro Especializado no Tratamento de Dependência de Álcool e outras Drogas - CEADE
[9] Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS
[10] Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.
[11] Freud (1996) em seu texto de 1919 "O 'Estranho'" descreve o termo "estranho" como aquilo que naturalmente está relacionado ao novo, que provoca medo ou terror. Entretanto, ele busca ampliar a equação: "estranho" = "não familiar" (FREUD, 1996, p.237) Ele considera que, mesmo aquilo que é familiar, pode ser aterrorizante. Estas reflexões nos inspiraram ao compreendermos este lugar de quem ocupa, ao longo da pesquisa de campo, esta posição de "Estranha Familiar".

relações marcadas por diferenças. Mas quais são as diferenças e quais são as semelhanças presentes neste campo intersubjetivo?

Vale ressaltar que, ao frequentar semanalmente o território durante sete meses, a pesquisadora observou que as participantes têm suas vidas cotidianamente atravessadas pelas políticas de assistência social. Os serviços ofertados pelos CRAS e CREAS configuram a rotina de grande parte das mulheres que residem no território estudado. Embora o CRAS seja mais conhecido e citado em suas narrativas, os serviços ofertados pelo CREAS também são reconhecidos por grande parte das mulheres, ao acompanharem as histórias de seus filhos, sobrinhos ou netos, principalmente junto aos serviços de acolhimento e acompanhamento das medidas socioeducativas, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. Este fenômeno contribuiu para que a pesquisadora optasse por criar um segundo momento no trabalho, que contará com o desenvolvimento de oficinas com as/os profissionais dos CRAS e CREAS.

A princípio, os encontros, que se revelam na relação "entre" e "com"[12], psicóloga/"usuárias", pesquisadora/participantes, alguém de fora/moradora, são hierarquicamente organizados. Também são atravessados por contradições que compõem continuamente o campo do fenômeno social. Neste aspecto, ao longo da pesquisa, busca-se desenvolver uma análise teórica capaz de fundamentar um debate sobre as contradições e os impasses da experiência. Trata-se de um esforço em apreender os fenômenos que se apresentam na produção e reprodução das vidas cotidianas. Incluem-se, assim, no campo de análise, "outras" atrizes sociais: as profissionais dos equipamentos de assistência social.

Neste sentido, em um segundo momento, foram realizadas oficinas com as trabalhadoras e trabalhadores da assistência social. As oficinas foram desenvolvidas com os profissionais dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ambos equipamentos públicos, executores das políticas de assistência que referenciam o território pesquisado.

Foram realizadas quatro oficinas com os profissionais da assistência social. Assuntos como a incorporação da mulher no mercado de trabalho capitalista e seu impacto na constituição das famílias, a configuração dos papéis sexuais, as buscas das mulheres por

[12] A descrição desta relação "entre" e "com", "pesquisadora e participantes", que neste estudo utilizamos e desdobramos para uma compreensão na relação entre profissionais da Assistência Social e moradoras, foi inspirado no conceito "encontro-entre", desenvolvido por Fabiana de Andrade (2018, p.70) em sua tese de doutorado "*Mas vou até o fim:* narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos".

estratégias de sobrevivência, a chefia de suas famílias, a reprodução social, as situações de violência de gênero, foram os temas discutidos com os trabalhadores do SUAS.

Tais vivências desenvolveram-se a partir da metodologia das cenas criada por Paiva (2012). As diferenças de classe, de gênero, de raça, e as transgeracionais acabam por interpelar os processos de desigualdade e as práticas cotidianas na Instituição. Neste sentido, produz-se uma tensão inevitável ao se promover um diálogo que reconhece versões diferentes dos discursos hegemônicos sobre o corpo e o sexo. Para tanto, os encontros tiveram como base a hermenêutica diatópica que propõe, a partir das diferentes versões, aquela que representa de forma mais ampla a reciprocidade e o reconhecimento do outro, considerando a incompletude de todas as tradições culturais.

> Na metodologia das cenas, o cenário cultural a ser compreendido compõe até o espaço físico que emoldura cada cena, sua ação dramática no palco carregado de sentidos (a cama em casa, o quartinho alugado, a rua, o parque, o quarto escuro da balada) (AYRES; PAIVA; BUCHALLA, 2012, p.179).

Tal perspectiva propicia a construção de espaços dialógicos que favorecem a exposição de valores distintos, muitas vezes opostos, presentes nos grupos de profissionais acerca de assuntos relativos às relações de gênero. Esta etapa da pesquisa busca promover uma desnaturalização dos papéis comumente atribuídos aos corpos e aos sexos, além de propiciar um levantamento das principais demandas sobre as relações de gênero presentes no cotidiano de trabalho da assistência social. Outros recursos metodológicos usados foram fotografias, textos literários, imagens, poesias e trechos de filmes. Segundo Cavarero (2000), a poesia, a literatura, as artes em geral, apresentam uma linguagem desincorporada que se opõe à racionalidade do sujeito. Esta mudança na forma proporciona a expressão de processos intersubjetivos.

A partir dos dados coletados durante estes dois momentos de campo, buscou-se criar um cruzamento entre a percepção das mulheres moradoras do bairro estudado, suas principais demandas relativas às questões de gênero, o olhar das/dos profissionais e suas práticas no âmbito da assistência e o que preconizam os documentos regulatórios das políticas.

Trata-se de temas que transpõem as fronteiras, um olhar que a princípio revela a separação das experiências entre aquilo que é do outro e aquilo que é meu, ampliando o campo intersubjetivo dos lugares comuns. Para Federici (2017) a reconstrução do comum produz uma superação deste estado de esquecimento em que nos encontramos. “Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no

sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o ‘nós’ separado ‘deles’.” (FEDERICI, 2017, p.388).

Em nossa pesquisa de campo, em ambos os momentos, tanto na experiência junto ao bairro estudado, quanto durante as oficinas com os profissionais da assistência social, observamos que predominavam narrativas inscritas em concepções heteronormativas. No período em que estava no território, participando das rodas de conversas com as moradoras, percebi que as histórias relatadas sobre as relações amorosas e as dinâmicas familiares, por vezes violentas, passavam por descrições que configuravam relacionamentos entre homens e mulheres. Nesse sentido, identificamos que estes relatos sobre a vida cotidiana seguiam fundamentados em construções normativas de papéis sexuais fixos e tradicionais de gênero, estruturados em uma heteronormatividade.

Vale ressaltar que esta concepção também se apresenta nas narrativas dos profissionais da assistência social que, durante as oficinas, compartilhavam experiências a respeito das famílias acompanhadas pelas políticas, sobretudo famílias compreendidas como: pai, mãe e filhos. Acrescentamos ainda a existência de outros modelos no campo de estudo, como as famílias compostas por mães solo, netos criados por avós, relações homoafetivas, que apesar de presentes, não apareceram como centrais nas narrativas e nas práticas da assistência e, portanto, não foram possíveis de serem aprofundadas nesta pesquisa. Assim, por mais que exista um campo amplo e múltiplo em termos de relacionamentos amorosos e de configurações familiares, esta tese se debruça sobre os casos que ocorrem entre homens e mulheres inscritos em relações heterossexuais, conforme os dados levantados neste campo de estudo.

No primeiro capítulo, apresentamos uma conceituação e um breve histórico sobre as políticas sociais no Brasil. Neste sentido, buscamos descrever as transformações das políticas de assistência desde o governo Fernando Henrique Cardoso até o governo atual de Jair Bolsonaro. Dessa forma, intitulado “As Políticas Sociais no Brasil”, remontamos a gradativa construção histórica das políticas públicas até chegar a seu atual desmonte no país. Ainda neste capítulo, realizamos um levantamento do estado da arte, com pesquisas que debatem sobre gênero no âmbito do SUAS.

No segundo capítulo, desenvolvemos a fundamentação teórica que respaldou nossa análise a respeito do campo de pesquisa, a partir de uma perspectiva da psicologia social crítica, da teoria da reprodução social e de uma epistemologia feminista. Neste contexto, partimos do esquema conceitual desenvolvido por Nancy Fraser (2020), que apresenta sua análise sobre a injustiça social e a produção de vidas precarizadas no capitalismo. Nesta

perspectiva, buscamos compreender como as mulheres respondem às pressões do Estado e do Mercado, convocadas a desempenharem cotidianamente a reprodução social.

No terceiro capítulo, intitulado "(Sobre) Vivências: as mulheres na favela", apresentamos nossa chegada ao campo de pesquisa que se desenvolveu "entre" e "com" as mulheres moradoras de um bairro em vulnerabilidade de uma cidade do interior paulista. Aprofundamos, neste momento, as questões relacionadas à construção das narrativas das mulheres no campo da ciência e sua interface com as experiências da vida cotidiana. Neste capítulo, descrevemos as rodas de conversa realizadas na casa de dona Rosa, local que visitei semanalmente durante sete meses. Relatamos também como as experiências de opressão de gênero impactam o dia a dia na vida das mulheres participantes desta pesquisa.

Já no quarto capítulo, "Oficinas sobre gênero: a percepção dos profissionais da assistência social", descrevemos e analisamos o segundo momento realizado no campo de pesquisa. Trata-se do desenvolvimento das oficinas junto aos profissionais da assistência social. Neste capítulo, buscamos apreender as percepções dos profissionais da assistência a respeito de temas que envolvem debates sobre gênero, violência e família.

Em relação ao quinto capítulo, buscamos articular um cruzamento de dados coletados em campo: a realidade das mulheres moradoras da favela e a vida das profissionais da assistência social. Nesse sentido, desenvolvemos uma sistematização teórica que nos ajudou a compreender os resultados levantados ao longo da pesquisa. Por fim, tecemos as considerações finais.

1. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Remontamos, ao longo deste capítulo, a história da construção dos direitos civis, sociais e políticos no país, a fim de contextualizar suas transformações e seu gradativo desmonte. Em busca de compreender o campo normativo que configura as políticas sociais, mais especificamente as políticas de assistência, descrevemos, ao longo desta seção, a sistematização e a implementação do SUAS nos municípios brasileiros. Apresentamos os princípios das políticas de assistência social que respaldam os documentos oficiais e preconizam as práticas dos profissionais nas políticas públicas. Além disso, interessados no debate sobre gênero e sobre seus desdobramentos neste campo de atuação, realizamos um levantamento do estado da arte acerca do tema.

1.1 Um Breve Histórico sobre as Políticas Sociais no Brasil

Retomar a trajetória da construção dos direitos civis, sociais e políticos no Brasil mereceria uma revisitação na história desde 1500, com a chegada dos portugueses e sua permanência durante três séculos no país. Trata-se de um período marcado por roubo e violência, em que a população indígena foi morta e escravizada. O desenvolvimento tanto do campo econômico quanto da construção dos direitos sociais configura-se a partir de uma relação de dependência. O pacto colonial inaugura o primeiro acordo de exploração e expropriação no Brasil.

O colonialismo extrativista, longe de proteger os indígenas e suas relações de reprodução social, provocou sua destruição. Pautado em um sistema produtivo predominantemente agrícola e baseado em trabalho escravo, criou condições para a acumulação primitiva. As riquezas das Metrópoles advinham do deslocamento dos recursos naturais e da produção da força de trabalho escravizada das colônias (FRASER, 2014). As mulheres indígenas e negras sempre trabalharam, obrigadas a promoverem reprodução social às famílias de seus proprietários. Garantiam lucro a seus senhores, por meio dos trabalhos nas plantações, dos afazeres da casa grande, do uso reprodutivo e sexual de seus corpos e da entrega de seus filhos, por vezes, vendidos separadamente de suas famílias a outros proprietários.

Dentre os costumes trazidos da Europa e implantados no Novo Mundo estava a manutenção das mulheres representadas como inferiores aos homens: por um lado, havia as mulheres brancas exploradas por uma classe dominante, sendo que a elas se atribuía uma condição de castidade para desempenharem exclusivamente o papel de procriadoras; por outro lado, havia as mulheres negras, indígenas e mestiças que eram exploradas como escravas e objetificadas. (ALVES, 2019)

A destruição da memória das culturas indígenas e africanas caracteriza o período de colonização no Brasil. As práticas de evangelização do colonizador europeu buscavam incutir novos hábitos cotidianos, fundamentados em processos de assimilação da cultura e da religião portuguesa. Assim, os jesuítas criaram as primeiras casas de recolhimento das crianças indígenas no país em 1551, afastando-as de seus pais (CRUZ; GUARESCHI, 2010).

Outro aspecto que assinala a história da Assistência Social no Brasil foi o acordo entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia com o rei de Portugal para acolher e cuidar dos bebês abandonados nas ruas. Devido a essa situação cada vez mais frequente durante o século XVIII, instala-se em Salvador, com a autorização da coroa portuguesa, a primeira roda dos expostos[13]. A Santa Casa de Misericórdia aceita a incumbência em troca de subsídios para a manutenção de suas atividades. Posteriormente, a roda dos expostos foi instalada em mais dois municípios, Recife e Rio de Janeiro, sob a mesma justificativa. Diante da grande demanda, aprovou-se uma lei chamada "Lei dos Municípios" em 1828, que autorizava a instalação da roda dos expostos em todos os municípios que tivessem Santa Casa de Misericórdia para oferecer seus serviços. (CRUZ; GUARESCHI, 2010)

Inaugura-se assim, uma fase filantrópica que instaura uma primeira parceria entre o público e o privado no Brasil. Compreende-se como uma primeira aliança entre ações de caridade e ações governamentais com a iniciativa da Santa Casa de Misericórdia e a verba para a manutenção dos estabelecimentos vindos do governo. Nesse aspecto, as parcerias entre Estado e sociedade civil são muito antigas e configuram a história das políticas sociais e das Instituições sociais no país. (CRUZ; GUARESCHI, 2010)

A era colonial no Brasil foi marcada por uma atuação social das elites, uma aristocracia agrária que permanecia subordinada às conveniências da coroa portuguesa. A produção econômica gerava riquezas a partir de uma apropriação colonial que precisava ser

[13] A roda dos expostos ou roda dos enjeitados era um mecanismo para abandonar os bebês rejeitados. Tinha forma de tambor ou portinhola giratória embutida na parede, ao deixar um bebê nesse mecanismo, girava-se a portinhola para não ser visto por quem estivesse do outro lado. Era uma estratégia para garantirem o anonimato de quem estava abandonando os bebês.

complementada ou substituída por meio do trabalho escravo; assim, o Brasil permanecia às margens do capitalismo mercantil internacional. O processo de independência no país, longe de emergir da mobilização das massas para a luta política, é efetivado de forma pacífica pelas elites de origem rural, que buscavam internalizar os centros de decisões políticas e constituir seus núcleos dominantes. Tal fenômeno pode ser observado no processo de independência do Brasil, que instaura um regime monárquico com características absolutistas, a partir da nomeação do imperador D. Pedro I, filho do rei de Portugal.

Neste contexto, permanecem as relações de dependência com o mercado externo e com as grandes potências da época, cuja subordinação se mantém inalterada mesmo com a extinção do estatuto colonial. Assim, constituem-se os elementos históricos que caracterizam as mudanças sociais no país: dependência política e econômica, trabalho escravocrata e relações de poder centralizadas em elites de origem rural. (FERNANDES, 1976).

Promulga-se a nova ordem política com a Constituição de 1891, em que foram consagrados 31 incisos no que se refere aos direitos civis, mas não houve nenhuma menção aos direitos de natureza social. Instituiu-se, na ocasião, o direito ao voto a todo "cidadão brasileiro", sendo ele do sexo masculino e maior de vinte e um anos (exceto mendigos, analfabetos e religiosos). Ressalta-se que as mulheres não estavam inclusas no rol das exceções, o que virou argumento para algumas sufragistas buscarem o seu direito ao voto. Os pedidos eram analisados caso a caso e dividiam opiniões, justificavam que não havia franca intenção do legislador da Constituição em permitir o voto das mulheres e, por isso, não foi especificado no texto. Já aqueles que eram a favor do voto das mulheres, argumentavam a partir da regra gramatical da inclusão do feminino no plural masculino. Tais controvérsias, relacionadas à interpretação da não menção sobre as mulheres, atrasaram em pelo menos quarenta anos, a contar a partir da Constituinte de 1891, o direito de voto feminino[14] (ALVES, 2019).

Durante a primeira República (período entre a Proclamação da República até a Revolução de 1930), o Estado não intervinha no campo social. A pobreza não era compreendida enquanto expressão da questão social, mas como produto de uma disfunção pessoal do indivíduo. Assim, durante um longo período da história do país, a pobreza é tratada como caso de polícia por meio do aparelho repressivo do Estado (SPOSATI, 1990).

[14] Mesmo assim, Dra. Isabel de Mattos Dillon, que exercia a atividade de dentista, requereu, em 1880, seu alistamento, apelando para a Lei Saraiva que garantia o direito a voto aos detentores de títulos científicos e ganhou em segunda instância (ALVES, 2019).

O Brasil, na década de 30, apresenta um contexto predominantemente agrícola, uma expansão desordenada dos centros urbanos e um excesso de mão de obra constituída essencialmente por escravos libertos e imigrantes. Há um crescimento das reivindicações que buscam, no campo dos direitos civis, até então atrelados essencialmente aos interesses de uma elite de origem rural, "[...] o direito à organização, manifestação, greves, limite à livre atuação do capital, melhores condições de vida e trabalho". (LUCA, 2010, p. 477). Trata-se de um período em que se busca antecipar o conflito entre os trabalhadores e os capitalistas, e cria-se a Legislação Trabalhista, interpretada por muitos como uma dádiva do governo Vargas. O Estado passa a assumir funções que regulamentam, organizam, coordenam e intermediam as políticas sociais e o trabalho. (MESTRINER, 2001)

Durante o governo de Getúlio Vargas (entre os anos de 1930 a 1940), criou-se um sistema de proteção social seletivo que privilegiava algumas profissões em detrimento de outras como, por exemplo, a categoria dos trabalhadores rurais. O trabalho rural, exercido pela maioria da população brasileira até os anos 60, foi incorporado ao sistema de proteção social apenas em 1988, com a promulgação da chamada Constituição Cidadã. Nesse sentido, o sistema de proteção social do governo Vargas contemplou apenas uma pequena parcela da população, excluiu os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos, os profissionais autônomos, os desempregados e os trabalhadores intermitentes.

O período de Ditadura Militar no Brasil apresenta um aprofundamento das desigualdades sociais e maior concentração de riqueza nas classes dominantes. Muitas conquistas no campo dos direitos retrocederam: os movimentos sindicais e as ligas camponesas foram proibidos de se manifestarem e a grande maioria das Instituições Sociais sofreu intervenção do Estado após o golpe de 1964. A repressão política desse período bloqueou os canais institucionais de representação popular (partidos, câmaras legislativas, sindicatos ou associações de massas), o que os levou a se reorganizarem às margens das vias institucionais. (BRANT, 1983). Um exemplo foi as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que tiveram papel fundamental de aglutinar, direta ou indiretamente, os movimentos sociais durante o período da ditadura militar brasileira[15] (PAMPLONA, 2020).

Com o início da redemocratização política do Brasil (final dos anos 70 e início dos 80) há uma forte contribuição dos movimentos sociais emergentes que resistem à Ditadura

[15] Muitas reivindicações de lutas políticas e conquistas, no final da década de 70 e início dos anos 80, giravam em torno das CEBs e das pastorais. Foram incontáveis os movimentos sociais que durante aquele período resistiam à ditadura militar. Alguns lutavam por demandas locais e imediatas, como o Movimento do Custo de Vida (MCV) que surgiu a partir do clube de mães, que reivindicava: vagas nas creches, nas escolas, casas para moradias, pontos de ônibus, postos de saúde, dentre outras (PAMPLONA, 2020).

Militar em busca de maior autonomia e garantia de direitos à população brasileira. Destacam-se os movimentos pela reforma sanitária, a luta antimanicomial e a militância para a construção e implementação do Sistema Único de Saúde – SUS. A organização dos coletivos, que reivindicavam a participação democrática na construção de políticas públicas no campo da saúde mental e da saúde coletiva, introduziram novos conceitos como: controle social, participação popular e atividades comunitárias nas práticas de saúde. (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016).

O contexto de reorganização dos movimentos sociais na década de 80 ressalta a preocupação com a extrema pobreza no país e enfatiza os crescentes debates sobre direitos humanos e direitos sociais no cenário nacional. Assim, promulga-se a Constituição de 1988, que amplia a garantia dos direitos sociais no Brasil. O Estado torna-se responsável pela proteção social do cidadão. Marca-se uma mudança ao longo da história da Assistência Social que passa por práticas predominantemente caritativas e de favores aos tutelados, para uma busca em consolidar os direitos sociais por meio de políticas públicas. Ou seja, inspirada em um modelo de Estado de Bem-Estar Social, converte-se a noção de caridade e benesse em concepções de direito e cidadania.

Nessa perspectiva, serão apresentados, a seguir, os princípios das políticas de Assistência Social que não só norteiam os discursos e as práticas cotidianas entrelaçadas à rotina da vida das participantes dessa pesquisa, como também preconizam e configuram o campo de atuação profissional dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

1.2 Princípios da Política de Assistência Social

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugura-se na sociedade brasileira uma nova narrativa, a do sujeito de direitos, que ganha o *status* de cidadão. Resultado das lutas de redemocratização do país após longo período de ditadura militar, reconhecem-se as reinvindicações por direitos dos movimentos populares de trabalhadores, de mulheres, dos setores progressistas da sociedade. Representando um marco na história das Políticas Sociais Brasileiras, amparadas no tripé da seguridade social formada pelas Políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, ampliam-se as noções de política pública, de direito e de cidadania. A caridade, a benesse e o clientelismo que até então marcavam a história das políticas sociais, mais especificamente as políticas de assistência social,

experimentam mudanças. Há um consenso entre os pesquisadores de que esse período representa um avanço conceitual (CORDEIRO e SATO, 2017; CRUZ e GUARESCHI, 2010; CORDEIRO, 2018).

Sancionada em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) legitima a responsabilidade do Estado enquanto política de seguridade social não contributiva que prevê a garantia dos mínimos sociais. Efetiva-se, então, um discurso que prioriza a oferta de atendimentos às necessidades básicas, por meio de um conjunto de ações governamentais junto à sociedade (BRASIL, 1993). No entanto, ao analisarmos esse período, marcado por uma crise econômica e por um direcionamento político dos governos democráticos entre os anos 90 e 2000, observa-se que as promessas de mudanças e de amplas reformas se estagnam. Assim, permanecem no campo das políticas sociais ações assistenciais, focalizadas e segmentadas, pautadas em programas compensatórios e imediatistas frente ao aumento da pobreza no país. (CORDEIRO, 2018)

Com a aprovação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 15 de outubro de 2004, consolidam-se os princípios evocados pelo artigo 4 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Considerado um marco referencial, a criação e a implementação do SUAS organizam os processos de gestão da política a fim de garantir a universalização dos direitos sociais, tendo como princípio a supremacia do atendimento às necessidades sociais, por meio da igualdade de direitos no acesso aos serviços socioassistenciais.

Vale ressaltar que o SUAS ampara-se em três eixos: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. A vigilância social promove a sistematização de informações e levantamento de índices territorializados que identificam as situações de vulnerabilidade e de risco social das famílias e dos indivíduos. A proteção social busca garantir a segurança de sobrevivência, de rendimento e de autonomia, de segurança de convívio e de segurança de acolhida, por meio de um conjunto integrado de ações e serviços de baixa, média e alta complexidade. A defesa social e institucional objetiva promover o acesso aos direitos socioassistenciais, a primazia de atendimento digno e de qualidade, respeitando o protagonismo dos usuários dos serviços e o fortalecimento da convivência familiar, comunitária e social.

Enquanto gestão, o SUAS organiza-se em níveis de atendimento: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade. O serviço de Proteção Social Básica pauta-se na prevenção contra as situações de risco pessoal e social com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários desenvolvidos pelo Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS). Considerado como a porta de entrada das Políticas de Assistência, o CRAS objetiva, dentre outras ações, por meio do PAIF, o trabalho contínuo com famílias "com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetiva e proativo" (BRASIL, 2009, p.12).

Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), documento que regulamenta os serviços, o modo como se organizam, os níveis de complexidade, a abrangência, o impacto social esperado, dentre outros, descreve-se o trabalho social como:

> Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. (BRASIL, 2014, p.13)

Sobre as noções de família, especifica-se o respeito à heterogeneidade de diferentes arranjos, respeito aos valores, crenças e identidades que as constituem. Para tanto, busca-se promover ações que privilegiem a cultura do diálogo, opondo-se a "todas as formas de violência, preconceito, discriminação e estigmatização" (BRASIL, 2014, p.12).

Articulado e complementar ao PAIF, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) preveem o desenvolvimento dos trabalhos sociais com as famílias referenciadas aos CRAS, a fim de garantir a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social. Segundo a Tipificação, o serviço é ofertado a grupos, buscando respeitar as especificidades dos ciclos de vida e as heterogeneidades em sua composição por sexo, pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros (BRASIL, 2014).

A descentralização dos serviços prevista pela política objetiva articular as ações da rede de atendimento socioassistencial, permitindo identificar as demandas e as necessidades do território. Compreende-se território como um espaço privilegiado de fortalecimento na relação protetiva da família ante as situações de risco e vulnerabilidade. Enquanto significação social, Koga (2003, p.33) ressalta: se exprime o "chão para o exercício da cidadania" que se revela na expressão de uma vida ativa no território, local onde se concretizam as relações sociais de vizinhança, de solidariedade, as relações de poder.

O serviço de Proteção Social Especial de média complexidade consiste em um conjunto integrado de ações técnico-operacionais de atenção especializada e individualizada de acompanhamento sistemático, executado pelo Centro de Referência Especializado de

Assistência Social (CREAS), por meio do Programa Especializado de Atendimento à Família e ao Indivíduo (PAEFI), destinado a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

> [...] é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2005, p. 37).

O serviço de Proteção Social Especial de alta complexidade visa ofertar de forma integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – destinado a famílias e indivíduos que perderam seus vínculos familiares e/ou comunitários ou se encontram em situação de ameaça familiar, social e comunitária, garantidos por meio de serviços de acolhimento institucional.

Quadro 1 – Síntese dos Serviços Socioassistenciais

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	***1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);*** ***2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;*** 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	***Média Complexidade***	***1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);*** ***2. Serviço Especializado em Abordagem Social;*** ***3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);*** 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5.Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
	Alta Complexidade	6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais (BRASIL, 2014.)[16]

Destacamos, no quadro acima, os serviços socioassistenciais que iremos analisar ao longo desta pesquisa. Vale ressaltar que a escolha pelos equipamentos CRAS e CREAS

[16] O quadro também pode ser encontrado no texto "O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) uma breve introdução" (CORDEIRO, 2018, p. 73).

surgiram das narrativas das mulheres no território. Ao conhecer o bairro e frequentar semanalmente a casa de uma das moradoras, local onde muitas mulheres circulavam e se encontravam para conversar, pode-se identificar o CRAS como o equipamento que mais aparece no cotidiano de suas vidas. Embora os serviços não fossem nominados, estavam presentes na maioria dos relatos: na descrição de alguns acontecimentos durante a festa junina realizada pelo CRAS, nas trocas de informações a respeito de como "conseguir" benefícios, na participação dos filhos adolescentes nas reuniões do Programa Ação Jovem, dentre outros. Em relação ao CREAS, embora não soubessem o nome do equipamento, a maioria delas relatava experiências com os serviços, principalmente o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Neste contexto, compreendemos a importância dessa política na vida cotidiana das mulheres e do território. Contudo, pretendemos analisar criticamente tanto as relações que se estabelecem entre as moradoras e as/os profissionais dos CRAS e CREAS, como também de que forma estas articulações se apresentam no território estudado.

1.3 Sobre a Assistência Social e Gênero: um Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, realiza-se uma revisão do estado da arte referente ao tema "assistência social" e "gênero" a fim de mapear os estudos produzidos e publicados sobre o assunto. Foram levantados 40 trabalhos que utilizam os termos "gênero" e/ou "mulheres" e "Assistência Social" ou "SUAS" ou "Proteção Social", presentes em títulos ou palavras-chave. Para tanto, foram consultadas as fontes de dados da Scielo, BVS-PSI e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Observa-se nas pesquisas levantadas uma preocupação em reconhecer a perspectiva de gênero na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e aponta-se para uma frequente invisibilidade em relação ao tema, apesar da predominância de mulheres no âmbito da assistência social. (MARIANO, 2008; BRISOLA, 2016; CAMPOS, 2016; MOREIRA, 2018, SANTOS, 2019) Para Mariano (2008) há uma "[...] cegueira dos programas assistenciais" no que se refere à cidadania das mulheres pobres e ignora-se que "o gênero estrutura as relações familiares" (MARIANO, 2008, p.56). Moreira (2018) complementa o estudo ao descrever que

são as mulheres que buscam amparo e acolhida nos equipamentos de assistência social, explicitando suas demandas e necessidades.

Dentre os trabalhos analisados, identificamos que as relações de gênero majoritariamente se referem a um estudo das mulheres. (MARIANO, 2008; MEYER, KLEIN, FERNANDES, 2012; NASCIMENTO, SOARES, 2017; DETONI, MACHADO, NARDI; 2018, MOREIRA, 2018). Os homens, quando mencionados, são identificados por sua ausência, por estarem presos, terem abandonado a família, estarem internados em instituições de recuperação de dependência química, muitas vezes estão mortos, geralmente assassinados. São descritos pelas participantes das pesquisas como aqueles que passam mais tempo nos bares ou nas ruas (SOARES, 2017). Não encontramos estudos que utilizam os descritores: masculinidades, feminilidades e Políticas de Assistência Social, embora existam trabalhos sobre adolescentes internados na Fundação Casa que analisam a questão da violência contemporânea e apresentam em seus resultados uma associação entre masculinidades e o envolvimento com a criminalidade.[17] (CARDOSO, 2018).

Algumas pesquisas apontam que a PNAS contribui para um "empoderamento" das mulheres por meio dos Programas de Transferência de Renda, principalmente o Bolsa Família, ao fornecer renda àquelas que estão submetidas a situação de pobreza material aguda. (REGO, PINZANI, 2014; MARIANO, 2008) No entanto, é um consenso entre as pesquisadoras de que o trajeto para a construção de cidadania das mulheres e a produção de relações igualitárias entre os sexos ainda precisam ser muito discutidos, principalmente no âmbito da assistência social, cujo paradoxo se apresenta entre a cristalização das relações de cuidado atribuídas à mulher e a oferta de renda para uma conquista de maior autonomia. (REGO, PINZANI, 2014; DETONI, MACHADO, NARDI, 2018; MOREIRA 2018).

A despeito das poucas discussões sobre as questões de gênero, muitos trabalhos elegem a família como tema principal a ser debatido. Neste contexto, revela-se a permanente tensão entre a multiplicidade de configurações de famílias vivenciadas no cotidiano e a frequente idealização de um modelo nuclear e heteronormativo. O que se observa é a predominância de práticas conservadoras no cotidiano dos trabalhos (MOREIRA, 2018) Assim, problematiza-se que, ao se representar a mulher como aquela que deve gerir a vida das famílias, reproduzem-se padrões culturais que mantêm as figuras femininas atreladas aos

[17] Outros dados podem ser encontrados em trabalhos que pesquisam os grupos de agressores, homens que praticaram violência doméstica, os quais aprofundam os estudos sobre as masculinidades. Um exemplo é a pesquisa de Isabela de Oliveira Venturosa (2016) intitulada: *'Homem é homem'*: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha.

papéis tradicionais de gênero. À medida em que a mulher permanece como responsável em garantir o bem-estar da família, os cuidados dos filhos e a organização doméstica, as desigualdades de gênero perpetuam-se, já que os pais continuam a ser pouco demandados a participarem, principalmente quando não residem mais com a mãe (NASCIMENTO, 2010; MOREIRA, 2018)

> O elo comum que nos permite ligar a discussão sobre a cidadania das mulheres e os direitos sociais é a persistente associação entre mulher e maternidade. Em ambos os casos a mulher é considerada, predominantemente, não a partir do status de indivíduo, cidadã e trabalhadora, mas sim a partir do status de mãe e cuidadora, representante de um grupo doméstico. Assim, quando são colocadas na agenda pública as preocupações com a "questão social", e são tomadas de uma perspectiva de combate à pobreza, as contribuições das mulheres esperadas pelas ações estatais é o eficiente cumprimento de suas funções de mãe e cuidadora. (MARIANO, 2008, p.61).

As mulheres contribuem com a gestão das políticas e, ao serem acompanhadas pelos equipamentos da assistência, produzem performatividades[18] de feminilidades que se operacionalizam por uma "biopolítica da maternidade"[19]. (DETONI, MACHADO, NARDI, 2018, p.6) Detoni, Machado e Nardi (2018) afirmam, portanto, que as práticas cotidianas dos CRAS refletem na constituição de subjetividades dos profissionais/ "usuárias" que reproduzem certos modos de ser mulher, vinculados à maternidade. Para as autoras Meyer, Klein e Fernandes (2012), é por meio das políticas sociais que se inscrevem nos discursos cotidianos termos como: *família, maternidade, infância, risco, vulnerabilidade*, dentre outros, produzindo uma gramática que "[...] busca interpelar determinados sujeitos e grupos sociais, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos e não de outros". (MEYER, KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 435). Essa perspectiva denuncia o risco de as políticas sociais tornarem-se meras estratégias de fiscalização e administração de certas dimensões da vida cotidiana. (MEYER, KLEIN, FERNANDES, 2012; DETONI, MACHADO, NARDI, 2018)

Em relação aos desafios da territorialidade, aponta-se para a horizontalidade no planejamento e implementação dos trabalhos, substituindo as ações "para" as famílias por ações "junto" às famílias.[20] (MOREIRA, 2018) Corroboram esta concepção pesquisas que discutem o risco de algumas atuações no âmbito das políticas de assistência tornarem-se

---

[18] O conceito de performatividade é estudado por Butler (2012) e descrito como um enunciado que interpela o sujeito no ato de nomeá-lo como masculino ou feminino.

[19] Biopolítica é um conceito desenvolvido por Foucault (2008) que enuncia as formas de governo à vida, atravessada por uma dimensão individualizante (pela disciplina e controle) e totalizante, direcionada à população como um todo.

[20] Essa discussão sobre a horizontalização dos trabalhos planejados junto às famílias foi pontuada por Taffarello (2015) à luz dos estudos de Montero (2006).

estratégias de desqualificação da população atendida. Assim, as relações que se estabelecem entre as mulheres e os equipamentos de assistência social tanto podem produzir recursos simbólicos e materiais para emancipação e participação ativa como podem culpabilizar as mulheres pelas condições em que se encontram seus filhos. (MARIANO, 2008; NASCIMENTO, 2010; MEYER, KLEIN, FERNANDES, 2012; MOREIRA 2018, TAFFARELLO, 2015).

As pesquisas buscam reunir esforços teórico-metodológicos para compreender as diversas modalidades de exclusão que configuram as trajetórias das mulheres, seus efeitos e desdobramentos na vida pública e privada. Pautadas nas contribuições do feminismo negro na década de 60, inaugura-se um olhar às diferenças em torno de demandas específicas que produzem processos dinâmicos de desempoderamento e de opressão. Nesta perspectiva, Soares (2017) articula em sua pesquisa os eixos gênero e raça a fim de desenvolver uma análise, a partir das narrativas das mulheres atendidas na PSB, sobre sua circulação na rede de Assistência Social. O trabalho da autora traz contribuições acerca de sua análise interseccional[21], identificando as especificidades das diferenças concebidas em cada experiência de desproteção e de desmantelamento das políticas de assistência social. Tal trabalho aponta para as estratégias de articulação entre as participantes enquanto laços de solidariedade construídos pelas relações familiares, vizinhanças e instituições que compõem o território. Ao analisar o desmonte das políticas públicas e a precarização das vidas das "usuárias"[22], a pesquisadora revela a contradição presente na política: ao mesmo tempo em que objetiva a proteção, as submete a mais desproteção e as expõe a vulnerabilidades. No entanto, apesar desse contexto, as mulheres criam estratégias sofisticadas para circularem no interior do poder público, são as chamadas "caminhadas" que ocorrem paralelamente e objetivam alcançar com maior êxito suas demandas, acompanhadas ou não pelo CRAS. (SOARES, 2017)

---

[21] O conceito de interseccionalidade surge da necessidade de se construir um referencial teórico metodológico que não considera as diferenças como soma ou sobreposições de diferentes modos de subordinação. Trata-se de discussões realizadas desde a década de 60 pelas feministas negras que não se reconheciam nas reivindicações das mulheres brancas e não se reconheciam nas demandas levantadas pelo movimento negro, um discurso produzido predominantemente por homens. Fundamentada em Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), a autora trata das diferenças marcadas pelos eixos raça e gênero como — "ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento." A autora acrescenta ainda que essa análise permite acessar elementos sutis que em outras teorias podem passar despercebidas, como a questão do colorismo ao se estudar o racismo, por exemplo. (SOARES, 2017, p. 31) Ela inclui também a fundamentação de outras correntes a respeito das interseccionalidades que consideram os modos de articulação das diferenças desenvolvida por Avtar Brah (2006). Contudo, não aprofundaremos este debate teórico em nossa pesquisa.

[22] Termo comumente utilizado para se referir à população atendida nas Políticas de Assistência Social.

A pesquisa das autoras Russo, Cisne e Brettas (2018) debate sobre como as mulheres na sociedade capitalista são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas em promover o "bem-estar" da família e, por extensão, da sociedade. Esta perspectiva corrobora a nossa compreensão de que é atribuída à mulher a tarefa de garantir a reprodução social. Assim, as mulheres são educadas a desenvolver determinadas habilidades e características tidas como naturais, como: bondade, abnegação, espírito de sacrifício, benevolência, capacidade de acolhimento, dentre outras. Neste sentido, as autoras apontam que eleger a mulher como fundamental ao funcionamento das políticas de Assistência Social não é mera coincidência. Trata-se de uma estratégia que desloca o olhar da questão social, da contradição entre capital e trabalho, para uma responsabilização da mulher na reprodução social (CISNE, 2004).

Vale destacar, que as autoras discutem sobre a política de Assistência Social como um lugar predominantemente ocupado pelas mulheres. Ao contextualizarem historicamente este fenômeno, remetem à criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante o governo Vargas e enfatizam que o primeiro-damismo torna-se central para amortecer os conflitos sociais frente à precarização das condições de trabalho e a pauperização da população brasileira. Neste contexto, a mulher[23], que até então se restringia ao espaço doméstico, deixa a casa e vai para o espaço público. Se, por um lado, ela conquista certo reconhecimento, por outro lado ainda está inscrita em um lugar marginal. "A posição que ocupam é como uma extensão do âmbito doméstico. Um espaço em que o cuidado com o outro, o amor ao próximo e a manutenção da família e da moral patriarcal eram consideradas tarefas femininas (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2018, p.137)". Neste aspecto, a assistência social ocupa-se de criar alternativas para a vida familiar.

1.4 Políticas Sociais Brasileiras – de Fernando Henrique a Bolsonaro.

O sistema de Proteção Social brasileiro construído entre 1930 até meados de 1970 caracterizava-se por um conjunto complexo e integrado de programas (exceto o seguro-desemprego) que envolvia recursos entre 15% e 18% do PIB nacional. A distribuição cobria uma grande clientela, mas de modo desigual e ineficiente, com grande desperdício e escasso

[23] Achamos importante destacar que a mulher que deixa o espaço doméstico para trabalhar na assistência refere-se predominantemente a mulheres brancas, já que as mulheres negras trabalham desde o Brasil Colônia.

controle democrático. Mantinha-se no governo Federal uma rede complexa de interesses e de direitos adquiridos que contavam com a participação de políticos, funcionários, fornecedores e beneficiários. (BRASIL, 1996) Havia uma grande "[...] concentração de poder, uma fragmentação institucional, porosa feudalização e balcanização das decisões" (DRAIBE, 2003, p.67).

As mudanças em relação às políticas sociais no Brasil foram gradativamente implementadas e compõem o contexto de uma jovem democracia no país. Neste aspecto, levantaremos, ao longo dessa seção, as principais características que configuraram as agendas políticas e as diretrizes de governo e que marcam a história de uma "construção" e "desconstrução" dos direitos sociais brasileiros. Assim, faremos um breve resgate dos governos de Fernando Henrique Cardoso a Bolsonaro.

1.4.1 Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) assumiu a presidência em 1995 e, antes mesmo de começar o primeiro mandato, já propunha uma revisão na Constituição que permitiria sua reeleição, ampliando seu governo até o ano de 2002. Ressalta-se, como um fator determinante para a vitória das eleições de 1994, o sucesso da nova moeda – o real – criada por seu plano econômico enquanto era ministro da Fazenda durante o governo de Itamar Franco (PMDB). A mudança da moeda teve um impacto instantâneo para controlar a hiperinflação que caiu de 47,4% para 1,5% em um curto período (oito semanas) (ANDERSON, 2020).

Em relação aos princípios, objetivos e prioridades das políticas sociais apresentadas pelo governo FHC, foi compilado e tornou-se público em 1996, um denso documento intitulado "Uma estratégia de desenvolvimento social" (BRASIL, 1996). Fundamentado em narrativas que preconizavam: garantia dos direitos sociais, promoção da igualdade de oportunidades e proteção aos grupos vulneráveis, "seguindo a tradição internacional – as áreas de educação e desporto, saúde e nutrição, previdência social e seguro-desemprego, trabalho, habitação e saneamento" (BRASIL, 1996, p.13).

O documento caracteriza-se como uma inspiração socialdemocrata, cujo horizonte, mais que o Estado, era o de uma sociedade de bem-estar que caminhava em direção à consolidação das políticas sociais e de um Estado democrático. (DRAIBE, 2003).

> O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo Federal em um momento particularmente grave, no que diz respeito à situação social do país: não só ainda é grande o contingente de brasileiros vivendo em uma situação de pobreza e

> indigência, como também as desigualdades de riqueza e de renda atingiram patamares imoralmente elevados (BRASIL, 1996, p.13).

Nesse cenário, a política social do governo de Fernando Henrique, descrita em seu plano de desenvolvimento, apresenta como condição necessária ao enfrentamento e combate à pobreza, à desigualdade e à discriminação social ("especialmente de gênero e raça" [24]): "[...] consolidar e garantir a estabilidade macroeconômica; promover a reforma do Estado, da administração e reforma tributária e a reestruturação dos serviços sociais básicos[25]". (BRASIL, 1996, p.3) Este primeiro eixo prevê a universalização dos serviços sociais públicos (melhora e eficácia em sua qualidade), aumento no impacto redistributivo e sua consequente reestruturação. Além disso, enfatiza a necessidade de uma descentralização e aumento da participação social. Nessa perspectiva, levantaram-se, como estratégia de enfrentamento e combate à pobreza, a articulação e a parceria entre o governo federal e a sociedade civil.

Como um segundo eixo programático, elegeu-se um conjunto de programas prioritários (eram 45 programas de combate à pobreza) os quais confeririam apoio ao gerenciamento, à garantia de regularidade de fluxos financeiros e ao monitoramento regular na implementação e avaliação periódica dos programas. Enquanto terceiro eixo, o documento descreve o combate à pobreza, elencando as seguintes prioridades: redução da mortalidade infantil, desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, geração de renda, qualificação profissional, melhoria das condições de alimentação nas escolas e nas famílias pobres, melhoria nas condições de moradia e saneamento básico e incentivo à agricultura familiar. Em 1995, inaugurou-se o Programa Comunidade Solidária que objetivava consolidar uma parceria entre a sociedade civil e o Governo Federal. A proposta mobilizava articulações entre universidades, empresas e governos visando "[...] à construção e difusão de programas inovadores". (BRASIL, 1996, p.?)

Segue Quadro 2 , apresentando a organização dos três eixos apresentados acima, e Figura 1, com a sistematização das prioridades governamentais, um desenho das políticas sociais preconizadas pelo governo de Fernando Henrique. (DRAIBE, 2003).

---

[24] Os termos "gênero" e "raça" estão presentes no documento "Uma estratégia de desenvolvimento social" com as diretrizes das políticas de governo de FHC. (1996) Embora preconizem a importância do combate à discriminação de gênero e raça, não há registro de programas que focalizem especificamente esta temática.

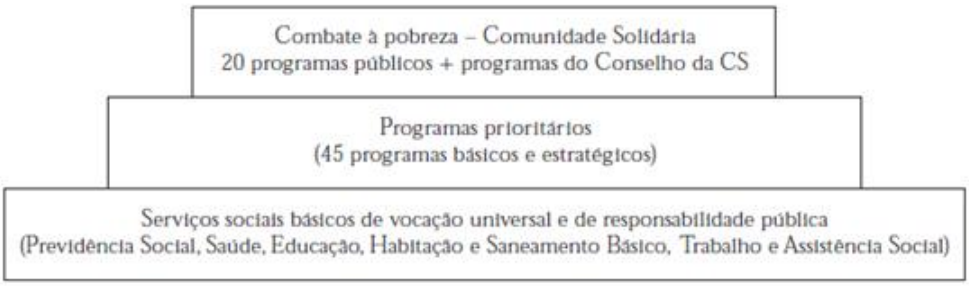
[25] O documento descreve como serviços sociais básicos: Previdência Social, Saúde, Educação, Habitação e Saneamento Básico, Trabalho e Assistência Social. (BRASIL, 1996)

Quadro 2 – Governo FHC: Estratégia de Desenvolvimento Social

Objetivos	Condições Necessárias	Desafios
Garantia dos direitos sociais	Estabilidade macroeconômica	Crescimento econômico
Igualdade de oportunidades	Reforma do Estado	Geração de emprego
Proteção aos grupos vulneráveis	Retomada do crescimento econômico	Melhora da distribuição de renda
	Reestruturação dos programas sociais universais	

Fonte: DRAIBE, 2003, p.74.

Figura 1 - Direcionamentos das Políticas de Assistência Social do Governo Fernando Henrique Cardoso



Fonte: DRAIBE, 2003, p.74

Draibe (2003) analisa que tais direcionamentos nortearam tanto o primeiro quanto o segundo mandato de FHC, embora existam algumas diferenças a serem notadas já no plano de governo da campanha eleitoral de 1998, “Avança Brasil” (PSDB, 1998). A centralidade dos programas básicos de caráter universal permaneceu, mas a sistematização das ações programáticas foi alterada. Elas foram agrupadas por área de atuação (urbana, rural) e público-alvo (crianças, adolescentes, mulheres etc.). No entanto, considera-se que a grande mudança das políticas sociais no segundo mandato foi a ênfase dada ao combate à pobreza, priorizando os programas de transferência de renda direta as famílias em vulnerabilidade.

Vale ressaltar que a implantação da política de Assistência Social teve início no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, impulsionado pela aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993. Um marco desse processo de legitimação enquanto política pública foi a extinção da LBA, a agência de clientelismo e assistencialismo

por excelência. Em seguida, iniciou-se o novo programa de transferência de renda a idosos vulneráveis e a pessoas com deficiência. Outro marco que contribuiu para a institucionalização da política de Assistência Social foi a implantação dos órgãos: Conselho Nacional da Assistência Social (CONANDA), Fundo Nacional da Assistência Social, os conselhos e fundos municipais e estaduais, as conferências nacionais, estaduais e municipais.

Conforme já foi mencionado, implementou-se no primeiro mandato o Programa Comunidade Solidária, cujas principais características foram descritas acima. No segundo mandato, este programa foi redesenhado e intitulado "Programa Comunidade Ativa". O objetivo era estimular e coordenar, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o desenvolvimento local de Municípios pobres. Em 2000, iniciou-se o Projeto Alvorada, a fim de desenvolver ações em conjunto com o governo federal, nas áreas de saúde, educação e geração de renda, em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Este projeto evoluiu para um novo programa chamado Rede Social. A Rede agrupou os programas de transferência de renda às famílias pobres. Com a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza[26] em 2000, ampliou-se o escopo que passou a englobar, já no ano seguinte, os Programas Bolsa-Alimentação (saúde); Agente Jovem (assistência social); e o auxílio gás (2002). Estes foram acoplados aos programas já existentes: Bolsa-Escola (1998) e Programa de erradicação ao trabalho infantil - Peti (1995), dentre outros (DRAIBE, 2003). Assim, nasceu a Rede Brasileira de Proteção Social, sob a coordenação do Projeto Alvorada e apoiada na implantação do Cadastro Único.

Segundo a análise de Anderson (2020), algumas conquistas ocorreram nesse governo: a redução do índice de analfabetismo, o decréscimo da taxa de mortalidade infantil e alguma distribuição de terras. Em relação às reformas administrativas, o aparelho de Estado passou por uma modernização, tornando-se mais eficiente e transparente. Identifica-se uma redução na corrupção, embora ainda estivesse alta. Anderson (2020) aponta que os dados e as informações estatísticas estavam mais confiáveis, o controle orçamentário mais rígido e as trocas de favores regionais haviam diminuído. No entanto, tais conquistas foram irrisórias se comparadas aos danos produzidos pela política macroeconômica de FHC, caracterizada pelo neoliberalismo que predominou em todos os países capitalistas na década de 1990 (ANDERSON, 2020).

Compreende-se que a dinâmica essencial do neoliberalismo permaneceu inabalada durante este período, em dois pontos centrais: a desregulamentação dos mercados e a

[26] O Fundo foi iniciativa do senador Antônio Carlos Magalhães com o apoio do Partido dos Trabalhadores – PT.

privatização dos serviços (ou indústrias públicas). Durante os dois mandatos de Fernando Henrique, identifica-se uma forte presença do setor privado lucrativo que ficava com boa parte da provisão social, seja direta ou indiretamente, através da relação com a máquina e os recursos estatais. Um exemplo, apontado por Draibe (2003), são os recursos que circularam pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo Fundo de Apoio Social (FAS) que incentivaram e alavancaram o crescimento de grandes complexos industriais da construção civil. A análise deste cenário revela um sistema com baixos impactos distributivos e a manutenção de uma secular desigualdade social. Draibe (2003) analisa um Welfare State do tipo conservador, construído a partir de uma concepção de Estado intervencionista, pautado meramente em reformas e na distribuição primária de renda e riqueza.

Segundo Anderson (2020), Fernando Henrique apostou nas importações e no investimento estrangeiro para segurar a inflação e modernizar a infraestrutura da indústria. O presidente na época buscou manter o "[...] câmbio sobrevalorizado, leiloou o setor público e escancarou as portas da economia". (ANDERSON, 2020, p. 41) Com repetidos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), aprofundaram-se as dívidas do país. Ancorado em uma política neoliberal, observam-se resultados alarmantes: o salário real em queda, o crescimento do desemprego e o aumento das dívidas externas.

O autor Fagnani (2011) analisa que as políticas monetária, cambial e fiscal adotadas desorganizaram as contas públicas e limitaram o gasto social. Este é o pano de fundo para compreendermos as reformas liberalizantes do governo FHC e o seu desastroso impacto no mercado de trabalho, com a ausência de políticas de habitação popular, a ênfase em privatizações como do saneamento e do transporte público, além dos retrocessos dos direitos trabalhistas e previdenciários. Enquanto contraponto, os inegáveis avanços da assistência social, da educação fundamental e da saúde, que tiveram efeitos irrisórios frente ao fracasso da política macroeconômica adotada pelo governo. (FAGNANI, 2011)

1.4.2 Lula (2003 – 2010)

Luís Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), vence as eleições de 2002. Inaugura-se um novo ciclo na política brasileira em uma das sociedades mais desiguais do planeta: chega à presidência um operário, ex-metalúrgico, líder sindical, de família pobre e retirante do nordeste brasileiro, que cresceu na região industrial do ABC paulista. Lula trouxe consigo uma agenda programática com elevada ênfase social. Na ocasião

de sua posse, tinha o apoio dos movimentos sociais, parte da classe média e do empresariado. Contudo, o primeiro ano de mandato carregava o legado econômico de seu predecessor: uma dívida pública que havia dobrado; altas taxas de juros (acima de 20%) e a moeda havia perdido metade de seu valor durante o processo eleitoral (ANDERSON, 2020).

Neste contexto, Lula nomeou uma equipe econômica ortodoxa para o Banco Central e o Ministério da Fazenda, a fim de conquistar a confiança dos investidores. Esta equipe elevou ainda mais as taxas de juros e cortou o investimento público com vistas a atingir um superávit primário. Tal estratégia incidiu na população com o aumento dos preços e do desemprego. Para Fagnani (2011), o período entre 2003 e 2005 é marcado por tensões políticas que revelavam a ambiguidade: continuar adotando políticas liberalizantes como as de FHC ou promover mudanças? Ressalta-se que no governo havia forças aglutinadas na defesa de um Estado Mínimo, sobretudo na área econômica, assim como havia setores que defendiam os direitos universais. A disputa entre "focalização" ou "universalização" permaneceu ao longo de seu governo.

Vale ressaltar que Lula já anunciava a manutenção de uma agenda neoliberal em junho de 2002, ao ler a "Carta ao povo brasileiro" durante o encontro para a apresentação de seu plano de governo. Embora endereçada ao "povo brasileiro", na realidade, esta carta mais parecia estar comprometida em acalmar os ânimos do mercado financeiro. Identifica-se que, apesar da ideia de mudança estar presente em vários trechos de seu discurso, como: "[...] O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado" (Folha de S. Paulo, 22 jun. 2002), em outros trechos, faz uma alusão direta às reformas neoliberais e anuncia sua preocupação em dialogar com os interesses de todos os segmentos, inclusive com os interesses do mercado financeiro.

> [...] Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas (Folha de S. Paulo, 22 jun. 2002).
>
> [...] Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro (Folha de S.Paulo, 22 jun. 2002).

Analisa-se que o discurso utilizado por Lula ignora os conflitos de classes e as contradições presentes na defesa dos diferentes interesses de cada setor da sociedade. O governo do PT é marcado por uma ideia de coalizão de forças que, durante a campanha de 2002, ganhou o slogan "Lulinha paz e amor" (ANDERSON, 2020, p.55 ?). Um conceito que

demonstrou ser insustentável durante a prática de governo. É sobre este quadro tensionado que se compreendia a indefinição da estratégia social de Lula, inicialmente apoiado no "Programa Fome Zero" e posteriormente substituído pelo "Programa Bolsa Família".

O combate à fome era o núcleo da estratégia social do governo Lula e o Programa Fome Zero era o carro chefe. Para tanto, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Ressalta-se que o Programa, além de realizar a transferência direta de renda (Cartão Alimentação), atuaria nas seguintes frentes: reforma agrária, incentivo à agricultura familiar, programas de desenvolvimento territorial, programas de geração de trabalho e renda, desoneração tributária dos alimentos básicos, distribuição de alimentos, merenda escolar, programa de alimentação do trabalhador; produção para consumo próprio, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, construção de cisternas para armazenamento de água. (GRAZIANO et. al., 2010 apud FAGNANI, 2011).

No entanto, em outubro de 2003, o Programa Fome Zero extinguiu-se e o Programa Bolsa Família passou a ser a principal estratégia apresentada pelo governo Lula. O Programa Bolsa Família conta com um depósito mensal de dinheiro às mães em situação de vulnerabilidade social[27], com condicionalidades a serem cumpridas nos campos da educação e saúde[28]. Enfatiza-se que entre 2003 e 2010, o programa cresceu significativamente, ampliou sua abrangência de 3,6 milhões de famílias a 12,8 milhões, ou seja, um quarto da população brasileira. (FAGNANI, 2011) Não há como negar a importância do Programa (MARQUES; MENDES, 2005; FREITAS, 2007; FAGNANI, 2011; ANDERSON, 2020). Para muitas famílias, em vários municípios brasileiros, os recursos recebidos constituíam a principal fonte de renda. Além disso, pesquisas apontam que o benefício representava 21% da renda familiar. Outro dado relevante é que há Municípios em que quase metade da população era beneficiada pelo Programa Bolsa Família. (MARQUES et. al., 2009)

Vale ressaltar que este programa fundamenta-se na articulação de três aspectos essenciais de superação e combate à fome e à pobreza (FREITAS, 2007):

- Alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda;
- Reforço aos direitos básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades;

[27] Como critério de inclusão, famílias pobres com renda mensal por pessoa de R$ 60,01 a R$120,00, ou famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal por pessoa de até R$ 60,00.

[28] As condicionalidades são: matricular e garantir a frequência dos filhos na escola; cumprir o calendário de vacinações; fazer o acompanhamento pré-natal e participar das ações socioeducativas sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

- Coordenação de programas complementares. São exemplos: programas de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, fornecimento de registro civil e demais documentos.

Contudo, alguns pontos são amplamente debatidos a respeito do PBF, dentre eles a crítica relacionada ao baixo valor da transferência de renda. Freitas (2007) analisa que o salário mínimo não é utilizado como parâmetro para definir o valor do benefício. Ressalta que esta conta deveria ser considerada, uma vez que o valor do salário mínimo representaria um *quantum* financeiro, capaz de garantir condições básicas de vida do (a) trabalhador (a) e de sua família. Embora se compreenda que este valor esteja longe de garantir o mínimo necessário conforme previsto na legislação, considera-se que qualquer remuneração laboral abaixo dele, "[...] é considerada imoral pela sociedade" (FREITAS, 2007, p.71).

Outro problema levantado em relação ao Programa é o fato de este não se constituir enquanto direito da família beneficiária. (YAZBEK, 2004; MARQUES; MENDES, 2005; FREITAS, 2007) Esta condição faz com que as famílias em vulnerabilidade fiquem à mercê da escolha dos próximos presidentes sobre a continuidade ou interrupção do programa. Assim, os enfrentamentos das causas da fome e da pobreza, que deveriam ocorrer no âmbito estrutural, correm riscos de permanecerem inscritos em uma concepção assistencialista e de dever moral de ajuda aos pobres (YAZBEK, 2004). Por fim, aponta-se ainda como limitação do programa a falta de um aparato político pedagógico de emancipação política, educacional e cultural. (FREITAS, 2007)

Dentre os avanços no campo da Seguridade Social, o governo Lula consolidou o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único da Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN). No caso da Assistência Social, houve uma descentralização dos serviços e um maior controle social. Sistematizou-se a proteção social básica e especial com a criação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Aumentou o valor dos benefícios e os jovens com 16 e 17 anos passaram a receber o Benefício Variável Jovem (BVJ). Houve a redução da idade mínima do idoso a receber o Benefício de Prestação Continuada – BPC para sessenta e cinco anos.

Em relação às políticas de saúde, os esforços concentraram-se em promover uma consolidação do SUS. Para tanto, desenvolveu-se o "Pacto pela Saúde", cujo objetivo era rever as normativas do SUS buscando novas metodologias e estabelecer articulação entre os gestores das esferas municipais, estaduais e federais. Em 2008, foi lançado o Programa Mais Saúde (PAC da Saúde), que priorizava investimentos na organização da atenção primária. No

entanto, o grave problema de financiamento da saúde, dependente da regulação da EC 29, não foi solucionado. Outro ponto a ser destacado foi a extinção, em 2007, da CPMF pelo Congresso Nacional, o que agravou os problemas financeiros do setor (FAGNANI, 2011).

Ressalta-se que, se em 2000 o orçamento para a saúde era de R$17 bilhões, em 2006 chegou a R$ 40 bilhões. Acrescenta-se a esses valores as contribuições dos municípios, ampliadas em 2005, que girou em torno de R$30 bilhões. No entanto, segundo Campos (2006), este valor ainda é a metade per capita dos gastos da Argentina, por exemplo, com saúde. Em paralelo, analisa-se no Brasil o crescimento da saúde privada por meio dos planos de saúde consumidos pela classe média. Já a assistência farmacêutica, definida pelo governo como uma de suas prioridades, ampliou seus recursos de R$ 1,9 bilhões em 2002 para R$ 4,2 bilhões em 2006, com a distribuição dos medicamentos na rede pública (FREITAS, 2007). Houve também a criação das Farmácias Populares do Brasil, com 203 unidades implantadas em 165 municípios.

Na educação, vale destacar o amadurecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação. Além disso, desenvolveu-se um pacto nacional de melhoria para a educação de ensino básico, consolidado no documento "Plano de metas, compromisso de Todos pela Educação". Ampliaram-se os recursos destinados ao aumento das instituições federais, por meio da reforma do Ensino Superior. Criou-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que consiste em uma rede de instituições públicas que ofertam formação aos docentes da educação básica. Além disso, regulamentou-se um piso salarial para os professores da educação básica da rede pública de ensino. Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudos a alunos de baixa renda em instituições privadas. Além disso, vale destacar a política de cotas e o FIES, o aumento do salário mínimo[29] e o mais baixo nível de desemprego.

A primeira reforma estrutural aprovada pelo governo Lula foi a Reforma da Previdência. Esta permitiu a transferência para o setor privado, via fundos de pensão, de uma parcela significativa das aposentadorias dos funcionários públicos. Anteriormente reprovada durante o governo FHC, a proposta retorna, agora apresentada pelo então presidente Lula em abril de 2003 e é aprovada em dezembro do mesmo ano, pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado. Assim, estabeleceu-se um teto para a aposentadoria dos

[29] Segundo Anderson (2020), o salário mínimo em 2003 era o equivalente a R$ 240,00, em 2004 era R$ 260,00, em 2005 era R$ 300,00 e em 2006 o valor era equivalente a R$ 350,00. Atualmente, em 2020, o valor do salário mínimo está em R$ 1.045,00.

servidores, acabando com o direito à integralidade, legitimando a unificação entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) dos trabalhadores do mercado formal do setor privado e dos servidores públicos. Os fundos de pensão foram considerados instrumentos para o desenvolvimento de longo prazo. Além disso, gerando surpresa, introduziu-se a contribuição para os aposentados, contrariando o princípio da reciprocidade (a contribuição garante um direito futuro, mas não para aquele que já está aposentado).

Em relação às políticas de habitação, esvaziadas desde o final de 1980 (assim como o saneamento básico e o transporte público), o PT elaborou, em 2002, o Projeto Moradia. Este se tornou o núcleo de ação do Ministério das Cidades, visando à elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com a realização da primeira Conferência Nacional das Cidades (2003) e a segunda (2005), precedidas por conferências Municipais e Estaduais. Nesse cenário, criou-se o Conselho das Cidades, que aprovou as propostas da Política Nacional de Habitação, da Política Nacional de Saneamento, da Política Nacional de Trânsito, da Política Nacional de Mobilidade e Transporte Urbano, da Campanha Nacional pelos Planos Diretores Participativos e do Programa Nacional de Regularização Fundiária, dentre outros (FAGNANI, 2011).

No final de 2006, acompanhando as novas configurações do segundo mandato de Lula, observa-se um aumento na instrumentalização e no investimento das políticas sociais no país com vistas a um crescimento econômico. Para Fagnani (2011), o período entre 2006 a 2010 apresenta uma convergência maior entre as demandas macroeconômicas e sociais. Tal perspectiva ganha força em 2008, com a crise financeira internacional, que abala os alicerces até então fundamentados no "pensamento único" e na agenda de "Estado Mínimo". Consolidam-se, dessa maneira, estratégias sociais ancoradas em uma defesa das políticas universais e no avanço das ações voltadas ao combate da extrema pobreza. (FAGNANI, 2011)

Com uma postura caracterizada como "desenvolvimentista" por alguns pesquisadores (FAGNANI, 2011; GUEDES; PASSOS, 2015), o governo brasileiro impulsionou investimentos públicos e privados na área de infraestrutura econômica e social. Aponta-se como exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No campo da habitação, como medida anticíclica, houve o lançamento de um novo Programa denominado "Minha Casa, Minha Vida", que tinha como objetivo construir um milhão de novas moradias nos próximos anos. O Programa adotou mecanismos mais flexíveis de financiamentos a fim de beneficiar os estratos mais pobres da população brasileira e fortalecer o mercado interno da construção civil.

Neste cenário, Lula encerra seu mandato no auge de sua popularidade. Segundo o Instituto de pesquisa Data Folha de 20 de dezembro de 2010, após sete anos e onze meses de governo, 83% dos brasileiros avaliam a gestão de Lula como boa ou ótima. Em reportagem[30], o Instituto registra que esta foi a melhor avaliação de um presidente na história do país até o momento[31].

1.4.3 Dilma Rousseff (2011 – 2016)

Dilma Rousseff foi ministra de Minas e Energia e posteriormente Chefe da Casa Civil durante o segundo mandato do governo Lula. Primeira mulher eleita presidente do Brasil, teve uma trajetória diferente de seu antecessor. Ex-guerrilheira, foi presa e torturada durante o período da ditadura militar. Em sua posse, desviou-se do protocolo e homenageou seus companheiros que faleceram durante o combate à ditadura no país. No período de campanha em 2010, a candidata escolhida por Lula prometeu não apenas ampliar os programas habitacionais e de infraestrutura iniciados no governo do PT, mas também melhorar a cobertura de saúde à população. Ela assumiu o governo e tomou medidas semelhantes ao primeiro mandato de Lula, fortalecendo as políticas de controle, o que deixou a imprensa financista satisfeita. (ANDERSON, 2020)

No entanto, com a redução do crescimento econômico, o governo criou um pacote de medidas que incentivaram o investimento em direção a um desenvolvimento continuado. Reduziram-se as taxas de juros, as folhas de pagamentos foram desoneradas, as contas de luz ficaram mais baratas, os bancos estatais concederam mais empréstimos ao setor privado e a moeda desvalorizou. Contudo, tais medidas foram insuficientes para controlar a queda da economia que passou de 2,72%, em 2011, para apenas 1% no ano de 2012. Em 2013, o planejamento de Guido Mantega, Ministro da Fazenda, enfraqueceu ainda mais com o aumento abrupto dos juros do Banco Central. O crescimento em 2014 foi nulo, embora o emprego e os salários tenham permanecido estáveis. Antes mesmo de assumir formalmente o segundo mandato, Dilma mudou o direcionamento da política econômica de seu governo: passou a cortar os gastos sociais, reduziu o crédito dos bancos públicos, leiloou propriedades do Estado e aumentou os impostos em busca de um superávit primário. Segundo Anderson

---

[30] Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml acessada em 16.05.2021

[31] Ano de 2020.

(2020), “[...] o efeito desse pacote pró-cíclico mergulhou o país em uma recessão generalizada – houve queda nos investimentos, cortes salariais e a taxa de desemprego mais que dobrou” (ANDERSON, 2020, p. 93).

A estratégia de ofertar taxas preferenciais de juros do BNDES para as grandes empresas foi em vão. Embora o investimento do governo tenha sido alto, muito maior ao destinado as famílias pobres, “[...] o ‘Bolsa Empresário’ custou ao governo quase o dobro do Bolsa Família” (ANDERSON, 2020, p.94), e tais acordos não reverteram a grave situação de recessão do país. Apesar do esforço em trazer o setor produtivo para o seu lado e impor aos bancos uma redução da taxa de juros a 2%, em 2013 a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) demonstrou seu descontentamento e apoiou os manifestantes antiestadistas (ANDERSON, 2020).

Vale destacar que uma das principais estratégias do governo do PT foi ampliar a capacidade de consumo das classes populares. Analisa-se que esta medida não foi feita apenas por meio dos programas de transferência de renda (Bolsa Família) ou com o aumento do salário mínimo (realizado no governo Lula), mas também com uma injeção maciça de crédito ao consumidor. Neste contexto, de 2005 a 2015, a dívida do setor privado cresceu de 43% a 93% do PIB. Anderson (2020) aponta que no período em que Dilma foi reeleita, em 2014, “[...] o pagamento de juros sobre o crédito familiar absorvia mais de um quinto da renda média disponível aos brasileiros.” (ANDERSON, 2020, p. 94). Esse efeito, somado ao super ciclo dos preços *das commodities*, configurou um cenário em que o consumo excessivo já não era mais viável.

O aumento de consumo de bens e serviços, antes inacessíveis às classes populares, é inegável; porém, a frustração da expectativa de mobilidade social, interrompida principalmente durante o governo Dilma, contribuiu para um crescimento da rejeição ao PT. Apoiadas na insegurança dos trabalhos precários e no consumo a crédito, as famílias endividadas pouco se reconheciam nas políticas lulistas, elas preferiam atribuir suas conquistas econômicas aos esforços pessoais. Braga (apud CAPPELLANO; CARRAMENHA, 2019) analisa que as igrejas evangélicas neopentecostais se beneficiaram deste cenário em que as identidades coletivas diluíram-se junto ao enfraquecimento dos movimentos sociais e da organização sindical. Segundo o Censo de 2010, o crescimento das igrejas neopentecostais foi de 15,40% em 2000 para 22,2% em 2010. Fundamentadas em uma teologia neopentecostal da prosperidade, inspirada no televangelismo estadunidense, pregam as manifestações de graça como realização da satisfação dos desejos individuais e da

conquista de uma prosperidade material (BRAGA, 2019 apud CAPPELLANO; CARRAMENHA, 2019).

A forte influência da ideologia propagada pelas igrejas evangélicas neopentecostais atravessava as narrativas de grande parte das mulheres, residentes da favela, participantes desse estudo. Dona Margarida, ao narrar sua história e descrever as situações de extrema pobreza que vivenciou, certa vez terminou seu relato com a seguinte afirmação: "Mas tudo passou, graças a Deus, eu sou universal"[sic]. A frase "eu sou universal" era veiculada em uma campanha publicitária de televisão da rede Record[32] iniciada em 2013 pela Igreja Universal do Reino de Deus. A propaganda consistia na apresentação de um quadro em que as pessoas contavam suas histórias pessoais, enfatizando suas dificuldades e situações de pobreza. Em seguida, apresentavam um desfecho, geralmente associado a uma superação pessoal e concluíam: "eu sou universal". Ao tornar-se sinônimo de superação e prosperidade, conforme preconizam as igrejas evangélicas, a melhora das condições de vida das camadas populares, principalmente durante o governo Lula, ficou associada apenas à religiosidade e não ao aumento de investimento das políticas sociais ou a qualquer política pública empregada durante os períodos anteriores.

Durante o governo Dilma, a combinação entre o medo do desemprego, as dívidas das famílias, a ideologia da prosperidade disseminada pelos neopentecostais nos meios populares (e políticos com o crescimento da bancada evangélica[33]), a dissolução da concepção de cidadania salarial (que mais para frente se concretiza com a reforma trabalhista no governo Temer) e a mídia que se alinhava a uma oposição partidária fixa em um clamor ideológico neoliberal (mesmo com o governo do PT desenvolvendo políticas neoliberais), tudo isso configurou o cenário em que o partido de Lula e Dilma gradativamente perdeu apoio dos diferentes setores. Assim, legitimou-se a crise no país que não foi apenas econômica, mas também política. Vale ressaltar que, em 2005, em meio a acusações relacionadas ao escândalo do mensalão[34], Lula perdeu o apoio de grande parte da classe média. Apesar de ter conseguido

---

[32] Rede Record e Record TV, empresas ligadas à família Macedo-Bezerra. A propaganda refere-se à Igreja Universal do Reino de Deus, inicialmente dirigida por Edir Macedo e seu cunhado Ronildo Ribeiro Soares. Posteriormente, eles romperam e dividiram-se em duas igrejas: a Igreja Universal do Reino de Deus (dirigida por Edir Macedo) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (dirigida por Ronildo Ribeiro Soares), ambas evangélicas neopentecostais. Jaqueline Moraes Teixeira (2018) aprofunda essa discussão em sua tese intitulada " A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus".

[33] A bancada evangélica tem 18% dos assentos do Congresso e inclui 22 legendas. Anderson (2020) levanta os principais interesses dos políticos evangélicos: "[...] garantir concessões de rádio e televisão, isenção fiscal para as igrejas e acesso a terrenos para construção de suas igrejas monumentais." (ANDERSON, 2020, p.107).

[34] Em 2005 houve uma acusação de que os deputados trocavam apoio político ao governo Lula, por um pagamento mensal. O escândalo teve início com uma publicação de um vídeo, pela revista Veja (em maio de 2005) que desmantelava um esquema de desvio de dinheiro dos contratos dos correios com outras empresas.

manter seu mandato e no ano seguinte conseguir a reeleição, o PT buscou o apoio do PMDB, que ocupou uma série de ministérios e de postos Centrais no Congresso. “O PMDB já era sinônimo de pilhagem de recursos públicos nos estados e municípios que governava (durante décadas inteiras, o partido desistiu até de ter um candidato próprio à Presidência)” (ANDERSON, 2020, p.102). Além disso, ao tentar compensar a falta de apoio orgânico, o PT pagava pelo apoio na Câmara dos diversos partidos menores.

Em 2013, o escândalo da Lava Jato ganhou a atenção da mídia. Apesar de não ser novidade na história da Petrobrás que as principais construtoras do país dominavam as licitações, se utilizavam de contratos superfaturados e desviavam grandes somas de dinheiro aos diretores da estatal e aos partidos que os nomeavam, parecia que a costumeira impunidade havia mudado. Para Anderson (2020), essa mudança fundamenta-se em três fenômenos produzidos por um efeito pós-mensalão: a introdução da delação premiada no Brasil; a utilização da prisão cautelar por período indefinido (também para estes casos que envolvem a elite brasileira); e o fato de que os trâmites para prender as pessoas ficaram mais rápidos (com a decisão de que a segunda instância não poderia ser definida enquanto aguardava confirmação dos tribunais superiores).

Assim, gravações feitas em uma casa de câmbio que funcionava dentro de um lava a jato, em Brasília, revelaram acusações que desmantelavam um esquema de corrupção na Petrobrás que envolviam empreiteiros, diretores e políticos, dentro e fora do Brasil. As investigações em Curitiba levaram à prisão diretores e empresários brasileiros, incluindo três diretores-executivos da Petrobrás. Tais prisões culminaram na abertura de investigações contra mais de cinquenta deputados, senadores e governadores dos diferentes partidos políticos. Dos sete partidos envolvidos, os três principais eram: o PMDB, o PP e o PT, mas a maior exposição feita pela mídia, inclusive com vazamento de informações das investigações (até de meras suspeitas) tinham como alvo preferencial os políticos ligados ao PT. Neste cenário, ganham popularidade, principalmente entre a classe média, os investigadores de Curitiba, o juiz Sérgio Moro e o promotor Deltan Dallagnol, que sustentavam um discurso de combate à corrupção no país.

> Delação premiada e prisão preventiva sem acusação combinavam indução e intimidação: dois instrumentos contundentes na busca da verdade e da justiça, mas

---

Dentre os envolvidos estava Roberto Jefferson, na época presidente do PTB e deputado federal. Ao ser acusado pelo esquema dos Correios, resolveu denunciar em uma entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo a existência do Mensalão. Segundo ele, estavam envolvidos deputados do PP e do PL (atual PR), que recebiam cerca de R$ 30.000,00 por mês para votarem em projetos de interesse do governo Lula. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70256.shtml acesso em 17.05.2021.

> que, no Brasil, estavam dentro da lei. Já o vazamento de informações e até de meras suspeitas provenientes de investigações que ainda eram supostamente secretas era algo claramente ilegal. (ANDERSON, 2020, p.104)

Neste contexto, ganha as ruas a proeminência de uma nova direita no Brasil. Os protestos em março de 2015 contra o governo Dilma começam a aclamar imperativos como "família", "Deus" e "liberdade". Palavras estas que tradicionalmente foram utilizadas pela direita para saudar a ditadura militar em 1964. Ao mesmo tempo, incorporando esse movimento de protestos de massa, participavam jovens, ativistas da chamada direita radical, integrantes da classe média que pouco falavam de Deus ou família. Eles reinterpretavam o conceito de liberdade a partir de uma lógica de livre mercado (ANDERSON, 2020). Tais características compuseram os grupos Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre (MBL), que se mobilizaram a partir de um uso intensivo da internet. Anderson (2020) enfatiza que o efeito multiplicador desses grupos, ultrapassou o alcance dos movimentos de esquerda no país.

Assim, o movimento em direção ao *impeachment* de Dilma começa a ganhar força dentro do Legislativo. Conduzido por Eduardo Cunha (PSDB), político evangélico e então presidente da Câmara dos Deputados, inicia-se o processo sob a alegação de que, antes das eleições, ela havia cometido ato de improbidade ao transferir fundos dos bancos estatais para as contas federais. Vale acrescentar que, meses mais tarde, confirmou-se que Eduardo Cunha recebia valores altos de propina ao participar do esquema de corrupção da Petrobrás.

Com vazamentos de informações cada vez mais frequentes em relação à Operação Lava Jato, que associava Lula a movimentações duvidosas e de cunho pessoal, o número de pessoas que saíam às ruas pedindo justiça contra Lula e o *impeachment* de Dilma aumentava. Eram divulgadas suspeitas de "[...] viagens internacionais em jatos corporativos, palestras remuneradas por construtoras, depósitos em um apartamento caro à beira-mar, reforma de um sítio, sem falar nos ganhos obscuros de um de seus filhos" (ANDERSON, 2020, p.111). Analisa-se que o judiciário assumiu um papel de protagonista nesta crise política, apresentando uma postura teatral. Tal afirmação pode ser identificada por meio do apelo midiático da prisão coercitiva de Lula ou por meio da declaração pública de Moro, apoiando a manifestação do *impeachment* de Dilma. Além disso, divulgou-se uma conversa entre Lula e Dilma horas depois do grampo ter sido suspenso (o que é ilegal). Anos mais tarde, quando Bolsonaro vence as eleições de 2018, as preferências políticas de Moro ficam ainda mais evidentes ao assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública deste governo.

Em 17 de abril de 2016, a Câmara de Deputados (que possuía mais da metade de seus membros sendo investigada por algum tipo de ação criminal) votou o *impeachment* da

presidenta Dilma. Em seguida (três semanas depois), o Senado votou pelo afastamento de Dilma enquanto aguardava seu julgamento. Neste ínterim, Michel Temer (PMDB), o então vice de Dilma, se preparava para assumir o governo como presidente interino.

1.4.4 Michel Temer (2016-2017)

Temer iniciou seu mandato em 31 de agosto de 2016. Ao buscar um governo de coalizão, consegue o apoio de pelo menos três quintos dos parlamentares, reunindo PMDB, PP, PSDB e uma gama de partidos menores, a fim de aprovar propostas de reformas e privatizações que interessavam ao mercado financeiro. Com seu programa "ponte para o futuro", intensificou o discurso sobre o "Estado Mínimo" e a redução dos gastos com políticas sociais. Tais medidas ampliaram ainda mais a entrada do setor privado na operacionalização das políticas sociais no Brasil.

O governo de Temer (MDB) [35] também é marcado pela extinção de Ministérios voltados à inclusão e coesão social. Foram extintos: o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Cultura. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi integrado ao Ministério do Desenvolvimento Social.

Utilizando-se de um discurso de crise fiscal no país, uma das primeiras medidas a ser aprovada em seu mandato foi o congelamento dos gastos públicos, sem alterar a conta de juros e amortizações da dívida pública. O teto da emenda constitucional destinado à assistência social, saúde e educação foi aprovado em 2016 (PEC 241 ou PEC 55) com validade para os próximos 20 anos.

Além disso, Temer conseguiu aprovar a lei que permite a universalização da terceirização e a reforma trabalhista. Ressalta-se que as mudanças aprovadas na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT colocam em risco a maioria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros assalariados. Nessa perspectiva, enfatizam-se ainda outros pontos que contribuem para uma maior precarização nas relações de trabalho, como: a generalização do trabalho terceirizado e intermitente, a alteração da função dos sindicatos no país de fiscalizarem os direitos trabalhistas. Assim, prevalece na reforma trabalhista o princípio do negociado sobre o legislado. Além disso, aprova-se, em 2017, incontáveis formas de flexibilização da jornada de trabalho e as reduções proporcionais de salários.

---

[35] O PMDB voltou a chamar-se MDB.

Neste contexto de contrarreformas neoliberais, Temer aprovou e implantou o Programa Criança Feliz, sem um debate coletivo nas instâncias participativas do SUAS (SILVEIRA, 2017). Definido pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) como a Primeira Infância no SUAS, o Programa ganhou expressão nacional ao longo do governo. No entanto, trata-se de um período em que se consolida o projeto de desmonte do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) o colocando em risco, a partir dos seguintes aspectos: a precarização dos trabalhadores da assistência mediante a terceirização da mão de obra; retomada de conteúdos e práticas conservadoras centradas em uma interpretação moralizante da questão social; ausência e congelamento de recursos para repasse de verba aos municípios; problemas de planejamento e articulação com os demais entes federados; a retomada do primeiro-damismo; ausência de intersetorialidades entre outras políticas no plano nacional; ingerência de outras políticas utilizando os recursos da assistência social; centralidade na primeira infância, desconsiderando outros públicos e vulnerabilidades ferindo o princípio da universalidade; o caráter personalista da implantação de um programa que se sobrepõem ao SUAS, fragilizando-o. (SILVEIRA, 2017)

Utilizando-se do discurso neoliberal *fazer mais com menos,* legitima-se um Estado que se organiza para enxugar as políticas públicas e transpor ao seu funcionamento o *modus operandi* de uma empresa privada. Neste cenário, a agenda do SUAS passa a apresentar conteúdos com aspectos gerencialistas, com foco em resultado e eficácia.

O presidente Temer chega ao final de seu mandato com a maior impopularidade desde o governo Collor. Segundo as pesquisas do Instituto Data Folha, 62% dos brasileiros consideraram seu governo ruim ou péssimo, 29 % avaliaram seu mandato como regular e apenas 7% aprovaram sua gestão como presidente (além de 2% não terem opinado sobre o assunto).

1.4.5 Jair Bolsonaro (2019 –2020)

O presidente Jair Bolsonaro foi eleito pelo PSL[36] em 2018. Capitão reformado do Exército, até então deputado federal, exercia sua sétima legislatura (passou por oito partidos políticos durante este período). Com uma carreira parlamentar conhecida por discursos que

[36] Partido Social Liberal venceu o então candidato pelo PT, Fernando Haddad. Em 2019 saiu do PSL. Ensaiou formar um partido próprio, mas não conseguiu efetivar. Atualmente (2020) governa o Brasil sem vinculação partidária.

exaltavam a ditadura militar e as Forças Armadas, também defendia em seus mandatos: a pena de morte, a diminuição da maioridade penal e a acessibilidade ao porte de armas aos brasileiros. Entretanto, o discurso de moralidade religiosa ganhou centralidade em sua campanha de 2018, o que contribuiu para um aumento de sua força política junto ao eleitorado evangélico[37]. Apresentando um forte apelo nacionalista e conservador, somado a um sentimento antipetista, eram utilizados, cada vez mais, imperativos como: "família", "combate à corrupção", "Deus", "Brasil", "ideologia" e "combate ao PT e ao socialismo", durante o processo eleitoral e posteriormente ao longo do governo.

O Brasil enfrentava um cenário eleitoral de tensão e polarização entre concepções de uma esquerda em crise pela corrupção e o apoio, sobretudo da classe média, em direção a um endurecimento repressivo dos regimes políticos. Almeida (2019) analisa esta reação como consequência das rupturas nas esferas: social, econômica e cultural, promovidas pelas políticas inclusivas e de diversidade[38]. Kurlantzik (2013) afirma que o empoderamento dos pobres, estimulados pelas políticas de proteção social, gerou incômodo e pressão da classe hegemônica em diversas regiões do mundo.

Alguns países apresentavam um crescimento dos partidos de extrema direita: os Estados Unidos por exemplo, com a vitória de Donald Trump, direcionaram seu governo a um neoliberalismo hiper reacionário, com um combate às políticas de reconhecimento às minorias sociais (FRASER, 2018); a Itália, elegeu Matteo Salvini, e a Hungria, Viktor Orbán, ambos de partidos de extrema direita que capturaram o sentimento de desesperança e frustração do eleitorado e venceram com um discurso de renovação (SOLANO, 2019). A saída do Reino Unido da União Europeia (o Brexit) privilegiou uma política protecionista e fechou a entrada para europeus e outros imigrantes no país.

Já no Brasil, a crise econômica e política, exacerbada pelos escândalos de corrupção amplamente veiculados pela mídia (como o Mensalão), encadeou investigações a outro

---

[37] Bolsonaro teve apoio eleitoral das principais lideranças evangélicas pentecostais do país: o pastor Silas Malafaia da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, o bispo Edir Macedo da IURD, o pastor José Wellington Bezerra da Costa ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), ligada à AD Missão, o "apóstolo" Valdomiro Santhiago da Igreja Mundial do Poder de Deus, o missionário Romildo Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus, Robson Rodovalho da Sara Nossa Terra e Ana Paula Valadão, cantora gospel e dirigente da igreja Batista da lagoinha, dentre outros. Em eleições anteriores, esse apoio dos grupos evangélicos era dividido entre os candidatos presidenciais.

[38] Corrobora com esta afirmação a pesquisa desenvolvida por Solano, Ortellado e Nader (2017 apud SOLANO, 2019) que em 2015 (durante as manifestações nas ruas) comprovaram a adesão destes participantes a conteúdos anti-igualitários que circulavam nas redes sociais. (Conteúdos que eram compartilhados das páginas do Facebook do MBL, Vem para a Rua e do próprio Jair Bolsonaro) Neste cenário os pesquisadores identificaram que 60,4% dos manifestantes entrevistados concordaram que "Bolsa Família financia preguiçoso" e 70,9% afirmaram que "as cotas raciais geram mais racismo". (SOLANO; ORTELLADO; NADER, 2017 apud SOLANO, 2019, p.311).

escândalo na Petrobrás: o Petrolão. Neste período, era comum ouvir sobre os sentimentos de descrença e insatisfação da população na política e nos partidos (quer fossem de esquerda, centro ou de direita). Crescia uma tendência política cujo movimento não estava pautado em questões programáticas de governo, mas em manifestações antipestistas, antipartidárias e antissistêmicas. No entanto, não estava claro o que se pretendia construir com a chamada "nova política" (SOLANO, 2019).

Neste contexto, o Poder Judiciário, em especial com a atuação do presidente do Supremo Tribunal Federal, o então ministro Joaquim Barbosa, ganhou legitimidade. O julgamento de políticos passou a ter importância inédita no país. Aqueles que deviam sua nomeação a Lula e a Dilma passaram a se empenhar em apresentar "independência" do Poder Executivo. Contudo, a busca por demonstrar "neutralidade" nos julgamentos estava relacionada a uma sintomática submissão à mídia, com as sucessivas histórias de vazamentos e informações confidenciais retiradas dos processos. (ANDERSON, 2020) Neste cenário da Lava Jato[39], destacaram-se também, como protagonistas políticos e midiáticos, as ações da Procuradoria Geral da República (Ministério Público) e a Polícia Federal, por meio das investigações e prisões de políticos e empresários da elite brasileira.[40] (ALMEIDA, 2019).

Outra esfera de interação política são as manifestações nas ruas e nas mídias sociais, desencadeadas pelos protestos de 2013 contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo. Alonso (2017) aponta que as manifestações nas ruas passaram por três grandes ciclos de protestos: 2013; 2015 e 2016 (os dois últimos motivados pelo apoio ao pedido de *impeachment* de Dilma). As ruas, que tradicionalmente eram ocupadas por grupos autodenominados como de esquerda, passaram a ser utilizadas por novos protagonistas vestidos de camisetas da CBF, bandeiras do Brasil, gritos nacionalistas (timidamente em 2013, ganharam força em 2015 e 2016). Apresentava-se um novo repertório nas ruas e nas redes com reivindicações que ganhavam um tom patriótico. (SOLANO, 2019)

---

[39] Em pesquisa realizada por Solano (2019), o entusiasmo da população sobre a Lava Jato está articulado a um desejo de "justiça messiânica do inimigo", direcionada a "limpar" o Brasil dos políticos profissionais que seriam "sujos" e corruptos. Neste contexto, Sérgio Moro aparece com um herói, salvador, alguém que tem a tarefa de "limpar" o Brasil da corrupção. Solano (2019) analisa que o discurso dos entrevistados, participantes de sua pesquisa, segue uma visão moralista e dualista de justiça: o bem e o mal (visto como inimigo a ser exterminado). (SOLANO, 2019, p.314)

[40] Almeida (2019) analisa as interações políticas a partir de uma concepção de tabuleiros. Para o autor, estas interações ocorrem paralelamente em 3 tabuleiros. O primeiro composto pelo protagonismo político inscrito no Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal; o segundo tabuleiro composto pelas manifestações nas ruas e nas mídias sociais e o terceiro tabuleiro: aquele presente nos pequenos grupos, considerados pelo autor como os que estão menos inteirados dos acontecimentos políticos.

As interações pelas redes sociais tiveram ênfase enquanto plataforma de mobilização, informação, debate e compartilhamento de opiniões e conteúdos políticos. No entanto, o engajamento das ruas não é o mesmo do mundo virtual. O contexto das redes apresenta uma comunicação bastante específica: pouca oralidade, limites da escrita digital, a não presença do outro, criação de uma face virtual e a mediação tecnológica. Segundo Almeida (2019), a eficácia desse processo não se refere a um fortalecimento de políticas públicas específicas, mas ao reforço dos conteúdos "curtidos" e/ou "compartilhados". Dessa forma, mesmo sendo menor o engajamento dos mobilizados pelas redes sociais, o compartilhamento foi fundamental para o crescimento das manifestações nas ruas e para o processo de formação de opinião entre a população (ALMEIDA, 2019).

O aumento das interações políticas via plataforma digital insere-se na vida cotidiana dos pequenos grupos. Estas interações pelo WhatsApp, por exemplo, proporcionaram uma maior capilaridade na disseminação de conteúdos políticos que foram injetados no interior das famílias, nos grupos de trabalho, entre os amigos, grupos de igreja etc. Nesta esfera de interação se acessa uma população que até então, embora sentisse os efeitos da corrupção e da precarização dos serviços públicos em seu dia a dia, não apresentava um engajamento ou expressiva participação política nos acontecimentos do país. Contudo, tais compartilhamentos impulsionaram a circulação de informações, das *fake news* e dos memes nos múltiplos e fechados grupos[41].

Vale ressaltar que esta tecnologia foi utilizada pela primeira vez nas campanhas eleitorais em 2014, mas foi na campanha de 2016 que efetivamente os políticos a adotaram como canal de comunicação com seus eleitores e parcela da população, tanto durante o período eleitoral, quanto ao longo dos mandatos. Entretanto, Almeida (2019) analisa que em 2018 a ferramenta teve papel decisivo na "[...] construção da (i) legitimidade dos candidatos" (ALMEIDA, 2019, p.190). O autor enfatiza que a utilização das *fake news* sustenta-se, sobretudo, na desconstrução da imagem do adversário político, buscando aumentar seu índice de rejeição.

Ao analisar a campanha de Bolsonaro, Solano (2019) aponta que houve um alargamento da figura do inimigo a princípio centrada no PT e na "esquerda", mas que, ao

[41] Exemplos de *fake news* foram apresentados na pesquisa de Solano (2019) junto aos participantes das manifestações de 2015. Dentre elas: a afirmação que 71% dos entrevistados concordaram que Fábio Luís Lula da Silva (filho de Lula) era sócio da Friboi; 56%, que o Foro de São Paulo criaria uma ditadura boliviana no Brasil; 53% afirmaram que o PCC era um braço armado do PT e 42% acreditavam que o PT tinha trazido 50 mil haitianos para votar em Dilma em 2014. Por fim, a pesquisa levantou que 64% dos participantes afirmaram que o PT iria implantar um regime comunista no Brasil. (SOLANO, 2019).

longo do processo eleitoral, estendeu-se a toda uma categoria progressista composta por ativistas de direitos humanos, professores e intelectuais, manifestantes, dentre outros. Trata-se de um contexto em que se coloca em dúvida o papel daqueles que até então atuavam como mediadores entre os sujeitos, o conhecimento e a participação política. Um exemplo é a perseguição a professores em função da lógica da Escola sem Partido: que pressupõe um ensino "neutro", "despolitizado" e "apartidário" dentro das salas de aula.

Analisa-se uma negação das diferenças políticas, morais e religiosas. "O outro é o negativo absoluto, o mal, aquele que ameaça a minha forma de existência e, portanto, deve ser exterminado" (SOLANO, 2019, p.317) O ataque é direcionado às chamadas pautas identitárias. Com o inegável avanço das lutas travadas pelas feministas, LGBTQIA+ e negros, as categorias tradicionais são desestabilizadas com o risco da perda dos privilégios das famílias brancas, heteronormativas e patriarcais. Nessa perspectiva, sem vislumbrar sinais de políticas que se aproximam a um "Estado de Bem-Estar Social", o neoliberalismo hiper reacionário de Bolsonaro já anunciava em sua campanha que não haveria nem redistribuição e nem reconhecimento durante sua gestão. Efetivava-se o projeto de desmonte das políticas sociais no país, iniciado com o governo Temer. "No que depender de mim não tem mais demarcação de terra indígena", afirmou o candidato em entrevista à televisão em 2018 (Folha de S. Paulo, 2018).

Com o slogan "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", o mandato se constitui com uma presença expressiva de evangélicos e/ou militares que ocupam grande parte dos cargos de alto escalão do governo Federal[42]. Os cinco evangélicos que dirigem estes postos são: a pastora pentecostal Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério da Casa Civil ocupado pelo luterano Onyx Lorenzoni, o Ministério do Turismo conduzido por Marcelo Álvaro Antônio (membro da Igreja Maranata), a Advocacia Geral da União dirigida pelo pastor presbiteriano André Luiz Mendonça e o ministro-chefe da Secretaria de Governo Luiz Eduardo Ramos (integrante da igreja Batista). (CUNHA, 2019)

Fundamentada em uma concepção religiosa tradicional que se contrapõem a uma visão universalista e laica sobre os direitos humanos, a ministra Damares (da Igreja Batista da Lagoinha) anuncia o início de uma era no Brasil em que "menino veste azul e menina veste rosa" (Folha de S. Paulo, 2019). Esta retórica demonstra uma compreensão rígida de critérios

[42] Os evangélicos ocupam cargos políticos desde o governo Dilma: o senador Marcelo Crivella (da IUDR) e o deputado George Hilton (também da IUDR) ocupavam cargos nos Ministérios da Pesca e do Esporte. Era significativo, mas não expressivo numericamente. Esta lógica se manteve no governo Temer. Já no governo Bolsonaro os militares dividem o poderio dos cargos com os evangélicos. (Carta Capital, outubro de 2019).

de sexo sem considerar as variações de gênero, sexualidade e orientação sexual. Aponta para uma política de direitos humanos que ignora os debates e avanços conquistados até então pelos movimentos sociais no Brasil. A forte presença de ideários religiosos e conservadores acerca da mulher, da sexualidade e da família se transformam em uma agenda pública de governo. "A mulher deve ser submissa ao homem no casamento", afirmou a ministra em audiência pública na Comissão de Defesa de direitos das Mulheres no Congresso Nacional (citou a teologia do livro de Deuteronômio/Levítico) (CAMURÇA, 2020).

Outras posições defendidas pela ministra demonstram uma transposição das concepções morais evangélicas que fundamentam as práticas do Estado durante o governo Bolsonaro. Dentre elas, o apoio à proposta que oferta ajuda financeira (oitenta e cinco reais) à mulher vítima de estupro que decidir manter a gravidez. "Vamos estabelecer políticas públicas para o bebê na barriga da mãe nesta nação" (Folha de S. Paulo, 2018). Nomeada ironicamente como "Bolsa Estupro", o projeto nega a violência vivenciada pela mulher e efetiva a recusa dogmática/ideológica do aborto. (CAMURÇA, 2020)

Ao relatar sobre sua visita a Ilha do Marajó, no Pará, Damares comenta sobre os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no território. Como estratégia de enfrentamento e combate à violência, sugere a criação de uma fábrica de calcinhas.

> [...] alguns especialistas aqui do Gabinete chegaram a falar para nós que as meninas da ilha do Marajó são exploradas porque elas não têm calcinha. Elas não usam calcinha, elas são muito pobres. E disseram: por que o Ministério não faz uma campanha para arrecadar calcinhas para levar para lá? Conseguimos um monte... Mas daí eu falei, por que levar calcinha, essa calcinha vai acabar. Nós temos que levar uma fábrica de calcinhas para a ilha do Marajó, gerar emprego lá e a calcinha sair baratinho para as meninas (DAMARES, Vídeo Informa Brasil TV, 2019)[43].

Em relação à prevenção da gravidez na adolescência, ao invés de incentivar programas de educação sexual nas escolas, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos lança uma campanha que propõe a abstinência sexual a jovens. Respaldada por uma visão religiosa que se utiliza da afirmação "eu escolhi esperar" pelo casamento, tal campanha é cancelada por recomendações da Defensoria Pública da União e pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), porque não há comprovação científica[44].

Um caso emblemático e controverso, que ganhou as mídias sociais no país, foi a situação de uma menina de 10 anos, vítima de estupro pelo tio que a engravidou, em São Mateus – ES. A situação se tornou pública com o vazamento de informações e dados pessoais

---

[43] Nota da autora : o vídeo foi retirado da internet, link indisponível.

[44] Revista Veja, edição de 31.01.2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/defensoria-pede-para-ministerio-cancelar-campanha-sobre-abstinencia-sexual/ acessado em 17.05.2021.

da criança, o que gerou repercussão tanto entre aqueles que apoiavam a interrupção da gestação, quanto entre aqueles que defendiam a continuidade dela. A família sofreu grande pressão por parte de religiosos e políticos, para não praticar o aborto legal. O assuntou ganhou ênfase depois que a ministra Damares chamou a atenção para o caso. A família registrou um Boletim de Ocorrência por invasão domiciliar contra o fundador do Projeto Família Cristã em São Mateus e pré-candidato a vereador pelo PSL, Pedro Teodoro[45].

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) deslocou dois representantes do Governo Federal para acompanhar os encaminhamentos da menina. Segundo o relatório publicado no site do ministério, a comitiva, que contava com a presença dos coordenadores-gerais da ouvidoria e do fortalecimento ao sistema de garantia de direitos, foi integrada também pelo então Deputado Lorenzo Pazolini (PRP) [46] e por voluntárias de uma ONG. Dentre as ações da comitiva, foram realizadas reuniões com a equipe da Assistência Social do Município e do Conselho Tutelar e visita à Delegacia de Polícia Civil. O objetivo da presença da comitiva no local seria acompanhar a atuação da rede de proteção à criança e oferecer instrumentos do MMFDH para fortalecer os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos às vítimas de violência (MMFDH, 2020).

A publicação deste relatório é uma resposta à reportagem realizada pela Folha de S. Paulo que denunciou a presença de um grupo de voluntárias (duas médicas, uma assistente social e uma bioquímica) que participaram da reunião junto à Assistência e que estariam empenhadas em impedir o aborto legal da menina (Folha de S.Paulo, 2020). A vítima precisou viajar à Recife para interromper a gravidez, após ter sido negado o procedimento legal em Vitória. Com protestos pró e contra o aborto em frente ao hospital, grupos cristãos fizeram rodas de oração e médicos foram ameaçados e chamados de assassinos.

As ações do MMFDH descritas acima demonstram o esvaziamento de concepções técnicas das intervenções do Estado e o desmonte das políticas públicas, mais especificamente das Políticas de Assistência Social. A Assistência, atualmente locada no Ministério da Cidadania, sofreu um corte no repasse de verbas federais aos municípios, por meio da aprovação da portaria nº 2362, publicada no Diário Oficial em dezembro de 2019. O corte ocorreu em um momento de enxugamento do principal programa social do país, o Bolsa Família. (BBC NEWS BRASIL, 2020) Os critérios da portaria referida impactaram

---

[45] Cf. o jornal Folha de São Paulo, 16.08.2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer-aborto-legal.shtml

[46] Partido Republicano Progressista – PRP.

diretamente no fechamento e redução dos equipamentos públicos, como os CRAS e os CREAS, cujos maiores afetados foram os municípios de pequeno porte (DOU, 2019). Outro retrocesso no âmbito do SUAS foi o cancelamento dos dispositivos de participação e controle social das políticas de assistência.

A Conferência Nacional Democrática da Assistência Social, que teve como tema "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social", marcou uma das maiores expressões de resistência, organização e mobilização popular frente ao acirramento do autoritarismo e ao desmonte dos mecanismos democráticos. Foi convocada pela sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social, pelo Colegiado Nacional de Gestores/as Municipais de Assistência Social, pela Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, pelo Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS, Fórum Nacional de Usuários/as do SUAS, Entidades Socioassistenciais, Movimentos Sociais, Organizações Populares, Mandatos Parlamentares, Universidades, Sindicatos, Órgãos de Classe, Defensores/as do SUAS e mais de 300 entidades de todo o Brasil. As denúncias realizadas ao longo do evento referiram-se ao desmonte da institucionalidade do SUAS e dos direitos previstos, a volta do primeiro-damismo, o controle da população pobre e o assistencialismo. Apontou para o descumprimento do pacto Federativo, da primazia do Estado diante das demandas sociais, o descumprimento das legislações e normativas dos SUAS , principalmente com a falta de regularidade no repasse dos recursos aos Municípios. (Carta da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, 2019)[47].

Neste cenário de precarização e desmonte das políticas públicas, em 2019, o Congresso aprovou a reforma da previdência que amplia o tempo de contribuição para a aposentadoria, diminui o valor das pensões e dificulta o acesso aos benefícios sociais pagos pelo sistema de seguridade social. Bolsonaro associou o desemprego no país ao "excesso de direitos trabalhistas". Defendeu as reformas trabalhista e previdenciária com a seguinte fala: "O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego ou menos direito e mais emprego" (Folha de S. Paulo, 2019). Nesse cenário, descumpre-se a promessa da criação e aumento de empregos após a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. Ao invés disso, a população brasileira se depara com o aumento da informalidade dos trabalhos e alta taxa de subocupação. (BRAGA, 2019 apud CAPPELLANO; CARRAMENHA, 2019)

Um fenômeno importante para compreender os números relacionados aos investimentos em Assistência Social no ano de 2020 foi a pandemia do novo coronavírus, o

[47] Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/12/agenda-de-lutas-2.pdf acesso em 17/05/2021.

Covid-19. Detectado pela primeira vez na cidade de Wuhan na China, o vírus espalhou-se pelo mundo inteiro por sua alta capacidade de contágio e provocou milhares de mortes em diferentes regiões do globo. Assim, muitos países adotaram o isolamento social como forma de conter a pandemia.

O Brasil, na contramão de governos como Itália, Espanha e a própria China (que recomendavam o isolamento social) optou por adotar uma postura negacionista frente ao vírus. Um exemplo foi o pronunciamento nacional do presidente Bolsonaro em 24 de março, que pediu o fim do confinamento no país chamando o vírus de "gripezinha" (Folha de S. Paulo, 2020). Essa falta de direcionamento do governo gerou, além de uma crise sanitária, o agravamento de uma crise social e econômica. Foram registrados e publicados pelo consórcio de imprensa 160 mil mortes por Covid- 19[48] no país (Folha de S. Paulo, 2020). A fim de "conter" os efeitos da pandemia, o governo instituiu, em abril de 2020, o auxílio emergencial. O programa tinha como objetivo atender à população mais pobre e trabalhadores informais, concedendo inicialmente o valor de R$200,00, mas aprovou-se no Congresso Nacional o valor de R$600,00 mensais.

Ao analisar os investimentos em Assistência Social nos anos de 2019 e 2020, identificamos um aumento de R$ 260,85 bilhões. Enquanto em 2019 foram gastos R$ 92,85 bilhões, em 2020 esse valor cresceu para R$ 353,10 bilhões[49] (com previsão de orçamento de R$ 473,28 bilhões). Sobre este investimento em 2020, 76,93% das despesas referem-se a programas de inclusão social por meio do Programa Bolsa Família e da articulação de benefícios devido à pandemia. Apenas 14,90% referem-se ao investimento em proteção social no âmbito do SUAS.

Assim, 84,29% do valor destinado à inclusão social é o auxílio emergencial de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pandemia do Covid – 19. Apenas 4,95% desse orçamento foram destinados ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Os restantes 10,62% foram direcionados a ações de enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2020).

Neste aspecto, pode-se afirmar que, apesar do aumento do orçamento da Assistência Social, o investimento não está atrelado a um fortalecimento das ações de Proteção Social do

---

[48] Dados coletados em 31 de outubro de 2020.
[49] Referência mês de outubro, dados coletados no portal da Transparência do Governo Federal. (2020) Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/08-assistencia-social?ano=2020 acesso em 30/10/2020.

SUAS ou direcionado à consolidação dos equipamentos públicos dos Municípios (conforme a Portaria nº2362 já citada), mas sim vinculado a repasses diretos e temporários de transferência de renda à população em situação de vulnerabilidade pelo COVID – 19.

A volta do primeiro-damismo é facilmente reconhecida nas ações desenvolvidas pelo Programa Pátria Voluntária, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e dirigida por Michelle Bolsonaro. O Programa tem por objetivo:

> [...] fomentar a prática do voluntariado como um ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo, além de estimular o crescimento do terceiro setor, contribuindo para a transformação do Brasil em um país mais justo e mais solidário. (BRASIL, 2020)

Esse Programa recebe doações de empresas e sociedade civil e as repassa às ONGs cadastradas na plataforma digital no site patriavoluntária.org. Contudo, até o mês de setembro de 2020 não havia registro de editais ou chamamentos públicos com os critérios para a escolha da ONG ou os valores a serem destinados às Instituições. Também não há solicitação para apresentação de projetos, previsões de gastos ou prestações de contas das ONGs contempladas com o recurso. Vale ressaltar que as ONGs Associação das Missões Transculturais Brasileiras – AMTB e o Instituto Missional (ambas evangélicas) receberam os maiores valores, respectivamente R$ 240.000,00 e R$ 391.854,00. Além disso, a Associação Virgem de Guadalupe, representada pelas voluntárias que tentaram intervir no caso da menina de 10 anos de São Mateus (citado acima), recebeu o repasse de R$ 14.742,00 pelo programa de Michelle Bolsonaro (patriavoluntaria.org, 2020).

Nos mês de setembro de 2020, a Folha de S. Paulo noticiou que o governo Bolsonaro repassou R$ 7,5 milhões ao Programa Pátria Voluntária. Este dinheiro foi doado pela empresa Marfrig em março (início da pandemia no Brasil) com o objetivo de comprar testes rápidos para detectar a Covid-19. O desvio da doação ao programa foi justificado pelo presidente da República como "[...] a saúde não precisava mais de testes de Covid" e acrescentou que, por meio das ONGs, as necessidades da população vítima da pandemia seriam sanadas[50].

Vale salientar que foi nesse contexto histórico social (de transição entre o governo Temer e o início do governo Bolsonaro) que esta pesquisa, que conta com um momento de campo com os profissionais da assistência social e com as mulheres em vulnerabilidade, foi

[50] Cf. jornal Folha de São Paulo, 30.09.2020.
Disponível em: .https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/governo-bolsonaro-repassou-a-programa-de-michelle-r-75-milhoes-doados-para-testes-de-covid.shtml acesso em 30/10/2020.

desenvolvida. Trata-se de um período em que se consolida um projeto de desmonte das Políticas de Assistência Social no Brasil.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O Brasil, considerando o período de pós-constituição de 1988, vivencia um cenário social interessante de análise, configurado por políticas públicas de distribuição de renda, especialmente quando se observam tais políticas sob o prisma da perspectiva de gênero e pelo viés das experiências cotidianas das mulheres em situação de vulnerabilidade, como se pretende neste trabalho. Suas narrativas, acreditamos, ao trazerem possibilidades de apreensão da relação corpo-território, classe social, sexismo e racismo, se convertem em debates indispensáveis para as expectativas não só de uma sociedade mais justa, mas também para a crítica ao capitalismo, uma vez que a sociedade capitalista produz sofrimento e gera infelicidade à maioria da população, afirma Marx (2004), ao analisar a relação de exploração da força de trabalho entre proletariado e burguesia.

2.1 Relações de reprodução da vida

A vida do trabalhador está relacionada a uma busca por suprir suas necessidades básicas, fundamenta-se na venda da força de trabalho para garantir a sobrevivência. O trabalhador converte-se em mais miserável que a mercadoria que produz, já que a riqueza e a magnitude, opostas à produção do trabalhador, consiste na acumulação do capital nas mãos de poucos, ou seja, nas mãos dos proprietários de terra. Esta divisão configura-se a partir da propriedade privada que inaugura a separação entre duas classes: a dos trabalhadores sem propriedade e a dos proprietários.

Para Marx (2004) a exploração consiste na venda da força de trabalho por um custo socialmente necessário à reprodução do trabalhador na forma de salário, enquanto se apropria do excedente para aumentar o capital. Assim, a reprodução do trabalho produz a própria vida e se reproduz enquanto trabalhador. Este fenômeno envolve outras moradas ocultas do capitalismo que não se reduzem aos aspectos econômicos. Fraser (2020) parte desse terreno oculto da exploração para escavar um domínio ainda mais obscuro, o qual ela denominou expropriação.

A expropriação para a autora configura-se como um terreno atrás do terreno, que possibilita a exploração. Para Fraser (2020) a expropriação difere-se da exploração, já que a

primeira ocorre por meio da transferência do capital sob o disfarce de uma troca contratual, ao passo que, no caso da expropriação, as sutilezas são dispensadas: toma-se o objeto – do trabalho, mas também a terra, animais, ferramentas, minerais e depósitos de energia, bem como seres humanos, suas capacidades sexuais e reprodutivas, filhos e órgãos corporais. (FRASER, 2020)

Tanto a exploração quanto a expropriação são igualmente indispensáveis à acumulação do capital, uma depende da outra; assim, não há exploração sem expropriação. Contudo, elas produzem uma hierarquia de status: aos trabalhadores explorados concede-se o status de indivíduos e cidadãos de direitos, são aqueles que têm a proteção do Estado e usam livremente sua força de trabalho. Já os expropriados, não livres e dependentes, sem proteção política, tornam-se desamparados. São eles: escravos, colonizados, "nativos", serviçais que trabalham para pagar dívidas "ilegais", criminosos condenados. Neste aspecto, Fraser (2020) enfatiza que este status coincide com "raça", trata-se de populações racializadas, consideradas "inerentemente expropriáveis". (FRASER, 2020, p.58)

Nesse contexto, analisa-se que, para alguns proletários, nem a sobrevivência é possível, pois a busca excede a oferta, produz-se um exército de trabalhadores que sonham em sacrificar o seu tempo e a sua liberdade em troca de condições precárias de trabalho e de salários ínfimos.

> [...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 2002, p.731).

Com o aumento do número de trabalhadores, eleva-se a concorrência destes entre si, produzindo uma alta rotatividade. Assim, uma parte da classe trabalhadora cai para um grupo de miseráveis e excluídos. Configura-se um contexto de desemprego estrutural que respalda a realidade de grande parte da população que sequer chega a ter um trabalho ao longo da vida. "Sabemos o que significa, psicossocialmente, crescer, se desenvolver e se socializar como um permanente 'desocupado', forçado à busca cotidiana de um 'bico' que permite a sobrevivência?"[51] (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 69) Paradoxalmente no Brasil, assim como

[51] Martin-Baró (1998, 2017) discute em seu livro "Psicologia de la Liberación" a importância da construção de uma psicologia comprometida com a realidade latino-americana. O autor problematiza a atuação do psicólogo do trabalho, ao ser capacitado para orientação vocacional, seleção e treinamento de pessoal, métodos para estimular a motivação e excelência no trabalho, métodos para aumentar a satisfação laboral. Mas quase não há bibliografia para enfrentar o problema do desemprego estrutural e as consequências psicossociais daqueles que passam a maior parte de suas vidas sem emprego. (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 70)

descrito por Martin-Baró (2017) em El Salvador, diante de tamanha marginalização social, a maior ambição desta população é "tornar-se proletária" (MARTIN-BARÓ, 2017, p.70)[52].

Essa é apenas uma parcela da realidade social capitalista, a ideia de que o capitalismo se constitui a partir de um mercado de trabalho livre. Tal afirmação pressupõe os trabalhadores como livres e iguais, no entanto, trata-se de uma liberdade constantemente negada. Para Marx (2004), o trabalho no capitalismo é livre em duplo sentido: o trabalhador é livre para se submeter ao contrato de trabalho e livre para morrer de fome, caso não consiga ou não queira firmar tal acordo.

Além disso, a contradição se revela no próprio processo histórico: ao mesmo tempo em que o capitalismo inaugura e sustenta um mercado de trabalho livre, mantém uma coexistência por mais de dois séculos com a escravidão no Novo Mundo. Consolida-se, assim, um regime de capitalismo mercantil suplantado no século XIX por um novo: o chamado capitalismo liberal, que combina a exploração industrial testemunhada na Europa com a expropriação colonial das periferias.

A fim de historicizar o capitalismo, Fraser (2020) o caracteriza a partir dos seguintes estágios: capitalismo mercantil ou comercial, seguido pelo chamado capitalismo "liberal", posteriormente o capitalismo administrado pelo Estado (social-democrata) e por fim, o capitalismo financeirizado. Embora essa distinção não seja novidade no mundo acadêmico, Fraser (2020) insere em sua análise, para além das relações que se estabelecem entre Estado e mercado, o modo como se negligencia a relação entre produção e reprodução, por um lado, e entre natureza (não humana) e sociedade (humana) por outro. As consequências de tais relações se tornam centrais em Fraser (2020) e são compreendidas como definidoras da organização do sistema capital.

A autora revela as contradições sociais do capitalismo liberal: enquanto os países do centro arrastavam suas mulheres e crianças para as fábricas e minas, ansiosos por trabalhos baratos, de reputações dóceis, submetendo-as a longas horas de trabalho em condições insalubres, uma dinâmica diferente desdobrava-se na periferia: o colonialismo extrativista subjugou populações que não desfrutaram de qualquer moeda. Longe de proteger indígenas e suas relações de reprodução social, as atividades de poder metropolitanas promoveram sua destruição. No caso das Américas, as mulheres escravas eram utilizadas para garantir lucros aos seus senhores, usualmente seus familiares eram vendidos separadamente, suas famílias

[52] Semelhante a este grupo marginalizado descrito por Martin-Baró (2017), Marx (2002), em seu texto "A ideologia Alemã", descreve o lumpemproletariado ou subproletariado, como parte da população que "ocupa" um lugar econômico e social abaixo do proletariado.

eram destruídas. Crianças nativas também eram arrancadas de suas comunidades, recrutadas em escolas de missionários e submetidas a coercitivas disciplinas de assimilação. (FRASER, 2020)

A autora Federici (2017) aponta a violência que contextualiza a história a partir de termos como: conquistas, escravização, roubos e assassinatos enquanto condições que garantiram um processo de acumulação primitiva, na transição[53] entre o período feudal e o desenvolvimento de uma economia capitalista. Nesta perspectiva, Federici (2017) acrescenta que a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da África e da América não representam "[...] os únicos meios pelos quais o proletariado mundial foi formado e acumulado". (FEDERICI, 2017, p.119)

O corpo transforma-se em uma máquina de trabalho, as mulheres sujeitam-se a reprodução da força de trabalho. Esse processo denuncia a perda histórica do poder das mulheres, as perseguições e assassinatos tanto na Europa quanto na América, através da caça às "bruxas", e seu extermínio, ao longo da Idade Média. Federici (2017) defende que, para além da acumulação primitiva presente na relação entre trabalhadores exploráveis e capital, há acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, fundamentadas em hierarquias de gênero e de raça, assim como de idade, resultando em uma dominação de classes e formação do proletariado moderno.

A transformação de uma economia de subsistência, característica do período pré-capitalista europeu, para uma mercantilização da vida econômica fornece condições materiais para mudanças nas relações sociais sexualmente diferenciadas. A unidade entre produção e reprodução, típica de sociedades que se baseiam em produção para o uso, ganha outros contornos em um novo regime pautado em uma produção para o mercado, sendo que aquilo que se refere à reprodução do trabalhador passa a ser economicamente desvalorizado e desconsiderado como trabalho. (FEDERICI, 2017)

A importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital tornam-se invisíveis, ao mesmo tempo em que os trabalhos não pagos ou mal pagos, que garantem os cuidados para a manutenção e formação de novas gerações de trabalhadores, são considerados como "vocações naturais" ou

---

[53] Federici (2017) problematiza o termo "transição", pois argumenta que este é incapaz de dimensionar as mudanças que abriram caminho para a chegada do capitalismo. A autora ressalta que o desenvolvimento histórico não foi linear e gradual, mas sim um período dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial. No entanto, ele é utilizado apenas para se referir a um sentido temporal e aos processos sociais que se relacionam à "reação feudal" no desenvolvimento das relações capitalistas; a autora se utiliza do conceito de Marx de "acumulação primitiva". (pp. 116;117)

como “trabalhos de mulheres”. Federici (2017) acrescenta à sua análise a exclusão de mulheres de muitas ocupações assalariadas e, quando remuneradas, o são com valores muito menores do que os destinados ao trabalho masculino.

> O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. (FEDERICI, 2017, p.146)

Analisa-se que a precarização e a feminização do trabalho reprodutivo também prejudicaram os homens trabalhadores. Com a desvalorização da reprodução social, desvaloriza-se também o seu produto: a força de trabalho. Neste sentido, Federici (2017) sustenta que o processo de degradação social das mulheres é fundamental para a acumulação capitalista e permanece até os dias atuais. Fraser (2019) corrobora esta perspectiva e analisa que, se por um lado a reprodução social gera condições para o sustento da acumulação capital, por outro lado, a orientação capitalista, ao não estabelecer limites na acumulação, tende a desestabilizar o processo de reprodução social da qual depende.

Para Fraser (2019) as contradições sociais do capitalismo liberal resultaram em uma crise em dois níveis: um deles representado por uma crise de reprodução social entre o pobre e a classe trabalhadora, cujas capacidades para o sustento e reabastecimento foram reduzidas até um ponto de ruptura, e, em um segundo nível, um pânico moral entre a “classe média”, que se escandalizou com o que entenderam como a chamada “destruição das famílias” através do aniquilamento da mulher proletária. Nesse contexto, a reivindicação dos trabalhadores, em geral, era garantir condições básicas para a manutenção de suas famílias.

Vogel (1983), em sua obra “Marxismo e a opressão das mulheres”, descreve a classe trabalhadora como aquela que defende as formas de família que preexistiam ao capitalismo a fim de preservar laços de parentesco, os quais foram reforçados e modificados por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas. Trata-se de processos sociais complexos e contraditórios que se esforçam em manter a reprodução privatizada da força de trabalho para garantir a manutenção e a adaptação de uma ordem de gênero burguesa moderna.

O processo de ajustamento começou na Europa com a criação de legislação protetiva. A ideia era estabilizar a reprodução social, definindo um limite para a exploração das mulheres e crianças no trabalho das fábricas. Liderada pela reforma da classe média em aliança com as nascentes organizações de trabalhadores, esta “solução” reflete a complexa

amálgama de diferentes interesses: a defesa da “sociedade” contra a “economia” e a busca por acalmar as tensões produzidas pelas desigualdades de gênero. (FRASER, 2019)

Para Fraser (2019) esses motivos foram entrelaçados com algo mais: uma insistência na autoridade masculina sobre as mulheres e as crianças, especialmente por meio da família. Como resultado, a luta para garantir a integridade da reprodução social é emaranhada com a defesa da dominação masculina. Este efeito pretendido, contudo, buscou suavizar a contradição social no capitalismo – mesmo que a escravidão e o colonialismo estivessem enraizados em outra ponta extrema da periferia.

O capitalismo do Estado Administrado do século XX tem como premissa a produção em larga escala e o consumismo doméstico em seu núcleo. Tal regime continua a expropriação colonial e pós-colonial nas periferias; contudo, estratégias foram criadas para amenizar as contradições presentes entre o capitalismo e a reprodução social. O Estado passa a ser concebido como o responsável pelo bem-estar social e inauguram-se investimentos públicos em cuidados à saúde, à escolarização, em cuidados à infância, a pensões de pessoas idosas, complementados por provisão corporativa. Aceitam-se acordos com os sindicatos dos trabalhadores em negociações empresariais. Percebe-se uma grande extensão das classes trabalhadoras sem possuir meios de se reproduzir por conta própria. Assim, a reprodução social é internalizada pela administração oficial do Estado (FRASER, 2019).

Objetivando atender à demanda econômica e suavizar as tensões produzidas pela cíclica e endêmica crise capitalista, a massa de trabalhadores é convocada a exercer seu duplo dever: enquanto produtores, com a venda da força de trabalho, e enquanto consumidores, com a reinvenção da família como um espaço privado e de consumo cotidiano doméstico. Para Fraser (2019) esse processo, por um lado, liga a uma linha “fordista” de montagem o consumismo da família da classe trabalhadora e, por outro, introduz um novo modelo: uma síntese entre “mercantilização” e proteção social. “Todos esses esforços visavam assegurar as condições para uma acumulação sustentável de capital privado e esvaziar a revolução” (FRASER, 2020, p.93).

Fraser (2019) enfatiza que o capitalismo do Estado Administrado, assim como o regime que o antecede, também se entrelaça a uma hierarquia racial. Os estados pós-coloniais buscavam ampliar seus recursos pelo imperialismo predatório com o desenvolvimento de projetos de larga escala, se utilizando frequentemente da expropriação dos indígenas. Os Estados Unidos, por exemplo, excluíam do seguro social os trabalhadores domésticos e rurais, o que na prática cortava os direitos de muitos afro-americanos. A divisão social da reprodução do trabalho que começou com a escravidão assume novos disfarces: a mulher negra e/ou

indígena que trabalha para a família branca, limpando a casa e cuidando das crianças por baixos salários e sem direitos. É um período em que se valoriza e se institucionaliza a heteronormatividade do chefe de família e da dona de casa, generificando as famílias. Nesse contexto, os investimentos públicos em reprodução social reforçavam tais normas e as transformavam em políticas públicas.

Trata-se de um regime que estabilizou o sistema por algumas décadas, mas que teve de enfrentar as próprias contradições políticas e econômicas. Surgiu uma Nova Esquerda global em oposição aos processos de opressões, exclusões e predações nas quais o capitalismo do Estado Administrado estava ancorado. Substitui-se assim o regime do Estado Administrado pelo atual capitalismo financeirizado, que se reformula a partir de uma nova relação entre economia e política. (FRASER, 2020)

O capitalismo financeirizado se caracteriza por uma disciplinarização dos Estados segundo os interesses imediatos de investidores privados. Este regime realoca a fabricação para regiões de baixos salários, convoca as mulheres para a força de trabalho remunerada e provoca um desinvestimento dos Estados e corporações para o bem-estar-social. Produz-se um contexto que reduz a capacidade das famílias e comunidades em performarem cuidados em seus núcleos. Outro aspecto fundamental é a centralidade da dívida. Para Fraser (2019), a dívida é utilizada pelas instituições globais financeiras como instrumento para pressionar os Estados a realizar cortes em despesas sociais a fim de extrair valor das populações vulneráveis.

Para a autora, é cada vez mais por meio das dívidas que a acumulação de riqueza prossegue: salários que caem abaixo dos custos necessários à reprodução, somados as relações precarizadas de trabalhos, em substituição a trabalhos industriais sindicalizados, resultam em gastos contínuos e aumento exponencial das dívidas. Em outras palavras, o capital hoje "canibaliza" o trabalho, disciplina os Estados, transfere riquezas da periferia para o centro e suga o valor das famílias, das comunidades e da natureza. (FRASER, 2019)

Assim, intensificam-se os efeitos da contradição entre produção econômica e reprodução social. Enquanto o regime anterior alinhou comercialização com proteção social contra a emancipação, o capitalismo financeirizado configura a junção entre emancipação e comercialização a fim de minar a proteção socia; neste aspecto, enxugam-se as políticas públicas e os direitos sociais por meio de discursos que se dizem emancipatórios. (FRASER, 2019)

> No lugar do dirigismo, promoveram a privatização e a desregulamentação; em lugar de provisão pública e cidadania social, 'trickle-down' e 'responsabilização pessoal';

> em lugar dos Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas, um Estado competitivo enxuto e mesquinho. (FRASER, 2019, p. 36)

Testado na América Latina, o movimento de neoliberalização no Terceiro Mundo, forçado pelas dívidas externas, programam "ajustes estruturais" que transformam os princípios centrais do "desenvolvimentismo" e os impulsionam a se tornarem Estados Pós-coloniais que se despojam de seus ativos, abrem mercados e cortam os gastos sociais.

2.2 Alienação[54]

Ao retomarmos Marx (2004), a compreensão sobre a perda de si consiste na alienação do objeto do trabalho, enquanto uma exteriorização de uma atividade que pertence a um outro. O trabalho é *exterior* ao trabalhador, portanto, é algo que não se relaciona à sua essência. O trabalhador se sente infeliz já que o trabalho não é a realização de uma necessidade, mas um meio para satisfazer suas necessidades fora dele; em outras palavras, trata-se de um trabalho compulsório, forçado.

Dentre as consequências da alienação do produto do trabalho e de sua atividade vital, de sua natureza, o *homem é alienado do próprio homem.* (MARX, 2004, p.158) Em uma sociedade capitalista, Fraser (2014) interpreta Marx (2004): o próprio capital se converte em sujeito. "Os seres humanos são seus peões, reduzidos a adivinhar como podem conseguir o que necessitam nos interstícios, alimentando a besta." (FRASER, 2014, p.60).

Para Marx (2004) o que vale para as relações com o outro é regido pela relação que se estabelece com o produto do trabalho e consigo mesmo, enquanto trabalhador. Vale ressaltar que a relação do homem consigo mesmo é efetivamente real, objetiva, a partir de sua relação com o outro. No entanto, se o critério para as relações reproduz aquilo que se estabelece enquanto mercadoria, tratando-a como um produto alheio, inimigo, poderoso e independente, repete-se a mesma lógica entre os homens, tratando-os como alheios, inimigos, poderosos e independentes.

Jaeggi (2014), ao revisitar o conceito de *alienação* desenvolvido por Marx (2004), acrescenta que esta não se restringe a um problema subjetivo reduzido a um si-mesmo, mas a

---

[54] O conceito de alienação utilizado nesta pesquisa é referenciado em Marx (2004) e em Rahel Jaeggi (2014). Para Jaeggi (2014), a vida sob o capitalismo é "ruim" ou alienada, sem sentido, esvaziada. Tal concepção fundamenta seu debate sobre o capitalismo, como aquele que destrói elementos essenciais da vida boa. Neste ponto, Fraser (2020) diverge de Jaeggi (2014) já que ela refuta a ideia de boa vida, para aprofundar-se em uma crítica a respeito do capitalismo a partir do conceito de injustiça social.

concebe como aquela que estrutura as relações humanas consigo, com o mundo social e material. Esta alienação produzida no mundo implica uma alienação vinda dele próprio, que dialeticamente aliena o sujeito de si porque este é alienado do mundo. Nesta perspectiva, o início para uma compreensão a respeito de uma autoalienação sempre inclui um sujeito e suas relações a partir de várias dimensões da vida cotidiana. Assim, a tese central sobre alienação para Jaeggi (2014) é que viver a própria vida significa se identificar, de uma certa maneira, consigo mesmo e com o mundo. A autora analisa a alienação como uma possibilidade de se compreender o diagnóstico das patologias sociais – que é a deficiência das condições sociais para uma autorrealização individual.

Para a autora, a alienação está relacionada a uma perda de sentido. Uma vida alienada é empobrecida de sentido articulada a uma perda de poder e impotência. Neste aspecto, o poder sobre a própria vida torna-se impotência, as decisões para si provêm dos outros; concomitante a este processo, há uma perda de envolvimento com o mundo. Nesse contexto, Jaeggi (2014) ressalta que a alienação configura-se como relações de dominação e de desconexão. Assim, apenas um mundo em que se possa fazer por si mesmo, em que se possa identificar com (e se apropriar disso), é um mundo em que é possível agir em direção a uma autodeterminação. Trata-se de uma compreensão que almeja construir condições para um reconhecimento de si enquanto sujeito, dono de suas próprias ações. (JAEGGI, 2014)

O diagnóstico social apresentado por Marx (2004) tem como *telos* o desenvolvimento de uma crítica marcada por um processo histórico pós-revoluções burguesas. Marx (2004) aponta para o processo de exploração como produtor de sofrimento e de infelicidade da classe proletária, que reflete em seus modos de vida a manutenção do sistema político e econômico vigente. A perpetuação desta estrutura é garantida por meio de processos ideológicos que escamoteiam no trabalhador sua real consciência de classe proletária, substituindo-a por uma "falsa" consciência de classe burguesa.

Para Mészáros (2004), o discurso ideológico nas sociedades capitalistas ocidentais determina valores que se convertem em crenças que não são questionadas. São valores que legitimam um conjunto de práticas que perpetuam a estrutura dominante. Esta ideologia hegemônica se afirma violentamente em todos os níveis, uma vez que controla as instituições culturais e políticas da sociedade.

> Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o perigo de ser publicamente desmascarada é irrelevante, tanto devido à relação de forças quanto aos dois pesos e duas medidas que se aplicam às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2004, p.15)

Rejeita-se qualquer tentativa em identificar as suposições ocultas ou os valores implícitos presentes nas estruturas dominantes. Tratadas como naturais ou verdades inquestionáveis, formatam-se modos de ser e de estar no mundo que garantem o *status quo.* Assim se produz o sujeito ideal ao capitalismo, aquele capaz de reproduzir e manter a hegemonia das classes dominantes, independente do "lugar" social e econômico que ocupa. Este assujeitamento da lógica dominante impede a autorrealização e fortalece o sofrimento dos sujeitos.

Nancy Fraser (2014), ao discutir o capitalismo e a crise atual, retoma Marx para compreender a raiz comum dos males heterogêneos – financeiros, econômicos, políticos e das lutas sociais, a fim de realizar um diagnóstico respaldado em bases estruturais econômicas profundas que têm como *telos* a transformação. A autora aponta as novas configurações políticas das lutas sociais, a reprodução social e o poder público como elementos centrais para a compreensão dos múltiplos eixos de desigualdade, incluindo a nacionalidade/raça-etnia, o gênero, a religião, a sexualidade e a classe.

Para a autora o capitalismo promove uma mercantilização crescente da vida propriamente dita. A reprodutibilidade da vida se estende para além do tempo gasto na produção da mercadoria e transborda para o modo como se preenche o tempo livre do trabalhador. Fraser (2014) cita o conceito sobre excedente de Marx e o descreve como "[...] o fundo coletivo de energias sociais que excedem as necessárias para reproduzir uma forma de vida dada e para reabastecer o que se usa no transcurso da vida" (FRASER, 2014, p. 61).

Dessa forma, o mercado calcula o valor monetarizado sobre o modo como as pessoas preferem viver suas vidas, qual é a relação que estabelecem com suas famílias e como pretendem viver o ócio e outras atividades. Perguntas sobre como estabelecem as relações com a natureza ou sobre o que pretendem deixar para as gerações futuras apresentam-se de forma dialética, enquanto necessidade/desejo dos sujeitos e mercadoria. Ou seja, o processo auto expansivo inerente ao capitalismo aparentemente caminha às cegas, sem um destino previamente definido, embora seja sistematicamente remodelado para atender às demandas de crescimento do mercado.

Mesmo as relações compreendidas como não mercantilizadas promovem uma movimentação sistemática do capitalismo. Com os baixos salários recebidos pelas famílias semiproletarizadas, criam-se novas estratégias de sobrevivência que se inscrevem em uma informalidade e sustentam a permanência dos baixos salários. Nesse contexto, há uma parcela significativa da renda das famílias vulneráveis que se origina de outras fontes que não a do salário efetivo. Este fenômeno pode ser observado nas relações que se reproduzem nos

territórios por meio de atividades de auto aprovisionamento (costura, horta), atividades de reciprocidade informal (ajuda mútua, empréstimos) ou mesmo as transferências estatais (benefícios estatais como os programas de transferência de renda, serviço social). Portanto, "[...] os aspectos mercantilizados das sociedades capitalistas coexistem com aspectos não mercantilizados delas mesmas." (FRASER, 2014, p.62) No entanto, ressalta que o termo "coexistência" é muito fraco para apreender a relação entre aspectos mercantis e não mercantis de uma sociedade capitalista. Sugere, assim, a substituição do termo para "imbricação funcional" ou "dependência". (FRASER, 2014). Fraser (2014; 2020) ainda analisa que os mercados dependem das relações sociais não mercantis, pois estas fornecem suas condições de possibilidades de fundo.

Esta afirmação da autora (FRASER, 2014) levou-nos a refletir sobre a experiência de campo na pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho. A partir das percepções de inspiração etnográfica, observamos que há uma série de atividades e mercadorias que circulam no território, fora do âmbito do mercado e que produzem acúmulo de riqueza. Alguns exemplos: a movimentação do Tráfico de drogas, a arrecadação sistemática de algumas igrejas evangélicas, que fortalecem seus núcleos em determinados territórios vulneráveis e acumulam fundos sem estarem inscritas em um sistema formal de trabalho.

Fundamentada em uma nova compreensão a respeito das formas de aprovisionamento, atenção e interação que produzem e sustentam os vínculos sociais, a autora propõe uma virada epistemológica na teoria de Marx ao descrever três condições de fundo das sociedades capitalistas: a reprodução social, a ecologia da terra e o poder político. Assim, Nancy Fraser (2014) propõe uma virada epistemológica na teoria social marxista: de uma perspectiva centrada na produção capitalista para outra focada nas suas condições não econômicas de possibilidade, dentre elas a reprodução social. Na reprodução social, encontram-se condições de fundo ainda mais ocultas para a exploração. A dominação social não se sustenta apenas na exploração necessária para a produção na sociedade capitalista. O capitalismo utiliza recursos que são frutos da expropriação, ou seja, da captura sem qualquer contrapartida.

A reprodutibilidade da vida, formatada por meio de sociabilizações, acontece em lugares predominantemente fora do mercado: como nas famílias, nos bairros, nas instituições públicas, nas escolas. São lugares onde são produzidos os ensinamentos acerca da vida afetiva e de uma série de atividades que contribuem com a formação de novas gerações de trabalhadores. Esta separação entre reprodução social e produção de mercadorias é estrutural e constitui as sociedades capitalistas. Fraser (2014) destaca que se trata de sociedades

historicamente organizadas a partir da divisão sexual do trabalho, cuja produção econômica (trabalho remunerado predominantemente destinado aos homens) só é possível a partir da mão de obra não remunerada, assumida pelas mulheres, responsabilizadas pelos cuidados dos filhos e do ambiente doméstico.

Dessa forma, os conceitos normativos perpetuados pela reprodução da vida configuram-se a partir de relações de subordinação das mulheres pelos homens. “Quem faz este trabalho está estruturalmente subordinada a quem recebe salário efetivo, ainda que seu trabalho também proporcione as condições necessárias prévias para o trabalho remunerado.” (FRASER, 2014, p. 65).

Contudo, o que se observa é que, ao longo do século XX, alguns aspectos da reprodução se transformaram em serviços públicos e em bens públicos, não mercantilizados. Atualmente, com o neoliberalismo, outras transformações floresceram e reordenaram alguns destes serviços e aspectos da reprodução social por meio de uma (re)privatização e (re)mercantilização. Ao reduzir os subsídios públicos e ao mesmo tempo convocar uma grande massa de mulheres a se inserirem em trabalhos mal pagos, redesenham-se os limites institucionais que anteriormente distinguiam a produção de mercadoria e a reprodução social, e reconfigura-se, ao mesmo tempo, a ordem de gênero marcada por imperativos ideais de cuidados, responsabilidades mútuas e solidariedade.

Esta apropriação mercantilizada dos serviços públicos se reproduz em espaços que a princípio preconizam legitimar o sistema de garantia de direitos, mas que efetivamente apenas perpetuam as relações de mercado. Neste aspecto, a própria execução e implementação das políticas sociais obedecem a uma lógica de produtividade que se concretiza não só pela exigência de um número crescente de atendimentos a serem realizados em menor tempo (já que se trabalha com o quadro reduzido de profissionais), mas também por meio de uma excessiva burocratização dos processos. Obstinados a preencher a papelada, pouco tempo é destinado àqueles que de fato demandam por atendimentos. Tais processos contribuem para uma cegueira a respeito dos aspectos políticos inerentes à atuação dos profissionais, executores das políticas sociais.

Laval (2020) ao desenvolver uma análise a respeito do neoliberalismo presente nas obras de Pierre Bourdieu (2001), destaca sua minuciosa descrição sobre a retirada do Estado em benefício de um mercado na maior parte das regiões, permanecendo apenas em áreas que demandam funções repressivas e de segurança. Assim, amplia-se a questão: não se trata apenas de uma simples identificação com uma política de Estado Mínimo. Laval (2020) apresenta uma definição aprofundada de Bourdieu (2001), cuja política neoliberal é

representada como um ataque da “mão direita” contra a “mão esquerda”. Neste aspecto, o autor enfatiza que não se trata de uma retirada total do Estado, mas de uma disputa dentro da própria entidade Estatal entre a “nobreza do Estado” (Tribunal de Contas) e os “funcionários públicos” (assistentes sociais, educadores, professores, agentes policiais, etc).

Esta guerra é expressa publicamente por meio do desmonte dos serviços públicos. Passa-se a fazer com que o Estado funcione como uma empresa que visa à maximização da eficiência por meio de uma lógica concorrencial. Assim, por um lado, há os agentes executores das chamadas “funções sociais”, que se dispõe a executarem tarefas sem os meios necessários, a fim de sanar as falhas de um funcionamento de mercado. Expostos constantemente as contradições, sem condições de contribuírem efetivamente com um enfrentamento das misérias materiais e morais, os funcionários públicos se sentem abandonados em seus esforços. (LAVAL, 2020)

Neste contexto, Laval (2020) acrescenta que os integrantes da mão esquerda ficam à mercê das decisões tomadas pelos integrantes da mão direita e são expostos a duplos constrangimentos: a ideia de uma ineficiência do pequeno funcionário público e o peso de uma narrativa de que representam um custo elevado demais ao orçamento público. Acrescenta-se a este cenário a precarização do trabalho, em que os indivíduos são levados a cumprirem sua função com apenas um propósito: a garantia de uma remuneração no final do mês. Atomizam-se assim os interesses coletivos e destrói-se o propósito de um ideal em servir a comunidade.

Fraser (2014) descreve as contradições das práticas sociais produzidas pelas políticas pautadas em princípios normativos como: democracia, reconhecimento, autonomia pública, mas que se opõem a valores que sustentam o primeiro plano das sociedades capitalistas como: eficiência, crescimento, decisão individual, liberdade negativa e meritocracia. Neste aspecto, longe de se fundamentar em apenas uma lógica de dominação, as sociedades capitalistas abarcam uma pluralidade de ontologias sociais, mas interrelacionadas. A autora ressalta que esta imbricação estrutural não é por acaso e alicerça o capitalismo junto a uma opressão sexista, a uma dominação política (nacional, transnacional, colonial e pós-colonial) e a uma degradação ecológica, em conjunto com sua dinâmica de primeiro plano, a exploração do trabalho. Neste contexto apresenta-se a contradição: ao se fazer a crítica, não há pontos neutros de observação completamente externos ao sistema. Os projetos políticos que se pretendem exteriores, ao contrário, acabam reciclando, em geral, novos estereótipos capitalistas.

Portanto, para Fraser (2014), os conflitos e as lutas políticas que são endêmicas ao sistema capitalista não se apresentam apenas por meio da exploração do trabalho, restritos à relação entre trabalhador e capital, mas também se apresentam por lutas de dominação de gênero, pela ecologia, pelo imperialismo e pela democracia. Em processos identificados como não econômicos e em espaços compreendidos como não mercantilizados, como os de reprodutibilidade da vida. Contudo, aparecem como "[...] lutas dentro do próprio capitalismo, em torno do mesmo e, em alguns casos, contra ele." (FRASER, 2014, p. 76).

2.3 Relações de cuidado em tempos de capitalismo financeirizado

Inicialmente esta seção pretende analisar os conceitos de família que perpassam as relações de gênero e as políticas de assistência social. Isso porque o termo família está presente em diferentes contextos no âmbito das políticas públicas: assistência social (Proteção Social Básica, Proteção Especial), no campo da saúde (Programa de Saúde a Família - PSF, Núcleo de Apoio e Saúde a Família – NASF) e na educação (Escola da família). (SARAIVA, 2016) Além disso, as autoras Meyer, Klein e Fernandes (2012) discutem sobre os programas financiados por agências internacionais como a ONU, o Unicef, a Unesco, a OMS, dentre outras, que objetivam promover "inclusão social" em países pobres ou em desenvolvimento, enfatizando a família como "alvo" e "parceira" na implementação e execução das políticas públicas (MEYER; KLEIN E FERNANDES, 2012).

O que se pode dizer é que a preocupação com a família contemporânea está em alta e alguns estudos afirmam que a família está em crise. Assim, muitas são as hipóteses que tentam explicar o advento desta crise, atribuindo as transformações econômicas e a inserção da mulher no mercado de trabalho como fatores que contribuem para um reordenamento na dinâmica familiar. (COSTA, 1983; REIS, 1994; SARAIVA, 2016; SARTI, 2005). Goldani (2002) refere-se a esta "nova condição da mulher" como aquela que enfrenta os custos de uma dupla jornada: a de cuidar e a de prover as suas famílias. Carvalho (2003), ao descrever o Ano Internacional da Família realizado em 1994, considera os debates sobre o tema como um marco na consolidação e no avanço dos direitos humanos, já que, para o autor, a família ficava historicamente em segundo plano nas lutas sociais.

Ressaltamos que buscar a compreensão de processos de crise e de desintegração de vínculos e laços sociais com foco e centralidade nas famílias das classes trabalhadoras,

conforme preconizam as políticas de assistência social, não é algo original. Adorno (1956) já problematizava a famigerada crise ou as transformações da família moderna. No entanto, o autor questiona se esta 'crise' está relacionada estritamente à instituição familiar ou se é expressão de uma dinâmica mais ampla.

Segundo ele, a família deve ser estudada como aquela que apresenta um caráter duplamente social. Se, por um lado, contribui para o aprendizado de um processo de "sociabilização" e "integração" de todas as relações humanas, comprime e nega os elementos irracionais e naturais-espontâneos por meio do ordenamento familiar, por outro lado, é nela que se encontra um espaço de refúgio produzido por um desequilíbrio das forças totalitárias da sociedade em relação ao indivíduo. (ADORNO, 1956)

Neste sentido, os microgrupos, como a família, tornam-se uma possibilidade, mesmo que temporária, de oferecer novo apoio ao indivíduo coagido e cuja persistência autônoma parece incompatível com o desenvolvimento geral. Neste aspecto, Teixeira (2010) corrobora Adorno (1956) ao afirmar que a família é tratada como "[...] lócus da felicidade, refúgio da vida desumana do mercado" (p. 10). Vale ressaltar que a autora Bell Hooks (2000) nos chama a atenção para o modo como a posição de classe incide diretamente na compreensão e no debate a respeito da vida doméstica e familiar. A autora enfatiza que a vida familiar pode assumir uma interpretação de suporte a integrante de grupos que sofrem discriminações e opressões sistemáticas, condição esta muitas vezes não encontrada em nenhuma outra circunstância. (HOOKS, 2000)

Pode-se então compreender que a crise da família é a contradição que se funda nela mesma, já que é atacada desde seu interior. Adorno (1956) descreve dois ataques simultâneos: um produzido pelo progresso civilizatório, uma vez que a sociabilização significa maior controle e repressão sob os instintos, e o outro relacionado às tendências irracionais. Trata-se de processos que produzem sucessivos embates e conflitos. Portanto, considera-se que os antagonismos se fazem presentes desde o início da sociedade burguesa e passam pela instituição familiar.

Com as transformações no sistema de trocas e relações de trabalho, inauguradas na sociedade industrial, alteram-se as concepções de família e de intimidade até então desconhecidas ao modo de vida feudal. Poster (1979, apud TEIXEIRA, 2010) descreve que a mudança das famílias operárias para os subúrbios, no século XVIII, promove rompimentos de vínculos com a comunidade. Esta ruptura favorece a valorização da domesticidade e da privacidade do lar até então desconhecida entre as mulheres que se organizavam em redes

femininas de convivência. Caracteriza-se como um período em que se elegem a educação e o cuidado dos filhos como prioridade. (POSTER, 1979, apud TEIXEIRA, 2010).

Para Adorno (1956), ao mesmo tempo em que estas transformações produzem um aburguesamento ideológico da família, ainda permanece um aspecto irracional que se contrapõe ao racionalismo individual.

> Entretanto, ainda pode atuar como instância de processo de adaptação à sociedade, visto que somente a autoridade irracional que ia adquirindo corpo na família pôde, no decorrer do tempo, inculcar nos homens as forças que lhes eram indispensáveis para reproduzir, na condição de assalariados separados do poder de controle dos meios de produção, a sua força de trabalho e, por conseguinte, a sua própria vida. Só a família podia causar nos indivíduos uma identificação com a autoridade, idealizada como ética do trabalho, que substituiu funcionalmente o domínio imediato do senhor sobre os servos na época medieval. (ADORNO, 1956, p.137)

Conforme a afirmação acima, Adorno enfatiza que é na intimidade das famílias que a lógica de controle dos meios de produção se reproduz e se naturaliza. Ao inculcarem a autoridade do patrão e a ética do trabalho, os assalariados normatizam e interiorizam a dominação e o poder expressos em sua própria vida por meio da dinâmica familiar. Assim, a família configura-se como uma instância fundamental para a adaptação do sujeito à sociedade burguesa.

> Quem observa o mundo com a mente lúcida e sem se distrair com outras coisas não pode deixar de reconhecer que o indivíduo tem de se adaptar, de se conformar e subordinar; e quem quiser ser alguém, segundo o ideal burguês, ou simplesmente não soçobrar, deve aprender a satisfazer os outros. (ADORNO, 1956, p.138)

Frente ao desespero e à desumanização das relações mediadas pelo consumo e pelo mercado, é na família que se aprendem as primeiras lições de obediência e de disciplina. Adorno (1956) a descreve a partir de uma busca incansável do filho por satisfazer o pai, ganhando contornos na concretização de sua autoridade e consequente temor, que são os primeiros ensinamentos de subordinação necessários à adaptação. Neste sentido, a família burguesa converte-se em agente da sociedade.

No Brasil, a família foi largamente utilizada como estratégia de controle do Estado para garantir a manutenção do *status quo* no século XIX. Com a importação das políticas higienistas europeias, que promoviam as intervenções médico-disciplinares junto às famílias pobres brasileiras, inscreviam-se determinados modos de ser e estar no mundo. (COSTA, 1983)

Com os altos índices de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde da população na época, os médicos eram inseridos na intimidade das famílias para orientar procedimentos de higiene, a fim de “salvar” os indivíduos e “tratar” as famílias. Neste

contexto, ao eliminar os velhos hábitos coloniais, a higiene começa a revolucionar e incutir novos hábitos familiares. Dessa forma, as orientações ultrapassavam os limites da saúde individual e introduziam a educação física, moral, intelectual e sexual. (COSTA, 1983)

Contribuindo para a formação de uma sociedade burguesa higienicamente urbanizada e disciplinada, insígnias são construídas e aprendidas desde a infância, utilizadas para marcar uma diferenciação entre as classes sociais. Assim se propaga, por meio de escalas ideológicas de valores sociais e raciais, o que é compreendido como superioridade e inferioridade no *modus vivendi*. Tais fenômenos podem ser observados na naturalidade com que é aceita a situação de inferioridade socioeconômica daqueles que não correspondem a uma elite física, ou quando pejorativamente se avalia o corpo, os gestos e o sotaque como o "[...] modo de ser dos mal-nascidos." (COSTA, 1983, p.14).

Ao produzir indivíduos "contidos", "polidos" e "bem-educados", o movimento higienista dissemina uma educação moral que estimula e reforça comportamentos reprimidos e disciplinados. Neste aspecto, exacerba-se a autoculpabilização a partir de uma interiorização do controle da classe hegemônica. Esta concepção corrobora Adorno (1956), ao descrever que os fracassos são aprendidos na família como causas individuais e não atribuídos a causas sociais, ou seja, os fracassos são absolutizados como culpa ou inferioridade pessoal.

Outro aspecto analisado por Costa (1983) refere-se à educação intelectual que apresenta como superiores os "cultos" sobre os "incultos". Tais processos podem ser observados na naturalização da discriminação de gênero identificada na divisão burguesa sexual do trabalho, "[...] difunde-se a ideia de que o cérebro do homem o habilitava para as profissões intelectuais e o da mulher para as atividades domésticas". (COSTA, 1983, p.15).

Os ensinamentos sobre o corpo e a educação sexual também remontam aos preceitos promovidos pelo movimento higienista. Homens e mulheres constituíam suas famílias e desempenhavam suas funções relacionadas exclusivamente à reprodução e à guarda dos filhos, ou seja, as condutas sexuais ganham contornos sociossentimentais de pai e mãe. Com a repressão sexual intrafamiliar, a casa burguesa tornou-se uma verdadeira "filial da polícia médica". (COSTA, 1983, p.15)

Neste contexto, compreendemos que, longe de ser universal, natural e espontânea, a família está socialmente mediatizada, ou seja, não só depende da realidade social, mas também se concretiza ao longo de um processo histórico (ADORNO, 1956). Assim, pensar a família contemporânea é pensá-la a partir de uma perspectiva construída após a revolução industrial, com os movimentos de urbanização, implantação e fortalecimento do sistema de

produção capitalista. Trata-se de uma concepção ideologizada que atribui à figura da mulher, mãe, as "políticas de gestão da vida" (MARIANO, 2008).

Contudo, ao se ignorarem as questões de gênero que configuram as relações familiares, ignoram-se as relações de dominação e de exploração sofridas pela mulher, frequentemente presentes em dinâmicas familiares. Ignora-se que as famílias são reprodutoras de processos de opressão e submissão que naturalizam as relações hierárquicas patriarcais, atribuindo exclusivamente à mulher a responsabilidade dos cuidados domésticos. Um exemplo disso são os trabalhos desenvolvidos com famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que consistem em palestras que ensinam como as mulheres devem cuidar de seus filhos e/ou de seus idosos.

O trecho acima ajuda-nos a compreender como as intervenções que buscam a centralidade nas famílias contribuem para invisibilizar processos que se referem a condições precárias de relações de cuidado presentes e estruturantes em modos de vida capitalista. Em um primeiro momento, analisamos a desqualificação de uma população atendida pelas políticas de assistência social, a partir do desenvolvimento de palestras destinadas às mulheres que "não sabem cuidar" de suas crianças e idosos. Contudo, há também um contexto mais amplo a partir da compreensão de raízes socio materiais de opressão às mulheres sob o capitalismo: a regulação da capacidade biológica de reproduzir a próxima geração de trabalhadores, cuja força de trabalho esteja disponível para a exploração. (VOGEL, 1983)

O interesse em manter o foco sobre a família, sob uma falsa sensação de vida social isolada e privada, atribui disfunções a determinados grupos. Neste caso, a população negra e pobre, compreendida como responsável pelo mal-estar moral da sociedade. Trata-se de uma perspectiva que ideologicamente legitima uma supremacia hierárquica branca e masculina no interior das famílias. Configura a dinâmica burguesa cujos homens "provedores" cuidam de suas esposas e filhos economicamente dependentes. (DAVIS, 1986)

Nesse sentido, é comum acessarmos expressões como "crise do cuidado", "balanço entre família e trabalho", "tempo de pobreza" e "esgotamento social", termos cada vez mais utilizados para discutir a crise contemporânea capitalista. São demandas que se referem a um conjunto de capacidades sociais: a capacidade de dar à luz e de criar os filhos, de cuidar dos amigos e da família, de manter as famílias e as comunidades mais amplas, de garantir e de sustentar conexões em geral. Trata-se de um trabalho indispensável para a sociedade e requer cuidados tanto materiais quanto afetivos, geralmente feitos sem pagamento. Sem este trabalho, não haveria cultura, não haveria economia e nem organização política. Para Fraser

(2018), a crise atual advém de uma sociedade capitalista financeirizada que mina sistematicamente a reprodução social.

Nesta perspectiva, a atual deformação do cuidado não é acidental, mas está enraizada na estrutura da ordem social do capitalismo financeirizado. A hipótese é de que a sociedade capitalista abriga uma tendência à "crise" e à "contradição" profunda da reprodução social. Se por um lado a reprodução social possibilita uma condição de acumulação do capital, por outro lado, a orientação capitalista de não ter limites na acumulação tende a desestabilizar o processo de reprodução da qual depende.

Para Fraser (2018), a análise da crise contemporânea não se restringe a perspectivas essencialmente econômicas, uma vez que o sistema capitalista não se reduz apenas a um sistema econômico. Nesta perspectiva, assume-se uma tentativa em ampliar a compreensão do capitalismo a partir de um nascimento oficial da economia e posteriormente a partir das condições não econômicas que estão em um plano de fundo ao plano oficial.

O que geralmente chamamos de cuidados, de trabalho afetivo ou subjetivo refere-se a atividades que formam os sujeitos humanos capitalistas, compreendidos como "naturais" se constituem socialmente, formando seus hábitos e seu *ethos* cultural que estão em constante movimento. Estas formas de prover, cuidar e interagir produzem e mantêm os laços sociais.

A análise sobre o trabalho do nascimento e da socialização do jovem é central nesse processo, assim como os cuidados destinados aos velhos; o modo como se mantêm as famílias e como seus membros constroem comunidades e sustentam o compartilhamento dos significados; as disposições afetivas e os horizontes do valor que perpassam a cooperação social, cooperação essa vinculada aos modos de dominação caracterizados pela produção de mercadorias (FRASER, 2018).

Muitas dessas atividades são consideradas nas sociedades capitalistas como estando fora do mercado: em famílias, vizinhanças, associações da sociedade civil, redes informais, em instituições públicas como escolas; poucas destas atribuições configuram-se como trabalhos remunerados, e aquelas que remuneram são mal pagas e submetidas a condições precárias de trabalho.

Com o corte dos salários família, preocupação central do capitalismo do Estado organizado, as mulheres são convocadas em larga escala ao mercado de trabalho global no capitalismo financeirizado. Predomina, assim, um modelo familiar sustentado por dois ou mais assalariados. Tal mudança justifica-se pela queda dos níveis salariais e precarização nas condições de trabalho, o declínio dos padrões de vida, o aumento abrupto no número de horas

trabalhadas, a exacerbação das jornadas duplas, triplas ou quádruplas de trabalho e o aumento de lares chefiados por mulheres.

Em contrapartida, há um enxugamento das políticas sociais e privatização dos espaços de cuidado. Aquelas que têm dinheiro, terceirizam com baixos salários outras mulheres a cuidarem de seus filhos e idosos, mas aquelas que necessitam das políticas públicas ficam à mercê da precarização e da escassez dos serviços públicos. Neste contexto, em meio às críticas ao paternalismo do Estado de bem-estar social, surgiram as ONGs que começam a ocupar lugares a fim de preencher os vazios deixados pelo Estado.

As ONGs ofertam os cuidados materiais às populações destituídas de serviços públicos, provêm às urgências da escassez cotidiana e complementam/substituem as práticas preconizadas pelas políticas públicas. No entanto, os repasses de verba pública para a implementação de ações junto à população são destinados a empresas e organizações sociais, o que produz frequente despolitização de grupos locais e um direcionamento das agendas apontadas pelos financiadores, muitas vezes vindos de países de primeiro mundo. “Pela própria natureza de quem preenche as lacunas, a ação das ONGS fez pouco para desafiar a maré em retrocesso da provisão pública ou para construir apoio político para a ação estatal reativa.” (FRASER, 2019, p.40). As ações das ONGS tornam-se um dilema na medida em que representam um abandono macroestrutural do Estado em combater a pobreza.

2.3.1 Família

O percurso histórico no campo das análises científicas sobre as famílias revela o quão difícil é conceber a alteridade em termos de comportamentos familiares. O sistema familiar da população pesquisada ao longo deste trabalho difere dos modelos idealizados, concebidos pelas classes médias. Assim, as características das famílias participantes deste estudo apresentam uniões consensuais dos casais, predomínio de famílias compostas por mães sozinhas e filhos, alta taxa de instabilidade conjugal e recasamento e, por fim, a circulação de crianças em serviços de acolhimento institucional. Vale destacar que os estudos sobre famílias de baixa renda buscam compreender as “estratégias de sobrevivência”, as “mulheres chefes de famílias” e as “famílias matrifocais” (FONSECA, 2004). Neste contexto, discorreremos, ao longo desta seção, sobre alguns conceitos que respaldam os estudos sobre as tramas das relações sociais cotidianas que permeiam as dinâmicas das famílias pobres.

Estudos de antropólogos norte-americanos sobre famílias centraram esforços em compreender a instabilidade conjugal de populações negras. Este fenômeno era concebido a partir de uma perspectiva étnica e não de classes sociais. Tais compreensões propiciaram análises focadas em resquícios de costumes matrilineares da África Ocidental ou como consequências de uma violência escravocrata e da emancipação súbita e mal preparada dos negros para enfrentarem o "mercado livre de trabalho" (FONSECA, 2004). Entretanto essa linha de interpretação conduziu tais estudos a usos indevidos, os quais desembocaram em análises racistas e mal elaboradas a respeito das famílias negras estadunidenses. Tal explicação respaldou o relatório Moynihan (1965), que atribuiu especificidades das famílias negras a "um emaranhado de patologias". (FONSECA, 2004, p.30)

Outra interpretação presente em pesquisas sobre famílias é a explicação por meio da "cultura da pobreza" (FONSECA, 2004). Estas compreensões desconsideram as estruturas econômicas e políticas que influenciam a vida cotidiana dos sujeitos. Grande parte dos argumentos fundamenta-se em teorias da psicologia individual. A análise pauta-se na lógica de que as pessoas criadas em famílias desorganizadas reproduziriam comportamentos disfuncionais apreendidos com os próprios pais. Tal concepção versa sobre patologia e inadaptação. A interrupção do ciclo de pobreza só seria possível por meio de ações que agissem na esfera da socialização familiar. Assim, o esforço estaria em imprimir, nos jovens, modelos de comportamentos adequados.

No Brasil, pesquisas no campo da história social demonstraram que a tradição familiar é bem diferente do modelo conjugal estável. Fonseca (2004) aponta pesquisas que revelam que, até o início do século XX, apenas 1/3 da população adulta era casada legalmente. (FONSECA, 2004) Além disso, estudos que coletaram dados dos primeiros censos em Minas Gerais e São Paulo (no início do século XIX) registraram que cerca de 40% das mulheres eram "mulheres-chefes-de-família". Outras pesquisas, realizadas em diversas regiões do Brasil sobre os grupos populares, levantaram que a circulação de crianças é uma prática comum desde a época colonial. (FONSECA, 2004)

Entretanto, apenas em estudos recentes, pesquisadores trabalham com a hipótese de modelos familiares distintos para as diferentes classes sociais. (SARTI, 1996; LEAL, 1995; DUARTE, 1994). Fonseca (2004) chama a atenção para o contexto histórico em que se desenvolveram tais estudos, como inseridos em uma época, cuja retórica sobre "globalização" estava em evidência. Segundo a autora, tal cenário propiciou um maior reconhecimento das especificidades culturais na sociedade moderna.

Dentre as concepções desenvolvidas para explicar a dinâmica das famílias pobres brasileiras, as chamadas “estratégias de sobrevivência”, surgiram em estudos desenvolvidos na década de 70. Interpretadas como respostas dadas por adaptação a situações de extrema pobreza, tal compreensão pode reduzir a análise ao atribuir uma visão simplista, que associa o comportamento dos pobres a uma dimensão utilitarista.

Outra concepção, amplamente debatida, é a compreensão sobre o termo “mulheres-chefes-de-famílias”. Utilizado para referir-se às unidades domésticas em que não há presença de um marido (FONSECA, 2004), ou havendo marido, predominam os consanguíneos matrilaterais (WHITHEAD, 1978). Acrescenta-se ao conceito a maior renda da mulher ou simplesmente refere-se à forte influência feminina nas redes afetivas de ajuda mútua (KUNSTADTER, 1963). Em geral os pesquisadores utilizam o termo “mulheres-chefes-de-famílias” para se referirem à mulher como o centro das decisões familiares. (FONSECA, 2004)

Entretanto, algumas críticas a respeito do termo valem ser destacadas, como, por exemplo, a imagem estática da unidade residencial. Esta imagem fixa da unidade doméstica desconsidera elementos fundamentais da organização do grupo familiar, como sua flexibilidade e mutação ao longo do tempo. O que se observa é que o grupo doméstico chega a se transformar várias vezes ao longo do ano. (MORRIS, 1981; BACELAR, 1982) Outro ponto levantado é a confusão entre unidade doméstica e sistema familiar. Fonseca (2004) enfatiza a importância da compreensão do sistema familiar como um processo, cujas diversas categorias residenciais se complementam.

Além disso, as unidades domésticas, categorizadas como “mãe sozinha com filhos”, podem estar vinculadas a sistemas em que predominam uniões conjugais patriarcais. Tal sistema se configura a partir de unidades precárias, não autossuficientes, desmanteladas pela ruptura iminente de um casamento. Neste contexto, questiona-se sobre a distribuição de poder entre homens e mulheres na unidade doméstica: será que, com a ausência dos maridos, os homens realmente deixam de exercer uma liderança na categoria “mães-filhos”? Nesta esfera, podemos refletir sobre a interferência de outros homens no contexto familiar (pais, irmãos etc.), nas Igrejas (pastores e padres) e na intervenção do próprio Estado, que atua diretamente junto às dinâmicas familiares.

Em relação ao sistema matrifocal de parentesco, a prioridade é destinada ao laço entre as mães e as crianças, aos irmãos e às irmãs. Nesta concepção, os laços conjugais são considerados menos solidários e menos intensos afetivamente (FONSECA, 2004). Assim, atribui-se às mulheres a responsabilidade pelas crianças. Elas, enquanto mães, tornam-se o

centro das relações familiares e sociais. Nesta esfera, aponta-se para a interpretação de alguns pesquisadores para as redes de solidariedades femininas, que estariam atreladas a uma consequência do interesse comum às mulheres enquanto mães. Mas, ao longo deste trabalho, desenvolveremos a hipótese de que também há a presença de homens no entrelaçamento desta rede de apoio e ajuda mútua no cenário estudado.

2.4 As Expressões de Gênero na Assistência Social

Nesta seção, pretendemos debater sobre as concepções de gênero e sua construção histórica no âmbito da Assistência Social. O termo "gênero" é utilizado como uma categoria de análise histórica e conceituado por pensadoras feministas que questionavam as diferenças atribuídas a homens e a mulheres, consideradas inatas e derivadas de distinções naturais. Assim, as desigualdades presentes nestas relações entre homens e mulheres foram concebidas como resultado das diferenças. Vale destacar que, a princípio, o conceito de gênero fazia oposição ao conceito de sexo. O termo referia-se às construções sociais, culturais e psicológicas associadas a determinado sexo biológico. (PISCITELLI, 1998)

Donna Haraway (2004), em seu artigo "Gênero para um dicionário marxista", relata que o termo "gênero" foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller (1963) no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo. Na ocasião, o psicanalista teria formulado o conceito de "identidade de gênero" para tratar a distinção entre natureza (a ideia do sexo vinculado à biologia) e cultura (o gênero vinculado a todo o aprendizado vivido desde o nascimento). Nesse aspecto, defendeu que somos constituídos a partir de marcas de gênero, homens e mulheres, enquanto produto do trabalho da cultura sobre a biologia.

As formulações sobre gênero ganham força com o crescimento do movimento feminista, a partir da década de 70. A busca das mulheres em conquistarem os mesmos direitos dos homens influenciou diretamente a elaboração, o debate e a ampliação do conceito. As feministas mantiveram a compreensão de que as diferenças são produzidas na cultura, mas acrescentaram ao escopo teórico a preocupação em analisar as situações de desigualdade vivenciadas pelas mulheres. Nesse contexto, a preocupação central das elaborações desenvolvidas pelas pesquisadoras, durante esse período, era responder à questão: "Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela, e como ela se mantém?" (PISCITELLI, 1998, p.5).

As acadêmicas feministas apresentavam interesse em desenvolver pesquisas científicas que incluíam as narrativas das/os oprimidas/os, a fim de analisar o sentido e a origem da opressão. Para tanto, introduziram três eixos de análise: as categorias de classe, raça e gênero, para compreender as desigualdades de poder. Scott (1995) destaca que os três termos não apresentam estatutos equivalentes e que não há unanimidade em relação aos posicionamentos teóricos que os fundamentam (SCOTT, 1995).

Vale ressaltar que, nesta pesquisa, utilizamos uma perspectiva marxista de classe social, ou seja, consideramos "classe" a partir do lugar que se ocupa dentro do processo produtivo. Nesse sentido, ou se é explorado pela mais valia, ou se detém a propriedade do processo produtivo para explorar o outro. Tal análise implica uma ideia de causalidade econômica e uma visão histórica de um percurso que se concretiza a partir da dialética. Em relação às concepções de gênero e raça, fundamentados nos estudos de Fraser (2003), compreendemos que há duas dimensões da ordem social: a de distribuição e a de reconhecimento. Fraser (2003) propõe uma visão bifocal, simultânea para a análise das categorias de gênero e raça, que abrange tanto os aspectos da distribuição alinhados à classe, quanto os aspectos do reconhecimento, alinhados ao *status*. Nesse sentido, a superação do sexismo e da opressão pressupõe o enfrentamento de ambos: a má distribuição de renda e o não reconhecimento dos oprimidos. Este último, legitimado por um conjunto de valores culturais, institucionalizados, que privilegiam características associadas às masculinidades, à heteronormatividade e à branquitude.

Com o passar dos anos, Fraser (2020) amplia o debate a respeito de sua visão sobre o capitalismo como ordem social institucionalizada fundamentada em divisões entre primeiro plano/plano de fundo[55]. Pode-se dizer que ela expande a ideia marxista, tradicionalmente pautada nas lutas de classe, e descreve sobre a importância das lutas em torno do eixo da dominação. Para a autora, as bases estruturais dos eixos de dominação que não o da classe, como o gênero, por exemplo, estão inscritas na separação institucional entre produção e reprodução, bem como a dominação nos eixos de raça, de nacionalidade e de cidadania está inscrita nas separações entre exploração e expropriação e entre centro e periferia. "Vistas desse modo, as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo respondem a formas de dominação tão reais, injustas e arraigadas na sociedade capitalista quanto aquelas que dão origem às lutas de classe." (FRASER, 2020, p.186)

---

[55] Um dos primeiros textos em que ela aprofunda essa conceituação: "Behind Marx's Hidden Abode for na Expanded Concepcion of Capitalism", publicado na New Left Review 86, março - abril 2014.

Ainda sobre os estudos de gênero, a historiadora Scott (1995) enfatiza a importância do aspecto relacional. Ela acrescenta que a compreensão sobre o mundo das mulheres implica uma compreensão sobre o mundo dos homens. Nesse sentido, o termo gênero rejeita a ideia de esferas separadas e se estrutura a partir de construções sociais sobre os papéis "adequados" atribuídos aos homens e mulheres.

Longe de ser um consenso, Piscitelli (1998) destaca em seu texto a tensão presente nas construções teóricas sobre gênero e sua relação com o movimento feminista. Scott (1995) descreve que a utilização do termo "gênero" parte desde uma compreensão mais simples, enquanto sinônimo de "mulher", até concepções teóricas pautadas em "construções culturais" de identidades subjetivas. Esta última, definida como socialmente imposta sobre um corpo sexuado. Além disso, ela enfatiza que gênero é uma palavra útil para "distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens" (SCOTT, 1995, p.75).

A troca do termo "mulheres" para "gênero" nas produções acadêmicas na década de 80 é analisada por Scott (1995) como uma busca por um reconhecimento político dentro das universidades, já que o termo apresenta uma conotação mais "objetiva" e "neutra". Neste sentido, ao não nomear diretamente o conjunto de desigualdades que atravessam as experiências das mulheres, há um afastamento da luta política dos movimentos sociais e de uma militância, a fim de se validar enquanto ciência.

2.4.1 A Associação entre Sexo Biológico e Gênero

A biologia vista como aquela que define os sexos foi questionada pelas feministas. As diferenças relativas à anatomia dos órgãos sexuais já falam por si: as mulheres menstruam e amamentam, concebem o feto em seus ventres e os homens não têm a capacidade para gestar. Os homens têm o pênis ou não têm. O fato de não terem, os impede de continuarem a ser homens? Questões como estas apontam para a necessidade de aprofundar o debate sobre a associação, que muitas vezes se faz, a respeito do gênero ligado ao sexo. Contudo, a princípio, o que se compreende é que os termos históricos, nos quais os fenômenos foram interpretados, alteram-se ao longo do tempo. (LAQUEUR, 2001)

Há milhares de anos a compreensão a respeito da genitália feminina era a de que se assemelhava à dos homens, com a diferença de que eram internas ao corpo. Nesta perspectiva, a vagina era um pênis interno, os lábios vistos como prepúcio, o útero como o escroto e os ovários eram os testículos. Galeano, no século II d.C., desenvolveu um modelo de identidade

estrutural que explicava que "[...] as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa". Elas eram consideradas homens, "viradas para dentro" (LAQUEUR, 2001, p.16).

No entanto, no final do século XVIII, este modelo de sexo único é alterado por Jacques-Louis Moreau, que legitimou as diferenças entre os homens e as mulheres. Para ele, as diferenças não se restringiam apenas aos aspectos fisiológicos, mas também no que se referia aos aspectos morais. Conhecido como um dos fundadores da antropologia moral, o médico afirmava que a relação entre a mulher e o homem era uma série de oposições e contrastes.

Nesta perspectiva, inaugurava-se um novo modelo estruturado a partir de um dimorfismo radical, de divergência biológica que se desdobrou em um *status* hierárquico nas representações de feminilidades e masculinidades. Assim, o dualismo entre os sexos estendeu-se a dinâmica da vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, aos seus papéis de gênero, a "fatos" considerados como biológicos. Corroboramos Laqueur (2001) quando este afirma que a ciência parecia estar em "harmonia com as demandas da cultura". (LAQUEUR, 2001, p.20)

2.4.2 A Influência do Positivismo na Construção Social de Gênero no Brasil

Para compreendermos a história da Política de Assistência Social, retomamos as ações de caridade e benesse, desenvolvidas predominantemente por mulheres com alto poder aquisitivo, vinculadas à Igreja Católica. Com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, as chamadas damas de caridade encontraram, nas ações de solidariedade e voluntariado, possibilidades em ampliar sua atuação, até então inscrita no âmbito doméstico e na intimidade da vida familiar. Representadas como guardiãs da família, portadoras de uma "missão sagrada", as mulheres assumem a naturalização de papéis vinculados à reprodução social. Elas são responsáveis em manter a harmonia da família e da sociedade em geral e tornam-se parte fundamental da engrenagem para o funcionamento e manutenção do capitalismo no país.

Vale destacar a forte influência do positivismo no Brasil para a construção social da figura feminina. O caráter conservador desta doutrina fundamentava-se em um processo moralizante, que privilegiava e reforçava socialmente tanto alguns comportamentos e

características em detrimento de outros, como também atividades consideradas como femininas ou masculinas, atribuídas a uma determinação biológica ou natural (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2008).

Para o positivismo ortodoxo, além de procriar, criar e cuidar do marido e do espaço doméstico, a mulher deveria ser uma "musa inspiradora" para os homens e filhos honrados, a fim de manter o culto ao privado e as ideias positivistas. (ISMÉRIO, 1995)

> A mulher constituía a base da família, a qual era a pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo, sobretudo através dos sentimentos, diferentemente do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (ARY, 2000, p.73).

Nesta perspectiva, historicamente o processo de socialização das mulheres passa por aprender a acolher, a cuidar, a educar, a acalmar e a servir. Safiotti (2004) destaca o espírito de abnegação, de sacrifício, de benevolência e de bondade.

> As mulheres são socializadas para apresentar comportamentos dóceis, apaziguadores e cordatos. São 'amputadas' sobretudo no uso da razão e no exercício de poder. Os homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem. (SAFIOTTI, 2004, p.34)

Enquanto para a Igreja Católica a representação da mulher passava por uma idealização da "virgem católica", para o positivismo esta figura se deslocou à de "virgem mãe". Tal concepção, alinhada ao discurso médico higienista, contribuiu para uma naturalização do mito do amor materno. Rago (2014) descreve que uma das principais estratégias dos médicos higienistas brasileiros (final do século XIX e início do século XX) para reduzir o alto índice de mortalidade infantil foram as críticas e as orientações às mulheres em relação ao aleitamento artificial e mercenário, além da disseminação de novos costumes e hábitos de desodorização em torno da família proletária.

Utilizado como um dispositivo de difusão do mito do amor materno, o aleitamento natural, associado à construção de uma nova representação da mulher como "guardiã do lar", responsável em criar uma "raça forte, preparada no físico para escolhas da vida e disposta às conquistas e vitórias para a felicidade desta pátria" (palestra às mães pobres, realizada pelo médico Moncorvo), tal dispositivo buscava convencer as mulheres operárias a aderirem à sua nova identidade: a de mãe-dona-de-casa-esposa. (RAGO, 2014, p.174).

A filósofa Simone de Beauvoir (2016) já questionava em seus textos a existência de um instinto materno, concebido como natural às mulheres. No entanto, este debate aprofundou-se com os escritos de Badinter (1985), o qual destacou:

> Mesmo reconhecendo que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza. Mudou-se o vocabulário, mas conservaram-se as ilusões. (BADINTER, 1985, p.21)

A autora ressalta que o amor materno é apenas um sentimento humano que não está profundamente inscrito na natureza feminina. Ela defende que o comportamento das mães em relação a seus filhos varia entre as mulheres e de acordo com o momento histórico e o contexto social em que estão inseridas. Assim, compreende-se que há o peso dos valores dominantes e dos imperativos sociais, influenciado por uma luta silenciosa entre os sexos, cuja condição, no capitalismo, é necessariamente a de dominação de um sobre o outro.

Neste aspecto, constrói-se a condição de realização da mulher vinculada ao bom desempenho de seu papel de mãe e esposa. Vale destacar que as habilidades de maternagem, não se inscrevem apenas em aquisições comportamentais, mas são fortemente enraizadas e psicologicamente reforçadas, construídas no interior de estruturas psíquicas femininas ao longo do processo de desenvolvimento (CHODOROW, 1999, p.39). Ensinada a viver alheia aos próprios interesses, a mulher é conduzida a manter um casamento indissolúvel, cuja sexualidade apresenta-se unicamente para cumprir o objetivo de procriar.

Com o início do processo de industrialização no Brasil, entre 1890 e 1930, a construção da nova figura do trabalhador urbano era central e estava associada a um forte apelo à moralização. O trabalhador fabril deveria ser submisso, dócil, mas também produtivo. Neste cenário, com as altas taxas de mortalidade infantil, aumenta o interesse dos médicos higienistas e das autoridades públicas em se ocuparem do aburguesamento das famílias proletárias. Ao levantar as causas gerais da mortalidade infantil, o discurso médico elencou como fatores fundamentais: a hereditariedade, a ignorância e a pobreza. Nesse aspecto, inscreviam-se no interior das famílias, com orientações principalmente focadas na infância e nas mulheres, hábitos e condutas, pessoais e coletivas, a fim de preparar as “novas famílias” e o “futuro cidadão” (RAGO, 2014).

> A preocupação com a mortalidade infantil e com as moléstias e fatores que a originam remete então a uma questão de ordem moral e política: trata-se de eliminar as práticas selvagens e promíscuas de uma população ainda não devidamente civilizada, de regenerar o trabalhador e sua família, ensinando-lhes uma pedagogia das virtudes. Por isso, neste discurso moralista, político, econômico e filantrópico, ignorância, pobreza, alcoolismo, sífilis, tuberculose e criminalidade são tratados como doenças da mesma ordem, focos infecciosos que atuam e se alastram no interior do corpo social, provocando sua decomposição e degenerescência. (RAGO, 2014, p.176).

Tais medidas contribuíram para a construção de uma representação simbólica da mulher-mãe-dona-de-casa pautada em novas regras de etiqueta, a princípio incorporadas pelas

famílias mais abastadas e, paulatinamente, estendidas às famílias das classes trabalhadoras. As mulheres ricas destinavam-se tanto às exigências para um bom preparo para o casamento, quanto às preocupações estéticas, com a moda ou com a casa. Já às mulheres pobres sobravam os trabalhos nas fábricas, nos escritórios comerciais, nos serviços em lojas, nas casas elegantes e na Companhia Telefônica (RAGO, 2014).

Embora as mulheres estivessem presentes neste cenário urbano, as exigências morais em relação à figura feminina não se abrandaram, como a permanência do tabu da virgindade, por exemplo. Pelo contrário, quanto mais a mulher desvencilhava-se do âmbito doméstico, mais lhe conferiam a sentença do pecado, exacerbando o sentimento de culpa relacionado ao abandono dos filhos e do marido, cansado das longas horas de trabalho. Neste contexto, a historiadora Rago (2014) aponta para as fronteiras existentes entre a liberdade e a interdição vivenciada pelas mulheres, ao serem sutilmente impedidas de circularem pelos espaços públicos.

As perspectivas profissionais das mulheres eram restritas. Até um pouco antes, os cursos técnicos e profissionalizantes, universitários e especializações, eram fechados às mulheres. A educação das mesmas tinha como objetivo prepará-las a desempenharem sua função essencial: promover os cuidados do espaço doméstico e tornarem-se companhias agradáveis a seus maridos. As carreiras das mulheres que estudavam eram de professoras primárias ou enfermeiras, ao passo que as das mulheres de classes mais baixas eram: domésticas, datilógrafas, operárias, costureiras, dentre outras. (RAGO, 2014)

Vale ressaltar que, embora a classe operária do início do século fosse predominantemente composta por mulheres e crianças, o movimento operário aderiu ao discurso médico disciplinador e reivindicou o deslocamento das mulheres do contexto das fábricas para o espaço privado do lar. “O lugar do trabalho torna-se a antítese do lar” (RAGO, 2014, 67).

> Certamente a construção de um modelo de mulher simbolizado pela devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. (RAGO, 2014, p.65)

Contudo, a autora Rago (2014) enfatiza que a imagem que se tem da mulher, tanto nos documentos que pautam as alterações realizadas na legislação trabalhista brasileira, quanto nas narrativas produzidas pela mídia ou pelos movimentos operários, passa por um

olhar romantizado das classes dominantes, que legitimam o discurso médico56. A imagem de uma fragilidade quase infantil, irracional, dominada por muitos sentimentos e incapazes de resistirem, contrapõe-se ao peso da significativa participação das mulheres nas diversas mobilizações políticas no país[57].

Um exemplo de participação política foi a escritora anarquista Maria Lacerda de Moura (1932), que questiona a idealização atribuída à mulher como responsável por uma missão regeneradora, pronta para desempenhar o sacrifício de si mesma. A escritora já apontava, em meados de 1930, uma crítica em relação à filantropia e ao não enfrentamento da questão social no país. Ela afirmou em sua obra "Mulher Degenerada" que a conquista da equidade está acima da caridade (MOURA, 1932, p.13).

> [...] a solução não é a caridade humilhante ou a filantropia, mesma a mais altruísta, e sim a evolução, o desenvolvimento do cérebro feminino para a compreensão do papel individual da mulher destinado à multiplicação do bem-estar (MOURA, 1932, p.14).

Este trecho nos chama a atenção, pois Maria Lacerda de Moura (1932) tece uma crítica à filantropia, prática que acompanha a constituição histórica do país, comumente utilizada como estratégia para amortecer as tensões sociais. A autora escreve em um período em que se configura o acirramento dos conflitos de classe. Trata-se de um contexto onde há crescimento e organização da classe trabalhadora, além de um aumento e agudização da pobreza. Neste cenário, ela aponta para um deslocamento do olhar para a questão social e a contradição entre capital e trabalho, para o desenvolvimento de intervenções Estatais de controle e fiscalização, a fim de conter os movimentos reivindicatórios. Vale ressaltar que, anos mais tarde, o governo de Getúlio Vargas passa a dar respostas políticas por meio da Assistência Social pública.

2.4.3 O Debate sobre a Esfera Pública e a Esfera Privada

A distinção entre a esfera pública e privada foi largamente criticada pelas autoras feministas. A compreensão sobre a esfera pública na modernidade estava baseada em princípios universais, razão e impessoalidade, enquanto a esfera privada estava inscrita em

---

[56] Um exemplo é o livro produzido pela escritora Maria Lacerda de Moura intitulado "Mulher Degenerada" escrito em 1932.

[57] A autora aponta para o mito da passividade feminina nas manifestações sociais e políticas que se contrapõe à forte atuação de referências como: a socialista Ernestina Lesina, as militantes anarquistas Elisabeta Valentini e Elvira Boni, a escritora anarquista Maria Lacerda de Moura ou a comunista Laura Brandão. (RAGO, 2014)

relações de caráter pessoal e íntimo. Assim, a primeira é percebida como manifestação da humanidade e da cidadania e a segunda, associada às individualidades e às particularidades concretas. Esta divisão é determinante para a produção de estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. A construção dos papéis atribuídos a elas vincula-se a uma ideia de domesticidade feminina vista como um traço natural e como um valor, que trata como desvios outros comportamentos que não corroboram esta lógica dominante. Neste sentido, a natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos (BIROLI, 2014).

Um debate teórico crítico importante, que marca a narrativa contemporânea sobre uma análise da esfera pública burguesa como categoria sociológica e histórica e influencia os conceitos sobre democracia, foi desenvolvido por Jürgen Habermas (1962). Em síntese, a teoria social moderna de Habermas formula uma diferenciação da ordem social em dois níveis: o sistema, terreno da ação teleológica, e o mundo da vida, espaço da ação comunicativa voltada para a integração social. Nesta perspectiva, Habermas desenvolve uma divisão analítica que distingue os contextos de ação sistematicamente integrados e os contextos de ação socialmente integrados. Tal interpretação produz uma diferenciação histórica entre dois âmbitos: a reprodução de um mundo simbólico e a reprodução do mundo material da sociedade.

A reprodução material mantém-se pela construção a partir do trabalho produtivo. Já a reprodução do mundo simbólico, denominado pelo autor como o mundo da vida, se desenvolve por meio da interação social linguisticamente mediada. O último caso ocorre pela socialização, com a manutenção e transmissão às novas gerações das regras e valores que preservam as tradições culturais, as solidariedades e as identidades sociais. Habermas (1962) também divide a esfera pública da esfera privada. Segundo o autor, a esfera pública é um espaço que possibilita uma discussão entre "iguais", um espaço de debates e de busca de consensos que consolidam a opinião pública. Neste momento, para o autor, suspendem-se as desigualdades e constroem-se consensos.

> A esfera pública burguesa pode ser entendida, antes de mais nada, como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ela as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante. (HABERMAS, 1962, p.135)

Fraser (2013), em seu texto "*What's Critical About Critical Theory? The Case of Habermas and Gender*", concorda em parte com o debate de Habermas: ela analisa algumas

limitações, as quais descreveremos a seguir. A primeira crítica de Fraser (2013) direcionada ao renomado filósofo alemão da Escola de Frankfurt aponta para o caráter androcêntrico de sua concepção, quando ele naturaliza a distinção entre as esferas pública e privada. Tal distinção apresenta-se em sua teoria tanto no âmbito sistêmico, entre economia (privada) e administração (Estatal), como no mundo da vida (entre as esferas pública e privada).

> *The gender-blindness of the model occludes importante features of the arrangements he wants to understand. By omitting any mention of the childrearer role, and by failing to thematize the gender subtexto underlying the roles of worker and consumer, Habermas fails to understand precisely how the capitalista workplace is linked to the modern, restricted, male-headed, nuclear family*58. (FRASER, 2013, p.37)

Fraser (2013) descreve que a teoria de Habermas apresenta uma invisibilidade para as questões de gênero. Ela explica que as ações práticas na sociedade capitalista estão vinculadas à reprodução material e associam-se às atividades ligadas ao trabalho produtivo, ou seja, ao trabalho pago. Em contrapartida, as atividades relacionadas aos cuidados das crianças, performadas predominantemente por mulheres e realizadas sem pagamento, estão inscritas em uma esfera doméstica e consideradas como atividades de reprodução simbólica. "*Of course, the childrearer role in classical capitalism (as elsewhere) is patently a feminine role. Its omission here is a mark of androcentrism and entails some significant consequences*[59]". (FRASER, 2013, p.36) Fraser acrescenta que a representação dos homens se constitui a partir da imagem de provedor das necessidades familiares, e as mulheres são vistas como aquelas que cuidam. Tal compreensão se expande para a figura feminina como consumidora e cliente, dependente da proteção social.

No entanto, para a autora os cuidados com as crianças não estão restritos a atividades que promovem apenas a reprodução simbólica, mas também contribuem, em um plano mais oculto, para um acúmulo de riquezas, ao desempenharem atividades fundamentais para o funcionamento da sociedade capitalista e que não são pagas. Nesta mesma perspectiva, Fraser (2013) analisa o trabalho produtivo como aquele que não se restringe à produção da mais valia, mas também contribui com a reprodução das identidades sociais dos grupos. Neste

---

[58] "A cegueira de gênero" do modelo (apresentado por Habermas) oculta importante característica que precisa ser compreendida. Por Habermas omitir qualquer menção a respeito dos papéis de cuidados das crianças, e não tematizar o subtexto de gênero subjacente aos papéis desempenhados pelos trabalhadores e consumidores, ele falha em compreender precisamente como os contextos capitalistas de trabalho estão ligados a concepções modernas, restritas ao mundo masculino e à família nuclear." (FRASER, 2013, p.37) [tradução nossa].

[59] "Com certeza, o papel de quem cuida das crianças no capitalismo clássico (como em outro lugar) é predominantemente um papel feminino. Esta omissão é uma marca e envolve algumas consequências significativas" (FRASER, 2013, p.36) [tradução nossa].

sentido, Fraser (2013) aponta para um aspecto dual, que se desenvolve, ao mesmo tempo, na e pela interpretação e desenvolvimento das atividades, tanto no campo da produção quanto no campo da reprodução social.

Sobre a distinção entre as esferas pública e privada, há um amplo debate junto às autoras feministas. Ao ignorar que estes papéis são dotados de gênero, ignora-se a crítica das posições e das relações de poder presentes na vida doméstica e em espaços compreendidos como da vida pública: o mundo do trabalho, os espaços de debates e as produções de decisões políticas, dentre outros. Como exemplo, podemos levantar as violências que ocorrem na esfera doméstica e em nome da preservação da vida privada, violando a integridade física e psicológica individual. Assim, a integridade individual muitas vezes é comprometida, enquanto a entidade familiar é valorizada. Esta garantia de privacidade para o domínio doméstico é uma das ferramentas para a manutenção do domínio masculino. Neste sentido, analisa-se que é impossível descolar as esferas: política e vida social, vida pública e vida privada, quando se pretende construir uma sociedade democrática. Tal constatação nos remete a uma noção de fluidez e porosidade de fronteiras, como se verá ao longo da discussão.

A configuração do debate político que acontece na esfera pública é construída pelo cidadão, é ele que forma a opinião pública. Neste sentido, o cidadão é aquele que apresenta uma capacidade de falar e consentir interações narrativas neste espaço público. No entanto, Fraser (1987) demonstra que o discurso da mulher é geralmente suprimido, constrangido e comumente interrompido pelos homens, tanto no espaço doméstico (nas relações entre esposas e maridos) quanto nos debates da esfera pública.

A teoria apresenta um aspecto dissonante entre as feminilidades historicamente construídas (em que a mulher é sistematicamente invalidada ao falar) e a centralidade da concepção de cidadania para Habermas, atrelada às noções de masculinidades. Outro aspecto da teoria é a visão de que as mulheres e as crianças precisam ser protegidas pelos homens, representação esta que as afastam ainda mais do papel exercido pelo cidadão, *"[...] this division between male protectors and female protected introduces further dissonance into women's relation to citizenship*[60]". (FRASER, 2013, p.37)

Outra crítica apresentada por Fraser (2013) em relação à teoria de Habermas é a respeito da noção de esfera pública burguesa como a única existente. Os obstáculos que impedem a participação das mulheres no debate público não se restringem a elas, mas se

[60] "[...] esta divisão entre homens protetores e mulheres protegidas introduz uma distância ainda maior na relação das mulheres com a cidadania" (FRASER, 2013, p.37) {tradução nossa].

estendem aos negros, aos indígenas, aos pobres e aos homossexuais, por exemplo. Estratégias de coação e constrangimentos informais inibem a presença e o crescimento de narrativas contra hegemônicas nos debates públicos oficiais. Neste sentido, a possibilidade de participação paritária, a fim de garantir a diversidade nas esferas públicas, é reduzida. Mesmo quando há possibilidade de participação, Fraser (2020) enfatiza que ocorre de forma distorcida, *contaminada* por mecanismos de dominação, como são os casos em que a mídia empresarial financia as campanhas políticas eleitorais, "[...] pela entrada do dinheiro privado nas eleições". (FRASER, 2020, p.191)

Neste contexto, constituem-se os *contrapúblicos subalternos*, conceito desenvolvido por Fraser (2013) para descrever as arenas alternativas, que disseminam narrativas paralelas e de contradiscursos, produzidas por grupos historicamente subordinados. No entanto, ressalta-se que o *contrapúblico* não é sinônimo de movimentos sociais, mas abrange uma rede composta por diferentes atores sociais, que formulam e disseminam interpretações alternativas e opostas às identidades hegemônicas.

Em relação aos espaços de contestação ao capitalismo, Fraser (2020) expande a ideia marxista da luta de classes e teoriza sobre as *lutas de fronteiras*. Esta noção deriva de uma ampliação do capitalismo como ordem social institucionalizada. Ao refletir sobre as lutas de classes, tradicionalmente ancoradas no conflito entre trabalho e capital, Fraser (2020) problematiza que tais confrontos também acontecem em torno do trabalho não pago e expropriado. "De fato, suas lutas muitas vezes ocorrem longe do ponto de produção e são tipicamente moldadas por outros eixos de dominação, incluindo gênero e raça." (FRASER, 2020, p. 186). Elas emergem em pontos em que a produção encontra a reprodução, a economia encontra a política e a natureza humana encontra a natureza não humana. Para tanto, a expressão *lutas de fronteiras* refere-se a como o conflito social se localiza e contesta as separações institucionais do capitalismo. Para Fraser (2020), o capitalismo está estruturado sobre o modo como se apresentam as construções e as transgressões das fronteiras.

A palavra fronteira é derivada do antigo latim "fronteria" ou "frontaria", que indica a localização "in fronte" ou às margens. Historicamente relacionada a uma ideia de confronto, o termo, emprestado da geografia, pode ser analisado de diversas maneiras. As fronteiras podem simplesmente designar a separação entre "dois povos". Neste caso, são analisadas a partir de um recorte natural horizontal geográfico, em busca de um reconhecimento das diferenciações, tanto do terreno enquanto espaço físico, quanto das questões humanas, a partir da definição de competências "político-administrativas" e legais a serem exercidas nos territórios (MARTIN, 1998).

Frederich Ratzel, ao buscar avaliar como o meio natural influencia o desenvolvimento das sociedades, conceitua em sua obra que as fronteiras são constituídas "[...] pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar" (MARTIN, 1998, p.12). O autor explica que a origem da fronteira está no movimento de cada ser vivo, não como uma parada duradoura, mas momentânea, frente a condições vitais necessárias, ou frente à resistência de outro movimento no sentido oposto. Vale destacar que esta formulação foi utilizada durante muito tempo para compreender, de forma restrita, as fronteiras entre as espécies animais e vegetais (MARTIN, 1998). Nesta perspectiva, compreende-se que as fronteiras estão sempre relacionadas a uma área de "difusão" tanto das espécies vegetais e animais, quanto das "províncias rochosas de relevo ou de solo" (MARTIN, 1998, p.13).

Por analogia, pode-se compreender as fronteiras também em termos sociais, as áreas de difusão ocupadas por determinados grupos étnicos, linguísticos ou políticos etc. Assim, a definição dessas áreas sintetiza-se a partir de tudo o que se movimenta e que em determinado momento se vê obrigado a parar, "[...] até o próprio homem, com toda a sua enorme capacidade de adaptação, se vê obrigado a deter-se diante de condições adversas, ainda que seja momentaneamente" (MARTIN, 1998, p.14). Para tanto, a compreensão das fronteiras só pode acontecer num lapso limitado de tempo ou quando não enxergamos o seu movimento.

Para além dos limites interestatais e das paisagens geográficas naturais, temos o interesse em compreender o sentido simbólico, a função ideológica dos limites, presentes na expressão territorial de relações de poder. Ao se definir a "fronteira-linha" sob um caráter homogeneizador, perde-se a possibilidade de apreender as especificidades das pequenas comunidades e de seu modo de organização.

Para Martin (1993), as fronteiras são funcionalmente maleáveis segundo as circunstâncias, ora apresentam-se abertas, ora fechadas, ora impermeáveis e ora estanques. As fronteiras mantêm o seu caráter de resistência e configuram um complexo mosaico em que "[...] algumas desaparecem, outras se mantêm, outras surgem e outras ainda, tidas como desaparecidas, ressurgem" (MARTIN, 1993, p.91). O autor acrescenta que a resistência é menos físico-territorial do que "mental", visto que as movimentações espaciais são mais rápidas do que as ideológicas

Nem sempre as fronteiras correspondem a um retrato da realidade, pois elas podem apresentar distorções de projeção, que privilegiam mais um determinado ângulo do que outro e favorecem núcleos específicos de poder. Assim, há um desejo dos sujeitos de isolamento ou de contato, construído a partir de relações entre "identidade" e "aliança". (MARTIN, 1993).

Portanto, o conceito de fronteira utilizado ao longo deste trabalho é definido como o lugar que os contatos ocupam nas relações, podendo ser significados ora como “pontes”, ora como “muralhas”, dependendo das circunstâncias que envolvem a qualidade e a intensidade das trocas, em um determinado espaço territorial. Neste sentido, utilizaremos a categoria fronteiras para compreender a experiência no campo de pesquisa, a fim de sublinhar não só aquilo que separa, mas também os elementos que conectam, presentes nas dinâmicas territoriais e relacionais.

A partir desta discussão, constata-se que a divisão entre a esfera pública e a privada é particularmente ideológica e contribui para a manutenção de relações potencialmente desiguais, exigindo do pesquisador o árduo trabalho de descortinar a invisibilidade sob o manto de aparente estabilidade. Em outras palavras, a estaticidade que nos ensinaram a ver a respeito das fronteiras se desfaz na sua própria constituição, assumindo papel relevante nas dinâmicas da vida cotidiana, para além do espaço geográfico-territorial. Buscaremos demonstrar que o conceito de fluidez de fronteiras nos auxilia a compreender as relações presentes no campo de pesquisa, ou seja, a relação entre a pesquisadora e as moradoras do bairro, entre a pesquisadora e as profissionais da assistência social, entre estas e as moradoras “usuárias” da assistência social, entre as moradoras do bairro e os trabalhadores do tráfico e entre outros atores sociais que aparecem ao longo da pesquisa.

3. (SOBRE) VIVÊNCIAS: AS MULHERES NA FAVELA

> *Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências*. (ANZALDÚA, 2000, p. 235)

Nesta seção, descrevemos as experiências vivenciadas “entre” e “com” as mulheres da favela. Buscando apreender, por meio das narrativas, se as mulheres são consideradas em sua autonomia de gênero; acrescentamos à nossa análise um conjunto de autoras feministas, que enriquecem e complementam as conceituações de Fraser (2020) sobre injustiça social e precarização da vida, inscritas no capitalismo.

Iniciamos um trabalho de reconhecimento de relações do território e de suas moradoras, a fim de convidá-las para participarem das entrevistas. Neste sentido, as análises das narrativas das mulheres, são apresentadas ao longo deste capítulo 3. Elas foram construídas a partir de duas fontes de coleta de dados: a primeira por meio de registros do diário de campo, onde estão descritas as vivências desta pesquisadora no território, e a segunda, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com cinco mulheres, que conhecemos durante as idas ao território (Roteiro das entrevistas - Apêndice I).

Acrescentamos que esta experiência de campo nos permitiu refletir sobre a dinâmica comunitária e seus desdobramentos em outros contextos, como por exemplo, na relação entre as moradoras e a rede de proteção socioassistencial do Município. Tal perspectiva contribuiu para a construção de outra etapa metodológica: a realização de oficinas com as profissionais da Assistência Social (Esta etapa metodológica será amplamente debatida na seção 4).

Assim, iniciaremos nossas primeiras análises, buscando explicar o que compreendemos como experiências.

3.1 O ponto de partida: as experiências históricas

Relatar experiências é consolidar a história de mulheres que até então não eram consideradas nas narrativas oficiais e hegemônicas. Neste sentido, iniciamos este capítulo com algumas reflexões a respeito da experiência e de como esta categoria se relaciona com o nosso campo de pesquisa. Buscamos apresentar ao longo dessa sessão o modo como foram

construídas as narrativas que pautam as experiências na relação entre a pesquisadora e as/os atrizes/atores sociais, uma vez que se trata de construções ativas[61] e passa por traduções e significados que interpelam a realidade (SCOTT, 1998). Neste contexto, compreendemos que nosso trabalho não se limita a evidenciar os fenômenos de opressão e de desigualdade, utilizando-os como uma metáfora da realidade vivida. Buscamos, por meio da análise da experiência, desvelar a dimensão histórica, crítica e, portanto política, dos sistemas repressivos presentes na vida cotidiana das mulheres.

As mulheres carregam experiências históricas e culturais diferenciadas das masculinas. Experiências estas denominadas por algumas autoras como das margens, das fronteiras, na produção de uma nova linguagem, de um contradiscurso. Experiências que denunciam a separação, o exílio, aquilo que é considerado "normal", "o branco-correto". (RAGO, 2019)

Não seria exagero reafirmar a crítica feminista à ciência, ancorada em um modelo universal de homem branco-heterossexual-eurocêntrico, que valoriza e hierarquiza as práticas masculinas em relação às práticas femininas. Uma ciência incapaz de ser neutra ou de manter-se objetiva. Uma ciência que desconsidera tudo o que escapa à normatividade científica e ideológica. Afinal, nossas "formas de conhecer são forjadas pela história e pelas relações de poder". (HOOKS, 2013, p.46)

Donna Haraway (1988), em seu texto *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, discute o conceito de objetividade científica para os estudos feministas. A autora aponta a existência de um saber "policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento", movimentados muito mais pelo poder do que comprometidos com a construção da verdade. (HARAWAY, 1988, p.08) Para além da denúncia de uma ciência enviesada que se opõe à objetividade, "uso" *versus* "abuso", "ciência" *versus* "pseudociência", defende-se a subjetividade e a construção histórica coletiva de outras verdades "corporificadas"(HARAWAY, 1988)

Cavarero (1987) corrobora a crítica a respeito da ontologia do "indivíduo" político moderno, fundamentada em uma concepção de um ser racional, soberano, independente e encarregado de si mesmo. O paradoxo é que, para que esta condição se realize, é preciso coexistir o ser dependente, irracional e não soberano para controlar. Nesse aspecto, a autora problematiza a insuficiência de teorias que desconsideram as diferenças sexuais e a

[61] Donna Haraway descreve que não há uma reflexão passiva ou neutra. "Todos os olhos, inclusive os orgânicos, são sistemas perceptivos ativos, construindo traduções e maneiras específicas de ver – quer dizer, maneiras de vida." (HARAWAY, 1988, p. 583)

corporificação da ordem simbólica do patriarcado. O *telos* da teoria não consiste apenas na crítica da natureza patriarcal da história da filosofia e do pensamento político, mas revela a preocupação em compreender a ordem simbólica, a reificação dos corpos excluídos e apagados: os corpos femininos.

Neste sentido, a autora aponta que não se trata apenas de uma mudança de conteúdo na produção de conhecimento, mas também uma mudança em sua forma. Assim, utiliza-se de uma linguagem desincorporada do pensamento. Linguagem esta que privilegia elementos teatrais, poéticos, literários e visuais, capazes de expressar para além da "dureza" do pensamento filosófico abstrato e racional, o que emerge enquanto aspectos subjetivos na produção dos sujeitos. Afinal, parafraseando Fraser (2006), o que há para além do sujeito?

Inspirados por estas reflexões, optamos trabalhar com narrativas compostas por diferentes personagens, autoras e narradoras. Ouvimos mulheres, moradoras da favela e "usuárias" das políticas de assistência social. Depois, ouvimos mulheres e homens, profissionais, executoras/es das políticas sociais. E eu, a princípio, narradora/pesquisadora/mulher, que ora assiste, ora atua, nesse campo de pesquisa. Eu oscilava entre os diversos papéis, buscando traduzir os sentidos daquilo que surgia, do que era possível ser narrado. Assim, questionamos: como definir previamente quem são as autoras, quem são as narradoras e quem são as personagens dessas histórias? A visão retrospectiva, comum aos narradores, é construída a partir de uma rede de conexões intersubjetivas, composta tanto por códigos normativos quanto pela história que os outros contam a respeito de si e a respeito do outro (CAVARERO, 2000).

A prática narrativa constitui uma cena relacional e de reciprocidade que inaugura, ao se contar as histórias da vida de alguém, uma identidade. Para Cavarero (2000), a identidade forma-se como produto de uma história que só acontece na relação com o outro. Tal desenvolvimento fundamenta-se na dependência que estrutura as relações desde o nascimento. A fragilidade do bebê ao precisar do olhar e do cuidado de um adulto revela a vulnerabilidade que nos constitui desde o início das relações. Esta identidade narrativa coloca seu significado em uma dependência com o outro, daquele que conta sobre a minha história. A autora nomeia de "identidade altruísta" um eu que se acresce ao outro e que não se excluem mutuamente, mas formam, nesta dimensão recíproca, um eu diferente. Um eu que se constitui como uma resposta e que se coloca, a partir dessa narrativa, em um caminho sem sentido no mundo (CAVARERO, 2000).

Quem são as mulheres que narraram/atuaram as histórias? No caso desta pesquisa, em sua maioria são mulheres negras[62], chefes de famílias, moradoras de uma favela do interior paulista, atendidas em programas da Assistência Social. Mulheres que vivem uma crescente precarização das condições de trabalho, o aumento do desemprego e de vagas de trabalhos intermitentes ou de subocupções[63]. Famílias que em sua maioria recebe renda per capita de até R$ 85,00[64] mensais. Residem em uma cidade de médio porte do rico e desigual interior paulista. Trata-se de uma área de ocupação, com barracos localizados em regiões com alto risco de deslizamento. São mulheres jovens[65] ou idosas, que lutam cotidianamente por sua sobrevivência e a de seus filhos e netos.

Acrescentam-se, como participantes dessa pesquisa, as trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Ressalta-se que as políticas de assistência social também configuram um lugar predominantemente ocupado por mulheres. Psicólogas e assistentes sociais assumem funções de cuidados, materiais e subjetivos, na esfera pública. São mulheres que muitas vezes estão expostas a condições insalubres de trabalho e que em sua maioria são mal remuneradas. Elas são trabalhadoras que cotidianamente atuam com o objetivo de promover a garantia de direitos das famílias vulneráveis. Geralmente trabalham em regiões periféricas e pobres da cidade. Observa-se que, tanto as trabalhadoras do SUAS quanto as moradoras da favela, são mulheres que se constituem enquanto sujeitos políticos.

A conjuntura brasileira é marcada pela desigualdade social, historicamente estruturada a partir de uma divisão racial e de gênero do trabalho que desdobra complexas relações comunitárias. A desigualdade racial no Brasil remonta ao período colonial e a sua contemporaneidade reencena o passado escravocrata. Observa-se que, no caso das políticas sociais, os aspectos relativos às questões de raça e gênero são pouco explorados para a compreensão das diferenças e dos fenômenos sociais no país. Assim, problematiza-se: por que as políticas sociais ignoram tais aspectos que poderiam contribuir para a construção de justiça social[66]? Ao invés disso, por que enfatizam e priorizam a família como foco e estratégia de intervenção?

Considerada como *lócus* privilegiado de ação, as políticas de Assistência Social elegem a matricialiadade sociofamiliar como um espaço resolutivo de conflitos e tensões.

---

[62] Esta informação pode ser encontrada no CADÚnico, um sistema de cadastros que registram informações a respeito das pessoas atendidas na Assistência Social.
[63] São trabalhos com carga-horárias e salários reduzidos.
[64] Dados obtidos no cadastro único da assistência social, 2016.
[65] As mulheres, consideradas referência nas famílias, têm em sua maioria entre 26 e 40 anos. Fonte: banco de dados do cadastro único da assistência social, 2016.
[66] Nancy Fraser, 2002.

(NERY, 2009) Dessa forma, ao superar a culpabilização do indivíduo, produzido historicamente no campo da assistência social, passa a se responsabilizar a família pelas situações de vulnerabilidade às quais está submetida. Tal estratégia transpõe aos aspectos públicos as resoluções compreendidas como do âmbito privado, ou seja, cabe à família criar condições de "superação" e "fortalecimento" para romper com a pobreza.

Davis (1986) aponta que o Estado mantém o foco das políticas sobre a família, especificamente sobre aquelas que são alvo das políticas sociais, ou seja, referem-se predominantemente à população negra e pobre. Assim, atribui-se a este grupo, a responsabilidade do "mal-estar moral da sociedade", indicando um aspecto racista das políticas de Estado. Além disso, a autora enfatiza que tal estratégia descortina a supremacia hierárquica masculina no interior das famílias que pauta-se em um modelo, cujos homens são "provedores" e suas esposas e filhos, são economicamente dependentes. Soma-se a esta compreensão, a contradição do aumento da participação das mulheres da classe trabalhadora na força de trabalho e argumenta-se, neste contexto, que a família está se desintegrando.

Sob a luz da Teoria da Reprodução Social, afirma-se que há um interesse do Estado na regulação e fiscalização dos corpos femininos, já que atualmente são as mulheres que garantem o nascimento e as condições de vida das futuras gerações da força de trabalho (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). As reflexões das marxistas feministas originam-se com a questão: se para Marx a acumulação do capital se dá através das condições ocultas de exploração da força de trabalho na produção de mercadoria, quem produz o trabalhador (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019)?

Atribui-se às mulheres a tarefa contínua de propiciar condições básicas de vida ao trabalhador: alimento, vestimenta, trabalhos domésticos, etc. Além disso, elas desempenham os cuidados materiais e afetivos, destinados aos idosos, aos doentes e aos inválidos. Com a morte de alguns trabalhadores, repõe-se a mão-de-obra a fim de garantir a continuidade e a manutenção do trabalho produtivo. Portanto, o trabalho não pago da reprodução social oferece condições ocultas e fundamentais para o acúmulo de riqueza, não só porque garantem as condições de reprodutibilidade da vida, mas também porque são muito custosas ao sistema capitalista. Vale ressaltar que essas funções de reprodução social desempenhadas pelas mulheres funcionam a partir da cristalização de papéis de gênero, ancoradas em processos de dominação e opressão no interior das famílias heteronormativas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Para Adorno (2000) a coação social se dá desde o nascimento. Desde bebês somos inseridos em um conjunto de normas morais condicionadoras, a fim de garantir que seremos

moldados para servir, ao longo de nossas vidas, a lógica do mercado e do consumo, inscritos no processo capitalista. Assim, cada um é presenteado com um "si-mesmo" próprio e distinto de todos os outros, só para que se torne com maior tranquilidade igual a todos. (ADORNO, 2000) Neste aspecto, o autor critica as tentativas de compreender o sujeito enquanto singular. Em outras palavras, compreendemos que a ousadia não está em tornar-se aquilo que se "é", porque o que se "é", necessariamente já está comprometido com os interesses de mercado, mas ousar tornar-se aquilo que não "é". Assim, refletimos a respeito de um "des-ser-me", ou seja, de uma busca continua da negação de si mesmo. No entanto, ainda assim, para Adorno (2000), estamos expostos ao risco de reproduzirmos o sistema ideológico hegemônico.

A busca efetiva pela concretização dos direitos humanos e pela emancipação da mulher coloca em risco a família que, em nome da manutenção de vínculos, agarra-se a uma estruturação familiar ilusória. Como exemplo, pode-se pensar na ideia da família atrelada primeiramente à figura da "esposa virtuosa" e "boa mãe", que recebe a homenagem no dia das mães. Reconhecer a mulher e o que de fato acontece com ela no âmbito doméstico, oprimida e forçada ao sacrifício, não passa apenas por uma mera "homenagem concedida aos vencidos", mas também por uma ideia de resgatar a dignidade humana e possibilitar a concretização da igualdade de todos os seres humanos (ADORNO, 1956, p.141).

Contudo, trata-se da consciência burguesa propensa à realização da liberdade, mas que se depara contraditoriamente com a expressão real da falta de liberdade dominante. Este antagonismo coloca em risco a família e agrava sua crise. Concretiza-se a barbárie por meio do triunfo da igualdade repressiva, pois o desenvolvimento da igualdade dos direitos se realiza na injustiça produzida pelos iguais (ADORNO, 2000).

Além disso, as autoras feministas negras brasileiras têm nos ajudado a compreender quais são os efeitos específicos da articulação entre raça e gênero enquanto categorias que marcam as diferenças e desigualdades sociais. Sueli Carneiro (2019) utiliza-se da expressão *enegrecendo o feminismo* para revelar a insuficiência teórica e política ao responder às diferentes expressões do feminino em uma sociedade multirracial e pluricultural como o Brasil. As especificidades enfrentadas pelo grupo de mulheres indígenas e pelo grupo de mulheres negras diferem e não podem ser tratadas como uma única categoria compreendida pelo gênero. (CARNEIRO, 2019) Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez (1988) enfatiza que a prioridade política a ser enfrentada pelas mulheres negras é o combate à opressão racial.

Fraser (2006) categoriza a injustiça de duas maneiras: como injustiça econômica, relacionada à estrutura econômica e política da sociedade, e como injustiça cultural ou simbólica. Para a definição de injustiça econômica, Fraser exemplifica a exploração do

trabalho, a marginalização econômica e a privação. Enquanto estratégias de enfrentamento, a autora levanta a necessidade de restruturação política e econômica, que pode concretizar-se por meio de "[...] redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas" (FRASER, 2006, p. 232).

Em relação à definição da injustiça cultural ou simbólica, considera-se a dominação cultural, o ocultamento (tornar-se invisível) e o desrespeito. Para esta esfera, Fraser (2006) levanta a possibilidade da busca por reconhecimento por meio da revalorização das identidades desrespeitadas e dos grupos culturais difamados. "Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas." (FRASER, 2006, p.232).

Ao analisar os conceitos de reconhecimento e de redistribuição como ferramentas para a construção da justiça social, Fraser (2006) identifica a injustiça econômica como um aspecto da desigualdade de gênero, uma vez que estrutura a divisão fundamental entre trabalho "produtivo" remunerado e trabalho "reprodutivo" e doméstico não remunerado, este último de responsabilidade da mulher. Além disso, a diferença marca uma divisão na estrutura interna do trabalho remunerado, atribuindo às mulheres ocupações profissionais de baixa remuneração ou tarefas vinculadas a serviços domésticos.

Neste aspecto, configura-se uma estrutura econômica-política que "[...] engendra modos de exploração, de privação e de marginalização especificamente marcados pelo gênero", que clama por uma redistribuição e transformação da economia política a fim de enfrentar a injustiça e abolir a divisão sexual do trabalho (FRASER, 2006, p. 234).

Contudo, a autora aponta que esta é apenas uma parte da história, pois a questão de gênero também é atravessada pela injustiça cultural. Neste caso, a busca por reconhecimento visa combater o androcentrismo[67] e o sexismo cultural[68]. Estes fenômenos produzem uma série de consequências que permeiam a vida cotidiana das mulheres e naturalizam processos de violência e marginalização institucionalizados.

Nesse sentido, a violência doméstica e suas múltiplas expressões, a exploração sexual, as representações na mídia que banalizam e objetificam, as normas androcêntricas que

[67] O conceito de androcentrismo utilizado neste texto é a partir da perspectiva de Nancy Fraser que se refere à "construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados a masculinidade" (FRASER, 2006, p. 234).
[68] Trata-se da desvalorização das coisas compreendidas como femininas.

submetem as mulheres a desvantagens, a exclusão de lugares de decisão e de participação política, todos esses fatores são danos de injustiças de reconhecimento. Embora entrelaçados dialeticamente com a "supraestrutura" econômica e política, não se alteram apenas com redistribuição, mas pedem medidas adicionais de reconhecimento (FRASER, 2006).

Esta análise a respeito da questão de gênero que se configura por injustiças econômico-políticas e injustiças culturais demanda estratégias antagônicas entre si. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a redistribuição abole a especificidade de gênero, o reconhecimento resgata e enfatiza as particularidades do grupo, a fim de fortalecer e de se autoafirmar. Trata-se, portanto, da contradição que fundamenta a complexidade dos enfrentamentos e a busca por justiça social.

Considerando o respaldo da teoria crítica e de um conjunto de autoras feministas que fundamentam o nosso debate sobre o cenário capitalista contemporâneo, chegamos ao campo de pesquisa com a seguinte questão: como as mulheres, submetidas a situações de extrema injustiça econômica e cultural, assistidas pelas políticas de assistência social, conseguem sobreviver?

3.2 Primeiras estórias com as moradoras da favela

Subi o morro. Mulheres e crianças desciam do ônibus para continuar a subida a pé. As ruas se estreitavam até transformarem-se em corredores compridos cada vez mais apertados, margeando as casas amontoadas de ambos os lados. Na viela, duas crianças brincavam. Um rapaz no alto de uma escada mexia num emaranhado de fios no poste de iluminação, conversava distraidamente com dois homens enquanto "puxava[69]" energia para o seu barraco. Fios desordenados, mais uma tarefa para o rapaz: garantir luz para a família antes do anoitecer.

Passava por diferentes grupos, nos quais homens e meninos de várias idades conversavam entre si e carregavam seus *walkie-talkies* em uma das mãos. Alguns deles seguravam um saco plástico transparente, de modo que a droga embalada ficava à mostra, assim como as cédulas de dinheiro enroladas, apertadas umas nas outras. Eventualmente, um

[69] Eles estavam realizando uma ligação clandestina de energia: desvia-se a corrente elétrica antes que passe pelo registro. O nome popular desta prática é "fazer gato".

deles se distraía puxando as cédulas, contava uma a uma e depois as guardava dentro do saco plástico novamente.

Quando iniciei o trabalho de campo na favela, tinha uma expectativa em realizar grupos com mulheres, moradoras do bairro, em alguma Instituição Social. Ao conhecer o território, descobri que havia apenas uma ONG inserida no local e que ela estava com as portas fechadas, os trabalhos foram encerrados por falta de recursos[70]. Um morador, que eu já conhecia de outros espaços[71], me apresentou o bairro, mostrou a localização dos equipamentos públicos e me levou à casa de outros moradores para que eu pudesse ser apresentada e contar sobre meu projeto de pesquisa. Assim, conheci dona Rosa; lembro-me de que, quando cheguei à sua casa pela primeira vez, havia uma roda de mulheres conversando. O grupo já existia, restava-me saber se elas me aceitariam como mais uma integrante. As rodas de conversa faziam parte da vida cotidiana da casa de dona Rosa e das relações comunitárias na favela. Combinamos que eu iria todas as quartas-feiras à tarde e frequentaria semanalmente a casa de dona Rosa.

3.2.1 As rodas de conversas entre as mulheres

Gardênia relatou sobre o seu mal-estar diário, as dores pelo corpo, a preocupação pela falta de emprego, os pensamentos reiterados sobre a morte. “Tem vez que tenho vontade de acabar com tudo”[sic]. Ela já havia tentado suicídio duas vezes: “[...] mas ninguém da família sabe, uma amiga me levou ao hospital.”[sic] Ela passava pela Unidade Básica de Saúde – UBS semanalmente, mas não adiantava, dizia desanimada: “eles não sabem o que eu tenho, eu não sei o que tenho”[sic] (Gardênia, diário de campo, 2018).

“Eu, já nasci apanhando”. Foi assim que outra mulher escolheu começar a contar sua história. Ficamos todas em silêncio, atentas. “Morávamos em um chiqueiro improvisado no terreno da casa da minha avó. Ela nos cedeu este lugar, meus pais e meus irmãos estão lá até hoje, nada mudou. O mesmo chão batido que antes abrigava os porcos.” Sua mãe nunca podia sair de casa porque o pai desconfiava. Era um dia em que a mãe ia ao “postinho” fazer pré-natal, já estava com sete meses de gestação. O pai a viu no ponto de ônibus, parada, e foi ao

[70] A prefeitura aumentou a contrapartida da Instituição que fazia trabalhos sociais no território havia mais de dez anos e a ONG optou por fechar as portas. Durante o ano de 2018, período em que estive em campo, assisti gradativamente à oferta de algumas oficinas de profissionais da rede pública que aproveitavam o espaço. Além da distribuição da sopa, servida diariamente à população no equipamento da antiga ONG.

[71] Este morador tem uma participação política bastante significativa, hoje é membro do Conselho Municipal de Assistência Social como representante dos “usuários”. Conheci-o em um dos espaços de debate.

seu encontro. Em meio a gritos e chutes na barriga, acusava a mãe de traí-lo com outro homem. “Foi assim que eu nasci”. Alguém levou a mãe de carro ao hospital, ela estava tendo contração (Açucena, diário de campo, 2018).

Suas narrativas eram compostas por muitas imagens, a descrição da cena passava pela posição da lâmina do facão que o pai acertava em seu rosto, até o fio de sangue que escorria e coagulava em sua cabeça, grudando os fios de cabelo numa mistura empapada de suor e sangue. O pai batia sua cabeça na parede quando ela se metia na briga dos dois; mesmo assim, ela não se amedrontava em assumir cotidianamente a defesa da mãe. “Hoje minha mãe tem vergonha de sorrir, quando sorri, ela coloca a mão na frente”. Porque todas as vezes que o pai batia com a sua cabeça na parede, ela perdia um dente. “Hoje, não sobrou nenhum na boca”. A mãe de Açucena sente vergonha toda a vez que tem vontade de sorrir.

Neste relato Açucena expressa seu sofrimento associado à violência que se constitui como experiência. Está presente nesta narrativa a tensão entre a ordem moral e a dimensão subjetiva do sofrimento que se revela na (im)possibilidade de expressar suas marcas. Após contar sua estória confidenciou que se sente culpada, com a sensação de que passou dos limites, compartilhou com outras pessoas aquilo que era inenarrável, indizível. Trata-se de uma experiência que não é assimilável e, portanto não pode ser simbolizada. Cheguei a encontrá-la em outros momentos, conversando com outras pessoas, recontando em outras rodas, com a mesma riqueza de detalhes, sua triste estória.

De vez em quando, Margarida aparecia na casa de dona Rosa para conversar. “O que a gente passava na roça, hoje, essas meninas novas não aguentam não.” Consideradas as moradoras mais antigas do bairro, trocavam histórias de antes de virem para a cidade. “Éramos eu e as crianças”. Naquele dia, ela havia passado com um latão cheio de entulhos apoiado nos ombros. Parou e nos cumprimentou, começou a contar: o marido saía para beber e sumia o final de semana inteiro. Ela estava imóvel, com os pés fincados no chão, parecia nem sentir o peso que carregava nos ombros. Estava construindo mais um cômodo em seu barraco para o filho morar. E era assim para tudo. Ela aconselhava as mais novas, dizia que não podiam parar: “se a gente para, a gente adoece”. Quando ela fica mal, sai para caminhar. Disse que às vezes anda uma manhã inteira sem rumo, só para não “enlouquecer”.

Margarida resgatava suas memórias quase sem piscar. A casa era de chão vermelho. Sempre com fumaça e cheiro de lenha queimando. Quando chegavam cansadas da roça, não tinham água para tomar banho, ela tinha que esquentar no fogão. As roupas eram lavadas na beira do rio. Não escolhia suas roupas, era tudo doação. Ela contou que hoje tem mais conforto, vive no barraco, tem piso “que dá para limpar”, “a água chega até a torneira da

gente"; mesmo assim, não deita com a cabeça tranquila. Se não é o marido ou os filhos, bêbados, é o vizinho que chega gritando. "A gente vive esperando uma tragédia. É genro querendo matar a nora. Filho que desaparece. Neto que é menor de idade e está morando na rua. Isso sim é problema grave." Trabalhou como varredora de rua, contou que ficava fora o dia inteiro. Ela relatou que apanhou do marido a vida toda. "Agora não adianta separar", ela disse, "hoje ele está em cima de uma cama doente" e é ela quem cuida (Margarida, diário de campo, 2018).

Essas narrativas transcendem o caráter individual e subjetivo das mulheres, são histórias da vida cotidiana que, ao serem compartilhadas, encontram ressonâncias. A presença das mulheres ou a ausência dos homens nas tarefas corriqueiras da vida familiar retratam as feminilidades e masculinidades fundamentadas em processos históricos que mantêm as desigualdades. Ressalta-se que a organização da reprodução social nas sociedades capitalistas é estruturada a partir das relações de gênero, ou seja, depende dos papéis de gênero e imbrica-se em um sistema de opressão.

Neste sentido, compreender a história das mulheres implica compreender o "mundo dos homens", a expectativa dos papéis a serem desempenhados a partir de dualismos naturalizados como restritos aos sexos biológicos. (SCOTT, 1995) Assim se observa que, ao vencerem o silêncio, os relatos versavam sobre uma hierarquia estrutural de uma sociedade machista, racista, sexista e heteronormativa.

Os relatos de Gardênia, Margarida e Açucena revelam negociações contínuas dos papéis de gênero que garantem a própria sobrevivência. É um dado de realidade absolutamente necessário à produção e à reprodução da vida nas sociedades capitalistas. Elas apresentam aspectos comuns, como sentimentos de mal-estar cotidiano, pensamentos reiterados sobre morte e a presença contínua de situações de violência.

Mas quem são as mulheres que narraram/atuaram as histórias? Em sua maioria, mulheres negras moradoras de uma favela do interior paulista, atendidas em programas da Assistência Social. Mulheres em situação de vulnerabilidade. Vale ressaltar que muitas pesquisas sobre gênero inspiram uma série de ações a serem incorporadas a programas e políticas públicas, contudo, não necessariamente se aprofundam em questões transversais que legitimam situações de pobreza e processos de exclusão. Um exemplo disso são os estudos que concebem gênero como sinônimo de mulher. Simplificar tal associação naturaliza as desigualdades existentes entre homens e mulheres, como se as condições desfavoráveis fossem características intrínsecas e individuais de sua inadequação. (MACEDO, 2008) As autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções

entre homens e mulheres, entre aquilo que se concebe como ideias sobre feminilidades e masculinidades (PISCITELLI, 2009).

3.3 O barraco de Dona Rosa: interfaces da reprodução social

Ao chegar à casa de dona Rosa[72], uma senhora de setenta e poucos anos, negra, moradora antiga da favela, havia, bem em frente ao seu barraco, um tanque de lavar roupas de cimento gasto: "É para dar água aos 'nóias[73]". Também havia um banheiro, dentro do barraco, para que eles pudessem tomar banho. Com a porta da casa sempre aberta, ela observava e conversava com os transeuntes. Era frequente que, no meio de uma conversa, dona Rosa fosse interrompida - algumas pessoas paravam na porta de sua casa e pediam para pegar um pouco de água ou tomar um banho. Ora sorrindo, ora irritada, dona Rosa balbuciava um 'pode' com a voz quase rouca.

A porta do banheiro dava para a sala, local onde costumávamos sentar para conversar. Por vezes, enquanto conversávamos, ouvíamos o som do chuveiro ligado. No começo, eu não sabia que também éramos ouvidas pelas pessoas que ali se banhavam. Certo dia, uma mulher, usuária de crack, ao terminar de se lavar e antes de se despedir, comentou conosco: "Vocês acham que estou nessa vida porque eu quero? Vocês não sabem o que já passei. Sou usuária de drogas, mas não roubo, não. Eu vendo coisas no semáforo e vou me virando." Dona Rosa, que é evangélica, gostava de aconselhar: "O que falta na sua vida é Deus".

Outra vez em que eu estava lá, um rapaz procurava por Dona Rosa. Alguém o havia informado de que poderia tomar um banho ali. Ela afirmou assertivamente: "Você é novato aqui!" O rapaz, desconcertado, disse que não era usuário de drogas, desviou o olhar e completou que não era com frequência que fazia o uso da droga. Ela respondeu que ele não precisava se preocupar porque ali todos estavam "acostumados". Calmamente explicou que ele poderia voltar e tomar um banho sempre que precisasse. Já os frequentadores mais

---

[72] O nome foi alterado para garantir o sigilo da moradora e do território.

[73] Nome utilizado por moradores do território para referenciar a pessoa que faz uso abusivo de substâncias psicoativas, mais especificamente o uso de crack. Feltran (2014) debate a imagem associada à figura do "nóia" em uma progressiva tematização da "violência urbana" que frequentemente se ancora em discussões sobre "drogas", "marginalidade", uma condição de sujeitos não integráveis. O autor discute a representação totalizante e pejorativa do dependente de crack, compreendido como aquele que fica em situação de rua e que causa ameaça à comunidade. A representação do "nóia" compõe o oposto à figura do "trabalhador", compreendido como "homem de bem".

antigos, ao saírem do banho, falavam para Rosa: “Deus abençoe” ou (para mim ou para quem mais estivesse na sala) “Ela é como uma mãe para mim”.

Em alguns momentos, esses frequentadores da casa da Dona Rosa pediam conselhos, contavam histórias; em outros, passavam para buscar roupas que estavam ali para doação. As roupas ficavam em um canto da sala; às vezes alguma moradora pedia para dar uma olhada. Todas as vezes em que estive lá, sempre havia muita gente circulando no barraco, em sua grande maioria mulheres. Elas conversavam sobre assuntos variados. Falavam sobre o transporte para visitar os companheiros, filhos ou netos no presídio, quais eram as roupas autorizadas para a entrada no sistema prisional, sobre a disponibilidade em emprestarem umas às outras as peças de roupas obrigatórias na visita.

Falavam também sobre a reiterada e extenuante busca por trabalho, algumas vezes apareciam vagas de limpeza e de produção nas fábricas, de caixas de supermercado, de serviços gerais, vagas para varrerem as ruas ou como diaristas nas casas de outras famílias. Em diversas ocasiões, os horários de saída dos trabalhos não coincidiam com os horários de saída das crianças das creches e escolas, o que reforçava a necessidade de estabelecer uma rede de apoio entre as mulheres. Assim, as irmãs, as mães, as sogras, as cunhadas ou as vizinhas eram chamadas para cuidarem das crianças de graça ou a custos muito baixos, enquanto o expediente ainda não havia se encerrado.

A precariedade do trabalho e o alto índice de desemprego dificultam ainda mais as condições de reprodução social. Convocadas ao mercado de trabalho para assumirem vagas de subocupação ou de trabalhos intermitentes, com salários que não suprem os custos básicos de vida, as mulheres, em sua maioria chefes de família, enfrentam o abrupto aumento no número de horas trabalhadas e a exacerbação das jornadas duplas, triplas ou quádruplas de trabalho, a fim de garantir a própria sobrevivência.

Com o enxugamento do Estado e das políticas sociais do país, aumenta-se o desinvestimento na educação, na assistência social, na moradia e na saúde, o que incide diretamente na vida dessas famílias. Aquelas que têm dinheiro terceirizam com baixos salários outras mulheres a cuidarem de seus filhos e idosos, já aquelas que necessitam das políticas públicas, ficam à mercê da precarização e da escassez dos serviços públicos.

Elas desabafavam sobre o cansaço e a sobrecarga do trabalho remunerado e não remunerado: o cuidado com os filhos, com os maridos e com os lares, sobre as relações abusivas com os companheiros, os problemas de saúde delas e da família, os pais que não pagavam pensão aos filhos. Falavam sobre os barracos que seriam desapropriados pela

prefeitura, sobre os acontecimentos do CRAS[74]: os eventos, os programas de transferência de renda, a distribuição da sopa. "[...] E ficamos nessa vida aí de cuida e descuida, cuida e descuida" afirmou uma delas. (Gardênia, 2018)

As práticas de cuidado e acolhimento descritas por essas mulheres em tais conversas ultrapassavam os limites do núcleo familiar e doméstico. Elas também estavam presentes nas relações de vizinhança e de ajuda mútua e se mostravam bastante importantes. As moradoras do bairro intercalavam o seu tempo entre os trabalhos de reprodução social (destinados à família e à vizinhança) e o trabalho produtivo (intermitentes e informais) coexistentes na vida dessas mulheres. O barraco de Dona Rosa tem, como indicam essas descrições, um papel central na vida social da favela na qual ela mora. Em torno dessa senhora e de seu barraco, se concentra e se organiza um conjunto variado de atividades de reprodução social. A oferta da água, do banho, das roupas e as conversas sustentam relações comunitárias de cuidado entre os moradores. Isso não é, contudo, exclusivo desse caso. Dona Rosa certamente exerce um papel central na sua comunidade; mas, no mesmo bairro, assim como em outros bairros, outras pessoas e outras casas também têm esse papel.

Para Fraser (2020), muitas relações não podem ser mercantilizadas porque elas são muito custosas; portanto, devem permanecer às margens, invisibilizadas. A autora afirma que a expansão e o acúmulo do capital ocorrem pelo não pagamento do trabalho da reprodução social representado pelas formas de provisionamento, atenção e interação que promovem e mantêm os laços sociais.

Neste território, analisa-se que há uma morada ainda mais oculta na dinâmica da reprodução social, a qual se ancora nas relações de gênero. Dona Rosa, chamada por muitos de "mãe", desempenha, a partir dos papéis sociais de gênero, funções de cuidado ao garantir condições de permanência, subsistência e reabastecimento de novos usuários de drogas no território. Um exemplo é o usuário de drogas "novato" que descobre a possibilidade de tomar um banho antes de retornar a suas atividades fora da favela. Outra descrição são os usuários antigos, que se utilizam da água e do banho da casa de Dona Rosa, proporcionando a permanência deles no território e sua consequente compra e consumo de drogas na região. Neste aspecto, compreende-se que são condições que sustentam uma circulação de riqueza que não está inscrita no trabalho produtivo formal, mas na reprodução social que garante, em sua face oculta, a movimentação e a permanência do trabalho ilegal do Tráfico de drogas.

---

[74] Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, equipamento público da política de assistência social responsável por desenvolver programas, ofertar serviços e projetos a famílias em situação de vulnerabilidade a fim de prevenir situações de risco pessoal e social.

3.4 Violeta e Azaleia: ajuda mútua e relações de cuidado

Violeta buscava água todos os dias na casa da dona Rosa. Havia mudado havia pouco tempo para a favela; ela tinha deixado o trabalho de faxina, os familiares e a cidade em que morava (40 quilômetros de distância de onde estávamos). “Vim atrás do meu filho”, afirmou. Começamos a conversar na casa de Dona Rosa e ela fez questão de mostrar para mim sua “casa nova”: uma Kombi sem pneus, inclinada para um lado, apoiada em pedaços de madeira. A porta estava emperrada e ela, quando finalmente conseguiu abri-la, não pudemos ambas entrar, pois não cabiam duas pessoas em pé. “Aqui dormimos eu e meu filho”. O rapaz tinha vinte e poucos anos, era usuário de drogas e já havia sido internado algumas vezes em comunidades terapêuticas, nas quais ele entrava e saia sem se recuperar. Também foi preso e, ao sair do sistema prisional, não voltou mais para sua cidade natal, pois conseguira um trabalho no tráfico. “Eu vim para cuidar dele. Pelo menos assim sei que está comendo, tomando banho e dormindo direito”, disse Violeta.

Mas não era só de seu filho que Violeta cuidava. Algumas vezes ela passava de mãos dadas com duas crianças pequenas pela casa de Dona Rosa, onde com frequência parava para conversar ou buscar água. A mãe das crianças, Azaleia, tinha ido ao posto de saúde[75] fazer pré-natal, pois estava gestante do quinto filho; era uma gravidez de risco. Violeta ajudava no que podia com as crianças, ficava com elas até a mãe retornar. Compreende-se que as relações de ajuda mútua estão muito presentes na vida de Violeta e no modo como ela vivencia os laços comunitários. Observa-se que, por um lado, ela apresenta uma preocupação em garantir a reprodução social de seu filho que trabalha no tráfico. Assim, neste aspecto, ela contribui com a manutenção e o sustento de uma força de trabalho do mercado ilegal de drogas. Por outro lado, ela amplia as relações de cuidados e compõe uma rede de apoio e proteção ofertada à Azaleia e às crianças do bairro.

No dia em que conheci a família de Azaleia, havia muitas pessoas na rua, elas conversavam aglomeradas. Ao me aproximar da roda de mulheres, dona Rosa contou que a prefeitura havia desapropriado trinta barracos: as famílias foram despejadas de suas casas. Algumas se socorreram com os parentes, outras, sem acreditar que aquele dia chegaria, não tinham planos, ainda não sabiam onde passariam a noite.

O território pesquisado é uma área de ocupação e apenas algumas famílias estavam na lista para serem inclusas em programas habitacionais do município, o critério era o tempo em

[75] Unidade Básica de Saúde - UBS

que residiam no local. A família de Azaleia morava no bairro havia quase três anos: “não é tempo suficiente?” ela esbravejou. Ela me contou que o companheiro havia passado a noite inteira para construir um barraco na ponta do morro, mas ainda não tinha conseguido terminar. O local era próximo da casa de dona Rosa, ficava no caminho em que os ‘*nóias’* passavam para se esconderem para usar crack.

Anoitecera, uma chuva fina começava a cair, molhando os colchões e as roupas que ainda estavam fora do barraco; numa solidariedade espontânea, mais moradores se envolveram na construção em uma tentativa de finalizar logo o telhado. As mulheres convidaram as crianças para se protegerem da chuva em suas casas. Mais tarde, com o final da obra, foram para o barraco recém-construído, as crianças já estavam de banho tomado. Chegavam doações de vários moradores, e os colchões, agora molhados, não serviam para mais nada; por isso alguém havia levado um colchão seco para a família, e sugeriu: eles poderiam cortar para acomodar os quatro filhos. Outra família levou uma panela de macarrão com molho vermelho para que pudessem jantar. A partir daquele dia, eu encontrava com Azaleia ou com as crianças que iam com frequência à casa de dona Rosa: fosse para pegar água, fosse para tomar banho, ou mesmo simplesmente para dar notícias.

A descrição da história apresenta a precariedade das condições de moradia de grande parte das famílias residentes no território. No entanto, para além da escassez das políticas de habitação no Município, analisa-se o apoio existente entre os moradores, o que revela um aspecto coletivo de ajuda mútua em resposta às vidas precárias que se configuram no cotidiano da favela. A ajuda com a construção do barraco, as doações de colchões e de alimentos, o banho e proteção às crianças caracterizam relações comunitárias interdependentes que garantem sustentação à vida.

Ressalta-se que o trabalho de Violeta e de dona Rosa não são trabalhos mercantilizados, pois produzem valor de uso e não valor de troca da mercadoria em si. No caso da Violeta, sua vida gira em torno da sobrevivência de seu filho e das crianças que circulam no bairro. Assim, o processo sistemático de acumulação do capital não se encerra na convocação de uma massa de pessoas expropriadas pelo mercado de trabalho, mas se estende a processos sociais que se reproduzem a partir das relações de cuidado, dos compartilhamentos de significados comunitários e no interior das famílias.

3.5 A mediação das mulheres: entre o Estado e o Tráfico de drogas

O trajeto percorrido pelos *"nóias"* era conhecido tanto pelos moradores quanto por policiais. A princípio, me parecia que eles caminhavam sem rumo, mas da Kombi, habitada por Violeta, era possível avistar, na descida do morro, no meio do mato, umas barracas de lona, baixas, montadas contiguamente, onde os *"nóias"* se alojavam, se escondiam e usavam drogas ilícitas. O local era conhecido como *"toca".* O nome fazia alusão às tocas dos animais, para proteção e moradia. Violeta contou que, quando chegou ao território pela primeira vez em busca de seu filho, os moradores sugeriram que ela o procurasse por lá. Relatou, achando graça de sua ingenuidade, que, ao chegar em frente às barracas, levantava lona por lona, chamando o nome de seu filho. Naquela época não sabia que, ao se aproximar da *"toca",* deveria falar: "salve irmão", o cumprimento que anunciava aos que estavam na barraca que não era a polícia chegando. "Eu poderia ter levado um tiro", ela completou. Dona Rosa balançou a cabeça afirmativamente, acrescentou que às vezes a polícia descia até lá, batia nos usuários, estuprava as mulheres e levava suas drogas.

O Tráfico de drogas apresenta uma imbricação funcional em relação à reprodução social desempenhada pelas mulheres do bairro. Os cuidados das mulheres vão desde as orientações aos filhos sobre como não devem contar à polícia o que sabem a respeito da movimentação ilegal do tráfico: a localização onde as drogas e as armas estão "mocadas[76]", sobre quem são os trabalhadores da biqueira[77], como a distribuição é feita, como devem manter distância dos policiais, em especial daqueles que recebem "propinas[78]" do tráfico, dentre outros ensinamentos. "*Como dizem: boca fechada não entra mosquito. Quando vê, fecha os olhos... para poder viver, né?"* (Margarida, 2018).

Dona Rosa relatou a história de uma criança de seis anos, na época moradora do bairro, que brincava na rua quando policiais se aproximaram e ofereceram cinco reais caso ela contasse onde estavam "mocados" os "bagulhos[79]" do tráfico. A criança aceitou o dinheiro e apontou a direção do barraco onde escondiam drogas e armas. Naquele mesmo dia, os policiais invadiram o local e prenderam alguns traficantes. Os pais da criança, ameaçados de morte pelo tráfico, tiveram que fugir às pressas na madrugada seguinte, e a família nunca mais

---

[76] Termo utilizado pelos moradores que significa o local onde as drogas e armas estão escondidas.
[77] Nome utilizado para o ponto de venda da droga.
[78] Policiais que mensalmente recebem dinheiro do tráfico para não "estourar" as "bocas", ou seja, para não prenderem traficantes do território.
[79] Termo utilizado pelos moradores, que significa drogas.

foi vista pela região. Histórias como essas eram contadas às crianças: “elas precisam aprender a se proteger da polícia”, concluiu dona Rosa.

A formação e socialização das crianças e dos jovens são centrais no processo de reprodução social. O modo como as famílias se mantêm e como seus membros constroem as relações comunitárias sustenta o compartilhamento dos significados, as disposições afetivas e os horizontes do valor que perpassam a cooperação social. Para Fraser (2018) esta cooperação está vinculada aos modos de dominação caracterizados pela produção de mercadorias (FRASER, 2018). No caso do território estudado, as mulheres desempenham um papel de orientação e cuidado com as crianças e intermediam as relações entre a comunidade, a polícia e o Tráfico de drogas. O silêncio a respeito ao tráfico salva a vida das famílias, mas, ao mesmo tempo, contribui, de certa maneira, para que a atividade ilegal permaneça na região. Por outro lado, ressalta-se que a situação do tráfico é bastante complexa e envolve outros atores sociais além de outros cenários, com desdobramentos que se estendem para além da vida cotidiana nas favelas. No entanto, observa-se que as crianças aprendem desde cedo a “naturalizar” a comercialização de drogas e o modo como devem se posicionar frente à ação policial.

A tensão entre a polícia e os moradores estava sempre presente no cotidiano do bairro: seja pelas frequentes batidas policiais no território, quando passavam dentro da viatura policial com as cabeças e armas para a fora da janela, seja pelas narrativas contadas por dona Rosa e por outras mulheres. “O problema é que, quando levam os meninos, batem neles até que deem alguma informação ou pedem dinheiro para soltá-los” (dona Rosa, 2018). Hortênsia estava com seu filho desaparecido havia sete meses[80], a polícia o havia levado em uma batida no território e ele nunca mais aparecera. “É complicado, é doloroso... é angustiante, não saber se ele vai voltar ou não”, ela ficou em silêncio. Hortênsia não morava mais no território desde seus treze anos, “acho um bairro muito pesado”. Ela lembrou que era uma sexta-feira, o filho tinha ido encontrar alguns amigos em um bar; já havia trabalhado para o tráfico, mas na ocasião fazia bico[81] de pintura residencial. Esta ressalva apresentada pela mãe localiza sua preocupação em provar que o filho era “honesto” e não “bandido” ou “traficante”. Ou seja, nesta busca por provar a ilegitimidade da ação policial ela sente necessidade em justificar que o filho ocupa o mesmo lugar de “direito” daqueles que deveriam ser protegidos pelo Estado. Os moradores tinham foto da viatura, apenas seu filho fora algemado e conduzido para a

[80] A data do desaparecimento fora 27/12/2019, sendo que até os dias do relato a mãe não tivera notícias do filho.
[81] Atividades informais, sem registro em carteira de trabalho ou vínculo empregatício.

viatura. Na delegacia, nenhum registro de batida ou prisão do rapaz. “Todo mundo viu, os moradores enchem a boca para falar o nome do policial, mas não testemunham porque têm medo”. (Hortênsia, 2020)

Hortênsia havia se certificado: o filho não estava devendo em nenhuma biqueira, nem “talaricou”[82] alguém, nada; segundo a mãe, não tinha por que sumirem com ele, “por que não o levaram para a delegacia?” questionou. Ela contou que já ouviu um caso em que esse mesmo policial sumira com um adolescente, sendo que relatos dizem que ele condicionou: caso a família parasse de procurar, entregava o corpo. A mãe parou e dias depois o corpo do menino apareceu. “Queria que ele falasse isso para mim, seria uma prova” (Hortênsia, 2020). Ela enfatizou que seu filho não tinha sido o primeiro a desaparecer nas mãos de policiais, mas que, se dependesse dela, seria o último, pois não se cansaria até vê-lo preso. A denúncia de Hortênsia revela as condições desiguais que atravessam os territórios e os corpos, além de evidenciar o desinteresse do Estado em apurar as condições de sua morte. Atualmente o policial está afastado para realizar atividades administrativas, pelo menos saiu das ruas: ela se consolou. Esta narrativa revela os processos perversos de produção de corpos e de vidas consideradas dispensáveis.

A descrição da história de Hortênsia aponta para mais uma função desempenhada pelas mulheres ao buscarem uma mediação com o Estado: a negociação do aparecimento dos filhos e a busca de seus corpos. As narrativas de Dona Rosa e de Hortênsia sobre a ação policial na favela corroboram os registros do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, que apontam que o índice de homicídio de um jovem negro no Brasil é 2,7 vezes maior do que de um jovem branco. Acrescenta-se que 76,2% das mortes por intervenções policiais são da população negra (IPEA, 2020).

Os equipamentos margeavam o território: a UBS[83], a escola, o CRAS[84]. A ONG que realizava trabalhos socioeducativos com crianças no período de contraturno escolar e havia fechado as portas.[85] Neste contexto, analisa-se que, ao mesmo tempo em que o capitalismo financeirizado promove a precarização e a escassez das políticas públicas, mantém um Estado violento que busca controlar os territórios periféricos. Acrescenta-se a esse cenário um aumento significativo do desemprego, a predominância de trabalhos intermitentes ou de

[82] Termo utilizado para se referir a pessoas que entregam informações do tráfico para a polícia.
[83] Unidade Básica de Saúde - UBS
[84] Centro de Referência da Assistência Social – CRAS
[85] Com os cortes de verba nas políticas de assistência social em 2018, a Prefeitura exigiu um aumento na contrapartida financeira da Instituição, que, por sua vez, optou por fechar as portas. A Instituição alegou que o valor oferecido pela Prefeitura para financiar os projetos não cobria os custos básicos de funcionamento da entidade.

subocupações e o aumento das dívidas das famílias semi-proletarizadas. São fatores que contribuem para que aqueles "*inerentemente expropriáveis"*[86] tenham reduzidas suas condições de promoverem a reprodução social. Neste aspecto, o Tráfico de drogas se apropria da força de trabalho "excedente" e convoca as mulheres para exercerem, em condições ainda mais ocultas e precarizadas, a reprodução social que sustenta os laços comunitários, a manutenção e o reabastecimento da força de trabalho do mercado ilegal.

O crescente desinvestimento dos Estados e as corporações para o bem-estar social reduzem a capacidade das famílias em performarem relações de cuidado e sustento em seu núcleo. No Brasil, um exemplo prático do enxugamento das políticas sociais foi o congelamento dos gastos públicos, sem alterar a conta de juros e as amortizações da dívida pública. O teto da emenda constitucional destinado à assistência social, saúde, educação, aprovado em 2016 [PEC 241 ou PEC 55] é válido para os próximos 20 anos[87]. Tal desdobramento incidiu diretamente na vida das famílias semi-proletarizadas, com a redução dos programas de transferência de renda e o consequente aumento da contrapartida das ONG's, o que inviabiliza a continuidade de projetos e fomenta a precarização do Sistema Único de Saúde e da educação pública.

Além disso, houve a aprovação de uma lei que permite a universalização da terceirização e a reforma trabalhista, que, por meio de muitas mudanças aprovadas na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, coloca em risco a maioria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros assalariados. Ressalta-se ainda: a generalização do trabalho terceirizado e intermitente e a alteração da função dos sindicatos no país de fiscalizarem os direitos trabalhistas, prevalecendo o princípio do negociado sobre o legislado. Aprovada em 2017, atualiza-se, com incontáveis formas de flexibilização, a jornada de trabalho e as reduções proporcionais de salários.

Vale ressaltar a aprovação da reforma da previdência em 2019. Esta reforma amplia o tempo de contribuição para a aposentadoria, diminui o valor das pensões e dificulta o acesso aos benefícios sociais pagos pelo sistema de seguridade social. Neste cenário, descumpre-se a promessa da criação e aumento de empregos após a aprovação das reformas trabalhistas e previdenciária. Ao invés disso, a população brasileira se depara com o aumento da

---

[86] Nancy Fraser; Rahel Jaeggi (2020) no livro *Capitalismo em Debate.* Uma conversa na teoria crítica.
[87] Realizado durante o governo do presidente Michel Temer (MDB).

informalidade dos trabalhos e a alta taxa de subocupação[88] (BRAGA *apud* CAPPELLANO; CARRAMENHA, 2019)

Os estudos sobre o desenvolvimento das políticas de proteção social no Brasil apontam argumentos divergentes: por um lado, enfatizam a expansão da cidadania, o aumento dos indicadores sociais (inclusive de desigualdade de renda), a ampliação da cobertura das políticas públicas, a maior participação nos sistemas conselhos, a consolidação das instituições democráticas, além da expansão da capacidade de consumo e crédito populares; por outro lado, denuncia-se o aumento da insegurança e a militarização da ordem urbana, a criminalização da pobreza e sua instrumentalização pelo mercado imobiliário e empresas de segurança privada, o crescimento do encarceramento da população negra e pobre, a prática das internações compulsórias de usuários de drogas, a criminalização dos movimentos sociais e dos protestos que visam à garantia e à expansão dos direitos sociais (FELTRAN, 2014).

Compreende-se, contudo, que ambas as perspectivas apresentadas referem-se a fenômenos que se ancoram em processos contínuos de disciplinarização do Estado e da população, segundo os interesses de investidores privados. Tal característica é predominante no capitalismo financeirizado. (FRASER, 2020) Outra característica apontada por Fraser (2020) no capitalismo financeirizado é a centralidade da dívida. Enfatiza-se que, cada vez mais, é por meio das dívidas que a acumulação de riqueza prossegue: salários que caem abaixo dos custos necessários à reprodução somada às relações precarizadas de trabalhos, em substituição a trabalhos formais sindicalizados, resultam em gastos contínuos e aumento exponencial das dívidas. Em outras palavras, o capital hoje "canibaliza" o trabalho, disciplina os Estados, transfere riquezas da periferia para o centro e suga o valor das famílias, comunidades e natureza. (FRASER, 2019)

Nancy Fraser (2014; 2020) retoma Marx ao afirmar que o capitalismo promove uma mercantilização crescente da vida propriamente dita. A reprodutibilidade da vida se estende para além do tempo gasto na produção da mercadoria e transborda para o modo como se preenche o tempo livre do trabalhador. Fraser (2014) cita o conceito sobre excedente de Marx e o descreve como "[...] o fundo coletivo de energias sociais que excedem as necessárias para reproduzir uma forma de vida dada e para reabastecer o que se usa no transcurso da vida" (FRASER, 2014, p. 61).

---

[88] O presidente Jair Bolsonaro (sem partido), eleito em 2018, apresenta um governo ultraneoliberal que associou o desemprego no país ao "excesso de direitos trabalhistas". Defendeu as reformas trabalhista e previdenciária com a seguinte fala: "O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego ou menos direito e mais emprego" (BOLSONARO, 2019).

O mercado calcula o valor monetarizado sobre o modo como as pessoas preferem viver suas vidas, a relação que estabelecem com suas famílias e o tempo que se dedicam a elas, bem como pretendem viver o ócio e outras atividades. Há uma "[...] entrega dos assuntos humanos mais importantes ao mercado". (FRASER; JAEGGI, 2020, p.40) A relação que se estabelece com a natureza ou sobre o que se pretende deixar para as gerações futuras é pautada na valorização máxima do capital.

A diferença dos mercados no capitalismo é que são utilizados para distribuir bens de consumo, como outros mercados em geral, contudo, alocam os principais insumos da produção, dentre outras coisas, a partir da exploração e expropriação da força de trabalho e a disposição do excedente social. (FRASER; JAEGGI, 2020) Assim, as trocas de mercadorias que ocorrem no capitalismo penetram profundamente a vida social.

Ao tecer relações entre as mulheres a partir da descrição de suas histórias, observa-se que todas elas desempenham papéis de cuidados, tanto materiais quanto subjetivos, destinados a seus filhos ou a outras pessoas que transitam pela favela. Neste caso, reafirma-se que a organização da reprodução social se baseia em relações de gênero e se configura como uma questão predominantemente feminina. Ressalta-se que a reprodução social depende dos papéis de gênero e se sustenta a partir da opressão de gênero a serviço do binarismo e da heteronormatividade (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A casa de Dona Rosa organiza e coordena uma variedade de atividades de reprodução social: a água, o banho, as conversas, as roupas para doação promovem relações de trocas comunitárias e de ajudas mútuas entre as moradoras e aos *"nóias"* que circulam pelo território. Os cuidados de Violeta, destinados a seu filho e às crianças de Azaleia, formam uma rede de apoio que protege e sustenta laços comunitários frente às condições precárias de vida das famílias na favela. É a reprodução social que ocorre nas franjas do sistema capitalista e, embora invisibilizada, impede a ruptura dos laços sociais e mantém a formação e sobrevivência das novas gerações de força de trabalho. Assim, analisa-se que os mercados dependem dessas relações sociais não mercantis, pois fornecem suas condições de possibilidades de fundo: a exploração e a expropriação, ambas indispensáveis para a acumulação do capital.

As narrativas das mulheres da favela apresentam a escassez e a precarização das políticas públicas. Elas relatam sobre as graves consequências do desemprego estrutural e a busca reiterada por trabalhos intermitentes ou subocupações, que não suprem as necessidades básicas de subsistência de suas famílias. Neste contexto, a exploração e a expropriação caminham juntas e compõem o cenário analisado a partir de uma hierarquia de status: aos

trabalhadores explorados concede-se o status de cidadãos de direitos. Já os expropriados são objetificados, utilizados e descartados.

Quando as mulheres compartilham as notícias sobre as vagas de trabalho intermitentes e de subocupação, elas revelam seus esforços em se tornarem trabalhadoras exploráveis, a fim de superar as condições de uma população "inerentemente expropriável". Entretanto, resgata-se que a divisão racial no Brasil ocorre desde o período colonial. As mulheres indígenas e negras sempre trabalharam, obrigadas a promoverem reprodução social às famílias de seus proprietários: garantiam lucro a seus senhores, por meio dos trabalhos nas plantações, dos afazeres domésticos da casa grande, do uso reprodutivo e sexual de seus corpos e pela entrega de seus filhos, por vezes, vendidos separadamente de suas famílias a outros proprietários.

A contemporaneidade reatualiza o passado escravocrata ao observar as mulheres negras periféricas que lutam para cuidarem das próprias vidas; entre a falta de trabalho e as vagas precárias, são forçadas a aceitarem trabalhos mal pagos ou a custos muito baixos. Elas desempenham, em sua maioria, trabalhos relativos à reprodução social das famílias brancas: cuidam das crianças e da casa das patroas ou empregadoras.

Além disso, a expropriação está presente nos relatos de Dona Rosa e de Hortênsia ao descreverem a violenta ação policial no território. Trata-se de narrativas que descortinam algumas funções desempenhadas pelas mulheres na favela, como a de mediar as relações entre o tráfico e a polícia por meio de negociações, seja para encontrar os filhos desaparecidos, seja para resgatar seus corpos. Nesta perspectiva, observa-se que as mulheres orientam as crianças sobre o modo como devem comportar-se, uma socialização marcada pelo modo como as crianças devem agir em relação ao mercado ilegal de drogas e em relação à violência policial.

Ressalta-se que as famílias "inerentemente expropriáveis" têm cada vez menos condições de promoverem a reprodução social: o aumento do desemprego, a oferta de postos de trabalho que não garantem a própria subsistência, o aumento das dívidas, a precarização e a escassez das políticas públicas e a violência do Estado, por meio das ações policiais, compõem um cenário de luta cotidiana das mulheres que moram na favela. As atividades de auto provisionamento, as ajudas mútuas e os programas de transferência de renda estatais movimentam as relações não mercantilizadas, mas são insuficientes para sustentar as famílias semiproletarizadas.

Assim, o Tráfico de drogas se apropria da força de trabalho "excedente", convocando as mulheres para exercerem, em condições ainda mais ocultas e precarizadas, a reprodução

social que sustenta os laços comunitários, a manutenção e o reabastecimento da força de trabalho do mercado ilegal. Dona Rosa organiza e coordena ações de reprodução social, fornece cuidados aos moradores e aos usuários de drogas que transitam pelo bairro. Violeta cuida de seu filho e garante que esteja pronto para assumir cotidianamente seu posto de trabalho no Tráfico de drogas. As mulheres ensinam as suas crianças a não revelarem as transações do mercado ilegal que funcionam de forma naturalizada e permeiam as relações comunitárias. Negociam os corpos dos filhos que foram descartados pelo tráfico ou pela polícia, cuidam para produzir um desfecho às histórias mal encerradas que revelam sua condição de expropriável.

4. OFICINAS SOBRE GÊNERO: PERCEPÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inicialmente esta pesquisa foi desenvolvida em um território considerado vulnerável (conforme descrito no capítulo 3), a fim de configurar uma experiência de campo junto às moradoras de uma favela, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Nosso objetivo era compreender as demandas apresentadas pelas mulheres, usuárias das políticas de assistência social e residentes do bairro pesquisado. Neste sentido, fomos a campo com algumas perguntas norteadoras: como os temas de gênero impactavam as vidas cotidianas das moradoras da favela? Como as discussões sobre gênero estavam presentes no âmbito da assistência social? Como as mulheres, apesar de submetidas à opressão e à desigualdade, criam estratégias de resistência e sobrevivem?

Chamou-nos a atenção o fato de que as políticas de assistência social, mais especificamente as práticas do CRAS, estavam presentes na vida cotidiana das diferentes mulheres participantes desta pesquisa. Durante sete meses, semanalmente, enquanto estava em campo e conversava com as pessoas que por lá circulavam - crianças, adolescentes, jovens mães, idosas, usuárias de crack ou trabalhadoras - ouvia as diferentes narrativas relacionadas ao dia a dia daquelas que sobrevivem com coragem, mesmo constantemente expostas a contínuos processos de opressão e pobreza.

Embora durante o período eu não tenha encontrado nenhuma profissional das políticas de assistência social no território, elas estavam presentes nas histórias, nos ‘causos’, nas denúncias e nos pedidos de ajuda. Como, por exemplo, em conversas sobre a extenuante busca por trabalho. Buscavam vagas de emprego que coincidissem com os horários da creche, “[...] você já entregou seu currículo no CRAS?”, uma delas perguntou. Ou quando, em uma manhã, acordaram com a guarda municipal e com agentes da prefeitura munidos de uma ordem de despejo que retirou trinta famílias dos barracos. Uma das moradoras contou que, durante o processo, ligou para a assistente social para pedir socorro: “infelizmente”, a moradora narrou, “[...] a assistente social do CRAS não podia fazer nada” (diário de campo, 2018).

As crianças participavam da festa junina do CRAS e os adolescentes das reuniões do programa de transferência de renda Pró-Jovem. As mulheres não deixavam que as crianças

faltassem à distribuição diária da sopa, a qual ocorria em uma ONG que, com o corte de verbas[89], ficara sem atividades. A sopa era uma das poucas atividades ainda mantidas pela Secretaria de Assistência Social naquele equipamento público[90]. Entretanto, compreendemos que as políticas de assistência social imprimiram processos de subjetivação na vida das moradoras, pois as práticas eram anunciadas de diferentes formas cotidianamente. Assim, observamos que as moradoras conhecem as políticas de assistência social, conhecem os projetos e os serviços ofertados pelos equipamentos sociais. Embora algumas delas tivessem dificuldades em memorizar os nomes (chamavam o CREAS de "CRIE"), explicavam como funcionavam as reuniões das quais participavam semanalmente. Nesse contexto, optamos por incluir, na metodologia, um momento de diálogo com as/os profissionais da assistência social. Dessa forma, organizamos as oficinas com as/os trabalhadores da assistência, a fim de acrescer à análise desta pesquisa as percepções das/dos profissionais do SUAS sobre o tema.

Em um primeiro momento, a proposta das oficinas foi apresentada à secretária de Assistência Social do Município pesquisado. Posteriormente, apresentou-se o projeto aos profissionais executores das políticas de assistência, predominantemente profissionais dos CRAS e CREAS. Neste primeiro momento de apresentação, foram especificados os objetivos e a metodologia das oficinas, que versavam sobre as relações de gênero.

Foram realizados quatro encontros, com duração de uma hora e meia cada. Estiveram presentes profissionais das diferentes áreas: psicólogos, assistentes sociais, agentes socioeducativos, trabalhadores que atuam em diferentes equipamentos da assistência social (de baixa, média e alta complexidade) e também trabalhadores da saúde (participaram duas psicólogas que trabalham no Núcleo de Atendimento de Saúde das Famílias e Atenção Básica – NASF AB. Elas souberam das oficinas por intermédio das técnicas da assistência). O número de participantes das oficinas oscilou entre 9 e 11 pessoas durante os encontros.

Os trabalhos nas oficinas fundamentaram-se em metodologias reflexivas e dialógicas, com temas geradores de debate que abordavam questões como: relações de gênero, família e violência. Para tanto, foram utilizados: textos, dinâmicas de grupos, trechos de filmes e fotografias. Durante os encontros buscou-se identificar as percepções das/os participantes sobre o assunto.

---

[89] Aprovada a PEC 241ou PEC 55 que estabeleceu um teto para gastos públicos: políticas de assistência social; educação; saúde; por até 20 anos. Em 2016 a PEC foi promulgada no Congresso, Governo de Michel Temer.
[90] Eventualmente, outros equipamentos públicos desenvolviam oficinas aos moradores do bairro, como a UBS.

Nesta perspectiva, descreveremos a seguir os acontecimentos das oficinas para, posteriormente, desenvolvermos uma análise a respeito das percepções das/os profissionais dos SUAS sobre os temas debatidos ao longo dos encontros.

4.1- As Oficinas

As oficinas foram realizadas em um anfiteatro da Prefeitura, localizado em um parque público e me foram disponibilizados os equipamentos necessários para sua viabilização, como Datashow e caixas de som. Todos os encontros foram gravados e posteriormente transcritos para a análise dos dados. Os profissionais trouxeram café e bolo para os intervalos das oficinas, tendo sido bastante acolhedores e participativos durante os trabalhos. Alguns deles haviam estado presentes no dia da primeira apresentação sobre o projeto, mas outros ainda não o conheciam. Nesse sentido, iniciei o primeiro dia de oficina com a apresentação do projeto de pesquisa e dos objetivos que norteariam nossas atividades durante os quatro encontros.

4.1.1 Oficina 1- A Assistência Social é das Mulheres

A princípio, foram realizadas as apresentações (minha e do projeto), especificando os objetivos e a metodologia dos encontros. Em seguida, foram distribuídos aos participantes os Termos de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice III).

Após a explicação a respeito do termo de consentimento, o aceite e a assinatura dos participantes, realizou-se uma rodada de apresentação do grupo. Estavam presentes profissionais de diferentes equipamentos: do CRAS, do CREAS, bem como a coordenadora da Secretaria da Assistência Social do Município, a psicóloga do NASF AB e a coordenadora de um abrigo que acolhe mulheres vítimas de violência. Participaram do primeiro encontro dez pessoas, nove mulheres, e um homem. Havíamos combinado que, caso as pessoas não se sentissem à vontade, não era obrigatório fazê-lo, sendo assim, duas das participantes não se apresentaram.

Em seguida, apresentei, como tema gerador para debate, a afirmação: “A Assistência Social é das mulheres”. Esta frase foi proferida por uma profissional do CRAS em 2014

durante minha pesquisa de mestrado (TAFFARELLO, 2015). Perguntei ao grupo o que pensavam sobre a afirmação. Alguns participantes disseram que a frase era provocativa e controversa. A maioria deles considerou a afirmação como produto de uma construção social e histórica, corroborando os estudos de Piscitelli (1998). Suas explicações apontaram para uma concepção naturalizada a respeito da mulher, vista como aquela que ocupa lugares de cuidado na sociedade. Trouxeram alguns exemplos como: a presença predominantemente das mães nas reuniões da escola; o acompanhamento dos filhos nas UBS ou a predominância das mulheres nas reuniões dos CRAS. As reflexões produzidas pelo grupo iluminaram aspectos que reproduzem uma organização familiar pautada na figura de um pai provedor, associado a um lugar de produção: o lugar do trabalhador assalariado. E a mulher, por sua vez, é vista como aquela que exerce os cuidados domésticos da família.

> "[...] a assistência social atende um público geralmente de mulheres, até porque os serviços também ficam abertos durante o dia, e aí, são as mulheres que saem para fazer essas coisas."[sic] (Ana, 2019)[91].

Identifica-se nesse trecho uma idealização da mulher como aquela que está exclusivamente disponível para exercer as funções de cuidado em seu dia a dia. Trata-se de uma descrição sobre a mulher pensada a partir de uma romantização das classes dominantes, já que tal pressuposto não coincide com a realidade de grande parte das mulheres atendidas na Assistência Social.

Observa-se que este tempo para o cuidado destinado aos familiares também é reduzido na vida das trabalhadoras das políticas de assistência. Tal constatação corrobora a análise de Fraser (2019), ao interpretar a chamada "crise da família", geralmente compreendida como uma ideia de desorganização da dinâmica familiar, mas que, para a autora, está mais relacionada a uma redução das possibilidades de cuidado produzidas pelo capitalismo financeirizado. Segundo Fraser (2019), trata-se de um cenário que produz relações sociais e de trabalho pautadas na produtividade e exaustão do trabalhador, reduzindo, cada vez mais, suas possibilidades de reprodução social. Este dado será aprofundado ao longo deste capítulo.

Acrescenta-se à análise da afirmação acima uma concepção ideológica sobre a divisão entre o mundo do trabalho produtivo, atribuído aos homens, *versus* a reprodução social relacionada às tarefas de cuidado e manutenção dos trabalhadores, predominantes na

---

[91] [nome fictício],Informação verbal, profissional participante da Oficina 1, Município onfidencial, ScP, 05/04/2019.

esfera doméstica e atribuídas às mulheres. Segundo Federici (2017), esta divisão produz uma desvalorização das atividades sexualmente diferenciadas, cujas tarefas de cuidado passam a ser invisibilizadas e desvalorizadas. Assim, os trabalhos de manutenção e cuidados, mal remunerados ou não pagos, são considerados como "vocações naturais" ou "trabalhos de mulheres". (FEDERICI, 2017) Esta perspectiva ilumina a existência histórica de uma divisão sexual do trabalho no capitalismo, que também pode ser notada em uma segregação estrutural dos espaços de trabalho, como as políticas de assistência social ou a presença predominante de mulheres a serem atendidas pela assistência. Esta constatação apresenta-se em vários momentos nas narrativas proferidas pelas profissionais da assistência social.

Além disso, identificamos que alguns profissionais da assistência social percebem as mulheres "assistidas" pela política como aquelas que estão disponíveis às tarefas de cuidado e às atividades socioeducativas realizadas pelos equipamentos públicos. Cabe acrescentar que tal concepção reforça as assimetrias de poder que marcam as relações de gênero, existentes tanto na esfera doméstica quanto na esfera pública.

Ao analisarmos o cenário contemporâneo capitalista, identificamos que este convoca as mulheres ao mercado de trabalho. Com um aumento do desemprego e a redução das políticas sociais, as mulheres buscam diferentes estratégias para promover a subsistência de suas famílias. Elas são predominantemente chefes de família[92] e acabam assumindo jornadas duplas ou triplas em vagas de trabalho intermitentes e de subocupação. Acrescenta-se ainda que a inserção das mulheres nos programas de transferência de renda não supre os custos mínimos de vida, já que os valores dos benefícios não são suficientes[93]. Assim, muitas delas não estão inscritas em um mercado de trabalho formal, mas buscam estratégias informais de renda e trabalho para complementar seus recursos financeiros. Incluem-se nesta esfera as atividades de auto provisionamento (como horta, trabalhos de costura e manicure, venda de marmitas ou doces aos vizinhos etc.) e as redes de solidariedade (doações) presentes em algumas comunidades.

Neste aspecto, analisa-se que há um olhar ideologizado em relação à mulher. Ao mesmo tempo em que ela lida com as demandas vindas dos imperativos de cuidado, reforçadas cotidianamente pelas instituições e políticas públicas, confronta-se com um contexto de precariedade material. Neste sentido, as mulheres "assistidas" pelos programas de transferência de renda, ao mesmo tempo em que são convocadas a performarem cuidados,

---

[92] Cabe a elas o sustento financeiro da unidade doméstica.
[93] Cada família pode acumular até 5 benefícios, totalizando o valor de R$ 195,00 (BRASIL, 2020).

necessitam também suprir, por vezes sozinhas, as demandas materiais para garantir a subsistência de suas famílias.

> A contradição predominante enfrentada por muitas das mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa consiste em que a carga de feminilidade (ser submissa, subordinada ao homem, dependente e doméstica) está em franca desconexão com as necessidades cotidianas de suas vidas (a necessidade por exemplo, de luta pela sobrevivência diária). Complementarmente, para muitas mulheres da classe trabalhadora, a contradição se manifesta na ruptura entre a vontade de seus maridos (de que permaneçam em casa e sejam submissas) e a necessidade de reconhecimento de sua competência e autoestima. (SAFIOTTI, 2019, p.152)

Neste aspecto, não há dúvidas de que a socialização feminina é amplamente ambígua e aponta para um caráter contraditório dos apelos estruturados a partir de ideologias de gênero. Nessa esfera, identificamos que as mulheres cotidianamente negociam papéis como condição *sine qua non* para a sua própria sobrevivência. Dessa forma, uma mesma mulher apresenta condutas distintas para responder à mesma circunstância social, podendo esse comportamento representar uma acomodação ou uma resistência às situações de dominação e exploração de gênero (SAFIOTTI, 2019). Manobrar essas negociações permanentes representa estratégias de resistência muitas vezes sutis, inscritas nas rotinas da vida cotidiana.

Além disso, a distância que há entre o olhar ideologizado em relação à mulher trabalhadora e a realidade de sua vida cotidiana reforça um apagamento das diferenças de classe e de raça que estruturam os processos de opressão. Tal análise corrobora as noções de injustiça desenvolvidas por Fraser (2006), categorizadas de duas maneiras: a injustiça econômica (identificada pela exploração do trabalho, pela marginalização econômica e pela privação) e a injustiça cultural ou simbólica (em que há um ocultamento das experiências das mulheres exploradas e expropriadas).

Em relação à injustiça cultural e simbólica, observa-se que os profissionais da assistência social apresentam um silenciamento em relação ao debate sobre raça. Observamos, durante as oficinas, que o olhar para a experiência das mulheres atravessa uma única categorização: a de gênero. Nesse sentido, compreendemos que tal noção ignora as especificidades dos diferentes grupos. Em diálogo com Carneiro (2019), identificamos que este apagamento contribui para um não enfrentamento das questões relacionadas à opressão racial que estruturam a desigualdade social no Brasil. Assim, identificamos, nas narrativas que compõem os nossos dados da pesquisa de campo, que há um predomínio de uma única representação e interpretação a respeito da mulher: a mulher-mãe-dona de casa e dependente da assistência social.

Esta representação da mulher como dependente da assistência social é atravessada por uma análise a partir da categoria de raça. Pesquisas sobre a assistência social enfatizam que grande parte das mulheres atendidas no SUAS são negras (MARIANO, 2008; MOREIRA, 2018). No entanto observamos, ao longo das oficinas, que o debate sobre raça (embora problematizado pela pesquisadora) não apareceu na maioria das narrativas dos participantes. Nesse cenário, compreendemos que a percepção dos profissionais da assistência categoriza gênero a partir de um único olhar: o da mulher branca. Esse silêncio sobre as especificidades das mulheres negras e indígenas oculta questões relacionadas às opressões raciais e contribui para uma naturalização das mulheres negras enquanto usuárias das políticas sociais.

Davis (2017) analisa que a pobreza entre as mulheres sempre recaiu sobre os grupos historicamente oprimidos, contudo essa discussão foi aprofundada e alcançou o cenário público quando as mulheres de classe média ficaram submetidas à pobreza em função de separações conjugais e divórcios. A ampliação do debate sobre o fenômeno da pobreza só é reconhecida como uma questão legítima, a ser enfrentada, quando começa a afetar as mulheres brancas antes abastadas. "Contudo, as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade da privação econômica desde os tempos da escravidão" (DAVIS, 2017, p.30).

A representação de lugares de cuidado associada às mulheres perpassa o olhar das profissionais como aquelas que também atuam cotidianamente como promotoras de cuidados às populações atendidas. "[...] ela identifica a gente mais como mãe, né?"[sic], descreveu uma profissional ao relatar sobre o vínculo que estabeleceu com uma jovem em cumprimento de medida socioeducativa no CREAS. "A gente mostra para ela um papel de mulher, essa coisa feminina, falar sobre os direitos. Elas são tão negligenciadas, que ter uma relação boa, você se torna uma referência importante"[sic] (Luiza, 2019)[94].

Identificamos, na afirmação acima, que a maternidade está associada a uma concepção de cuidado, neste caso, desempenhada pela mulher, profissional da assistência. A figura da mulher, naturalmente ligada ao papel da maternidade, é amplamente discutida pelas autoras feministas. Um debate importante desenvolvido por Badinter (1985) desmantela a naturalização do mito do amor materno, apresentando-o como um sentimento humano e não como um instinto inscrito na natureza feminina.

---

[94] [nome fictício] também participante da Oficina 1, Município confidencial, 05/04/2019.

Além disso, o trecho da narrativa de Luiza dialoga com Piscitelli (1998), quando a autora debate sobre a mulher educada para obter um bom casamento, para gerir e cuidar dos filhos. Ela analisa que esta concepção interfere no desenvolvimento da menina que, ao longo da vida, internaliza uma expectativa em casar e ser mãe, função que é socialmente construída e continuamente reforçada. Biroli (2014) aponta que a mulher é relacionada a um ideal de afeto e amor, também presente na afirmação de Luiza. Em contrapartida, Biroli (2014) complementa que ao homem atribui-se o estereótipo vinculado à agressividade masculina. (BIROLI, 2014)

Correlacionando este debate com a narrativa apresentada pela trabalhadora da assistência, identificamos a seguinte equação: mulher-mãe-profissional da assistência social. Nesse sentido, compreendemos que há uma representação enquanto trabalhadora da assistência, apoiada em uma referência de feminilidade ao cuidar. É interessante refletir sobre a centralidade do cuidado na atuação dos profissionais das políticas de assistência, uma vez que, ao apresentar individualmente as análises realizadas pela pesquisadora sobre os dados coletados durante as oficinas, as trabalhadoras do SUAS enfatizaram que complementássemos: elas, por sua vez, não são cuidadas enquanto trabalhadoras. Esta percepção apresenta-se em outros momentos das oficinas e será aprofundada ao longo deste capítulo.

A figura da mulher, no trecho analisado, é associada a uma naturalização da maternidade, atrelada a uma ideia de cuidado, chamada pela participante como “essa coisa feminina”. Tal afirmação nos remete a papéis historicamente construídos e desempenhados pelas mulheres. Além disso, corrobora com Rago (2014), ao analisar que elas são preparadas para cuidar das famílias e para ‘regenerar’ a sociedade em geral. Retoma-se então que, em uma sociedade capitalista patriarcal, as mulheres são ensinadas a acolher, a cuidar, a educar, a acalmar e a servir (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2008). Esta afirmação também dialoga com as características levantadas por Saffioti (2004), que aponta para um processo de socialização das meninas vinculado a um “espírito de benevolência”, de abnegação, de bondade e de sacrifício.

Outro ponto que chama a atenção no trecho proferido por Luiza, é uma ligação entre as noções de direitos ligadas à feminilidade. Esta ideia nos remete ao debate das autoras Russo, Cisne e Brettas (2008), que remontam à história da inserção das mulheres nos trabalhos da assistência social. Ao serem inseridas na Legião Brasileira de Assistência – LBA, as mulheres expandem sua atuação, a princípio restrita ao espaço doméstico, para o espaço público. Compreendidos como um complemento do lar, os trabalhos sociais configuraram-se

a partir do cuidado com o próximo, a fim de garantir a manutenção da família e da moral, tarefas consideradas predominantemente femininas.

Dessa forma, analisa-se que, tanto no espaço doméstico quanto no público, as mulheres acabam sendo responsabilizadas pela reprodução social e, consequentemente, pela questão social. A fim de amortecer as tensões vinculadas à contradição existente entre capital e trabalho, tornam-se peça fundamental para a manutenção do sistema capitalista e de opressão. Apresenta-se, assim, a contradição: se por um lado a inserção das mulheres na assistência social está relacionada a um esvaziamento político no enfrentamento da questão social, por outro, ao serem inseridas nesse contexto, muitas despertaram criticamente para a política, contrapondo-se à ideologia conservadora.

Torna-se relevante destacar a fundamental participação política das mulheres nos movimentos sociais e na construção das políticas públicas, contrapondo-se ao mito da passividade feminina criticada por Rago (2014). Esta atuação das mulheres, embora significativa, muitas vezes é apagada por aqueles que contam a história. (SCOTT, 1995). Rago (2014) resgata a construção da representação da mulher no Brasil, especificamente da mulher operária, durante o período de industrialização (1890 a 1930). Neste cenário, ela analisa a resistência e o envolvimento delas nos movimentos sociais, contrapondo-se à representação simbólica da mulher-mãe-dona-de-casa que, a princípio, é incorporada pelas famílias mais abastadas e, posteriormente, estendida às famílias das classes trabalhadoras.

Nesse aspecto enfatizamos a narrativa de Luiza, analisada acima, e compreendemos que, ao mesmo tempo em que algumas mulheres estavam envolvidas em ações de caridade e de benesse que culminaram em práticas inspiradas no primeiro-damismo, outras ocupavam espaços de contraponto na produção de um contradiscurso, ao resistirem à lógica de uma dominação hegemônica.

Ainda a respeito das reflexões sobre a afirmação: “A assistência social é das mulheres”, João[95] apresenta uma análise que se divide em três esferas. A primeira esfera constituída pelas profissões que compõem as políticas de assistência social. O participante elencou o serviço social e a psicologia como áreas de conhecimento predominantemente exercidas por mulheres. Acrescentamos a presença das profissionais da pedagogia que, embora em menor número, remetem à histórica atuação da assistência social na educação infantil no país. (NERY, 2009)

[95] [nome fictício]Os nomes dos participantes foram trocados , garantindo o anonimato dos participantes.

Vale ressaltar que, diferentemente do serviço social e da pedagogia, os profissionais da psicologia foram inseridos posteriormente nas políticas de assistência. Vinculados às lutas por direitos humanos e por combate à desigualdade social, os psicólogos inauguraram sua atuação como profissionais das políticas sociais no final da década de 80. Entretanto, a grande porta de entrada dos psicólogos na assistência ocorreu a partir da estruturação do SUAS, com a sistematização da proteção social básica e especial. (YAMAMOTO, 2007)

A segunda esfera foi descrita pelo participante como a política de assistência social enquanto uma política pública em que estão as mulheres: "[...] quando a gente olha para essa sala vê que só tem eu de homem"[sic] (João, 2019). Essa afirmação corrobora a divisão sexual do trabalho e sua representação a partir de uma segregação dos espaços de trabalho. A política de assistência origina-se de ações assistencialistas, clientelistas e caritativas provindas das organizações filantrópicas, historicamente exercidas pelas mulheres.

Conforme já foi citado, a institucionalização do primeiro-damismo no Brasil exemplifica esse deslocamento da responsabilidade do Estado em lidar com a questão social para uma figura de bondade exercida pela mulher do governante (MENISTRER, 2001). Neste aspecto, concepções como "pobre é coisa das mulheres que têm coração e não do governo que tem a razão" são heranças da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942. (SOUZA NETO, 1993, p.77).

Nessa perspectiva, podemos retomar a discussão desenvolvida no capítulo 3 sobre a separação entre as esferas pública e privada, muito presente nos estudos críticos feministas. Fraser (2013) aponta que a naturalização desta divisão legitima a produção de estereótipos de gênero desvantajosos às mulheres, uma vez que a esfera pública é concebida a partir de uma visão 'universal' de razão e impessoalidade, enquanto a esfera privada é vinculada a uma ideia de domesticidade e de caráter pessoal. Neste sentido, as noções sobre cidadania estão mais próximas daqueles que ocupam a esfera pública do que daqueles que predominantemente estão vinculados às esferas domésticas.

Na prática, tal distinção apresenta-se na sociedade capitalista como atividades ligadas ao trabalho produtivo ou a atividades de reprodução social, ou seja, aquelas que não são pagas. Neste sentido, Fraser (2013) enfatiza que, ao não se considerarem estes papéis dotados de gênero, cujas funções contribuem para a manutenção do status quo, ignora-se a crítica de que as relações de poder estão presentes tanto na vida privada, quanto na vida pública: nos lugares de trabalho, nos espaços de debate, na participação política etc. Assim, a expectativa das mulheres e dos homens em exercerem determinadas profissões em detrimento de outras

não são decisões apenas individuais, mas construídas socialmente, reproduzindo aquilo que se compreende como atividades ligadas a feminilidades ou a masculinidades.

João descreveu ainda uma terceira esfera que compõem o campo da assistência social: a população que procura os serviços das políticas. Identifica-se, nas narrativas dos profissionais, um predomínio das mulheres, entre aqueles que buscam os atendimentos da Proteção Social Básica. Segundo a Política de Assistência Social, a proteção social básica é desenvolvida pelos CRAS e tem um caráter preventivo, ou seja, objetiva reduzir as situações de vulnerabilidade para que não se agravem e se tornem situações de risco pessoal e social. Neste contexto, os participantes concordam que predominantemente as mulheres são o público-alvo destes equipamentos.

Para a maioria dos participantes da oficina, os homens estão presentes nas políticas de assistência, mas concentram-se nos equipamentos de média e alta complexidade. Neste aspecto, os profissionais compreendem que os homens participam quando as situações de riscos pessoais e/ou sociais já estão instaladas nas famílias. Quando, por exemplo, há rompimento de vínculos familiares, como o caso de internação de adolescentes na Fundação Casa. Vale ressaltar que esses jovens, ao saírem da Fundação, são acompanhados por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo CREAS, onde cumprem as medidas socioeducativas em meio aberto: a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e/ou a Liberdade Assistida (LA). Os homens também estão presentes em situações que envolvem o acolhimento institucional de crianças e/ou adolescentes, por motivos diversos, como: violência, dependência química ou negligência familiar. Há também a predominância de homens nos serviços prestados pelo CREAS POP (equipamento que atua com pessoas em situação de rua).

Neste aspecto, pesquisamos os dados oficiais dos relatórios que registram os atendimentos mensais[96] dos CRAS, CREAS e CREAS Pop do Município em tela[97]. Os Formulários de Registro Mensal de Atendimentos - RMA diferem entre si de acordo com o equipamento e com o nível de complexidade da Política de Assistência (vide modelos dos Formulários de Registro Mensal de Atendimento – RMA – Anexo1). No relatório sobre os dados dos CRAS, observamos que o público-alvo dos atendimentos é descrito a partir da

[96] Dados sistematizados por meio do Formulário de Registro de Atendimentos Mensais – RMA realizados pelos equipamentos: CRAS, CREAS e CREAS POP e enviados ao Governo Federal. Estes formulários são padronizados pelo Governo Federal e preenchidos pelos equipamentos nos Municípios nos primeiros atendimentos, portanto, registram apenas os casos novos a cada mês. Em relação ao acompanhamento e às mudanças que podem ocorrer nas situações familiares, são registrados nos prontuários dos equipamentos. Não há um instrumental que avalie ou acompanhe o andamento e possível superação da família de situações de vulnerabilidade ou de risco pessoal e social.

[97] Últimos dados publicados no site do Município, 2018 [por acordo verbal de confidencialidade firmado entra a autora e a representante do Município, o link de acesso às informações não pode ser disponibilizado]

categoria “família”. Em relação aos atendimentos individualizados, o termo utilizado é “atendimento particularizado”. Vale destacar que o registro desses dados não apresenta uma separação por gênero, o que dificulta concluir se as mulheres efetivamente são as que mais buscam a Proteção Social Básica; embora os profissionais dos CRAS tenham relatado, ao longo das oficinas, que em suas intervenções, em trabalhos em grupos ou individuais, são as mulheres que predominantemente comparecem.

A categoria “família” também é utilizada nos documentos normativos das políticas de assistência social. Ressalta-se que a família é convocada como “parceira estratégica” na implementação das políticas sociais (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012). Considerada como “alvo preferencial” da assistência social, os autores Campos e Mioto (2003) apontam para as fragilidades e as contradições estabelecidas na relação entre o Estado e as famílias pobres. Ao mesmo tempo em que as políticas de assistência buscam superar a responsabilização da pobreza historicamente atribuída aos indivíduos, é sobre as famílias que recaem a responsabilidade de criar estratégias para lidar com os problemas e demandas inerentes à questão social. (NERY, 2008)

> [...] quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifestando-se de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores [...]. Os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e ‘disfunções’ cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de ‘retornar aos valores da família tradicional’ e aos ‘valores básicos’ (MÉSZÁROS, 2002, p.272).

Além disso, ao referir-se ao termo “família”, ignora-se que as relações de gênero estruturam as dinâmicas familiares. Neste sentido, é sobre as mulheres, predominantemente chefes de família, que recaem as demandas e as vulnerabilidades do grupo familiar. Nesse aspecto, quando se fecha uma análise dos atendimentos no âmbito da assistência social a partir da categoria Família, negligencia-se a presença das relações de poder na esfera doméstica que, por sua vez, se expandem a outras esferas da vida social. Assim, apagam-se as hierarquias que constituem as relações de poder dentro e fora das famílias. Trata-se de um cenário em que o Estado não só fiscaliza e controla as famílias pobres, mas também os corpos das mulheres e a sua capacidade reprodutiva a fim de extrair riqueza por meio da expropriação.

Neste contexto, compreendemos que o foco das políticas nas famílias corrobora a análise de Fraser (2019; 2020), ao enfatizar que, para além de explorar diretamente a “mão de obra”, o Estado ocupa-se em “acompanhar” aquelas que geram e reproduzem as novas gerações da classe trabalhadora. Ressalta-se que, longe de restringirem-se aos homens brancos

e aos heterossexuais, a classe trabalhadora é predominantemente composta por imigrantes, pessoas racializadas e mulheres (tanto cis como trans) (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). E os esforços do Estado se apresentam em adaptá-los a um único modelo familiar: o da família burguesa, patriarcal, branca e heteronormativa.

4.1.1.1 A invisibilidade das mulheres nos dados oficiais

Dessa forma, buscamos realizar uma análise dos dados publicados sobre os serviços dos CRAS, CREAS e CREAS Pop no Município em questão. Abaixo segue o Quadro 3, com os últimos registros publicados referentes aos atendimentos individuais realizados nos CRAS.

Quadro 3 – Atendimentos Mensais por CRAS em 2018

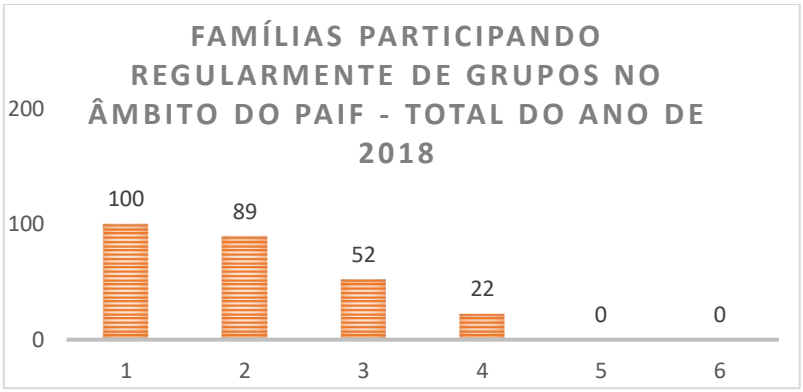
ATENDIMENTOS PARTICULARIZADOS EM 2018 POR CRAS E POR MÊS

	1	2	3	4	5	6	TOTAL GERAL
Janeiro	361	281	345	197	416	315	**1915**
Fevereiro	382	554	325	168	452	315	**2196**
Março	475	703	428	306	554	505	**2971**
Abril	503	758	414	520	460	372	**3027**
Maio	535	679	372	424	630	545	**3185**
Junho	608	625	437	390	553	573	**3186**
Julho	715	695	467	641	696	555	**3769**
Agosto	769	749	579	271	864	679	**3911**
Setembro	654	657	372	249	758	476	**3166**
Outubro	858	610	405	314	844	605	**3636**
Novembro	694	594	300	188	606	499	**2881**
Dezembro	573	413	223	181	630	219	**2239**
TOTAL GERAL:	**7127**	**7318**	**4667**	**3849**	**7463**	**5658**	**36082**

Fonte: Planilha de dados do atendimento da Assistência Social, 2018. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 referem-se aos CRAS.

O Quadro 3, acima, demonstra que mesmo quando há atendimento individualizado no CRAS, não há uma sistematização dos dados divididos por gênero. Esta organização oculta informações que nos permitiriam afirmar se a maior parte da população que busca o atendimento na proteção social básica é realmente a mulher. Identifica-se, no município estudado, que os registros são feitos em prontuários separados por famílias. Ressalta-se que a invisibilidade dos dados sobre gênero ignora a importância de sua compreensão para o planejamento e a implantação de políticas públicas no âmbito da assistência social[98].

Gráfico 1 – Participação das Famílias nos CRAS



Fonte: Planilha de dados do atendimento da Assistência Social, 2018. Os números 1, 2, 3, 4,5 e 6 referem-se aos CRAS.

O gráfico acima apresenta os dados sobre o registro de participação das famílias nos grupos desenvolvidos no Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, dividido por CRAS. Neste caso, a categoria Família é utilizada para nomear e registrar a quem se destinam os trabalhos realizados na Proteção Social Básica. Contudo, nos questionamos sobre quem realmente comparece ao atendimento e participa das ações? Mais uma vez, apontamos para uma invisibilidade dos dados registrados e publicados no que se refere a uma compreensão sobre as questões de gênero.

Nesse sentido, observamos que, caso as mulheres sejam de fato a maioria das pessoas que comparecem aos trabalhos realizados com as "famílias", há uma naturalização da mesma, pois a mulher é vista como aquela que indiscutivelmente é a responsável pelos cuidados familiares. Analisa-se que tal pressuposto é reforçado pelas políticas de assistência (que padronizaram os formulários de Registro de Atendimentos - RMA), pelos profissionais do SUAS, que registram os dados, e pelas próprias "usuárias", que criam estratégias a partir

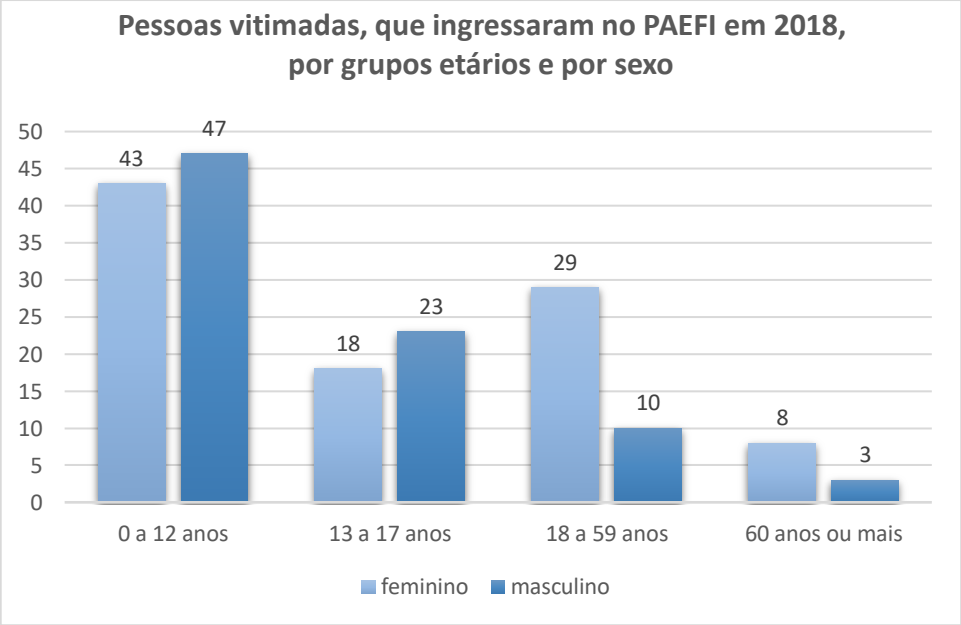
[98] Os gráficos que apresentam os dados dos serviços da Assistência Social do Município estudado estão publicados no site oficial da Prefeitura (2020). Tais dados foram retirados do Formulário de Registro de Atendimentos – RMA dos CRAS.

dessa expectativa e assumem este lugar de responsabilidade e cuidado em relação a todos os integrantes da família.

Durante a devolutiva da análise dos dados, realizada individualmente junto aos profissionais que participaram das oficinas, eles acrescentaram que estas informações foram retiradas dos Formulários de Registros Mensais de Atendimentos – RMA. Explicaram que se trata de um relatório padronizado e distribuído pelo Governo Federal a ser preenchido mensalmente pelos equipamentos CRAS, CREAS e CREAS POP. Tais documentos têm como objetivo registrar informações sobre os primeiros atendimentos, sistematizar e quantificar a entrada das famílias e/ou dos indivíduos nos serviços de assistência social.

Em contrapartida, ao analisarmos os relatórios estatísticos/analíticos dos trabalhos desenvolvidos pelos CREAS e CREAS POP, observamos que os registros de alguns atendimentos apresentam divisões que incluem as categorias de gênero "masculino" e "feminino". Neste caso, é possível afirmar que o gênero masculino é o público predominante em cumprimentos de medidas socioeducativas (L.A. e PSC). Acrescenta-se que o gênero masculino também é predominante nos trabalhos desenvolvidos à população em situação de rua. Além disso, eles estão presentes como vítimas em situações de violência intrafamiliar e negligência contra crianças, conforme os dados sistematizados nos gráficos a seguir.

Gráfico 2 – Pessoas Vitimadas Ingressantes no PAEFI, em 2018



Fonte: Formulário de Registro Mensal de Atendimento - RMA do CREAS, 2018.

O gráfico 2 aponta para uma caracterização da população vitimada que começou a ser acompanhada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, no CREAS. Observa-se que os últimos dados publicados estão divididos por gênero e idade, o que nos permite analisar que a maioria das pessoas, atendidas na Proteção Social Especial do Município em questão, são meninos entre 0 e 12 anos. Mesmo entre as vítimas que possuem idade entre 18 e 23 anos, a maioria é do gênero masculino. O número de mulheres vitimadas cresce com conforme o aumento da faixa etária, mulheres com idade entre 18 e 59 anos. Neste caso, os acolhimentos são, em sua maioria, o de mulheres vitimadas. O gráfico aponta que, entre a população idosa, as mulheres também são a maioria das vítimas acompanhadas pelos profissionais da Proteção Social Especial.

As informações sobre o acompanhamento das situações de violação de direitos são registradas e armazenadas nos prontuários das famílias nos equipamentos públicos. Portanto, cada equipe técnica tem autonomia para decidir quais são as informações relevantes a serem armazenadas a respeito das famílias. No entanto, observamos que o registro dos dados (conforme os gráficos publicados) acompanham as informações solicitadas pelo Governo Federal por meio dos Relatórios Mensais de Atendimentos – RMA.

Os profissionais da Assistência Social apontaram que a maioria dos jovens que cumpre medida socioeducativa no Município é do gênero masculino. Ao realizarmos a devolutiva dos dados aos profissionais da Assistência Social que participaram das oficinas, alguns trouxeram a informação de que houve um período em que o CREAS realizou reuniões após o horário comercial, e que tal experiência contribuiu para um aumento na participação dos pais nos grupos de acompanhamento das medidas socioeducativas.

4.1.1.2 A prevenção e o cuidado não fazem parte do universo masculino?

A questão da prevenção e do cuidado foi problematizado pelo grupo de participantes. “A gente sempre vê as mulheres nessa coisa de cuidar, cuidar da situação antes que ela se torne muito crítica, isso não faz parte do universo masculino” [sic] (Elaine, 2019). Os homens aparecem quando o risco já está instalado, “[...] acho também que a gente vive em uma sociedade em que o homem tem que ser forte, ele não pode ser fraco, ir lá procurar um

trabalho, um serviço mais preventivo que o CRAS oferece, né?!"[sic] (Elaine, 2019)[99].As profissionais levantam a hipótese de que há um aspecto cultural relevante ao tema.

Algumas participantes relataram que acham que as mulheres são vistas como aquelas que conseguem desenvolver melhor o diálogo, com maiores habilidades para apresentarem as próprias dificuldades. As práticas sexistas atribuem às mulheres a imagem daquelas que estão aptas ao diálogo, já os homens são vistos como aqueles que carregam a violência colada a seus corpos. Trata-se de uma ideia que corrobora as noções trabalhadas por Safiotti (2004), ao debater que as masculinidades estão associadas ao estímulo de condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem, em detrimento das noções naturalizadas de feminilidades vinculadas a comportamentos dóceis e apaziguadores.

E onde estão os homens? Os participantes das oficinas afirmam que as discussões sobre as famílias geralmente apresentam informações a respeito das mães e das avós, e os pais frequentemente não estão presentes. Descrevem situações de abandono, de relacionamentos rápidos que geram gravidez e situações de homens que desaparecem. Contaram também sobre o grande número de crianças que não têm o nome dos pais nos registros de nascimento. Algumas vezes eles são localizados para fazerem o teste de DNA, resultado do trabalho da equipe técnica em encontrá-los para pagarem pensão alimentícia às crianças. Esta percepção dos profissionais corroboram os estudos de Soares (2017) que descreve que os homens, quando mencionados, são identificados por sua ausência: por estarem presos; por abandonarem a família; por estarem internados em instituições de recuperação de dependência química; ou por terem sido assassinados. São ainda aqueles que passam mais tempo nos bares ou nas ruas (SOARES, 2017). Podemos afirmar que os homens, enquanto grupo, são afetados de maneiras desiguais pelos chamados privilégios e prejuízos das masculinidades. Neste aspecto, as categorias de classe, raça e sexualidade interferem no modo como as desigualdades são experimentadas pelos homens.

Cabe ressaltar que, algumas vezes, os acertos informais sobre como os pagamentos das pensões serão realizados ocorrem por intermédio de outras mulheres. Um dia em que eu estava na casa de Dona Rosa, presenciei uma dessas negociações. Neste caso, a avó paterna e a mãe das crianças haviam marcado para que a avó pudesse levar o dinheiro atrasado da pensão e algumas roupas aos netos. Neste caso, a avó paterna intermediou o acordo e a negociação da pensão, sem a presença do pai.

---

[99] [nome fictício] Informação verbal. Participante, Oficina 1, Município confidencial, SP ,em 05/04/2019.

> "[...] esse homem nunca está na educação desses filhos, nunca está dando esse apoio, essa parceria na educação, né? Quando chegam, já estão na alta complexidade, como agressores, como o companheiro da mãe que abusou da filha ou do filho dela. Então é o cara que aparece e entra na casa há pouco tempo, pratica uma violência contra aquelas crianças e ele vai aparecer como esse cara que não é ninguém, ele comete a violência, às vezes vai preso, às vezes some e só vai restando mesmo só as mulheres." [sic](Ana, 2019)[100].

A afirmação do trecho acima, que apresenta que "[...] só vai restando mesmo só as mulheres", relaciona-se à predominância dessas na reprodução social. Tal afirmação corrobora Fraser (2019) ao analisar que, na sociedade capitalista, a reprodução social se baseia nas relações de gênero, apoiada em práticas sexistas, que mantêm e perpetuam as relações de exploração e de expropriação das mulheres. Além disso, o trecho revela que as assimetrias de poder nas relações domésticas e de intimidade, por vezes, culminam em crimes de violência e de estupro no interior das famílias. Neste sentido, podemos retomar o debate sobre a divisão entre as dimensões pública e privada, seus entrelaçamentos e efeitos sentidos em ambas as esferas. Muitos abusos são perpetuados em nome de uma privacidade e da continuidade da entidade familiar. Esta diferença marca a crítica em relação à divisão entre as esferas públicas e privadas e legitima a importância da frase proferida pelas feministas da segunda onda na década de 70, que afirmavam que "o pessoal é político". Atualmente, refletindo sobre as teorias marxistas feministas, podemos acrescentar que "o pessoal e o econômico são políticos".

4.1.1.3 Os profissionais da Assistência e as Relações de Cuidado

A segunda frase geradora de debate, apresentada na primeira oficina, foi proferida por Gardênia (2019), moradora do território estudado, ao ser entrevistada pela pesquisadora.

"[...] e ficamos aí, nessa vida de cuida e descuida, cuida e descuida...".

A frase foi apresentada as/aos profissionais da Assistência, o grupo ficou em silêncio. O que acham? Quebrei o silêncio. "Muito verdadeira"[sic], respondeu uma participante. Ela começou a explicar que lembrou de si mesma. A participante relatou que tem um filho pequeno e que é um ritmo muito difícil. "[...] você cuida, você se esgota, tem que trabalhar, ser esposa, aí você descuida, percebe: 'opa descuidei', deixa eu pegar de novo essa

[100] [nome fictício] Informação verbal. Participante Oficina 1, Município confidencial, SP em 05/04/2019

força e cuidar de novo, porque, né? Ser mãe é muito cansativo"[sic] (Ana, 2019)[101] Ela acrescentou que talvez o problema esteja em não perceber o descuido, não ter esse "clique", não retomar as tarefas de cuidado.

Outra participante apontou para a relação profissional com as famílias atendidas. Ela relata que começa a fazer o acompanhamento de uma família em situação de risco, constrói um vínculo, mantém um acompanhamento e, de repente, tem de se dedicar a outra situação e se descuida do caso. Exemplifica: quando precisam tirar férias, conta que vivenciam essa sensação de: cuida, descuida, cuida, descuida. "Você tem mais meia dúzia de situações para correr atrás, aí você descuida. Tira férias, volta de férias e o caso permanece igual, vem denúncia do conselho tutelar e a coisa piora."; "Gera culpa" [sic] ((Luiza, 2019)[102], acrescenta. Os sentimentos descritos pelo grupo foram: culpa, fracasso, frustração.

Um primeiro aspecto a ser analisado é a redução das possibilidades de cuidado presente nas relações capitalistas. Embora a reprodução social seja fundamental para a manutenção da sociedade, ela é minada em ambas as esferas, tanto pública quanto privada (FRASER, 2019). Esta percepção é anunciada pelos participantes ao longo dos encontros. Eles apresentaram uma exaustão em relação às demandas de reprodução social, inscritas tanto em suas vidas familiares, quanto nas tarefas de cuidado inerentes aos trabalhos da assistência social.

Ao identificarmos os sentimentos de fracasso e de abandono apresentados pelos profissionais em seu contexto de trabalho, buscamos analisar as relações entre os funcionários públicos e o Estado. Laval (2020), ao aprofundar o debate a respeito do neoliberalismo a partir da teoria de Bourdieu (2001) descreve um cenário de Estado concorrencial, norteado exclusivamente em atender às demandas do mercado. Neste aspecto, o Estado funciona como uma empresa em que se busca o máximo de eficiência por meio de uma lógica concorrencial.

Tal fenômeno é expresso publicamente por meio do desmonte das políticas sociais e da reiterada precarização das condições de trabalho dos agentes públicos. (LAVAL, 2020) Neste sentido, observamos uma extenuante desvalorização dos profissionais da assistência, que lidam com um duplo constrangimento: a ideia de ineficiência, ao terem que desempenhar tarefas sem os recursos necessários e o peso da narrativa de que de suas ações representam um alto custo ao orçamento público. Além disso, há uma desvalorização de suas ações junto às comunidades e a iniciativas que privilegiam os aspectos coletivos.

---

[101] [nome fictício] Informação verbal. Participante na Oficina 1, Município confidencial, SP em 05/04/2019.
[102] [nome fictício] Informação verbal. Participante na Oficina 1, Município confidencial, SP em 05/04/2019.

Soma-se a esta análise o fato de que as políticas sociais nunca objetivaram enfrentar efetivamente a questão social; ao contrário, elas se fundamentam enquanto seu produto, objetivando amortizar as tensões sociais. (SPOSATI, 1990) Assim, os profissionais estão constantemente expostos às contradições, sem condições de contribuírem efetivamente com um enfrentamento das misérias materiais e morais da população atendida. Neste contexto, observamos que a dúvida sobre a efetividade das atuações era comumente expressa nas narrativas dos profissionais. Eles questionavam: será que nossas ações no campo das políticas sociais proporcionam uma melhora nas condições de vida das mulheres atendidas na assistência social?

Vale ressaltar que eles incluíram aos dados desta pesquisa a percepção de que, embora desempenhem tarefas de cuidados, são profissionais que não se sentem cuidados em seu contexto de trabalho. Corroborando Fraser (2019), compreendemos que a atual "deformação" nos cuidados não é acidental, mas está enraizada na estrutura da ordem social contemporânea. O fato de a acumulação capitalista não ter limites tende a desestabilizar o processo de reprodução social da qual depende. Além disso, podemos analisar que se trata de um conjunto de profissionais composto predominantemente por mulheres. Este fenômeno nos remete à histórica desqualificação e precarização das condições de trabalho destinadas à elas. Trata-se de um grupo que configura um espaço de trabalho onde estão as mulheres, as quais desempenham tarefas historicamente consideradas como femininas, inscritas em uma reprodução social. Neste sentido, analisamos que a falta de cuidado e a desqualificação deste espaço de trabalho está funcionalmente imbricado ao sistema de opressão de gênero que movimenta as relações capitalistas.

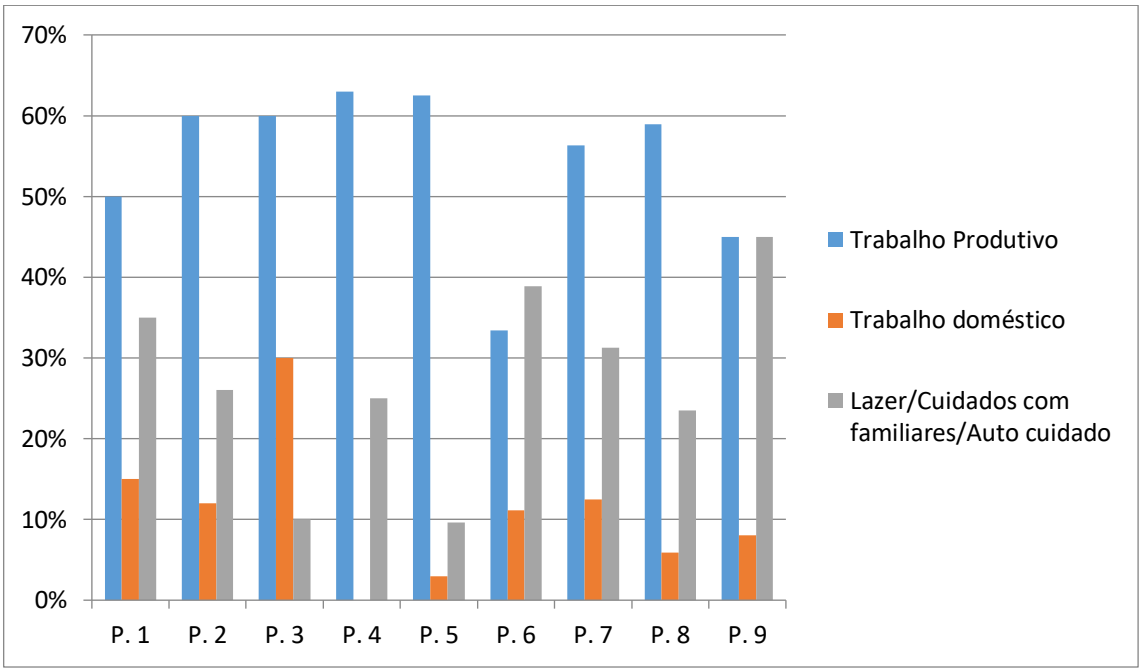
Além disso, vale ressaltar que, ao realizarmos as devolutivas aos profissionais, também constatamos que a maioria deles ocupava na ocasião outros postos de trabalho no âmbito da assistência social. Neste sentido, observamos que alguns participantes haviam sido transferidos para desempenharem outras funções, algumas delas centradas em tarefas administrativas. Compreendemos que, ao circularem pelos diferentes postos de trabalho na política pública, os profissionais buscam estratégias para lidar com as precárias condições de trabalho inscritas nas políticas de assistência social.

4.1.2 Oficina 2 – Por que falar sobre gênero?

O segundo encontro iniciou com a pergunta: “Por que falar sobre gênero?” Para estimular o debate, a pesquisadora passou o trailer do filme: A Fonte das Mulheres.

Em seguida, foi realizada uma dinâmica com a pergunta: como ocupo meu tempo? Os participantes deveriam escrever, em uma folha, a hora destinada a cada atividade realizada em seu dia. Ao descreverem as tarefas, surgiram os seguintes tópicos: Cuidado com os filhos; Horas de trabalho; Atividades domésticas; Autocuidado; Terapia/Estudo/Espiritualidade/Arte; Conversa com família e amigos; Horas de sono; Lazer; Atividade física; Cuidado com familiares (Quadro anexo – Apêndice 4).

Gráfico 3 – Como os profissionais da Assistência Social ocupam o tempo?



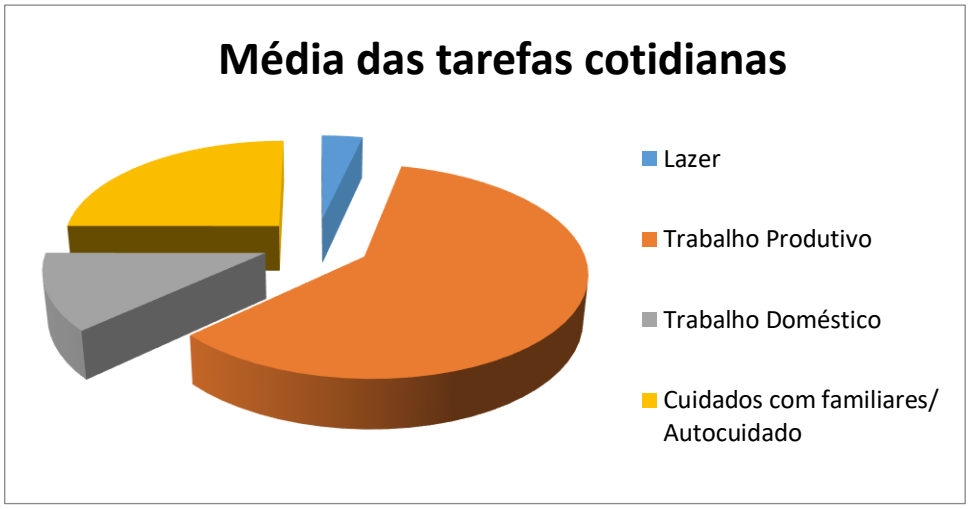
Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos profissionais participantes da Oficina 2, 2019.

A sistematização dos dados revela que os/as profissionais da assistência social ocupam a maior parte do seu tempo com atividades relacionadas a trabalhos produtivos, ou seja, tarefas vinculadas a um trabalho remunerado. O trabalho doméstico apareceu em menor número, o que nos faz refletir sobre algumas hipóteses. A primeira hipótese relaciona-se a uma invisibilidade do trabalho doméstico e das tarefas de cuidados. Assim, tais tarefas podem ter sido incorporadas aos hábitos cotidianos e não são reconhecidas enquanto ações significativas a serem elencadas. A segunda hipótese é a atribuição destas tarefas a outras pessoas, que são pagas para realizarem o trabalho de reprodução social. Geralmente, com a contratação de outras mulheres com salários baixos, as quais ficam responsáveis por cuidar da casa, dos filhos e/ou dos idosos. Durante a devolutiva dos dados, algumas profissionais

acrescentaram que elas contam com a ajuda de outras mulheres da família, como as avós e as irmãs. Ainda assim, atribuem-se a outras mulheres as atividades de reprodução social.

No gráfico a seguir, foram separadas as categorias: lazer, trabalho doméstico e relações de cuidado (consigo e com os familiares).

Gráfico 4 – Respostas dos profissionais da Assistência Social – Tarefas Cotidianas



Fonte: Elaborado pela autora a partir da compilação das respostas dos profissionais participantes da Oficina 2, 2019.

Vale destacar, por meio do gráfico acima, que os/as profissionais da Assistência Social apresentam um tempo reduzido em relação à reprodução social e às tarefas de cuidados. Ao participarem da dinâmica, demonstraram ficar surpresas ao perceberem que, assim como as mulheres que são atendidas nas políticas de assistência, também apresentam dificuldades em cuidarem da família e que, muitas vezes, a responsabilidade recai apenas sobre elas. Este debate contribui para uma compreensão sobre os modos de exploração inscritos no sistema capitalista financeirizado, que extraem ao máximo o tempo e a energia dos trabalhadores por salários que quase não garantem a subsistência.

No entanto, este debate nos remete a pontos bastante específicos que se diferenciam nas experiências apresentadas entre as profissionais e as mulheres assistidas pelas políticas de assistência social. Os estudos sobre a reprodução social apresentam como condição de fundo, ainda mais oculta do que as relações de exploração de trabalho produtivo, a dominação social por meio da expropriação. Contudo, enfatiza-se que há uma hierarquia de status entre os trabalhadores explorados: a alguns se concede o status de indivíduos e cidadãos de direitos. Já a população expropriada é objetificada, não é considerada livre, mas dependente, sem proteção política. Fraser (2020) analisa que estas diferenças de status coincidem com “raça”,

ou seja, trata-se de populações racializadas, consideradas "inerentemente expropriáveis". (FRASER, 2020, p.58)

4.1.3 Oficina 3 – Entre fronteiras

Para iniciar o terceiro encontro, foram apresentadas algumas autoras que discutem o feminismo e as relações de gênero, dentre elas Judith Butler, que esteve no Brasil em 2017 para participar de um seminário intitulado: "Os fins da Democracia" no SESC Pompéia, São Paulo. Na ocasião, a filósofa foi hostilizada por um grupo de manifestantes que se diziam contra a "ideologia de gênero", carregavam crucifixos e cartazes com os dizeres: "menos ONU, mais família"; "Butler bruxa" e "queimem a bruxa". (Folha de S. Paulo, 2017)[103] Ao fazer essa rápida introdução, as luzes se apagaram e o data show desligou. Saiu da sala de manutenção um homem vestido com um uniforme, provavelmente um técnico da prefeitura em seu posto de trabalho. Ele desculpou-se, pois havia desligado a energia sem perceber. As participantes riram, uma delas disse: "Eu me senti em Salem" (Diário de campo, 2018).

Ao tentar religar os aparelhos e retomar o debate, fui interpelada pela fala do rapaz que retornou à sala. Ele começou a falar ao grupo:

> [trabalhador, não identificado]: - Desculpem, a população é muito medíocre. As pessoas de outros países dão risada da nossa cara. A gente fica discutindo coisas que, ideologia de gênero, uma coisa que, parece que estamos no século XVIII ainda. Esse pessoal que assume um falso liberalismo, tem gente que acha que o Bolsonaro é liberal, ele não tem nada de liberal, está muito mais próximo daqueles que matam as mulheres em Salém. A gente está criando uma pobreza intelectual como nunca se viu. Uma pobreza extrema do ponto de vista intelectual, nós somos vergonha, chacota, o Brasil nunca ficou tão ridículo no mundo. Não sei qual é o trabalho de vocês, estou aqui me intrometendo, mas assim, a gente precisa alertar as pessoas para que o que precisa prevalecer é o conhecimento. Não adianta discutir se o cara, se a pessoa quer ser bi, gay, ou não, essa escolha cabe a ela, é do indivíduo e não dos outros. E assim, esses pastores brigando. As pessoas nem leem a bíblia mais. Eu comparo que a gente está entrando na idade das trevas. É, parafraseando Bernardo Rui, fazendo uma referência a Humberto Eco, se você ler o livro o 'O nome da Rosa', né. Esse é o raciocínio de Bernardo Rui que eu percebo, se não colocar para as pessoas de forma que, que elas entendam o que está acontecendo, nós vamos viver um caos neste país"[sic]
>
> [respondeu o participante 3 da Oficina] - Tomara que não, mas é passageiro, né? [sic]
>
> [disse, então o trabalhador] - Não é não. Vai ser duradouro, é uma situação muito dramática. A gente vê as situações nas universidades, a gente vê que o foco do

[103] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml? https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1934406-passagem-da-filosofa-judith-butler-br-por-congonhas-termina-na-delegacia.shtml , Novembro de 2017. Acessado em março/2018.

> conhecimento está sendo jogado fora sob um discurso falso e moralista de ética. Desculpe te interromper.[sic] (Oficina 3, 2019)[104]

As participantes agradeceram a fala do rapaz. Uma delas disse: “A luta é grande”[sic], outra acrescentou: “Obrigada pela participação especial”[sic]. Ele agradeceu e foi embora. Esta interrupção nos faz refletir sobre a amplitude do campo de pesquisa e sobre os diversos aspectos que impactam a experiência. Se por um lado, presenciamos um trabalhador ávido em compartilhar sua perspectiva crítica a respeito do cenário político do país, e nesse contexto, ele apresentou ao grupo sua profícua narrativa, contribuindo e fortalecendo as reflexões e debates até então produzidos nas oficinas; por outro, chamou-nos a atenção, o formato em que esta intrusão ocorreu. O trabalhador inseriu-se na cena e, apesar de pedir licença, não hesitou em interromper a pesquisadora para apresentar a sua opinião a um público composto predominantemente por mulheres.

A fim de retomar o encontro, foi apresentado ao grupo o poema de Glória Anzaldua (2010),

Nas fronteiras
você é um campo de batalha
onde os inimigos são parentes entre si;
você está em casa, uma estranha,
as disputas fronteiriças foram resolvidas
a saraivada de tiros abalou a trégua
você está ferida, perdida em ação
morta, lutando de volta;
Viver nas fronteiras significa
o moedor com a navalha de dentes brancos que quer retalhar
sua pele cor de oliva-avermelhada, esmagar seu miolo, seu coração
martelar você espremer você rolar você para fora
cheirando a pão branco, mas morto;
Para sobreviver às fronteiras
você deve viver sem fronteiras
Ser um cruzamento.

(ANZALDUA, 2010)

[104] Intervenção espontânea; Informação verbal. Diálogo entre um trababalhador [não identificado] da manutenção da prefeitura do Município estudado e os participantes da Oficina 3, Município confidencial,SP de 26/04/2019.

Compreendemos que viver nas fronteiras é estar entremeios, ser quem não deveria, estar onde não deveria, ousar sobreviver nos cruzamentos. Revela a violência que se corporifica na diferença e que marca as experiências. Narrativas fundamentalmente diferenciadas, nenhuma delas completa ou verdadeira. (SCOTT, 1998)

Rago (1998) corrobora Anzaldua (2010) ao utilizar o termo "fronteira" para descrever as experiências das mulheres a partir da construção de um contradiscurso. Para as autoras, as fronteiras representam as experiências de separação, de exílio, daquilo que é considerado "normal", "branco-correto". Ambas são autoras que debatem sobre as disputas de territórios, seja no campo da ciência (RAGO, 1998), seja no lugar que ocupa enquanto mulher e imigrante (ANZALDUA, 2010). Compreender estes cruzamentos a partir das experiências narradas pelas profissionais da assistência social configurou o objetivo da oficina.

Neste cenário, algumas participantes relataram que ocupam este lugar de fronteiras ao atuarem no social, descreveram que se identificam com aquelas que lutam contra as diferenças no combate à desigualdade social. Algumas profissionais afirmaram que as mulheres em geral estão às margens, mas nem sempre se reconhecem nesta condição.

Ao refletirmos sobre as fronteiras, identificamos que se trata de um termo que historicamente se relaciona a uma ideia de confronto. A princípio, esta categoria pode ser analisada a partir da representação de uma linha que separa as diferenças e as semelhanças espaciais geográficas. Entretanto, elas podem ser transpostas para além dos espaços físico-territoriais a fim de abarcar as relações humanas e os processos de reconhecimento em relação à "identidade" e às "alianças" (MARTIN, 1993; 1998).

> 'Em muitos momentos da minha vida, eu me vi em rodas de conversas com pessoas que não são dessa área, quando você começa a falar as pessoas pensam assim, que mundo é esse? Que Brasil é esse? Você não consegue entender aquela realidade, a gente ouve de uma forma diferente as histórias, porque aquela pessoa se desvinculou da família e está na rua, eu me vejo muito nessa fronteira por trabalhar no social.' [sic](Elaine, 2019)[105].

Ao discutirem sobre o lugar que ocupam enquanto sujeito político e trabalhadoras da assistência social, surge à dúvida: "será que é esse o trabalho mesmo que temos que fazer?" Compreendem que há um aspecto político que permeia os trabalhos no campo social e questionam: "Quem somos nós? Somos intrusas, o que queremos levar para elas? Será que significa algo para elas o que levamos?" [sic] (Ana, 2019)[106]. Algumas participantes apontaram para incertezas, relataram que não sabem se os trabalhos efetivamente propiciam

[105] [nome fictício] Informação verbal. Participante na Oficina 3, Município confidencial, SP, 26/04/2019.
[106] [nome fictício] Informação verbal. Participante na Oficina 3, Município confidencial, SP, 26/04/2019.

uma melhora na vida da população atendida. Estas indagações que, a um primeiro olhar, podem ser compreendidas como um "não saber", apontam para reflexões importantes e apresentam um elemento de transgressão às normas que operacionalizam a política na vida cotidiana das famílias. Trata-se de uma narrativa que transforma o discurso convencional e normatizado inscrito na política pública e nas práticas profissionais desenvolvidas no âmbito da assistência.

No entanto, ao nos questionarmos sobre como as mulheres em situação de vulnerabilidade sobrevivem frente aos processos de opressão, buscamos compreender como elas sustentam relações marcadas por fronteiras. Trata-se de relações marcadas por espaços de difusão e de limites, que ora se conectam e ora paralisam, ora são impermeáveis e ora estanques. Martin (1993; 1998), ao conceituar o termo fronteira na geografia, o apresenta como maleável, com limites porosos, que se movimentam de acordo com um determinado recorte de espaço e de tempo. Acrescenta-se que as fronteiras são funcionalmente fluidas de acordo com as circunstâncias e, dessa forma, apresentam um caráter de resistência. Nesta perspectiva, observamos que existem em nosso campo de pesquisa dois "territórios" distintos e relacionais, atravessados por estas fronteiras: por um lado, as profissionais da assistência social e, por outro, as narrativas das mulheres "usuárias" das políticas de assistência.

Este lugar de fronteira apresenta-se nas narrativas das profissionais, ao refletirem sobre as experiências que elas vivenciam junto às mulheres que são acompanhadas nos CRAS e CREAS. "Senti-me um pouco nessa fronteira, lembrei-me de uma mulher que tem três filhos, sofre violência, o marido tem envolvimento com o tráfico e ela é frequentemente espancada e estuprada." A profissional conta que sabe quais são os encaminhamentos a serem realizados: precisa fazer o boletim de ocorrência. "A moça diz que não quer fazer B.O., depois ela não terá proteção, ela sabe que se fizer boletim, ela morre. Não tem para aonde ir" [sic] (Maria, 2019)[107].

Neste caso, a negativa da moça em fazer o B.O. nos apresenta uma perspectiva marcada por fronteiras. Há uma diferença entre a construção das narrativas convencionais jurídico-institucionais orientadas pelos agentes do Estado e as narrativas das mulheres vítimas de violência que buscam desenvolver outras estratégias de resistência. Observamos que as fronteiras se referem a lugares ocupados pelos contatos nas relações e que favorecerem determinados núcleos de poder em detrimento de outros. Trata-se de relações que ora são representadas como "pontes", ora como "muralhas", dependendo das circunstâncias, da

[107] [nome fictício] Informação verbal. Participante da Oficina 3, Município confidencial, SP, 26/04/2019.

qualidade e da intensidade que envolvem as trocas. Uma das participantes descreve que se sente em dois mundos:

> "[...] lá no nosso mundinho ela faz B.O. e tal, estou tentando fazer uma ponte com a habitação, mas, na realidade, quando passo para a fronteira dela, se ela efetiva o encaminhamento, é morta." [sic] (Maria, 2019)[108].

Vale ressaltar que esta divisão entre os dois mundos se refere a um processo ideológico e não territorial que marca as diferenças e as fluidas relações de fronteiras.

Este conceito também nos ajuda a compreender a mudança sobre o olhar que se sustenta a respeito das dinâmicas comunitárias e a relação que se constrói entre os moradores do território e os agentes do Estado. Montero (2006) analisa, ao conceituar sobre as práticas comunitárias, uma dimensão ontológica que as divide entre agentes internos e agentes externos da comunidade. Esta separação simbólica perpassa as relações das profissionais da assistência e as moradoras do bairro estudado. Assim, as relações de poder inscrevem-se e circulam pelo território, entre aqueles que são de dentro da comunidade e aqueles que são de fora. Tal inscrição confere assimetrias de poder, facilmente reconhecidas em contextos comunitários, onde se legitimam cotidianamente processos de fiscalização e de controle do Estado em relação aos moradores.

No entanto, compreendemos que é na interface entre estas relações que as estratégias de resistência se configuram por meio de uma fluidez das fronteiras, que não só separam, mas também conectam, de acordo com as circunstâncias. Um exemplo a ser analisado é o da dinâmica comunitária do bairro pesquisado neste estudo. Ao apresentarmos as análises durante a devolutiva aos profissionais da assistência social, soubemos que funcionários da prefeitura começaram a desenvolver ações de prevenção e de acompanhamento aos usuários de substâncias psicoativas, no mesmo local em que estávamos realizando nossa pesquisa de campo com as mulheres assistidas pela assistência. Assim, a prefeitura instalou tendas com profissionais de saúde atuando no local diariamente. Entretanto, as descrições e as narrativas proferidas pela representante do poder público em relação aos moradores que circulam no território, diferem da realizada por esta pesquisadora. Chamou-nos a atenção, por exemplo, que as profissionais da prefeitura, que hoje estão *in loco*, relataram que não conhecem ninguém que desempenhe as tarefas com fundamental centralidade, como as descritas em nossa narrativa sobre Dona Rosa.

---

[108] Idem,ibidem.

Nessa perspectiva, consideramos que nem sempre as fronteiras correspondem a um retrato da realidade, esta sofre distorções e projeções que privilegiam mais um determinado ângulo do que outro. Vale ressaltar que esta mudança ocorre de acordo com os núcleos de poder e acompanham a mudança das circunstâncias. Assim, podemos afirmar que há mais ou menos desejo de contato ou de isolamento, dependendo das situações que marcam as relações de fronteiras. E a fotografia que temos da comunidade apresenta uma plasticidade que ganha contornos em um determinado espaço de tempo.

As fronteiras compõem um complexo mosaico que desaparece em alguns momentos, em outros se mantém e em outros, ainda, reaparecem. Portanto, a estaticidade daquilo que me ensinaram a ver a respeito das fronteiras se desfaz na sua própria constituição e assume um papel importante em nossa compreensão a respeito das dinâmicas comunitárias que vão para além do espaço geográfico-territorial.

4.1.3.1 Ser homem é ser uma pessoa no mundo, ser mulher é ser um subindivíduo[109]

Após o intervalo, uma das participantes pediu para que a pesquisadora "pegasse leve", e todas riram. A pesquisadora falou: "É possível pegar leve ao falar sobre gênero?"; riram novamente. A primeira tarefa do grupo foi responder à pergunta: quando descobri que sou mulher ou homem? O que aconteceu? Com quem eu estava? A pesquisadora distribuiu folhas sulfites em branco para que as/o participantes respondessem por escrito. Uma delas falou para o grupo que estava à sua volta: "[...] eu acho que não descobri ainda", riu. João, o único participante homem da sala, afirmou: "Eu sempre soube!" A narrativa de João corrobora Beauvoir (2016) quando ela afirma que os homens não duvidam, nem por um segundo, sobre os seus direitos no mundo. Não há dúvidas para aqueles que se identificam com o tipo humano absoluto: o tipo masculino.

> Um homem não começa nunca por apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente. (BEAUVOIR, 2016, p.11).

"Acho que, quando a pessoa tem um corpo diferente daquele que se identifica, ela deve pensar. Mas se você se identifica e está bem com seu corpo, você não pensa" [sic]

[109] Nota da autora: [Subtítulo nomeado *in memorian*] Frase proferida por uma das participantes das oficinas, que trouxe contribuições valiosíssimas para este trabalho. Para homenageá-la, a chamamos de Marielle. Ela faleceu meses depois das oficinas em um acidente de moto. Nunca nos esqueceremos de sua força e potência enquanto mulher, negra, militante, trabalhadora da assistência. Gostaria de agradecer por compartilhar seu conhecimento e luta conosco.

(Marielle, 2019). Marielle dialoga com Beauvoir (2016) ao expor o conflito presente no dualismo entre os sexos. O problema se coloca quando a mulher se recusa a ser o Outro, se recusa a estabelecer uma relação de cumplicidade e de vassalagem com o homem. As mulheres são lembradas a todo o momento de que são mulheres, de que têm útero e ovários, condição esta que as encerra em sua própria subjetividade. Os homens também têm em sua anatomia hormônios e testículos; entretanto, esta condição não os encerra em características que os desqualificam ou os limitam. Eles encaram "[...] o corpo como uma relação direta e normal com o mundo", ao passo que as mulheres são sobrecarregadas por tudo o que as especifica: enquanto obstáculo ou prisão. (BEAUVOIR, 2016, p.12) "Você precisa de autorização para fazer coisas básicas"[sic], afirmou Marielle.

O participante, que a princípio respondeu que sempre soube que era homem, questionou que não há como marcar um momento; afirmou que o compreende como um processo, construído gradativamente (João, 2019)[110]. A maioria das participantes concordou com a afirmação de João. Essa noção de processo também é desenvolvida por Beauvoir (2016): tanto as ciências biológicas quanto as sociais já abandonaram a ideia de fixidez e de imutabilidade que definem determinadas características consideradas como sendo de mulheres ou de homens.

Beauvoir (2016) contribui e enriquece fundamentações teóricas posteriores ao combater a ideia de que a anatomia é o destino. No entanto, acrescenta-se a famosa frase de Beauvoir (2016) "[...] torna-se mulher", uma crítica sobre a linearidade representada pela transição entre o sexo (biológico) para o gênero (social). Neste sentido, compreendemos que seria impossível que os participantes conseguissem traçar a origem do gênero, já que este se realiza por meio de uma atividade criadora que ocorre incessantemente. (SAFIOTTI, 1992) No entanto, buscamos, por meio desta tarefa provocativa, estimular o debate.

Assim, perguntamos ao grupo: Quando descobri que sou homem ou mulher? A partir das respostas dos participantes, realizamos a sistematização dos dados no quadro 4, abaixo, e posterior análise.

[110] [nome fictício] Informação verbal. Participante da Oficina 3, Município confidencial, SP, 26/04/2019.

Quadro 4 – Respostas dos Participantes da Oficina 4 à pergunta:
"Quando descobri que sou homem ou mulher?"

Quando descobri que sou homem ou mulher?
Quando menstruei
Quando engravidei da primeira filha
Gostava de brincar, virar estrela. Tinha a preocupação em não poder mostrar a calcinha
Sempre soube que eu era homem.
Estar brincando de pega-pega e ser chamada de café com leite pelos meninos
Não podia ir à aula de judô, só à de ballet
Na igreja, quando minha tia me explicou que eu tinha que ficar quietinha, pois eu era uma menina. A menina tinha que se comportar.
Não consigo lembrar.
Relato da família: na sala de espera da maternidade quando acendeu a luz rosa.
Jogando baralho com um primo e minha mãe viu minha bermuda suja de sangue. Tinha menstruado.
Percebia a "liberdade" do meu irmão e eu tinha que aprender a cozinhar e cuidar da casa. Tinha que me comportar.
Morávamos na periferia e minha mãe convenceu meu pai a mudar de casa, pois ali não era lugar para criar filhas.
Descoberta da sexualidade
"Clube do bolinha X clube da luluzinha"/ boneca X carrinho/ descoberta do sexo oposto - a diferença das genitálias.
Participava da igreja católica e tinha o sonho em desempenhar o papel do padre. Me contaram que eu não poderia, pois era mulher.
Primeiro dia de aula, com seis anos, fiquei triste pois as meninas ficaram longe de mim. Sentei com os meninos, eles eram estranhos.
Fiquei com vontade de fazer xixi, mas estava com meu pai, tive de ir sozinha ao banheiro. Meus irmãos faziam xixi em qualquer lugar.

Fonte: Respostas das participantes da Oficina 3, em 26/04/2019, sistematizadas pela pesquisadora.

A sistematização destes relatos nos revela uma compreensão sobre os atributos de gênero colados a uma representação dos sexos. Tal associação pode ser identificada nas narrativas que se referem à menstruação, à gravidez ou à descoberta da sexualidade. Estas escolhas configuram especificidades relacionadas à condição anatômica, o que anuncia associações naturalizadas entre o sexo biológico e os modos de ser mulher. No entanto, a

categoria de gênero não supõe correlação entre atributos biológicos e sexo, e sim revela o modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos, com trajetórias distintas, masculinas e femininas, mas não pelas diferenças de seus corpos, e sim, sobretudo, pelas expectativas em relação à experimentação sexual marcadas pelo gênero na tradição ocidental. Assim, Citelli (2005) nos lembra de que gênero e sexualidade estão necessariamente imbricados.

Além disso, observamos, por meio de algumas das afirmações acima, que as profissionais se percebem inseridas no mundo, enquanto mulheres, a partir de situações que as limitam ou as aprisionam. "É muito difícil, percebi que sempre tinha que lutar muito"[sic] (Marielle, 2019). Ou como a situação narrada pela participante que era "café com leite" todas as vezes que brincava com os meninos. Ela aprendeu desde pequena que, ao estar entre os homens, ela, enquanto mulher, era mais frágil. Outra situação é a percepção de "liberdade" atribuída ao irmão por uma das participantes, enquanto ela tinha que aprender a cozinhar ou a se comportar.

Os relatos apresentados pelas profissionais referem-se à história de um conjunto de relações, dialeticamente inserido em um conjunto de normas que são atravessadas pela moralidade. As narrativas são produzidas e ordenadas por contextos normatizados que impõem condutas generificadas sobre casamento, sexo, maternidade, infância. Neste sentido, o relato de si insere-se em uma temporalidade social, ou seja, o "eu" não se constrói separado das condições sociais e das normas morais condicionadoras. No entanto, narrar e compartilhar as histórias contribuem para a construção de um campo de conexões intersubjetivas, que ganham novos significados a partir daquilo que se conta a respeito de si e a respeito do outro (CAVARERO, 2000). Dessa forma, ao enunciar as falas, organizam-se as construções intersubjetivas a respeito da representação da mulher na sociedade e é nesta cena relacional e de reciprocidade, que se reconstroem as memórias as quais marcam as histórias e os corpos femininos, historicamente apagados. Neste sentido, há uma articulação entre as narrativas, que apresentam as diferentes formas de habitar o mundo, e o que se opera enquanto mudanças nos trajetos, nos pensamentos, nas condutas e também no acolhimento a outras mulheres.

> "Eu tinha que lavar a louça, aprender a costurar, tinha que não sei o que... Eu tinha dois irmãos, eu era mais velha. Acho que o peso era por ser a mais velha, bom, acho que também tinha o fato de ser mulher."[sic] (Ana, 2019)[111].

[111] [nome fictício. Informação verbal. Participante da Oficina 3, Município confidencial, SP, 26/04/2019.

As situações relatadas pelas profissionais da assistência demonstram que as meninas aprendem que é mais seguro estar em determinados lugares, como na esfera doméstica, a estarem "expostas" no espaço público. A mulher é ensinada a "cuidar", a "esconder" ou a "guardar" seus órgãos genitais para mais tarde "entregá-los" ao homem, o que reforça e consolida o tabu da virgindade. Como exemplo, a participante que narra que, quando menina, apesar de gostar de virar estrela, aprende que não pode, pois aparece a calcinha. Outro exemplo é a narrativa de uma das profissionais que relatou o seu desejo, quando criança, em brincar em um pula-pula de um parque itinerante, mas não o realizou, pois estava de vestido. Quando voltou no dia seguinte, de camiseta e bermuda para pular no brinquedo, o parque já havia se mudado para outra cidade.

Estas são histórias muito comuns às mulheres, que desde pequenas são ensinadas a abrirem mão de seus desejos e de seus gostos, em nome da moralidade e da repressão sexual convertida em uma ideia de castidade. Assim, ao mesmo tempo em que a menina se torna responsável por cuidar do próprio corpo e da genitália, inscrita na maneira como se veste ou como se comporta, também é responsável pelo que vai despertar nos homens, como o desejo sexual masculino. A satisfação dos desejos dos homens é coletivamente autorizada, e Safiotti (2004) enfatiza que eles são legitimados a perpetuar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isso, utilizem em alguns momentos da força física.

> "Era eu e minha irmã. Meu pai ficou supercontente de ter filhas. Ele tinha uma questão com o alcoolismo. Então eram três mulheres e ele era o único homem, ele oprimia bastante. Eu queria me sobrepor a ele, sempre tivemos muitas tretas, fui me construindo nessa ideia de ir para o oposto que as meninas iam. Andava de skate. A Igreja Católica fundou uma equipe missionária, oito pessoas, a gente levava muito a sério, só eu era mulher. Eram pregadores, percebi essas diferenças de gênero mais claramente, quando eu queria ser pregadora. Tinham as mulheres que pregavam, mas eram tipo fofinhas. Eu tinha uma crítica interna, percebi que sempre tinha que lutar muito, sem poder rezar a missa. Tinha tanta masculinidade me apertando, depois que a gente vê com os óculos feministas, fica difícil. Meu namorado falou um dia: 'mas você quer extirpar o machismo do mundo inteiro em mim'. Todo dia tem várias experiências que me colocam nesse lugar ruim, acho importante pensar a positividade e se fortalecer em um grupo. Às vezes você fala e realmente a pessoa não consegue entender, você precisa de autorização para fazer coisas básicas. Ser homem é ser uma pessoa no mundo, ser mulher é ser um subindivíduo" [sic] (Marielle, 2019)[112].

Este trecho corrobora os escritos de Beauvoir (2016) que afirmam que a humanidade é masculina. A autora argumenta que a mulher é definida a partir de sua relação com o homem, assim, ela não é considerada um ser autônomo. "O homem é pensável sem a mulher.

[112] [nome fictício, informação verbal.Oficina 3, Município confidencial, 26/04/2019.

Ela não sem o homem.". (BEAUVOIR, 2016, p.12) Neste sentido, Beauvoir (2016) complementa que a mulher se determina e se diferencia a partir de sua relação com o homem, ou seja, ele é o sujeito, o absoluto, já a mulher é o outro. Esse dualismo entre "O Mesmo" e "O Outro" pode ser percebido na divisão entre os sexos, nas concepções de ciência que privilegiam objetividade *versus* subjetividade, interno *versus* externo, direita *versus* esquerda, dentre outros dualismos inscritos nas concepções modernas. Tal alteridade apresenta-se como categoria fundamental para compreender o pensamento humano ocidental.

As narrativas das participantes descortinam uma compreensão a respeito das experiências vividas no âmbito privado. Trata-se de cenas cotidianas que relatam sobre os modos como as relações se configuram no interior das famílias. No entanto, essa dualidade entre a esfera pública e a esfera privada desconsidera que há implicações diferenciadas para mulheres e homens na construção dos direitos individuais na modernidade. A concepção é o de uma esfera pública homogênea. Tal perspectiva silencia a existência de públicos distintos e conflitivos, além de isolar o aspecto político presente nas relações de poder que compõem a vida cotidiana.

4.1.4 Oficina 4 – Devolutivas

Esta última oficina objetivou identificar como as participantes e o participante avaliaram os encontros. Os profissionais da Assistência Social escolheram imagens que para eles representavam as oficinas (Apêndice IV) e depois compartilharam com o grupo suas impressões.

As devolutivas giraram em torno de novos aprendizados, da importância em compartilhar o conhecimento: uma possibilidade de retomar as próprias memórias, experiências que ficaram marcadas pela desigualdade de gênero; um espaço para refletir sobre questões que muitas vezes não estão à mostra, mas que precisam ser olhadas; os desafios vivenciados no cotidiano do trabalho, principalmente os que envolvem as temáticas de gênero.

As colocações revelaram a multiplicidade de caminhos que ora se encontram, ora não; as diferenças de cada um, que interferem nas relações cotidianas; a importância em

reconhecer os próprios limites, reconhecer aquilo que já se sabe e aquilo que precisa ser melhorado.

Uma das participantes escolheu a figura de uma margarida em uma terra árida e com rachaduras: na imagem, a flor perde suas pétalas. A metáfora das pétalas caindo foi relacionada pela participante como os próprios profissionais atuando em seu cotidiano de trabalho, como aqueles que se desfazem de seus preconceitos para construírem uma visão mais ampla, para se renovarem.

Enquanto ela criava as metáforas a partir da imagem, um dos participantes pontuou: “cuidado que, se caírem todas as pétalas, não sobra flor” [sic]. (Diário de campo, 2019) Ela respondeu que, se caíssem todas as pétalas, nasceria outra flor no lugar, com outra energia. A participante enfatizou que era importante se desfazer dos próprios preconceitos: “a flor renasce de outra forma, com novos conceitos” [sic].

Outra metáfora utilizada para os encontros foi a construção de um caminho a partir das escolhas, mas que nem sempre as escolhas fazem bem e isso não quer dizer que seja algo ruim: “a gente pode renascer das nossas escolhas e se fortalecer nelas” [sic].

5. SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CRUZAMENTO DE DADOS COLETADOS NO CAMPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa qualitativa que buscou analisar, a partir de uma experiência de campo, como as mulheres assistidas pelas políticas de Assistência Social criam estratégias de resistência e sobrevivem aos processos cotidianos de opressão de gênero, quando submetidas a situações de injustiça econômica e cultural. Além disso, buscamos identificar ao longo desta pesquisa, em outra esfera de análise, a percepção das profissionais de assistência acerca do debate de gênero, a fim de compreender como estas noções atravessam as práticas das políticas sociais. Neste capítulo, realizamos um cruzamento entre os dados coletados no campo de estudo para desenvolver nossa análise teórica.

Neste contexto, a fim de respaldar nossas reflexões a respeito do campo, buscamos compreender como as pressões produzidas pelo funcionamento do capitalismo, imbricadas na relação entre o Estado e o Mercado, promovem condições precárias de vida. Consideramos,ao longo dessa pesquisa, que tais condições impactam, sobretudo, nas experiências cotidianas das mulheres. Cabe destacar que são as mulheres, por meio do trabalho da reprodução social, que garantem a manutenção dos laços sociais e de solidariedade. São elas que promovem as condições para o nascimento e a sobrevivência das novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores. Acreditamos, neste aspecto, que as mulheres carregam, em suas narrativas, possibilidades de apreensão da relação corpo-território, classe social, sexismo e racismo, debates indispensáveis para o desenvolvimento da crítica ao sistema capitalista.

Nessa perspectiva, salientamos a centralidade do conceito de reprodução social desenvolvido por Fraser (2019), para compreendermos os processos de exploração e expropriação, inscritos em uma morada ainda mais oculta, como resposta às demandas de acumulação de riqueza. Dessa forma, a nossa análise parte do esquema conceitual desenvolvido por Fraser (2019), que se fundamenta nas relações entre o Estado, o Mercado e a Reprodução Social. Contudo, incorporamos outros elementos presentes no campo de pesquisa, como o Tráfico de drogas, as famílias de mulheres e as relações de cuidados e descuidados, os quais, ao mesmo tempo em que sustentam os processos de opressão, também, por vezes, constituem estratégias de resistência que se opõem à precarização da vida. Explicaremos estes fenômenos a seguir.

Figura 2: Mulheres e Rerodução Social

Fonte: Esquema conceitual desenvolvido pela pesquisadora..

Observamos que o Estado assume um papel fiscalizatório e de controle das populações pobres, seja por meio da insegurança e da militarização da ordem urbana, seja pela criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, pelo crescimento do encarceramento da população negra e pobre, pelas práticas das internações compulsórias dos usuários de drogas ou pelos assassinatos dos jovens negros, moradores da favela. Neste sentido, ressaltamos que nossa análise não se restringe a uma compreensão a respeito de um "Estado Mínimo", já que, ao mesmo tempo em que o Estado foi retirado de algumas regiões para beneficiar o mercado, em outras áreas, mais periféricas, ele permaneceu para desempenhar sua função repressiva e disciplinar. (LAVAL, 2020; FELTRAN, 2014)

Além disso, compreendemos que o Estado concretiza, cada vez mais, seu projeto neoliberal de desmonte das políticas públicas no país. Ele se organiza a partir de uma lógica concorrencial, como as empresas, com foco em "reduzir custos" e "aumentar a eficiência". Este percurso pode ser identificado ao retomarmos, em nossa pesquisa, a gradual construção das políticas sociais no Brasil e sua posterior desconstrução. Atualmente, com ênfase na desqualificação das políticas e dos direitos sociais, assistimos à ruína das políticas de Assistência Social, principalmente durante os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. É nesse contexto social e político, de congelamento dos gastos públicos e de aprovação das contrarreformas neoliberais (dentre elas a reforma trabalhista), que analisamos o nosso campo de pesquisa. Conforme nos relatou Dona Margarida sobre o fechamento da única ONG que desenvolvia projetos para crianças e adolescentes na favela: "Menina, vou te falar uma coisa, viu?! Acabou foi tudo. Coisa que não era para acabar, acabou"[sic].

Acrescentam-se a esse cenário a precariedade do trabalho e o alto índice de desemprego que dificultam ainda mais as condições de vida das mulheres. Convocadas ao mercado de trabalho para assumirem vagas de subocupação ou de trabalhos intermitentes, com salários abaixo dos custos necessários à sobrevivência, as mulheres, em sua maioria chefes de família, enfrentam o abrupto aumento no número de horas trabalhadas e exacerbação das jornadas duplas ou triplas de trabalho.

Vale ressaltar que, mesmo quando as mulheres são inseridas nos programas de transferência de renda, os valores dos benefícios não são suficientes[113] para suprirem os custos mínimos de vida. Assim, muitas delas não estão inscritas em um mercado de trabalho formal, mas buscam estratégias informais de renda e trabalho para complementar seus recursos financeiros. Incluem-se nesta esfera as atividades de auto provisionamento (como horta, trabalhos de costura e manicure, venda de marmitas ou doces aos vizinhos etc.) e as redes de solidariedade (doações), ambas utilizadas pelas mulheres no território pesquisado.

Neste contexto, buscando responder às pressões tanto do Estado quanto do Mercado, são predominantemente as mulheres que desempenham as tarefas de reprodução social. Ou seja, ao mesmo tempo em que necessitam atender às demandas vindas dos imperativos de cuidado, reforçadas cotidianamente pelas instituições e políticas públicas, elas administram a precariedade material e as dívidas da família. A questão das dívidas é apontada por Fraser (2019) como mais uma estratégia de extrair valor das famílias expropriadas; em nossa análise, valor extraído das mulheres.

Em nossa pesquisa, observamos que, embora a reprodução social esteja presente tanto na vida cotidiana das mulheres moradoras da favela, quanto nas narrativas das trabalhadoras da assistência social, há diferenças e especificidades que nos permitem analisar a partir de duas esferas: a experiência "entre" e "com" as mulheres da favela e a experiência "entre" e "com" as trabalhadoras e o trabalhador da assistência social. Contudo, também encontramos pontos de convergência entre estes dois campos, inscritos nas diferentes relações que oscilam entre o cuidado e o descuidado. Em ambos, observamos o impacto da redução das possibilidades de cuidado, produzida pelo capitalismo. Ao mesmo tempo em que há uma necessidade constante de cuidar, também há uma precariedade e impossibilidade que produz o descuidado. Neste sentido, ora trata-se de responder ao imperativo: "Cuida!" Ora, descuida, pois, é assim que se configura a manutenção e o funcionamento das relações, nesta realidade esfacelada de vidas precarizadas.

---

[113] Cada família pode acumular até 5 benefícios, totalizando o valor de R$195,00 (BRASIL, 2020).

Localizamos o Tráfico de drogas na fronteira entre o Estado e o Mercado, já que se trata de uma atividade ao mesmo tempo mercantil e ilegal. Em nossa pesquisa de campo, analisamos que as mulheres da favela também são demandadas a responder às pressões do tráfico, o qual se apropria da força de trabalho "excedente" e convoca as mulheres para exercerem, em condições ainda mais ocultas e precarizadas, a reprodução social. Nesse sentido, são elas que sustentam os laços comunitários, promovem a manutenção e o reabastecimento da força de trabalho do mercado ilegal.

Nesse cenário, descrevemos o papel da Dona Rosa, que organiza e coordena ações de reprodução social, fornece cuidados aos moradores e aos usuários de drogas que transitam pelo bairro. A senhora Violeta cuida de seu filho e garante que esteja pronto para assumir cotidianamente seu posto de trabalho no Tráfico de drogas. As mulheres moradoras ensinam as suas crianças a não revelarem as transações do mercado ilegal que funcionam de forma naturalizada e permeiam as relações comunitárias. Além disso, incluem-se também as mulheres que negociam os corpos dos filhos que foram descartados pelo tráfico ou pela polícia, elas continuamente cuidam para produzir um desfecho às histórias mal encerradas e a manutenção da memória.

Dessa forma, revelam-se em nossa experiência de campo pontos de fricções e de lutas. Analisamos que as relações de ajuda mútua e de solidariedade, presentes nas narrativas de Violeta e Azaleia, demonstram que as mulheres desenvolvem estratégias de resistência frente aos processos de exploração e de expropriação, ancoradas nas relações de gênero. As rodas de conversa na casa de Dona Rosa, por exemplo, configuram um espaço onde as mulheres compartilham suas histórias e se acolhem, transcendem o caráter atomizado e individual e ainda encontram ressonâncias em aspectos coletivos. Isso pode ser constatado quando Dona Margarida consola Dona Rosa sobre a situação de seus três netos que estavam presos. "Dona Rosa, *nóis* não tem culpa de nossa *famia* hoje *tá* assim, não tem"[sic] e ela acrescenta "[...] não é tão culpa da gente, é mais culpa do governo, que não botou mais coisas *pra* essas crianças se *envolvê*" [sic] (Diário de campo, 2019).

Outro exemplo de resistência é a incansável busca de Hortênsia por seu filho desaparecido. Ela evidencia, por meio de suas denúncias, as condições desiguais que atravessam os territórios e os corpos. Além disso, Hortênsia revela o desinteresse do Estado em apurar a morte e o desaparecimento do corpo; contudo, não desiste de reivindicar o direito a memória de seu filho. "Eu não vou descansar até ver preso, quem fez isso com o meu filho" [sic] (Hortênsia, 2020).

Fraser (2020) utiliza a expressão *lutas de fronteiras* para descrever estes confrontos, que friccionam pontos onde a produção encontra a reprodução, a economia encontra a política e a natureza humana encontra a natureza não humana. Para a autora, essas lutas se expressam por meio de transgressões que surgem como resposta ao funcionamento do capitalismo.

Esta ideia de fronteiras contribuiu para nossa compreensão, ao longo da pesquisa, sobre o modo como as relações marcam as dinâmicas comunitárias. Nesse sentido, dependendo das circunstâncias e dos núcleos de poder envolvidos, a intensidade e a qualidade das trocas ora se estabelecem como "muros", ora se estabelecem como "pontes". Assim, analisamos que as relações são atravessadas por uma porosidade, de forma que interpelam os laços e configuram as estratégias de resistências. Isso pode ser percebido na relação que se estabeleceu entre pesquisadora-moradora quando, em um dia, as mulheres relatavam suas experiências com riqueza de detalhes, mas, em outros momentos, quando a pesquisadora pedia para participarem de uma entrevista a ser gravada, por exemplo, elas, apesar de aceitarem, desmarcavam e/ou desapareciam. São fronteiras que não permanecem estáticas, já que em alguns momentos delimitam e em outros se expandem.

Em outra perspectiva, podemos transpor este conceito de fluidez de fronteiras para compreendermos a maneira como a comunidade se apresenta aos agentes do Estado. Vale ressaltar que é na interface entre estas relações que as resistências se expressam. Assim, confere-se uma plasticidade às dinâmicas comunitárias, que ganham diferentes contornos, dependendo dos atores e atrizes sociais envolvidos. Constatamos, por exemplo, que a comunidade apresentou aos agentes do Estado uma fotografia diferente do que esta estudada pela pesquisadora. No relato dos agentes, que desenvolveram intervenções no território posteriores a esta pesquisa de campo, a Dona Rosa não existe. A nosso ver, trata-se de uma estratégia de resistência, onde as fronteiras compõem um complexo mosaico, já que ora elas desaparecem, ora se mantêm, mas, em outros momentos ainda, reaparecem.

Neste sentido, incluímos, nesta pesquisa, outra esfera de análise a partir da percepção dos profissionais da Assistência Social. Vale ressaltar que ainda nos referimos a um campo constituído predominantemente por mulheres, as quais desempenham tarefas de cuidado. A elas cabem: "acolher", "acompanhar", "assistir", "orientar", "encaminhar", "conceder benefícios", dentre outras práticas. Trata-se de mulheres que também são convocadas a obedecer à fixidez dos papéis tradicionais de gênero. Assim, compreendemos que, tanto no espaço doméstico (no interior das próprias famílias), quanto no espaço público (no contexto de trabalho), as profissionais da assistência acabam responsabilizadas pela reprodução social e, consequentemente, pela questão social. Neste aspecto, tornam-se, enquanto agentes do

Estado e enquanto mulheres, indispensáveis ao sistema capitalista, ao atuarem para amortecer as tensões e os conflitos sociais, advindos da agudização da pobreza e das desigualdades no país.

Em contrapartida, elas relatam, em nossa pesquisa, sentirem-se abandonadas pelo Estado e sem recursos para desempenharem suas tarefas junto à comunidade. Neste sentido, observamos uma extenuante desvalorização dos profissionais da assistência, que lidam com um duplo constrangimento: a ideia de ineficiência, ao terem que desempenhar tarefas sem os recursos necessários, e o peso da narrativa de que de suas ações representam um alto custo ao orçamento público. Neste cenário, refletimos sobre a divisão sexual do trabalho que marca a desqualificação destas relações laborais. Trata-se de um grupo inserido em um espaço de trabalho onde predominantemente estão as mulheres, as quais desempenham tarefas de reprodução social historicamente consideradas como femininas e invisibilizadas. Assim, analisamos que a falta de cuidado e a desqualificação desse espaço de trabalho estão funcionalmente imbricadas ao sistema de opressão de gênero, o qual movimenta as relações capitalistas.

Neste aspecto, compreendemos que, em alguns momentos, as trabalhadoras da assistência social aproximam-se das experiências das moradoras da favela. Um exemplo é a redução das possibilidades de cuidado que impactam as experiências cotidianas dos diferentes grupos de mulheres. Elas são convocadas, em diferentes contextos, a desempenharem atividades de reprodução social, mesmo diante de um cenário em que as capacidades sociais para o cuidado permanecem reduzidas e desvalorizadas. Trata-se de fenômenos que podem ser analisados, em nossa pesquisa, em três dimensões: na vida cotidiana das moradoras, na vida pessoal das profissionais e no campo de atuação das trabalhadoras da assistência. Dessa forma, a fim de abarcar estas três esferas, representamos, em nosso esquema conceitual, todas as mulheres participantes dessa pesquisa como “família de mulheres em condições precárias”, que precisam atender aos imperativos normativos de cuidados, em meio à desumana realidade do descuido.

No entanto, vale ressaltar que as experiências das profissionais deslocam-se continuamente, ora afastando-se, ora aproximando-se das experiências das moradoras, por meio das relações de fronteiras. Neste sentido, enfatizamos que as mulheres não estão submetidas aos mesmos processos de opressão, sobretudo porque estão inscritas em uma hierarquia de status entre aquelas que são exploradas (profissionais da assistência social) e aquelas que são sistematicamente expropriadas (moradoras da favela). Tal diferença coincide com a opressão racial e de gênero inerente ao sistema capitalista.

Nesse sentido, compreendemos que é sobre as mulheres que recaem as responsabilidades de atender às pressões, sejam elas vindas do Estado, vindas do Mercado ou até mesmo vindas do Tráfico de drogas. Além disso, identificamos que as mulheres são constantemente representadas como família. Tal afirmação evidencia-se, em nossa pesquisa, na relação que se estabelece entre as mulheres assistidas pelas políticas de assistência social e o Estado. Oficialmente chamadas de família, elas circulam pelos equipamentos públicos, por vezes, invisibilizadas em sua condição de mulher. Tal perspectiva ignora que as famílias se estruturam a partir de relações de gênero. Dessa maneira, se ocultam as hierarquias que configuram as relações de poder dentro e fora das famílias. Trata-se de um cenário em que o Estado não só fiscaliza e controla as famílias pobres, mas também os corpos das mulheres e a sua capacidade reprodutiva a fim de extrair riqueza por meio da expropriação.

Ao nosso ver, o fio condutor que costura e envolve o funcionamento destas relações capitalistas inscreve-se na dialética entre o cuidar e o descuidar, condição fundamental para a manutenção das vidas precarizadas. As meninas são socializadas, desde o nascimento, para assumirem tarefas de cuidado, principalmente no interior das famílias, garantindo a reprodução social. É neste lugar de família que esta condição se efetiva, ou seja, é no interior das famílias que as mulheres vivenciam e se submetem, ora ao cuidado, ora ao descuidado, e são interpeladas pelo Estado, pelo Mercado e pelo Tráfico de drogas. Trata-se de esferas que necessitam da mulher fixa em papéis tradicionais de gênero, porque dessa forma garantem, em uma morada mais oculta, a continuidade de acumulação de riqueza por meio da exploração e da expropriação

6. COSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar, ao longo desta pesquisa, como mulheres submetidas a situações de injustiça e assistidas por políticas de Assistência Social criam estratégias de resistência e sobrevivem aos processos cotidianos de opressão de gênero. Para tanto, realizamos um cruzamento de dados entre as narrativas das mulheres moradoras de um bairro vulnerável e as narrativas de profissionais de assistência acerca do debate de gênero que atravessa as práticas das políticas sociais.

As experiências narram os modos de habitar o mundo e contribuem para a construção de uma rede de conexões intersubjetivas compostas tanto por códigos normativos quanto pelas histórias de si e do outro. (CAVARERO, 2000) A fim de apreender os significados e as traduções que interpelam as realidades vividas, buscamos desvelar a dimensão histórica, crítica e, portanto, política das mulheres (SCOTT, 1998) junto às relações "entre" e "com" a pesquisadora, "entre" e "com" a comunidade, "entre" e "com" as políticas de assistência social.

A construção dessa relação "entre" e "com" pesquisadora e mulheres moradoras do bairro estudado foi marcada pela representação de uma estranha familiar: estranha, ao chegar ao campo de pesquisa enquanto agente externa da comunidade (MONTERO, 2006); familiar, ao ocupar este lugar enquanto mulher branca que sobe o morro e carrega consigo as narrativas normativas e institucionais internalizadas. Neste contexto, quando Dona Rosa perguntava a alguns moradores do bairro se me conheciam, frequentemente respondiam que sim, porém, ora me identificavam como a mulher do CAPS, ora como a mulher do Fórum, ora como a mulher do CRAS ou da pastoral do menor.

Meu rosto era como muitos rostos de mulheres brancas que representavam, por meio do meu vocabulário, das minhas roupas, as narrativas dos profissionais do Estado. Mesmo assim, foi possível construir pontes a partir desta relação "entre" e "com" as mulheres, o que nos ajudou a compreender seus atravessamentos no campo de pesquisa, marcados por uma fluidez de fronteiras.

Consideramos como fronteiras aquelas que marcam as relações e as dinâmicas comunitárias a partir da intensidade e das qualidades das trocas que se estabelecem entre os agentes internos e os agentes externos da comunidade. Observamos que ora se estabelecem por meio de "pontes", ora se estabelecem por meio de "muros", dependendo das

circunstâncias e dos núcleos de poder que as envolvem e as determinam. Nesse aspecto, trata-se de relações marcadas por uma porosidade, de forma que interpelam os laços e configuram as estratégias de resistências. Neste sentido, analisamos que as moradoras oscilavam em relação à pesquisadora, ora estavam disponíveis para participarem da pesquisa, ora desapareciam ou desmarcavam o encontro, apresentando justificativas para interromperem as entrevistas. No entanto, em outros momentos, ao nos encontrarem, relatavam algumas vivências pessoais com riqueza de detalhes. Ao nosso ver, se trata de fronteiras que não permanecem estáticas, em alguns momentos delimitam os laços e em outros se expandem possibilitando novamente a construção de um encontro.

Nas narrativas dos profissionais da Assistência Social, também podemos identificar as relações, fortemente marcadas por estas fronteiras, entre eles e as mulheres acompanhadas pelas políticas. Isso pode ser observado quando há uma orientação ou um encaminhamento realizado pelos profissionais, fundamentados ambos em uma narrativa jurídico-institucional, mas que não são efetivados pelas mulheres. Um exemplo apresentado por uma das profissionais é quando há uma orientação para que seja feito um boletim de ocorrência, em caso de violência doméstica, e que, por vezes, não é realizado porque a mulher sabe que este encaminhamento, em algumas circunstâncias, a coloca mais em risco do que a protege. Neste sentido, analisa-se um distanciamento entre as orientações técnico-profissionais e a realidade vivida por muitas mulheres, e é justamente tal cenário que se configura a partir de relações de fronteiras e, nesse caso, consolidam-se os muros.

Além disso, este conceito também nos ajuda a compreender a mudança sobre o olhar que se sustenta a respeito das dinâmicas comunitárias. Dessa forma, consideramos que é na interface das relações entre comunidade e agentes do Estado que as estratégias de resistência se apresentam por meio da fluidez das fronteiras. Confere-se à dinâmica das relações comunitárias uma plasticidade que ganha diferentes contornos conforme os diferentes atores/atrizes sociais. Assim, dependendo da circunstância, aquilo que se apresenta aos representantes do Estado sobre as dinâmicas comunitárias só é conhecido porque os moradores o autorizam.

Marcada por relações de fronteiras, a comunidade estudada apresenta uma fotografia diferente aos agentes do Estado daquela vivenciada por esta pesquisadora durante o período de campo. Assim, outros moradores colocam-se em evidência e projetam outras características que constituem a realidade do bairro pesquisado. A nosso ver, trata-se de uma estratégia de resistência, onde as fronteiras compõem um complexo mosaico, já que ora elas desaparecem, ora se mantêm, em outros momentos ainda, reaparecem.

Dessa forma, a partir da construção dessas relações em que as experiências interpelam nosso campo de análise, buscamos identificar o impacto das políticas de Assistência Social na vida cotidiana das moradoras. Nesse sentido, observamos que, embora exista um desmonte claro e contínuo das políticas de assistência, a atuação dos equipamentos dos CRAS e CREAS está inscrita nas narrativas das mulheres e imprime processos de subjetivação que modelam suas rotinas diárias. Todos os dias em que a pesquisadora estava em campo, o equipamento do CRAS era citado pelas moradoras, fosse para buscar uma cesta básica, fosse para levar um currículo para a assistente social, fosse para informar a vizinha de que a reunião com os jovens já havia começado ou até mesmo para levar as crianças para a festa junina realizada no serviço de proteção social básica.

No entanto, analisamos que há outros aspectos da vida cotidiana, para além das condições normativas das políticas públicas, que atravessam os modos de vida das moradoras. As rodas de conversa na casa de Dona Rosa, por exemplo, representam um espaço onde as histórias são compartilhadas. As narrativas transcendem o caráter individual, atomizado e subjetivo das mulheres e encontram ressonâncias em uma dimensão mais coletiva.

Nesse cenário, compreendemos que o barraco de Dona Rosa indica um papel central na vida social da favela. Observamos um conjunto variado de atividades de reprodução social no território e em torno dessa senhora. Assim, as moradoras do bairro intercalavam seu tempo entre os trabalhos de reprodução social (destinados à família e à comunidade) e o trabalho produtivo (intermitentes e informais) que coexistem e configuram a rotina destas mulheres. Vale ressaltar que estas tarefas, que não são pagas, apesar de invisibilizadas, representam formas de provisionamento, atenção e interação que promovem e mantêm os laços sociais.

Assim, identificamos uma fixidez de papéis sociais de gênero, predominantemente relacionada ao desempenho de funções de cuidado que organizam não só a dinâmica das famílias, mas também a dinâmica da vida em comunidade. As relações de ajuda mútua e de solidariedade experienciadas neste estudo pelas narrativas de Violeta e Azaleia demonstram que as mulheres desenvolvem estratégias de resistência frente aos processos de exploração e de expropriação ancoradas nas relações de gênero.

No entanto, no caso da comunidade pesquisada, analisamos uma morada ainda mais oculta do que a conceituada por Fraser (2019), inscrita nos trabalhos de reprodução social. Dona Rosa organiza e coordena ações de reprodução social, fornece cuidados aos moradores e aos usuários de drogas que transitam pelo bairro. Violeta cuida de seu filho e garante que esteja pronto para assumir cotidianamente seu posto de trabalho no Tráfico de drogas. As mulheres ensinam as suas crianças a não revelarem as transações do mercado ilegal que

funcionam de forma naturalizada e permeiam as relações comunitárias. Negociam os corpos dos filhos que foram descartados pelo tráfico ou pela polícia e cuidam para produzir um desfecho às histórias mal encerradas. Trata-se de trabalhos que representam uma dimensão material e simbólica de cuidados que contribuem para a manutenção e a formação de uma nova geração de trabalhadores, estejam eles inclusos no Mercado formal ou informal e ilegal do trabalho do Tráfico de drogas.

Em outra esfera de análise, buscamos compreender como estes fenômenos encontram ressonância junto aos profissionais da assistência social, os quais, ao mesmo tempo em que parecem estar tão próximos das experiências das mulheres na comunidade, deslocam-se continuamente, ora afastando-se, ora aproximando-se por meio das relações de fronteiras. Vale ressaltar que é neste momento do campo de pesquisa que surgem as narrativas sobre famílias.

Considerada central na organização das Políticas de Assistência Social, a categoria Família ganha predominância nas narrativas dos profissionais e no modo como são sistematizados e registrados os dados, coletados e publicados, dos atendimentos realizados no âmbito da assistência. Neste sentido, analisamos que se ignora que as relações de gênero estruturam as dinâmicas familiares. Este fenômeno oculta as assimetrias de poder ancoradas nas relações de gênero, expressas por meio do desempenho de papéis sociais no interior das famílias, os quais se desdobram a outros contextos e produzem efeitos desvantajosos às mulheres.

Dessa forma, compreendemos que se trata de um Estado que, além de fiscalizar e controlar as famílias pobres, controla os corpos das mulheres e a sua capacidade reprodutiva, a fim de extrair riqueza por meio da expropriação. Nesse contexto, observamos que é na invisibilidade dos dados oficiais, ao se referirem às “mulheres” como “famílias”, que se ocultam as desigualdades de gênero inscritas nas diferentes esferas que são sistematicamente reforçadas pelas instituições estatais.

Vale ressaltar que os profissionais da assistência, participantes das oficinas realizadas ao longo dessa pesquisa, confirmam, por meio de suas narrativas, que a política de assistência social é predominantemente ocupada pelas mulheres. Principalmente quando se trata da Proteção Social Básica, ou seja, quando se refere à “porta de entrada” da assistência. Assim, se reproduz e se legitima a tão conhecida equação: cabem às mulheres as funções de cuidado e a prevenção em relação às famílias. Nessa perspectiva, compreende-se que se retira a responsabilidade do Estado em responder às demandas advindas da questão social, e se transfere tal incumbência às mulheres por meio das tarefas de reprodução social.

Dessa forma, os trabalhos de manutenção e cuidados, mal remunerados ou não pagos, são considerados como “vocações naturais” ou “trabalhos de mulheres”. (FEDERICI, 2017) Trata-se de uma perspectiva que ilumina a existência histórica da divisão sexual do trabalho no capitalismo, a ser notada por meio de uma segregação estrutural dos espaços de trabalho, como as políticas de assistência social ou a predominância de mulheres a serem atendidas pela assistência. Enfatiza-se, assim, que a política de assistência social é historicamente configurada a partir de uma extensão das tarefas de cuidados e de regeneração moral da sociedade, realizada predominantemente por mulheres, para garantir que elas próprias desempenhem a reprodução social por meio da manutenção das famílias heteronormativas.

Em contrapartida, os homens são vistos, por meio das narrativas dos profissionais da assistência e das mulheres participantes dessa pesquisa, como aqueles que estão nos bares ou nas ruas (SOARES, 2017). Eles são representados por sua ausência: estarem presos; terem abandonado a família; estarem internados em instituições de recuperação de dependência química; ou terem sido assassinados. Levantamos, por meio deste estudo, os dados oficiais de atendimento do município em tela, que demonstram que os homens estão presentes nas Políticas da Assistência Social, mas predominantemente nos serviços de Proteção Social Especial, ou seja, em níveis de complexidade em que há situações de violação de direitos ou quando os vínculos familiares foram rompidos.

Nesse contexto, os homens estão presentes nos trabalhos desenvolvidos pelos CREAS, com o cumprimento de medidas socioeducativas ou com o acompanhamento de situações de violência e acolhimento institucional; e nos CREAS POP, por meio de equipamentos públicos responsáveis por acompanhar pessoas em situação de rua. Vale ressaltar que este levantamento só pôde ser realizado pelo fato de incluírem, nos registros de atendimentos, a identificação: se são homens ou mulheres.

Ao questionarmos os profissionais sobre o porquê, nos casos dos equipamentos de Proteção Social Especial, de tais informações estarem presentes (diferente dos registros dos CRAS), responderam que acompanham a solicitação do Formulário de Registro de Atendimentos (RMA), cujos dados são enviados mensalmente pelo Município ao Governo Federal. No entanto, chama-nos a atenção que, nos casos acompanhados pelos CREAS, está presente a representação das figuras: do agressor ou violador de direitos e da vítima. No entanto, compreendemos que os homens, enquanto grupo, são afetados de maneiras desiguais pelos chamados privilégios e prejuízos das masculinidades. Nesse aspecto, as categorias de classe, raça e sexualidade interferem no modo como as desigualdades são experimentadas por

eles e “[...] só vai restando mesmo as mulheres”[sic], afirma uma das profissionais da assistência.

Além disso, as narrativas proferidas tanto pelas profissionais da assistência quanto pelas mulheres, moradoras do bairro estudado, corroboram Fraser (2019) ao afirmar que há uma redução das possibilidades de cuidado e de reprodução social no capitalismo. Nesta perspectiva, acreditamos que a chamada “crise da família”, na verdade, relaciona-se a uma crise do cuidado que, por sua vez, não é acidental. Se, por um lado, a reprodução social possibilita a acumulação do capital, por outro lado, ao não ter limites na acumulação, desestabiliza o processo do qual depende. (FRASER, 2019) Neste contexto, há uma redução de um conjunto de capacidades sociais: a capacidade de dar à luz e de criar os filhos, de cuidar dos amigos e da família, de manter as famílias e as comunidades mais amplas, de garantir e de sustentar conexões em geral. Isto pode ser observado em três esferas de análise: na vida cotidiana das moradoras, na vida pessoal das profissionais e no campo de atuação dos trabalhadores da assistência. No entanto, nem todos estão submetidos aos mesmos processos de opressão, pois trata-se de fenômenos marcados por uma hierarquia de status entre aqueles que são explorados e aqueles que são sistematicamente expropriados. Tal diferença coincide com a opressão racial e de gênero inerente ao sistema capitalista.

A falta de cuidado relatada pelas profissionais em seu contexto de trabalho nos remete ao desmonte das políticas públicas e à reiterada precarização do trabalho do agente público, produto de um Estado concorrencial, organizado como empresa em sua lógica neoliberal. (LAVAL, 2020) Trata-se de um cenário que corrobora as narrativas das profissionais de assistência, que se sentem abandonadas e sem recursos para desempenhar suas tarefas junto à comunidade. Neste cenário, refletimos sobre a divisão sexual do trabalho que marca a desqualificação dessas relações laborais. Trata-se de um grupo que configura um espaço de trabalho onde predominantemente estão as mulheres, as quais desempenham tarefas historicamente consideradas como femininas, inscritas em uma reprodução social. Nesse sentido, analisamos que a falta de cuidado e a desqualificação deste espaço de trabalho está funcionalmente imbricado ao sistema de opressão de gênero que movimenta as relações capitalistas. Contudo também identificamos estratégias de resistência, utilizadas pelas profissionais, ao transgredirem os discursos normativos preconizados pelos documentos que respaldam as políticas de assistência. Também tais estratégias ocorrem quando as profissionais circulam pelos diferentes espaços de trabalho, assumindo novas tarefas, às vezes administrativas, no âmbito das políticas públicas.

Ao refletirmos sobre as expectativas dos profissionais em relação às mulheres acompanhadas pelas políticas de assistência, identificamos que há uma distância entre o olhar ideologizado sobre a mulher trabalhadora (romantizado pelas classes dominantes) e a sua realidade cotidiana. Desse modo, observamos que, ao mesmo tempo em que as moradoras do bairro lidam com demandas vindas dos imperativos de cuidado, reforçadas cotidianamente pelas instituições e pelas políticas públicas, elas se confrontam com a necessidade de criarem estratégias para lidar com a precariedade material, a qual não é suprida pelos programas de transferência de renda. Somam-se a isso as contradições inerentes ao hegemônico processo de socialização da mulher, já que, ao mesmo tempo em que tal mulher se inscreve em uma representação de feminilidade vinculada a uma ideia de fragilidade, de submissão, de subordinação e de dependência, ela anula tal representação, pois as mulheres moradoras do território estudado evidenciam outras características, como: potência, resistência, força, dentre outras.

Neste contexto, foram debatidos, ao longo desta pesquisa, os processos históricos de desqualificação e de apagamento das mulheres nos diferentes campos: seja na ciência, no âmbito das políticas de assistência social ou na vida cotidiana da favela. A análise, que a princípio se fundamenta em uma perspectiva macrossocial por meio dos estudos do capitalismo, enfrenta capilaridades que desafiam os diferentes debates teóricos feministas dedicados a desvendar a origem dos processos de opressão de gênero. Sendo assim, as participantes desta pesquisa nos lembram dos primeiros escritos feministas, amplamente debatidos, mas longe de superados, que anunciam a mulher representada pela figura de um subindivíduo, como aquela que cotidianamente precisa de “autorização para fazer coisas básicas na vida” [sic]. (Marielle, 2019).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Conceito de Iluminismo**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Temas Básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1956.

ALMEIDA, R. *Deus Acima de Todos.* In: ABRANCHES, S. et al. (Orgs.) **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALONSO, A.. **A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer**. Novos Estudos Cebrap, nº Especial, pp. 49-58, São Paulo, 2017.

ALVES, B. M. *A Luta das Sufragistas.* In: HOLLANDA, H. B.(Org) **Pensamento Feminista Brasileiro.** Formação e Contexto.. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

ANDERSON, P. **Brasil à parte.** 1964-2019. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza, et. al. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDRADE, Fabiana de. ***Mas eu vou até o fim:*** **narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos.** 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ANZALDUA, G. *Viver nas fronteiras significa que você.* In: **Revista do Grupo de Estudos de Gênero e Religião** Mandrágora/ NETMAL do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. V.16, nº. 16, 2010.

_____. *Falando em línguas: uma carta para as escritoras do Terceiro Mundo.* In*:* **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina. V. 08, nº01, 2000.

ARY, Z. **Feminino e Masculino no imaginário católico:** Da Ação Católica a Teologia da Libertação. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N..**Feminismo para os 99% um manifesto.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

AYRES, J. R.; PAIVA, V.; BUCHALLA, C. M. *Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução*. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (Org.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania.** Livro 1. Pp. 9 – 22. Curitiba: Juruá, 2012.

BACELAR, J. **A família da prostituta.** São Paulo: Ática, 1982.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado.** O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S.. **O Segundo Sexo.** Fatos e Mitos. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, F. *O Público e o Privado.* In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

BOURDIEU, P. **Contra a política de despolitização**. Contrafogos 2 – Por um movimento social europeu. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAH, A.. *Diferença, diversidade, diferenciação.* In: **Cadernos Pagu .** N.26. pp. 329 – 376, 2006.

BRANT, V. C. *Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo*. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Pp 8-27. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993.

_____. **Uma Estratégia de Desenvolvimento Social.** Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n.145 de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)** Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 130 de 15/07/2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n. 109 de 11/11/2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.(2014).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome , 2014. Recuperado de 79. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em 15/05/2021

BRISOLA, E. M. *O Assistente Social como trabalhador da Política de Assistência Social. In:* **Serviço Social em Revista**. V.19, pp.5 – 23, n.1, 2016.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAMPOS, L. R. **O Lugar do Gênero nas Políticas de Seguridade Social**. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social, São Paulo, 2012.

CAMURÇA, M. A. **Um Poder Evangélico no Estado Brasileiro**? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. Revista NUPEM, Campo Mourão, v.12, n.25, pp.82-104, jan./abril, 2020.

CAPPELLANO, T.; CARRAMENHA, B.. **Trabalho e Sofrimento Psíquico: Histórias que contam essa história**. São Paulo: Haikai Editora, 2019.

CARDOSO, D. T. **Através do espelho: gênero e masculinidade das práticas discursivas das equipes de referência do CREAS**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.

CARNEIRO, S. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.* In: HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. *Família e Proteção Social.* In: **Em Perspectiva**, v.17, n.2, pp. 109-122, 2003.

CAVARERO, A. *Per una teoria della differenza sessuale.* In: DIOTIMA. **II pensiero della differenza sessuale**, p. 43-79. Milano: La Tartaruga, 1987.

_____. Tu che mi guardi, tu che mi racconti. Filosofia dela narrazione. Milano: Feltrinelli, 1997. [Tradução em inglês: Relating Narratives. London and New York: Routledge, 2000.]

CHODOROW, N. J. **The Reproduction of Mothering. New Preface.** Califórnia: University of California, 1999.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria de gênero na histórica "feminização" da profissão. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2004.

CITELI, M. T.. **A Pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil.1990-2002. Revisão Crítica.** Rio de Janeiro, CEPESC, 2005.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar** ,2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORDEIRO, M.P. **A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura.** Arq. bras. Psicol. v.70 [online], n.3, p.166-183, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672018000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20/05/2019.

_____; SATO, L. **Psicologia na Política de Assistência Social: trabalho em um setor "terceirizado"**. Estudos de Psicologia. Campinas v.34, 2017.

CUNHA, M. **Evangélicos conservadores são, hoje, prioridade no governo Bolsonaro. 2019.** Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/evangelicos-conservadores-sao-hoje-prioridade-no-governo-bolsonaro/. Acessado em 05/11/ 2020.

CRENSHAW, K. *Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação relativos ao gênero.* In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, pp.171 – 188, v.10, n 01, jan/2002.

CRUZ, L.; GUARESCHI, N.. **Políticas Públicas e Assistência Social. Diálogo com as Práticas Psicológicas.** Petrópolis: Vozes, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política.** São Paulo: Boitempo, 1986.

_____. **Mulheres, Raça e Classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMO, P. **Charme da Exclusão Social**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

DETONI, P. P.; MACHADO, P. S.; NARDI, H. C. *"Em nome da mãe":performatividades e a feminizações em um CRAS***.** In: **Revista Estudos Feministas.** V. 26, n.1. Florianópolis, 2018..[doi: 10.1590/1806-9584.2018v26n145084]

DUARTE. L. F. *Horizontes no indivíduo e na ética no crepúsculo da família.* In: RIBEIRO, I. (Org). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994.

DRAIBE, S. *A Política Social no período FHC e o Sistema de Proteção Social.* In: **Tempo Social**. ,pp. 60 – 101. V.15 n.02, São Paulo, novembro de 2003.

FAGNANI, E. *A Política Social do Governo Lula, 2003-2006: perspectiva histórica.* In: **Revista SER Social**. Brasília, v.13, n.28, pp. 41-80, jan./jun., 2011.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa. Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FRASER, N. *A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação.* In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n 63, pp. 07-20, outubro/ 2002.

_____. *Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista.* In: SOUZA, J.S. (Org.). **Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**, pp. 231 – 239. Brasília: Ed. UNB, 2006.

_____. *What's Critical About Critical Theory? The Case of Habermas and Gender.* In: **Fortunes of Feminism. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**, pp. 19 – 51, London/New York: Verso, 2013.

_____. *Tras la morada oculta de Marx: por una concepción ampliada del capitalismo*, In: **New Left Review** [edição em espanhol], pp. 57 – 76, v. 86, 2014.

_____. *Crisis of care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism.* In: BHATTACHARYA, T. (Org). **Social Reproduction Theory. Remapping class, Recentering opression.** London: Pluto Press, 2018.

FRASER, N.; JAEGGI, R.. **Capitalismo em Debate. Uma conversa na teoria crítica.** Tradução: Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREITAS, R. C. M. *O Governo Lula e a Proteção Social no Brasil:* desafios e perspectivas. In: **Revista Katál**. Florianópolis v. 10, n. 01, pp. 65-74, 2007.

FREUD, Sigmund. *O 'Estranho'.* In: **Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918)**, pp. 235-267, Volume XVII, edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOLDANI, A. M. *Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção.* In **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.19, n.1, jan./jun. 2002.

GONZALEZ, L. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: **Tempo Brasileiro**, pp. 69 – 82, v.92, n.93,. Rio de Janeiro, 1988.

HABERMAS, J. **The Estructural Transformation of the Public Sphere.** Cambridge: Polity Press, 1962.

HACKING, I. *Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças.* In: **Cadernos Pagu,** n.40, pp.7-66, 2013.

HARAWAY, D. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.* In: **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, nº05, pp. 07-41, 1988.

_____. *"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.* Tradução: Mariza Correa. In: **Cadernos Pagu**, n.22, pp.201-246, 2004.

HOOKS, B. **Where We Stand: Class Matters.** New York: Routledge, 2000.

_____. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Famílias Chefiadas por Mulheres, segundo Cor/Raça da Chefe de Família e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2013. Retrato das Desigualdades. IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acesso em: 15/08/ 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da Violência. IPEA,2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432. Acessado em: 20/11/2020

ISMÉRIO, C. Mulher: A Moral e o Imaginário 1889-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JAEGGI, R. **Alienation**. Tradução: Frederick Neuhouser e Alan E. Smith. New York: Columbia University Press, 2014.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KUNSTADTER, P. *A Survey of the consanguine or matrifocal family.* In: **American Antropologist**, v.65, p.56-66, 1963.

KURLANTZIC, J. **Democracy in Retreat: The Revolt of the Middle Class and the Worldwide Decline of Representative Government**. Yale University Press, 2013.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud.** Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAVAL, C. **Foucault, Bordieu e a questão neoliberal.** Tradução Márcia Pereira Cunha & Nilton Ken Ota. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEAL, O. **Corpo e Significado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

LUCA, T. R. *Direitos Sociais no Brasil.* In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs) **História da Cidadania**., pp 469 – 493. São Paulo: Contexto, 2010.

MACEDO, M. S. *Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.* In; **Caderno CRH** [online] (21), n.23, p.

385-399, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 04/05/2018.

MARIANO, S. A. *Feminismo, Estado e proteção social: a cidadania das mulheres pobres.* Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas:Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2008.

MARQUES, R.M.; MENDES, A. *Desvendando o social no Governo Lula: a construção de uma base de apoio.* In: PAULO, J.A. (Org). **Adeus ao Desenvolvimento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. et. al. *Discutindo o papel do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras de 2008.* **Revista de Economia Política**,pp.114 – 132, vol.29, n.1, 2009.

MARTIN, A.R.. **As fronteiras internas e a questão "regional" do Brasil.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

_____. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTIN-BARÓ, I. **Psicologia de la Liberación.** Madri: Trotta, 1998.

_____. *O Desafio popular à psicologia social na América Latina.* In: **Crítica e Libertação na Psicologia.** Estudos Psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARX, k.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MESTRINER, M.L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MEYER, K.; FERNANDES. **Noções de Família em políticas de "incluso social no Brasil contemporâneo.** Estudos Feministas, Florianópolis, 20 (2):433-449 maio-agosto/2012.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTERO, M. **Hacer para transformar**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2006.

MOREIRA, T. A. **Trabalho e vida familiar: um estudo sobre o uso do tempo com famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social de Florianópolis**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

MORRIS, L. **Woman in poverty: domestic organization among the poor of México City.** Anthropological Quarterly, pp. 117 – 123, v.54, nº3, 1981.

MOURA, M.L. **A Mulher é uma Degenerada**. Civilização Brasileira Editora: Rio de Janeiro, 1932.

NASCIMENTO, A.C. **Família, Gênero e Assistência Social**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

NERY, V. B. **O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – Saberes e direitos em questão.** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

NETO, J.C.S. **A trajetória do menor a cidadão. Filantropia, genocídio, políticas assistenciais.** São Paulo: Editora Nostra America, 1993.

OLIVEIRA, I.V. **"*Homem é Homem":* narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

PAIVA, V. *Cenas da vida cotidiana: metodologia para compreender e reduzir a vulnerabilidade na perspectiva dos direitos humanos.* In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (Org.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania**. Livro 1,pp 165 – 208. Curitiba: Juruá, 2012.

PAMPLONA, P. **De casa em casa: afeto e mobilização popular na memória de comunidades eclesiais de base.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

PASSOS, L; GUEDES, D. R. *O social economicamente orientado: políticas sociais do governo Lula.* In: **Relações Internacionais**, pp. 25 - 36v.13, nº2. Brasília: Universitas: 2015. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3516 Acesso em 02/10/2020.

PISCITELLI, A. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA;SZWAKO. **Diferenças, Igualdade.** São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009.

_____ *Nas Fronteiras do natural: gênero e parentesco.* In: **Revista Estudos Feministas**, pp1 – 18, v. 06, nº 02, 1998.

PRATT, M. B. *Identity: Skin Blood Heart.*In: BULKIN, E.; PRATT, M. B.; SMITH, B. **Yours in struggle: three feminist perspectives on anti-semitism and racism.** Pp1 – 57. Ann Arbor: Firebrand Books, 1984.

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar e a Resistência Anarquista.** Brasil 1890 – 1930. 3ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

_____. *Epistemologia Feminista, Gênero e História.* In: HOLLANDA, H.B.(Org).**Pensamento Feminista Brasileiro.** Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

REGO, W. G. D. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: EDUNESP, 2013.

REIS, J. R. T. *Família, emoção e ideologia.* In LANE, S**. Psicologia social: o homem em movimento**, pp. 99- 123. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUSSO, G.; CISNE, M.; BRETTAS, T. *Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social.* In: **Revista SER Social**, pp.129-159, v.10, n.22, Brasília, jan./jun.2008.

SAFIOTTI, H. *Rearticulando Gênero e Classe Social.* In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

______. *Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade.* In: HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento Feminista Brasileiro.** Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SARAIVA, L. F. O. **A familiarização da assistência social: promoção de direitos e gestão da vida no encontro de vulnerabilidades, (des)proteção e periculosidade**. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016

SARTI, C. A. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Editora Autores Associados/FAPESP, 1996.

_____. *"Deixarás pai e mãe": notas sobre Levi Strauss e a família.* In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. pp. 31-52, ano 9, v.16 (1), 2005.

SANTOS, B.S. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, E. G.. **Mulher Presente: Gênero na Política de Assistência Social.** Tese de Doutorado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVEIRA, J. I. *Assistência Social em risco: conservadorismo e luta social por direitos.* In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo nº 130, pp. 487-506, set-dez, 2017.

SCHIMDT, M.L.S.. **Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas.** *Psicol. USP* [online]. 2006, vol.17, n.2, pp.11-41. ISSN 0103-6564. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002. Acesso em 24/05/2021.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise histórica.* In: **Revista Educação e Realidade**. 20 (2), pp. 71-99, jul./dez, 1995.

_____. *A invisibilidade da experiência.* Projeto História. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. p p.297-325,São Paulo, fev/1998.

SOARES, L.V. **Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela Proteção Social Básica: Uma Perspectiva Interseccional.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SOLANO, E.. *A Bolsonarização do Brasil.* In: ABRANCHES, S. et. al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** pp. 307-321.São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPOSATI, A. A Assistência Social Brasileira. Descentralização e Municipalização. São Paulo: Educ, 1990.

SVARTMAN, B.P.; GALEÃO-SILVA, L. G. *Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária.* In: **Revista Colombiana de Psicologia (RCP)** pp.331-349, v. 25, n.02, Julio/Diciembre, 2016.

TAFFARELLO, I. M. S. **A construção de Fortalecimento Comunitário e a participação política nos CRAS do Município de Várzea Paulista.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, S. M. *A família na trajetória do sistema social brasileiro: do enfoque difuso a centralidade na política de Assistência Social.* **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, pp.535-249, v. 10, n.2, 2010.

YAMAMOTO, O. H. *Políticas Sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo.* In: **Revista Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, pp.30-37. V.19, nº1, jan./abr, 2007.

YAZBECK, M. C. *As Ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS.* In: **Serviço Social e Sociedade.** pp. 11-27, v.77, São Paulo, 2004.

VOGEL, L. **Marxism and Opression of Womam: Toward and Unitary Theory.** New Brunswik/New Jersey: Rutegers University Press, 1983.

WHITEHEAD, T. L. *Residence, kinship and mating as survival strategies: a West Indian example.* In: **Journal of marriage and the Family**, pp.817-828,v. 40, nº4, 1978.

APÊNDICES

Apêndice – I Questionário a ser realizado com as mulheres atendidas nos equipamentos de CRAS e/ou CREAS.

1- Como foi sua vida?

2- Você já foi ao CRAS e/ou ao CREAS? Como foi?

3- Como é a sua vizinhança?

4- Para você, como deveria ser o CRAS e o CREAS na sua vizinhança?

Apêndice II – Oficina com os CRAS e CREAS.

Data do Encontro	Temas	Referências	Metodologia
05/04/2019	Introdução às noções de gênero.	PISCITELLI, A. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA, H.B; SZWAKO, J.G. **Diferenças, Igualdade**. São Paulo. Berlendis e Vertecchia, 2009.	Serão trabalhados de forma dialógica conceitos e temas geradores de debate sobre as relações de gênero, feminilidades, masculinidades, família e violência. Para tanto, serão utilizados textos, dinâmicas de grupos, trechos de filmes e fotografias. Compreendendo o processo de pesquisa como uma construção dialógica e auto-reflexiva, serão abordadas, ao longo dos encontros, as noções das/dos participantes a respeito das concepções de gênero, família e violência. As diferenças de classe, gênero, raça, transgeracionais, interpelam os processos de desigualdade e as práticas cotidianas na Instituição.
12/04/2019	Sexo e gênero: debates contemporâneos.	FAUSTO-STERLING, A. *Dualismos em duelo*. In: Cadernos Pagu, pp. 9 – 79, n.17/18, Campinas, 2002. PAIVA, V. **Fazendo arte com a camisinha - sexualidades jovens em tempos de Aids.** São Paulo: Summus Editorial; 2000.	
26/04/2019	A experiência na produção sobre gênero e raça.	CARNEIRO, S. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.* In: PORTO, M. (Coord) **Racismos Contemporâneos**, pp. 49 - 58. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003,	
10/05/2019	Violência de gênero, masculinidades e feminilidades.	DEBERT, G.; GREGORI, M. F.*Violência de Gênero: novas propostas, velhos dilemas.* In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n.66, 2008.	

Apêndice III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (1ª via)

EXPERIÊNCIAS DO FEMININO: UMA CRÍTICA ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Investigadora: Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello

ENTREVISTA

Você está sendo convidado/a para participar de uma pesquisa que, tendo como elemento analítico os estudos sobre gênero, tem por objetivo entender como se dão as relações de gênero no âmbito da Assistência Social contemplando os profissionais e a população atendida no Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Para tanto serão conduzidas, num primeiro momento entrevistas individuais com participantes dos trabalhos dos CRAS e/ou CREAS e num segundo momento, serão realizadas oficinas com os profissionais dos equipamentos públicos acima citados.

Caso você seja profissional do CRAS ou CREAS, sua participação implica na realização de quatro encontros em grupo, com duração de uma hora e meia cada, para discutir sobre temas relacionados a gênero e violência. Os encontros serão gravados em áudio para posterior transcrição e análise. É possível que você sinta algum desconforto gerado pela memória ao narrar fatos relativos aos temas levantados. Nesse caso, você poderá escolher como tratar o tema, podendo falar sobre as situações de desconforto como forma de reelaboração do passado ou também poderá solicitar interrupção da entrevista caso se sinta mais confortável dessa maneira. Você pode solicitar à entrevistadora que desligue o gravador ou até que sejam apagadas partes da entrevista. Além disso, poderá interromper sua participação em qualquer momento.

Vale ressaltar que os nomes dos participantes e do Município a qual o equipamento público está localizado não farão parte dos resultados dessa pesquisa.

Sua participação neste estudo é completamente voluntária. Você pode recusar-se a participar, ou decidir se desligar da pesquisa em qualquer momento.

Sinta-se à vontade para perguntar, caso tenha qualquer dúvida, agora ou depois da entrevista. Caso haja alguma dúvida posteriormente, por favor, entre em contato com a investigadora principal da pesquisa no Instituto de Psicologia (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 / São Paulo – fones: (11) 3091-4184 e 3091-4362) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH-IPUSP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27. CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182. Atendimento: Das 8h30min. às 12h00 e das 13h30 às 16h00.

Consentimento

São Paulo, de de 2018

Eu, abaixo assinado, afirmo que li e compreendi o conteúdo deste termo e concordo em participar da entrevista e com as colocações apresentadas,

_____

Nome do/a Participante

_____

Assinatura do/a Participante

_____

Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello (Investigadora principal da Pesquisa. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (1ª via)

EXPERIÊNCIAS DO FEMININO: UMA CRÍTICA ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Investigadora: Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello

ENTREVISTA

Você está sendo convidado/a para participar de uma pesquisa que, tendo como elemento analítico os estudos sobre gênero, tem por objetivo entender como se dão as relações de gênero no âmbito da Assistência Social contemplando os profissionais e a população atendida no Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Para tanto serão conduzidas, num primeiro momento entrevistas individuais com participantes dos trabalhos dos CRAS e/ou CREAS e num segundo momento, serão realizadas oficinas com os profissionais dos equipamentos públicos acima citados.

Caso você seja atendida no CRAS e/ou CREAS sua participação implica na realização de uma entrevista, que pode durar em torno de uma hora e será gravada em áudio para posterior transcrição e análise. É possível que você sinta algum desconforto gerado pela memória ao narrar fatos relevantes em sua história de vida. Nesse caso, você poderá escolher como tratar o tema, podendo falar sobre as situações de desconforto como forma de reelaboração do passado ou também poderá solicitar interrupção da entrevista caso se sinta mais confortável dessa maneira. Durante a entrevista você pode solicitar à entrevistadora que desligue o gravador ou até que sejam apagadas partes da entrevista. Além disso, poderá interromper sua participação em qualquer momento.

Vale ressaltar que os nomes dos participantes não farão parte dos resultados dessa pesquisa.

Sua participação neste estudo é completamente voluntária. Você pode recusar-se a participar, ou decidir se desligar da pesquisa em qualquer momento.

Sinta-se à vontade para perguntar, caso tenha qualquer dúvida, agora ou depois da entrevista. Caso haja alguma dúvida posteriormente, por favor, entre em contato com a investigadora principal da pesquisa no Instituto de Psicologia (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 / São Paulo – fones: (11) 3091-4184 e 3091-4362) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH-IPUSP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27. CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182. Atendimento: Das 8h30min. às 12h00 e das 13h30 às 16h00.

Consentimento

São Paulo, de de 2018

Eu, abaixo assinado, afirmo que li e compreendi o conteúdo deste termo e concordo em participar da entrevista e com as colocações apresentadas,

_____

Nome do/a Participante

_____

Assinatura do/a Participante

_____

Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello (Investigadora principal da Pesquisa. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP)

Apêndice IV – **Oficina 4 – Figuras escolhidas pelos profissionais da Assistência Social**

Fonte: Cartas pertencentes ao Jogo Dixit, [Criado por: Jean-Louis Roubira e ilustrado por Marie Cardouat];. Galápagos jogos. Acervo da pesquisadora.

Apêndice V – Aprovação Comitê de Ética

USP- INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 3.092.691

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa apresenta referencial teórico pertinente, metodologia qualitativa adequada, apresenta o TCLE e se mostra relevante dentro do campo da Psicologia e toma os cuidados éticos necessários. Serão realizadas entrevistas, mas nenhum roteiro predefinido ou eixos temáticos foram apresentados para avaliar se contém questões com algum problema ético. Descreve o método de recrutamento dos/as participantes a ser empregado (tanto das moradoras de bairros periféricos em situação de vulnerabilidade, quanto dos profissionais de CRAS e CREAS).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta carta de anuência da instituição para recrutamento de participantes e realização das oficinas com profissionais de CRAS e CREAS.

Apresenta dois TCLEs distintos: um para moradoras de bairros periféricos em situação de vulnerabilidade e outro para profissionais de CRAS e CREAS.

Ambos os TCLEs são apresentados em duas vias; deixam claro os objetivos e procedimentos que serão adotados; oferecem um contato da pesquisadora e do Comitê de Ética para eventuais dúvidas e esclarecimentos adicionais; que os/as participantes poderão pedir os esclarecimentos que desejarem e/ou deixar a pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos; deixam claro que haverá anonimato e a garantia do sigilo dos/as participantes; apontam a possibilidade de publicação de dados da pesquisa, garantido o sigilo da identidade do/a participante; indicam que qualquer desconforto gerado pela pesquisa será cuidado pelo pesquisador; e indicam o tempo de duração das entrevistas e das oficinas.

Recomendações:

Incluir em ambos os TCLE quem terá acesso aos áudios das entrevistas e das oficinas e onde ficarão arquivados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerações finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes,1721 - Bl. "G" sala 27
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 05.508-030
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-4182 **E-mail:** comite.etica.ipusp@gmail.com

ANEXOS

Anexo 1 – Formulário de Registro Mensal de Atendimentos – RM

FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS **MÊS: / 20**

Nome da Unidade: _____ Nº da Unidade: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

Endereço: _____

Município: _____ UF: ____

Bloco I - Famílias em acompanhamento pelo PAIF

A.	Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total
A.1.	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	
A.2.	Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	
B.	**Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF no mês de referência**	**Total**
B.1.	Famílias em situação de extrema pobreza	
B.2.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	
B.3.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	
B.4.	Famílias com membros beneficiários do BPC	
B.5.	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	
B.6.	Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	

Atenção! Os itens B1 a B6 identificam apenas alguns perfis de famílias. É normal que algumas famílias contadas no item A2 não se enquadrem em nenhuma das condições acima, enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição. Portanto, a soma de B1 a B6 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado em A2.

Bloco 2 - Atendimentos particularizados realizados no CRAS

C.	Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Quantidade
C.1.	Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	
C.2.	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	
C.3.	Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	
C.4.	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	
C.5.	Famílias encaminhadas para o CREAS	
C.6.	Visitas domiciliares realizadas	
C.7.	Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	
C.8.	Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	
C.9	Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	

Atenção! Nos campos C1 a C6 devem ser contabilizadas todas as famílias/indivíduos, independente de estarem, ou não, em acompanhamento sistemático do PAIF. Nos campos C7, C8 e C9, considere os auxílios e benefícios eventuais concedidos e entregues no CRAS e, também, os benefícios eventuais que foram concedidos em outro local, mas entregues no espaço do CRAS. Caso o CRAS não conceda os auxílios e benefícios eventuais marque 0 (zero) nos respectivos campos.

Bloco 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS

D.	Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência	Quantidade
D.1.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
D.2.	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.3.	Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.4.	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.8.	Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.5.	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos	
D.6.	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	
D.7.	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	

** Apesar dos serviços de convivência não estarem mais vinculados a faixas etárias, para facilidade de registro, os usuários devem ser contabilizados de acordo com a sua idade, independente de estarem, ou não, no mesmo grupo.*

Nome e cargo da pessoa responsável no CRAS pelas informações:

Anexo II – Formulário RMA\ CREAS

FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CREAS **MÊS:** **/ ANO 20**

Nome da Unidade: _____ Nº da Unidade: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____

Bloco I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI

A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	Total
A.1. Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI	
A.2. Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI durante o mês de referência	
B. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI no mês de referência	Total
B.1. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	
B.2. Famílias com membros beneficiários do BPC	
B.3. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	
B.4. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	
B.5. Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	
B.7. Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	

Atenção! Os itens B1 a B5 e B7 buscam identificar apenas alguns perfis de famílias. É normal que algumas famílias contadas no item A2 não se enquadrem em nenhuma das condições acima, enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição. Portanto, a soma de B1 a B5 e B7 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado em A2.

Quantidade e perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas *indivíduos inseridos no acompanhamento no mês de referência*)						
B.6. Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (*apenas para os novos casos*)	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
		Masculino				
		Feminino				

Atenção! O total informado em B6 não é necessariamente igual a A2, uma vez que em um novo caso (família) inserido no PAEFI poderá haver mais de uma pessoa vitimada.

Atenção! Do item "C" ao item "I" devem ser informadas as situações de violência ou violações de direitos identificadas entre as pessoas que ingressaram no PAEFI no mês de referência (novos casos). Uma mesma pessoa pode ter sido vítima de múltiplas violências/violações.

C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar *(física ou psicológica)*		Masculino			
		Feminino			
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual		Masculino			
		Feminino			
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual		Masculino			
		Feminino			
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono		Masculino			
		Feminino			

Crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 15 anos
C.5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)		Masculino		
		Feminino		

D. Idosos - 60 anos ou mais - em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	60 anos ou mais
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (*física, psicológica ou sexual*)		Masculino	
		Feminino	
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono		Masculino	
		Feminino	

E. Pessoas com deficiência, em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
E.1. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (*física, psicológica ou sexual*)		Masculino				
		Feminino				
E.2. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono		Masculino				
		Feminino				

F. Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total
F.1. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	

G. Pessoas vítimas de tráficos de seres humanos que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
G.1. Pessoas vítimas de tráficos de seres humanos		Masculino				
		Feminino				

H. Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total
H.1. Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	

I. Pessoas em situação de rua que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
I.1. Pessoas em situação de rua		Masculino				
		Feminino				

Bloco II – Atendimento realizados no CREAS

M. Atendimentos realizados no mês de referência	Total
M.1. Total de atendimentos psicossociais particularizados realizados no mês de referência	
M.2. Total de atendimentos psicossociais em grupo realizados no mês de referência	
M.3. Famílias encaminhadas para o CRAS durante no mês de referência	
M.4. Visitas domiciliares realizadas no mês de referência	

Atenção! Nos itens do campo M, deve ser computada a quantidade de atendimentos realizados durante o mês de referência. Neste caso, se uma mesma pessoa tiver sido atendida cinco vezes no mês de referência, deve-se registrar os cinco atendimentos.

Bloco III – Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA/PSC)

☐ *Não realiza oferta do Serviço*

J. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	Total
J.1. Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	
J.2. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	
J.3. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	

Atenção! Eventualmente um mesmo adolescente pode estar cumprindo, simultaneamente, as medidas de LA e de PSC, portanto pode ocorrer que a soma de J2 e J3 seja maior que o valor relatado em J1, entretanto a soma de J2 e J3 nunca pode ser menor que J1.

Quantidade e perfil dos novos adolescentes inseridos no Serviço, no mês de referência	Total	Sexo	
J.4. Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência		Masculino	
		Feminino	
J.5. Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento no mês de referência		Masculino	
		Feminino	
J.6. Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento no mês de referência		Masculino	
		Feminino	

Atenção! A soma de J5 e J6 pode ser maior que o valor relatado em J4, entretanto a soma de J5 e J6 nunca pode ser menor que J4.

Bloco IV - Serviço Especializado em Abordagem Social

☐ *Não realiza oferta do Serviço*

K. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem, no mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 ou mais
K.1. Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência		Masculino				
		Feminino				

Atenção! Em K1, cada pessoa deve ser contada uma única vez a cada mês, mesmo que tenha sido abordada várias vezes nesse mesmo mês.

Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, no mês de referência	**Total**
K.2. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	
K.3. Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	
K.4. Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	
K.5. Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	
K.6. Migrantes	

Atenção! Os itens K2 a K6 buscam identificar apenas alguns perfis das pessoas abordadas. É normal que algumas pessoas contadas no item K1 não se enquadrem em nenhuma das condições descritas acima, enquanto outras pessoas podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma. Portanto, a soma de K2 a K6 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado no total de K1.

L. Volume de abordagens realizadas	**Total**
L.1. Quantidade total de abordagens realizadas (*compreendida como o número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês*)	

Atenção! Quando a abordagem é feita a um grupo, cada pessoa do grupo é contada como uma abordagem.

Nome e cargo da pessoa responsável no CREAS pelas informações:

Assinatura: _____ *CPF:* _____

Anexo III – Formulário RMA/CREAS POP

FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CENTRO POP **MÊS: _____ / ANO 20____**

Nome da Unidade: _____ Nº da Unidade: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

Endereço: _____

Município _____ UF _____

Bloco I – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

A. Pessoas em situação de rua atendidas no Serviço durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
A.1. Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no mês de referência		Masculino					
		Feminino					

Atenção! Em A1 cada pessoa deve ser contada uma única vez a cada mês, mesmo que tenha sido atendida várias vezes durante este mesmo mês.

B. Características específicas identificadas em pessoas atendidas no Serviço durante o mês de referência	Total
B.1. Pessoas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	
B.2. Migrantes	
B.3. Pessoas com doença ou transtorno mental	

C. Cadastramento de pessoas em situação de rua durante o mês de referência	Total
C.1. Pessoas que foram **incluídas** no Cadastro Único para Programas Sociais, no mês	
C.2. Pessoas que realizaram **atualização** do Cadastro Único para Programas Sociais, no mês	

D. Volume total de atendimentos realizados no mês de referência	Total
D.1. Quantidade total de atendimentos realizados (*compreendida como a soma do número de atendimentos realizados a cada dia, durante o mês de referência*)	

Bloco II - Serviço Especializado em Abordagem Social no Centro POP ☐ *Não realiza oferta do Serviço*

E. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem, no mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 ou mais
E.1. Quantidade de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência		Masculino				
		Feminino				

Atenção! Em E1 cada pessoa deve ser contada uma única vez a cada mês, mesmo que tenha sido abordada várias vezes durante este mesmo mês.

Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, no mês de referência	Total
E.2. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	
E.3. Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	
E.4. Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	
E.5. Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	
E.6. Migrantes	

Atenção! Os itens E2 a E6 buscam identificar apenas alguns "perfis/condições" das pessoas abordadas, portanto é normal que algumas pessoas contadas no item E1 não se enquadrem em nenhum dos "perfis/condições" descritos, enquanto outras pessoas podem se enquadrar simultaneamente em mais de um; portanto, a soma de E2 a E6 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado no total de E1.

F. Volume de abordagens realizadas	Total
F.1. Quantidade total de abordagens realizadas (*compreendida como o número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês*)	

Atenção! Quando a abordagem é feita a um grupo, cada pessoa do grupo é contada como uma abordagem.

Nome e cargo da pessoa responsável no Centro Pop pelas informações:

Assinatura: _____ *CPF:* _____

Anexo IV - Obras utilizadas nas Oficinas da assistência social.

ARTISTA ROSANA PAULINO.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Fonte:Acervo pessoal da pesquisadora.